

# REDIS

REVISTA DE  
ESTUDOS DO  
DISCURSO

Alexandra Pinto  
Direção Editorial

2024

ISSN 2183-3958

# REDIS

REVISTA DE  
ESTUDOS DO  
DISCURSO

FLUP/CLUP

N.º14 ANO 2024

ISSN 2183-3958

DOI 10.21747/21833958/RED14

EM PARCERIA COM A



**BASE DE DADOS  
OPEN ACCESS**



**BASE DE DADOS  
COMERCIAIS**



**DIRETÓRIOS  
ÍNDICES**



**REPOSITÓRIOS  
AGREGADORES  
MOTORES DE BUSCA**



**BASE DE DADOS  
BIBLIOGRÁFICOS**



A *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* é uma publicação científica cuja edição digital respeita integralmente os critérios da política do acesso livre à informação. / *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* is a scientific open access journal whose digital version follows all the criteria of OA publishing policy.

## FICHA TÉCNICA

**TÍTULO** REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO  
N.º 14 ANO 2024

**EDITORES** CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
EM PARCERIA COM A FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESTE TRABALHO É FINANCIADO POR FUNDOS NACIONAIS ATRAVÉS DA FCT - FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I.P., NO ÂMBITO DO PROJETO «UIDB/00022/2020». doi: <https://doi.org/10.54499/UIDB/00022/2020>.

**LOCAL DE EDIÇÃO** PORTO, PORTUGAL

**ISSN** 2183-3958

**DOI** <https://doi.org/10.21747/21833958/red14>

**PERIODICIDADE** SEMESTRAL

**DIREÇÃO EDITORIAL** Alexandra Guedes Pinto Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal  
MAPINTO@LETRAS.UP.PT

**EDITORES-ADJUNTOS** Rui Ramos Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal  
RLRAMOS@IE.UMINHO.PT  
Valdir Heitor Barzotto Faculdade de Educação e Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil  
BARZOTTO@USP.BR  
Zilda Aquino Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil  
ZIAQUINO@USP.BR

**COMISSÃO EDITORIAL** **Alexandra Guedes Pinto** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal  
**Catarina Warrot** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal  
**Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal  
**Gabriel Isola-Lanzoni** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

**ASSISTENTE EDITORIAL** **Silvana Costa** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

**ACESSO EM LINHA** <http://ojs.letras.up.pt/index.php/re>

## FICHA TÉCNICA

### CONSELHO CIENTÍFICO

**António Briz** Universidad de València, Espanha

**Catherine Kerbrat-Orecchioni** ICAR, CNRS, Université Lyon 2, França

**Christian Plantin** ICAR, Université Lyon 2, França

**Dominique Maingueneau** Université Paris IV, França

**Isabel Margarida Duarte** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

**Joaquín Garrido** Universidad Complutense de Madrid, Espanha

**José Portolés** Universidad Autónoma de Madrid, Espanha

**Luiz Antônio da Silva** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

**Maria Aldina Marques** Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Portugal

**Olívia Pestana** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

**Paulo Roberto Segundo** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

**Rui Sousa e Silva** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

**Sónia Rodrigues** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Os trabalhos submetidos à *Redis* serão avaliados por, no mínimo, dois avaliadores externos, selecionados segundo um critério de afinidade científica relativamente ao trabalho em apreciação. Os avaliadores deverão comunicar aos editores quaisquer conflitos de interesse, que possam impedir uma avaliação isenta, ou declarar-se não qualificados para avaliar uma determinada proposta, se considerarem que tal procedimento é necessário. Os avaliadores terão acesso a um guião de avaliação que os orientará na revisão dos artigos propostos. Será dado um prazo de vinte dias corridos para a apresentação do parecer a partir da data de entrega do artigo ao avaliador. Este período poderá ser prorrogado por critério do diretor editorial, desde que a prorrogação não ponha em causa a publicação da revista dentro dos prazos previstos.

## ÍNDICE

<b>ÁBILA, FERNANDA &amp; CATELÃO, EVANDRO DE MELO</b> Gerenciamento de assunção de responsabilidade no gênero reportagem de checagem de fatos DOI 10.21747/21833958/RED14A1	12-39
<b>ARRUDA, PEDRO HENRIQUE CARVALHO DE &amp; GALLI, FERNANDA CORREA SILVEIRA</b> Movimento antivacina em (dis)curso no espaço digital: regionalizações porosas do/no dizer DOI 10.21747/21833958/RED14A2	40-63
<b>BIAR, LIANA DE ANDRADE &amp; SANTOS, DOUGLAS FIRMINO DOS</b> Quem ficou em casa e quem não pôde ficar: narrativas sobre o trabalho de mulheres na pandemia DOI 10.21747/21833958/RED14A3	64-90
<b>CARDOSO TEIXEIRA, GISELA</b> <i>Ethos</i> e Mídia: estratégias discursivas para a constituição da imagem de si do profissional do jornalismo DOI 10.21747/21833958/RED14A4	91-110
<b>ISRIGOVA, VICTORIA</b> TED Talks: análise da estrutura retórica do gênero sob a perspetiva da teoria de movimentos DOI 10.21747/21833958/RED14A5	111-134

- REBELLO, ILANA DA SILVA** 135-164  
A pandemia de Covid-19 nas capas da *Veja*: o modo narrativo sob a perspectiva da Semiologia  
DOI 10.21747/21833958/RED14A6
- SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA** 165-191  
A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais  
DOI 10.21747/21833958/RED14A7
- SILVA, CLÁUDIA ALEXANDRA MOREIRA DA** 192-215  
O tempo e a memória n' *A Ignorância*, de Milan Kundera  
DOI 10.21747/21833958/RED14A8
- WELTER, MÁRCIA ROHR** 216-241  
“Valorização dos professores”: cenografia e *ethos* de seis professores em vídeos do ministério da educação  
DOI 10.21747/21833958/RED14A9

## NOTA EDITORIAL

O volume 1 do ano de 2024 da Revista REDIS reúne um conjunto de nove artigos com uma diversidade de abordagens e temáticas, interligadas pela exploração das interações entre discurso, media e sociedade.

O tempo de pandemia deixa a sua marca neste volume, com quatro estudos sobre o tema. Desde trabalhos jornalísticos de verificação de factos sobre a vacina contra a Covid-19, até às publicações de movimentos antivacina no Twitter, às narrativas de mulheres trabalhadoras no período de isolamento social ou, ainda, as capas de revista que narrativizam a história da pandemia, este tempo que sobressaltou o mundo fica também plasmado nas páginas da nossa revista.

Outros trabalhos exploram estratégias discursivas de construção dos *ethes* de profissionais do jornalismo e de professores, a emergência do sujeito *mulher* nas carreiras policiais e da Marinha do Brasil como acontecimento discursivo ou, ainda, a estrutura retórica das TED Talks. O texto literário também é focalizado, com o estudo da construção do tempo num romance de Milan Kundera.

No seu conjunto, os artigos refletem a importância do discurso na construção de realidades sociais, contribuindo para uma compreensão mais profunda das práticas comunicativas contemporâneas.

Fernanda Ábila e Evandro de Melo Catalão, num artigo intitulado *Gerenciamento de assunção de responsabilidade no gênero reportagem de checagem de fatos*, discutem a noção de responsabilidade enunciativa em reportagens de verificação de fatos, com vista a evidenciar as marcas de (não) assunção dos pontos de vista nas mesmas. As reportagens, extraídas de

plataformas *online*, relacionam-se com conteúdos sobre a vacina da Pfizer contra a Covid-19.

Pedro Henrique Carvalho de Arruda e Fernanda Correa Silveira Galli mantêm-se na temática da pandemia e da vacinação, com o trabalho *Movimento antivacina em (dis)curso no espaço virtual: regionalizações porosas do/no dizer*. Os autores refletem sobre a discursivização da vacinação obrigatória pelo movimento antivacina no espaço digital, analisando um conjunto de publicações numa hashtag do Twitter, que marcou a agenda de manifestações contra a vacinação obrigatória no Brasil.

Liana de Andrade Biar e Douglas Firmino dos Santos, em *Quem ficou em casa e quem não pôde ficar: narrativas sobre o trabalho de mulheres na pandemia*, analisam histórias quotidianas contadas por mulheres trabalhadoras sobre a sua experiência de isolamento social na pandemia. Fazem-no a partir de entrevistas qualitativas abertas, mostrando que os diferentes sentidos e ordens de indexicalidade mobilizadas remetem para um sistema de coerência informado pelo discurso neoliberal.

O trabalho intitulado *A pandemia de Covid-19 nas capas da Veja: o modo narrativo sob a perspectiva da Semiologia*, da autoria de Ilana da Silva Rebello, analisa uma sequência de capas da revista *Veja*, com o objetivo de reconstruir a história por elas contada sobre a pandemia do coronavírus, nos anos de 2020 e 2021. Para esse fim, é adotado o enquadramento teórico metodológico da Semiologia, de Patrick Charaudeau.

No artigo *Ethos e mídia: estratégias discursivas para a constituição da imagem de si do profissional do jornalismo*, Gisela Cardoso Teixeira identifica mecanismos de construção do ethos discursivo do profissional do jornalismo na produção do seu discurso, associando a sua imagem aos ideais da ética jornalística e do compromisso com a verdade.

Já em *TED Talks: análise da estrutura retórica do género sob a perspectiva da teoria de movimentos*, Victoria Isrigova, baseada no quadro teórico da análise de movimentos de Swales, ensaia uma descrição da estrutura retórica do género TED Talks, uma forma popular de discurso oral online.

*A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais* é o título do estudo proposto por Cremilton de Souza Santana e Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes, em que os autores investigam a emergência do sujeito *mulher* nas carreiras policiais e da Marinha do Brasil como acontecimento discursivo e os efeitos de resistência dessa trama nas redes mediáticas digitais.

Cláudia Alexandra Moreira da Silva, no artigo *O tempo e a memória n' A Ignorância, de Milan Kundera*, move-se para a abordagem do texto literário, com o objetivo principal de contribuir para uma análise do tempo na obra *A Ignorância* de Milan Kundera, tendo como base a concepção de romance como configurador do tempo, de acordo com as perspectivas teóricas de Benveniste (1978), Oliveira e Lopes (1995) e Fonseca (1992; 1996).

Em “*Valorização dos professores*”: *cenografia e ethos de seis professores em vídeos do ministério da educação*, Márcia Rohr Welter reflete sobre a construção do ethos discursivo de professores num conjunto de vídeos com testemunhos pessoais, veiculado pelo Ministério da Educação nas comemorações do dia do professor, em outubro de 2021. Os resultados demonstram que a cenografia tende a silenciar os desafios e as adversidades da educação no Brasil e a constituir um ethos de professor comprometido e inspirador.

Esperamos que a leitura seja, também ela, inspiradora.

Alexandra Pinto

REDIS – Revista de Estudos do Discurso

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Número 14, 2024

## Gerenciamento de assunção de responsabilidade no gênero reportagem de checagem de fatos

### Managing assumption of responsibility in the fact-checking report genre

**ÁBILA, FERNANDA**  
fernandaabi286@gmail.com

Mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2024) (Brasil)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4345-0995>

**CATELÃO, EVANDRO DE MELO**  
evandrocatelao@utfpr.edu.br

Doutor em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2013) (Brasil)

Professor na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Brasil)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3006-5051>

#### **PALAVRAS-CHAVE:**

Responsabilidade enunciativa;  
Checagem de fatos;  
Análise Textual Discursiva;  
Ponto de vista.

**RESUMO:** Este artigo discute a aplicação da noção de responsabilidade enunciativa (RE) em reportagens de checagem de fatos, com vistas a evidenciar as marcas de (não) assunção dos pontos de vista nos excertos selecionados. A análise recai sobre duas reportagens publicadas nas plataformas *online* de checagem de fatos AFP Checamos e Agência Lupa, atestando a inveracidade de conteúdos sobre a vacina da Pfizer contra a Covid-19 que circularam de forma massiva no ambiente digital nos anos de 2020 e 2021. Como ancoragem teórico-metodológica, mobilizaram-se os postulados teóricos da análise textual dos discursos (ATD), conforme Adam (2011; 2020), em diálogo com outros postulados de Rabatel (2009, 2013, 2017) e Maingueneau (2004). Os resultados revelaram que, para cumprir seu propósito comunicativo, os locutores-enunciadores primeiros (L1/E1), agências especializadas, utilizaram como principal estratégia discursiva a imputação dos pontos de vista a fontes especializadas que têm condições de fornecer informações técnicas sobre o tema da checagem. Ao engajar-se com esses pontos de vista, esses L1/E1 evidenciam sua concordância por meio de marcas textuais que semantizam as palavras alheias.

#### **KEY-WORDS:**

Enunciative Responsibility;  
Fact-checking;  
Textual Discourse Analysis;  
Viewpoint.

**ABSTRACT:** This article discusses the application of the notion of enunciative responsibility (ER) in fact-checking reports, aiming to highlight the marks of (non-)assumption of viewpoints in the selected excerpts. The analysis focuses on two reports published on the online fact-checking platforms AFP Checamos and Agência Lupa, verifying the falsity of content about the Pfizer Covid-19 vaccine that circulated massively in the digital environment in 2020 and 2021. As a theoretical-methodological anchor, the theoretical postulates of textual discourse analysis (TDA) were mobi-

lized, according to Adam (2011; 2020), in dialogue with other postulates by Rabatel (2009, 2013, 2017) and Maingueneau (2004). The results revealed that, to fulfill their communicative purpose, the primary speaker-enunciators (L1/E1), specialized agencies, used as their main discursive strategy the attribution of viewpoints to specialized sources capable of providing technical information on the fact-checked topic. By engaging with these viewpoints, these L1/E1s demonstrate their agreement through textual marks that semanticize others' words.

## INTRODUÇÃO

O surgimento da checagem de fatos como uma nova vertente do jornalismo, popularizada no Brasil na última década, foi impulsionado por fatores ocasionados pela expansão das formas de interação no contexto digital. Entre eles, a negligência das etapas de checagem em coberturas jornalísticas, sobretudo aquelas feitas por veículos *online* que prezam pela velocidade da publicação, e o surgimento de ecossistemas digitais criados especialmente com o propósito de propagar desinformação, de modo intencional. Da mesma forma, tal cenário, somado à popularização das interações entre os usuários *online* por diferentes tipos de aplicativos nos dispositivos eletrônicos móveis, levou ao crescimento do compartilhamento indiscriminado de textos com diferentes tipos de conteúdo, inclusive textos noticiosos falsos. Ato que pode estar particularmente motivado pela geração de polêmicas instantâneas sobre ações de grupos de pensamento contrário ou apenas como forma de confundir. Há ainda o ato de compartilhar (des)informações por se acreditar ou se desejar que elas sejam verdadeiras, um tipo de apelo à emoção reforçado pelas crenças particulares.

Não se tratando necessariamente de um tipo de conduta nova, a propagação de desinformação enfrenta certas formas de combate, como a checagem de fatos empregada na esfera jornalística. Trata-se de um método jornalístico que consiste na averiguação de declarações feitas por atores públicos ou na averiguação de informações que circulam sobretudo nos ambientes *online*, com vistas a detectar erros, imprecisões ou inverdades nos textos produzidos e veiculados.

Nesse sentido, a checagem é um tipo de ação anterior à produção de um novo texto (reportagem, notícia ou outro) que conteste, geralmente pela utilização de fontes ditas “confiáveis”,

1. Acreditamos que o ato da checagem deveria ser inerente ao jornalismo, no sentido de confirmar fatos que chegam por fontes não oficiais. Um exemplo, se chega ao jornalista por uma fonte X o boato de que tal grupo corporativo está abrindo falência - ele não pode publicar essa informação antes de ir checá-la na fonte oficial, como o CEO do grupo. Ao dizer "um novo texto que conteste os textos com dados inverídicos ou manipulados" estamos falando especificamente da checagem de fatos enquanto gênero, que produz um novo texto a partir de outro já em circulação.

2. Apesar de também apresentarmos parte da ancoragem teórica em Adam (2011; 2020), que utiliza *PdV*, neste trabalho utilizamos a abreviação *PDV*, em conformidade com Rabatel (2009; 2017).

os textos com dados potencialmente<sup>1</sup> inverídicos ou manipulados. Textual e discursivamente, ambas as formas (textos verídicos e textos manipulados) apresentam em seu plano composicional, temático, de textura e enunciativo elementos semelhantes, mas diferindo-se pelo propósito comunicativo. Neste estudo, direcionar-nos-emos aos aspectos enunciativos, particularmente, concentrando-nos nas noções de responsabilidade enunciativa (doravante RE) e ponto de vista (doravante PDV), ambos observados pela Linguística Textual (Adam, 2011; 2020; Cavalcante *et al.*, 2022) e pela abordagem enunciativo-interacional (Rabatel, 2009; 2017).

Nesses limites, o estudo buscará descrever dados do desdobramento polifônico, característico dos gêneros reportagem e notícia, o qual consiste no gerenciamento de múltiplos PDV que emergem no discurso, por meio de testemunhos, dados e documentos oficiais, colocando em diálogo esses diferentes PDV. Particularmente na checagem de fatos, o jornalista adota diferentes posturas diante dos PDV imputados a outras fontes enunciativas, a fim de cumprir sua intenção comunicativa de encaminhar o pensamento do leitor sobre a (in)veracidade dos fatos. Para tanto, nesta pesquisa propomos responder de que modo as marcas de (não) assunção dos PDV (*prise en charge*) são evidenciadas em reportagens de checagem de fatos? Como objetivos específicos da análise, delimitamos i) identificar formas de gerenciamento de PDV<sup>2</sup> evocados nos discursos; ii) descrever tipos de estratégias mobilizadas (*prise en charge*, *prise en compte*, imputação) pelo jornalista locutor/enunciador primeiro (L1/E1) para assinalar os PDV; iii) verificar o emprego de elementos textuais semelhantes ou diferentes entre as duas plataformas analisadas com o intuito de analisar como os posicionamentos alheios interferem na visada argumentativa dos enunciados.

Levando em conta essas diferentes formas de gerenciamento dos PDV na produção de sentidos das reportagens, esta pesquisa trata da investigação de como se processa a RE na checagem

de fatos pensada também em uma perspectiva textual e discursiva, postura que coaduna com os trabalhos em Linguística Textual realizada no Brasil, particularmente aos do grupo PRO-TEXTO (Cavalcante *et al.*, 2022), aos quais os autores deste estudo estão filiados. Para tanto, selecionamos um *corpus* composto por excertos de duas reportagens publicadas nas plataformas de checagem *online* AFP Checamos e Agência Lupa, em março e maio de 2022. O conteúdo alvo das checagens são postagens compartilhadas em redes sociais e uma mensagem que circulou no WhatsApp, disseminando uma informação caracterizada como comprovadamente falsa sobre reações adversas relacionadas à vacina da Pfizer contra a Covid-19.

Considerando-se, dentro desse contexto, o papel da checagem em combater ou amenizar o impacto negativo da desinformação na formação da opinião pública, o estudo justifica-se pela relevância de se investigar o funcionamento da RE nessa modalidade jornalística.

### **1. A (DES)RESPONSABILIZAÇÃO ENUNCIATIVA E A (NÃO)ASSUNÇÃO DO PONTO DE VISTA**

A responsabilidade enunciativa (RE), vista na perspectiva da ética, é uma das noções centrais nas obras de Rabatel (2009; 2017). Segundo o autor, a noção refere-se à forma como o locutor assume (*pris en charge*) ou imputa PDVs em um dado discurso, seja para apoiá-los, refutá-los ou simplesmente apresentá-los de maneira neutra. Nesses limites, ao aproximar essa noção à prática jornalística, a RE pode ser relacionada ao que é apresentado, por exemplo, no código deontológico dos jornalistas, segundo o qual os fatos relatados devem ser apresentados com rigor e exatidão, devidamente comprovados, e a “distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público” (Federação Europeia de Jornalista, 2024, sp.). Além disso, há o compromisso com o tratamento ético da informação, sendo esse compromisso, na checagem

de fatos, estendido ao combate à desinformação, por meio do confronto de informações potencialmente falsas que podem influenciar negativamente a opinião pública (Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, 2024).

Para tanto, o jornalista, o locutor/enunciador da reportagem de checagem de fatos, pode recorrer a outros PDV, transferindo assim para outra fonte enunciativa parte da RE por uma asserção, uma vez que ele também é o responsável pelo gerenciamento dos PDVs em um dado texto. Dessa forma, esse ato objetiva manter certo caráter de neutralidade e imparcialidade inerente ao discurso jornalístico. Vale dizer que faz parte do compromisso ético da atividade jornalística, de acordo com Rabatel e Chauvin-Vileno (2006, p.10),

[...] precisar certas fontes, de outro lado, proteger outras, se restringir a uma certa neutralidade na apresentação das opiniões, oscilar entre a necessidade de apresentar os pontos de vista dos outros (ou certos outros) e a obrigação de não revelar os pontos de vista pessoais dos jornalistas [Tradução nossa]<sup>3</sup>.

3. [...] préciser certaines sources, d'autre part en protéger certaines autres, s'astreindre à une certaine neutralité dans la présentation des opinions comme dans celle des faits, bref, osciller entre la nécessité de présenter les points de vue des autres (ou de certains autres) et l'obligation de ne pas donner le point de vue personnel des journalistes. (Rabatel & Chauvin-Vileno (2006, p. 10).

No tocante à busca pela credibilidade da informação, é tarefa do informador remontar a origem dos fatos a fim de fazer surgir uma construção discursiva da realidade, ou seja, onde a construção da verdade é influenciada por fatores sociais, culturais e situacionais (Charaudeau, 2013). De acordo com Charaudeau (2013), isso é feito tanto por meio de provas de verdade (como objetos e documentos) como pelos meios discursivos da reconstituição e da elucidação. Estes consistem em evocar PDVs alheios como opiniões diversas, testemunhos, bem como organismos especializados que podem prover provas técnicas e científicas. No caso da checagem de fatos, a fim de checar o conteúdo (des)informacional, o jornalista recorre diretamente aos PDV das fontes que proferiram ou que foram tema de tal conteúdo.

Ao direcionar a leitura para outras fontes de informação que respaldam seu PDV, o locutor-enunciador primeiro (o jornalista) orienta a construção do efeito de sentido desejado, conforme seu projeto comunicacional. Nesse processo de objetivação (a busca pela origem de um fato por meio da reconstituição e elucidação), o locutor/enunciador primeiro pode escolher distanciar-se ou engajar-se com um PDV alheio. Isso implica um processo de subjetivação (a inserção de sua perspectiva pessoal), onde, segundo Charaudeau (2013), o jornalista adota uma atitude psicológica que reflete seu interesse no “valor de verdade” da informação transmitida. Essa atitude pode levar o jornalista a defender ou criticar a informação de maneira parcial, conforme seu posicionamento pessoal e o efeito de sentido que deseja produzir.

Neste estudo, pensando nesses aspectos, consideramos também como estratégias argumentativas empregadas na checagem de fatos as ligações hipertextuais presentes no suporte digital, cuja função é tecer as redes de sentido que “afetam diretamente a compreensão, como também influenciam o que deve ser destacado pelo leitor ou ignorado completamente” (Marcuschi e Xavier, 2010, p. 211).

Charaudeau (2013) esclarece que o “valor de verdade” baseia-se em evidências e se concretiza por meio de uma explicação elaborada com a ajuda de uma instrumentalização científica, que se pretende exterior ao homem. Em contraste, o “efeito de verdade” está associado às convicções e ao ato de acreditar ser verdadeiro, o que está intimamente ligado ao imaginário de cada grupo social. Nesse contexto, o valor de verdade também direciona a relação argumentativa estabelecida entre o locutor e o alocutário, conforme a nova retórica, que é compreendida como um acordo com o tipo de auditório, seja ele particular ou universal<sup>4</sup>.

4. Não trataremos aqui dessas noções, uma vez que elas desviariam em certa medida do percurso teórico do presente estudo. De forma resumida, acreditamos que elas poderiam contribuir para a compreensão da ação visada no gerenciamento de PDVs, no caso ligando-se ao que estamos conceituando aqui como “verdade” (acordo com o auditório universal). Deixaremos essa abordagem para outro trabalho, mas acredita-se que, com base na remontagem dos fatos, por meio de PDVs alheios que fornecem provas de verdade com vistas a estabelecer acordo com um auditório dito universal, criam-se desdobramentos polifônicos característicos do gênero reportagem. Poderíamos ainda complementar essa noção pelos encaminhamentos argumentativos provenientes da nova retórica, considerando o entendimento de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) de que o discurso é sempre construído em função do outro, seja para convencer um auditório universal, ao apresentar fatos e verdades para persuadir um auditório particular, por meio de argumentos baseados nas crenças, valores e lugares-comuns atrelados a tal auditório.

Em uma perspectiva analítica e textual, semelhante à que pretendemos seguir neste estudo, a RE no modelo teórico proposto por Adam (2011; 2020), no âmbito da análise textual dos discursos (ATD), é compreendida pelo exame do texto dentro do quadro mais amplo. A ATD está subdividida em níveis analíticos (textuais e discursivos), incluindo o enunciativo, que se refere especificamente à RE<sup>5</sup>, foco da presente pesquisa.

5. São cinco níveis analíticos que dizem respeito à textualidade (N4), à estrutura composicional (N5), à dimensão semântica (N6), à enunciativa (N7) e aos atos de discurso (N8). Esses níveis, para Adam (2011), não devem ser pensados isoladamente, mas sempre relacionados entre si para a compreensão global do texto.

Situada por Adam (2011) no plano enunciativo dentre os níveis ou planos de análise textual e discursiva, a RE pode ser compreendida como uma unidade que se preocupa em depreender o desdobramento polifônico do texto para o nível enunciativo, ou seja, da coesão polifônica. Também, na teoria do autor, é um dos componentes da unidade mínima de sentidos (proposição-enunciado). Segundo ele, as relações enunciativas são estabelecidas como um dos componentes da proposição-enunciado, a assunção de responsabilidade (*prise en charge*) e ponto de vista, junto da representação discursiva (semântica/tema) e da orientação argumentativa (atos de discurso)<sup>6</sup>. Adam (2020) aponta que essas três dimensões são inseparáveis, uma vez que toda *prise en charge* é a expressão de um PDV e possui uma orientação argumentativa mais ou menos explícita.

6. Para essa apresentação, usamos as noções conforme a última edição da obra (Adam, 2020). Na tradução de 2011 o termo *prise en charge* foi traduzido como “responsabilidade enunciativa”, contudo, conforme nossa compreensão da obra, utilizamos a mesma denominação para o termo apresentado por Rabatel (2009) como “assunção de responsabilidade”.

Mesmo que na teoria de Rabatel essa noção seja mais ampla, ligada à ética, identificamos pontos de adesão entre os autores, o que implica na junção das teorias em uma certa complementaridade à análise que pretendemos aqui. Assim, Rabatel (2017) traz outras definições importantes, como a de PDV, pela qual filia a noção aos elementos de ordem semântica ou de referência.

Defino como ponto de vista (PDV), em linguística, todo enunciado que predica informações sobre qualquer objeto do discurso, fornecendo não apenas informações sobre o objeto (relacionadas a sua denotação), mas também sobre a maneira pela qual o enunciador considera o objeto, expressando assim um PDV. O tema do PDV pode ser um indivíduo, uma coletividade, um anônimo, podendo expressar PDVs singulares ou coletivos, originais ou estereótipos (Rabatel, 2017, p. 43 [tradução nossa])<sup>7</sup>.

Rabatel (2009) define ainda que o enunciador é a fonte na origem do PDV, podendo este ser assumido pelo locutor-enunciador primeiro (L1/E1) ou imputado a um segundo enunciador de forma direta (l2/e2) ou indireta (e2)<sup>8</sup>. Monte (2023, p. 2) explica que em sua teoria para o PDV, Rabatel baseia-se em Ducrot (distinção entre locutores e enunciadores). Nesse sentido,

o locutor/enunciador primeiro (ao mesmo tempo, sujeito dêitico e modal) articula, com muita frequência, no mesmo enunciado ou em enunciados consecutivos, diferentes pontos de vista (PDV), alguns dos quais ele assume [*pris en charge*] e outros que ele imputa a outros locutores/enunciadores segundos ou a si mesmo em um outro universo. Diante desses 'heteroPDV', ele pode manifestar sua concordância ou discordância, ou simplesmente levar em consideração [*pris en compte*] os PDV sem se posicionar a respeito deles [Tradução nossa]<sup>9</sup>.

Esse aspecto apresentado por Monte (2023) a respeito dos heteroPDV permite que possamos entender a RE por modos diferentes, o que nos ajudaria a compreender seu uso nas reportagens de verificação de fatos. Como afirma a autora, “a atenção que ele dá à maneira como o L1/E1 se posiciona em relação ao ponto de vista de outro, o que o leva necessariamente a expressar esse ponto de vista, às vezes de forma distorcida, em seu próprio discurso<sup>10</sup>” (p. 3, tradução nossa). Coadunamos com Monte (2023), nesse sentido, com a afirmação de que as duas dissociações (produtor empírico L e instância responsável pelo PDV E) parecem gestos teóricos essenciais para o desenvolvimento de análises, uma vez que também esboçam parte do que consideramos em algumas análises como *ethos*<sup>11</sup>.

7. “Je définis comme point de vue (PDV), en linguistique, tout énoncé qui prédique des informations sur n'importe quel objet du discours, en donnant non seulement des renseignements sur l'objet (relatifs à sa dénotation), mais aussi sur la façon dont l'énonciateur envisage l'objet, exprimant ainsi un PDV. Le sujet du PDV peut être un individu, un collectif, un anonyme, et il peut exprimer des PDV singuliers ou collectifs, originaux ou stéréotypés”.

8. Seguiremos a convenção, conforme Rabatel (2009; 2017), de utilizar letras maiúsculas para designar o locutor/enunciador primeiro (L1/E1) e letras minúsculas para os outros pontos de vista (PDVs) gerenciados por L1/E1, os quais serão representados como l2/e2 ou e2 e subsequentes.

9. Le locuteur/énonciateur premier (à la fois sujet déictique et modal) articule très souvent, dans un même énoncé ou dans des énoncés consécutifs, des points de vue (PDV) différents, certains qu'il prend en charge et d'autres qu'il impute à des locuteurs/énonciateurs seconds ou à lui-même en un autre univers. Face à ces « hétéroPDV », il peut manifester son accord ou son désaccord ou simplement prendre en compte les PDV sans exprimer de position à leur égard.

10. l'attention qu'il porte à la façon dont le locuteur/énonciateur premier se positionne par rapport au PDV d'un autre, ce qui l'amène nécessairement à exprimer ce PDV, parfois de façon déformée, dans son propre discours.

11. Para mais detalhamentos, ver Amossy (2018).

12. As categorias propostas por Adam (2001) são uma ampliação do “aparelho formal de enunciação” elaborado por Benveniste (1974). São elas: índices de pessoas, dêiticos espaciais e temporais, tempos verbais, modalizações, índices de representação da fala, índices de quadros mediadores, fenômenos de modalização autonímica e índices de percepção ou pensamento reportado.

13. Neste artigo, utilizamos o termo **mediativo** como sinônimo da **modalização em discurso segundo**, como em Maingueneau (2004).

Em resumo, podemos compreender então três posturas enunciativas definidas por Rabatel (2009) diante dos conteúdos proposicionais atribuídos a um segundo enunciador: i) L1/E1 discordante de e2, não assumindo a responsabilidade enunciativa; ii) L1/E1 neutro, implicando assim uma responsabilidade zero ou quase assunção da RE; iii) L1/E1 concordante com o PDV de e2, assumindo assim também a RE. São, portanto, as posturas de L1/E1 com vista ao engajamento ou distanciamento dos PDV de e2 que orientam argumentativamente o enunciado. Nas palavras de Rabatel (2013), o enunciador, como a instância que se encontra na origem do PDV expresso em um conteúdo proposicional, é também o ponto central das visadas argumentativas dos locutores.

Por fim, das noções apresentadas, podemos compreender que o grau de RE de uma proposição é suscetível de ser marcado por um grande número de unidades da língua, assim como é apresentado por Adam (2011; 2020). Essas unidades estão enquadradas em oito categorias<sup>12</sup> que possibilitam depreender os PDVs de um enunciado, tendo sido eleita para dar conta dos objetivos desta análise a categoria de indicação de quadros mediadores, demarcando a presença de e2 ou l2/e2 no discurso.

Em sentido próximo, Maingueneau (2004) considera o discurso mediativo<sup>13</sup> como uma forma mais discreta de o locutor indicar, de maneira explícita, que não é a fonte primeira da informação, ou seja, que não é responsável por aquela asserção. São essas marcas discursivas presentes no nível do texto, bem como nos arredores das citações, que conferem significado ao enunciado, evidenciando sua orientação argumentativa. O que significa dizer que não se depreendem os efeitos de sentido somente no interior da proposição-enunciado, mas também por meio das posturas do locutor que antecedem ou sucedem os PDV alheios.

Dito isso, vale destacar que todo enunciado possui uma potencialidade ilocucionária, livre de conectores argumentativos (Adam, 2011; 2020). Isso porque, mesmo que o enunciador procure manter-se distante das asserções imputadas, sua visada/dimensão argumentativa (Amossy, 2018) ainda se faz presente, reveladas por uma série de marcas linguísticas que compõem os enunciados e orientam a sua interpretação.

Tendo, pois, explicitados os fundamentos teóricos que embasam a análise da responsabilidade enunciativa no *corpus* selecionado, passemos à descrição dos procedimentos metodológicos adotados neste trabalho.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

Tendo em vista o objetivo geral da presente pesquisa – de descrever e interpretar como se processa a RE na checagem de fatos – elegemos como *corpus* analítico duas reportagens publicadas pelas plataformas *online* AFP Checamos e Agência Lupa, em março e maio de 2002, respectivamente. As duas publicações analisadas abarcam o mesmo tema, tendo como alvo a checagem de dois conteúdos distintos (postagens nas redes sociais X (antigo Twitter), Facebook e Instagram e uma mensagem no aplicativo WhatsApp), que circularam em diferentes momentos. Para contextualizar o leitor, ambas as plataformas expõem a captura de tela do conteúdo na introdução das checagens publicadas. Foram então gerados excertos subsequentes de cada reportagem, os quais foram divididos em segmentos informacionais numerados segundo as proposições finalizadas com ponto final no sentido de destacar o PDV. Em seguida foram destacadas unidades em negrito correspondentes à codificação das fontes enunciativas e às marcas linguísticas (textuais/discursivas) enfocadas por esta análise.

Entre as oito categorias de graus de RE sugeridas por Adam (2011; 2020), mobilizamos para este trabalho a indicação de quadros mediadores desdobrada nas subcategorias: a) **marcadores**, b) **verbos de atribuição de fala** e c) **modalização por tempo verbal**. Este trabalho assume também que as atribuições de fala podem ocorrer pelo discurso direto, indireto e híbrido (marcado pela presença de ilhas textuais). Dessa forma, para chegar aos resultados de pesquisa, as etapas dos procedimentos de análise foram as seguintes (Tabela 1):

Tabela 1 – Procedimentos de análise

Fonte: Elaborada pelos autores

Descrição	Porcentagem acumulativa
Marcadores	Identificação dos PDV evidenciados nos enunciados
Verbos de atribuição de fala	Descrição das marcas linguísticas dos quadros mediadores, focalizando os verbos de atribuição de fala
Modalização por tempo verbal	Marcadores e modalização por tempo verbal
Discurso direto, Discurso indireto, Discurso híbrido	Levantamento das ocorrências de discurso indireto, direto e híbrido nos excertos selecionados, a fim de verificar diferenças entre as duas plataformas analisadas em relação aos tipos de discurso empregados
<i>Prise en charge</i>	Identificação das ocorrências de (não) assunção dos pontos de vista nos excertos selecionados
Gerenciamento de PDV	Interpretação do gerenciamento desses pontos de vista em interface com a orientação argumentativa dos enunciados

As etapas dos procedimentos de análise podem ainda ser assim descritas: i. identificação dos PDV nos enunciados; ii. descrição das marcas linguísticas dos quadros mediadores com foco nos elementos verbais; iii. observação dos discursos indireto, direto e híbrido; iv. identificação das ocorrências de (não) assunção de PDV; v. análise qualitativa dos excertos e vi. interpretação do gerenciamento dos PDV em interface com a orientação argumentativa dos

enunciados. Elucidados os procedimentos metodológicos, passemos, a seguir, à análise dos dados.

### **3. RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM REPORTAGENS DE CHECAGEM DE FATOS SOBRE A VACINA DA PFIZER**

O propósito discursivo das duas reportagens de checagem analisadas é comprovar a inveracidade da informação que circulava em meios de interação *online* afirmando que a Pfizer teria divulgado um documento listando milhares de efeitos colaterais da vacina contra a Covid-19. Verificamos, assim, que as duas plataformas de checagem que compõem o *corpus* desta pesquisa têm um padrão composicional comum, contextualizando o tema na introdução das reportagens, ao expor o conteúdo em circulação previamente àquela checagem, juntamente com uma captura de tela da rede social ou do aplicativo de mensagens. Na sequência, traz as fontes enunciativas que comprovam a inveracidade ou imprecisão dos fatos e que, por sua vez, desempenham a função de legitimar o PDV com o qual L1/E1 se engaja.

A seguir, apresenta-se a análise da reportagem publicada pela AFP **Checamos** no dia 13 de março de 2022 (Figura 1): “Não, este relatório não lista centenas de efeitos adversos da vacina da Pfizer contra a covid-19”<sup>14</sup>.

14. Disponível em: <https://checamos.afp.com/doc.afp.com.32639XT>. Acesso em: 05/04/2024.

Figura 1 - 441 AFP

Fonte - Disponível em: <https://checamos.afp.com/verificacoes-da-afp-em-portugues-sobre-o-novo-coronavirus>. Acesso em: 05/04/2024

**441. Este relatório lista centenas de efeitos adversos da vacina da Pfizer contra a covid-19: FALSO**

Publicações viralizadas em múltiplos idiomas afirmam que um relatório da farmacêutica Pfizer reconhece centenas de efeitos adversos que seriam provocados por sua vacina contra a covid-19. Mas a lista que embasa as publicações mostra, na verdade, condições médicas que podem, teoricamente, ser atribuídas à vacinação e que, por isso, são objeto de um monitoramento prévio. O documento não descreve, portanto, consequências do imunizante da Pfizer-BioNTech, mas uma exigência padrão de monitoramento para a comercialização de qualquer nova vacina, como explicaram farmacologistas à AFP.  
[Confira.](#)

Como informação adicional, há a indicação do ecossistema digital onde o dado falso foi publicado marcado com um X (Figura 2). Há aqui um elemento icônico com a indicação da não veracidade das informações.

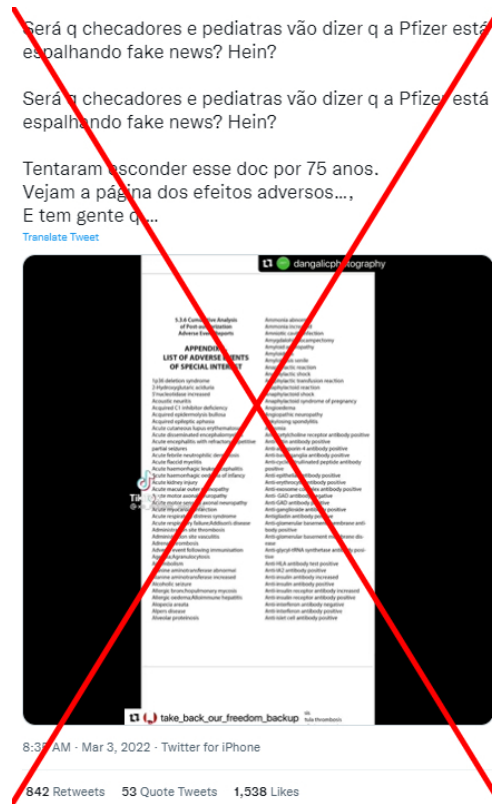


Figura 2 - Captura da página da rede social

Fonte - Disponível em: <https://checamos.afp.com/doc.afp.com.32639XT>.  
Acesso em: 05/04/2024

Na sequência, apresentamos a reportagem sobre a checagem dos dados presentes nas Figuras 1 e 2, retextualizada no Quadro 1. Pela análise da *prise en charge* e gerenciamento de PDV e outros indicadores dos quadros mediadores (Tabela 1), no segmento 1, L1/E1 (Alexis ORSINI) imputa às publicações em redes sociais (e2) o PDV de que “a Pfizer teria divulgado um documento contendo centenas de efeitos adversos da vacina contra a Covid-19”. L1/E1 emprega o tempo verbal futuro do pretérito em “seriam provocados” para distanciar-se da asserção apresentada já no título da reportagem.

Quadro 1 - Excertos AFP Checamos  
1 a 6

Fonte - Disponível em: <https://checamos.afp.com/doc.afp.com.32639XT>.  
Acesso em: 05/04/2024

**Não, este relatório não lista centenas de efeitos adversos da vacina da Pfizer contra a covid-19**

Alexis ORSINI, AFP França, AFP Brasil

[1] **Publicações** viralizadas em múltiplos idiomas **afirmam** que um relatório da farmacêutica Pfizer reconhece centenas de efeitos adversos que **seriam provocados** por sua vacina contra a covid-19. [2] **Mas** a lista que embasa as publicações mostra, **na verdade**, condições médicas que podem, teoricamente, ser atribuídas à vacinação e que, por isso, são objeto de um monitoramento prévio. [3] O documento não descreve, portanto, consequências do imunizante da Pfizer-BioNTech, mas uma exigência padrão de monitoramento para a comercialização de qualquer nova vacina, **como explicaram farmacologistas** à AFP (grifos próprios).

[4] Embora o documento creditado à Pfizer que lista todas essas condições médicas esteja disponível online, o relatório está sendo alvo de uma interpretação incorreta, **como indicou** à AFP **Aurélie Grandvillemin**, vice-chefe do Centro Regional de Farmacovigilância (CRPV) da região francesa da Borgonha: [5] “Esta não é, de **forma alguma**, uma lista de efeitos adversos reportados da vacina da Pfizer-BioNTech [Cominarty], mas um compilado de eventos adversos de interesse especial [...], de manifestações médicas identificadas a priori como possivelmente associadas à administração de uma vacina e que serão especificamente monitoradas após a comercialização de qualquer vacina, contra a covid ou outra doença” (grifos próprios).

[6] **Francesco Salvo**, coordenador do monitoramento de segurança da vacina da Pfizer em nível nacional, na França, e diretor do CRPV de Bordeaux **confirmou à AFP**: “Essa não é uma lista de efeitos adversos da vacina da Pfizer, mas de eventos que foram definidos por especialistas mundiais em vacinas, antes do início da campanha vacinal, como eventos a monitorar a priori com atenção após a vacinação, pois poderiam representar efeitos adversos dessas vacinas” (grifos próprios).

O operador argumentativo “mas”, no início do segmento 2, introduz um PDV distinto (e3) daquele apresentado no segmento anterior atribuído a e2, uma vez que possui valor pragmático de refutação (Koch, 2011). O uso da expressão “na verdade” reforça a refutação de L1/E1 ao PDV precedente de e3.

O conteúdo proposicional do segmento 3 é ainda reforçado e imputado a farmacologistas (e4), fontes especializadas que forneceriam provas técnicas e científicas para a elucidação dos fatos (Charaudeau, 2013). O verbo do dizer eleito (“explicaram”) para introduzir o discurso relatado de forma mediada pressupõe que o enunciador responsável (e4), tem competência e legitimidade para a explicitação dos dados descritos no documento, os quais demarcamos como provenientes de e3. De acordo com Monte (2023), estaríamos diante de um “heteroPDV”, em que L1/E1 estaria manifestando sua discordância de e2 (marcado no singular por termos apenas uma referência genérica das publicações), enfatizando o real PDV de e3 (referência ao relatório da farmacêutica Pfizer) e levando em consideração o PDV de e4 (farmacologistas, também em uma referência a um PDV genérico).

No segmento 4, L1/E1 reformula as palavras de e2 (publicações falsas) acerca de e3 (o relatório da Pfizer), aciona um l5/e5 (Aurélie Grandvullemin) por meio de um verbo de dizer, “indicou”, para se somar (*prise en compte*) ao seu PDV e afirma tratar-se de uma falsa informação. Além disso, ao mediar a fala de e2, L1/E1 fornece suas credenciais AFP e as credenciais de l5/e5 (“vice-chefe do Centro Regional de Farmacovigilância - CRPV - da região francesa da Borgonha”), a fim de garantir maior fiabilidade na asserção.

Por aderir a esse PDV, L1/E1 emprega o discurso relatado direto com a intencionalidade de criar autenticidade, indicando que as palavras citadas são aquelas realmente proferidas, além de explicitar sua adesão respeitosa à asserção, conforme Maingueneau (2004). Além disso, a fala de l5/e5 escolhida por L1/E1 para marcar o PDV contrário traz o indicador de quadro mediador “de forma alguma” que trata particularmente da refutação do PDV de e2.

Na proposição seguinte (6), ocorre processo semelhante, sendo imputada a asserção a outra fonte enunciativa, seguida do acordo de L1/E1. Na atribuição de fala do segmento 6, o discurso relatado direto refere-se ao mesmo PDV expresso no excerto 2. Nele, L1/E1 dialoga em forma de *prise en compte*, indicando essa adesão pela escolha do verbo *dicendi* “confirmou”, o qual valida e reforça esse PDV por meio da citação direta de l6/e6, uma outra fonte enunciativa ligada ao mesmo órgão especializado (“coordenador do monitoramento de segurança da vacina da Pfizer ao nível nacional, na França, e diretor do CRPV de Bordeaux”).

Com evidências que constituem provas de verdade, a reportagem da AFP Checamos disponibiliza por meio de ligação hipertextual (dêixis textual a e3) o relatório alvo da interpretação incorreta por e2, disponível publicamente no site da FDA (Agência de Medicamentos e Alimentos dos Estados Unidos).

No segundo exemplo, seguindo uma lógica semelhante à utilizada pela AFP Checamos, a reportagem publicada pela Agência Lupa, em 24 de maio de 2022, intitulada “É falso que Pfizer divulgou lista com 1.291 efeitos colaterais da vacina contra a Covid-1”<sup>15</sup> também apresenta a captura de tela da informação falsa publicada no ecossistema digital de origem. Em limites próximos, a agência utiliza outro tipo de elemento icônico para indicar a inveracidade das informações, dessa vez em forma de faixa amarela com a indicação de falso, semelhante à utilizada em cenários de crime por policiais. Em si, há uma aparente intertextualidade que também aciona um PDV e/ou contribui para a construção dos sentidos na página (Figura 3).

15. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/05/24/pfizer-lista-efeitos-colaterais-vacina>. Acesso em 05/04/2024.

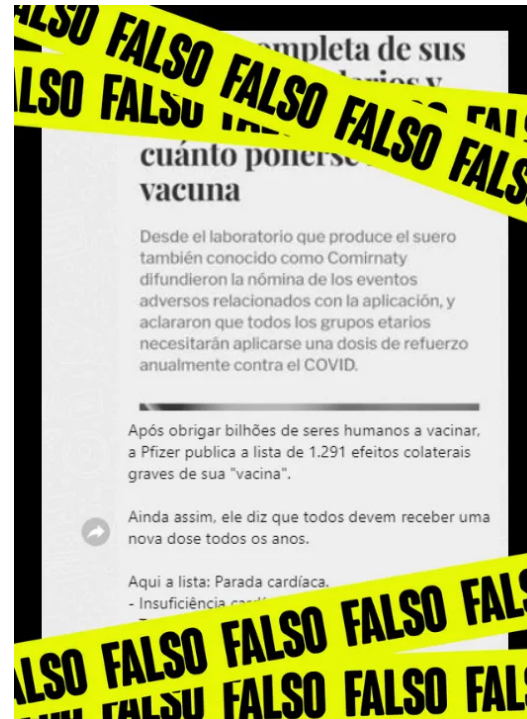


Figura 3 - Captura de tela do WhatsApp

Fonte - Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/05/24/pfizer-lista-efeitos-colaterais-vacina>. Acesso em: 05/04/2024

O Quadro 2, a seguir, traz a reportagem com a checagem dos fatos segundo a apuração da jornalista (L1/E1) da Agência Lupa. Para a análise, usamos as mesmas marcações da análise anterior, dividindo o texto segundo a pontuação e com destaques de marcadores enunciativos em negrito.

Quadro 2 - Excertos Agência Lupa  
1 a 10

Fonte - Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/05/24/pfizer-lista-efeitos-colaterais-vacina>.  
Acesso em 05/04/2024

**É falso que Pfizer divulgou lista com 1.291 efeitos colaterais da vacina contra a Covid-19**

Carol MACÁRIO, Agência Lupa

[1] Circula no WhatsApp a informação de que a Pfizer **supostamente** divulgou uma lista com “1.291 efeitos colaterais graves” associados à sua vacina contra a Covid-19. [2] **Segundo o conteúdo viral**, entre os eventos descritos pela empresa estão parada e insuficiência cardíaca, miocardite, lesão renal aguda, embolia e trombose do tronco cerebral e morte neonatal, entre outros. [3] **O conteúdo** também **sugere** que essa lista **teria sido** publicada depois que a empresa obrigou “bilhões de seres humanos” a se vacinar (grifos próprios). [4] A informação analisada pela Lupa é falsa. A Pfizer não divulgou **nenhum** documento listando 1.291 efeitos colaterais provocados pela Comirnaty, vacina de mRNA contra a Covid-19. [5] Dentre as reações adversas comuns e informadas na bula do imunizante constam **apenas** dor de cabeça, muscular e nas articulações, inchaço no local da injeção, calafrios, diarreia e febre. [6] Em nota, **o laboratório norte-americano informou** que os “eventos adversos que podem ser relacionados à vacina”, identificados durante as fases de estudo pré e pós-comercialização, “estão na bula do produto” (grifos próprios). [7] O conteúdo que circula em correntes de WhatsApp faz uma interpretação **equivocada** de um relatório, entregue pela Pfizer ainda no final de 2021, para a agência reguladora de medicamentos norte-americana Food and Drug Administration (FDA) como parte do Pedido de Licença Biológica (BLA). [8] Nesse documento, **o laboratório informa**, dentre outros pontos, uma lista de “eventos adversos de interesse especial” (páginas 30 a 38), **ou seja**, possíveis efeitos os quais deveriam ser observados e monitorados. [9] Isso não quer dizer que esses eventos foram confirmados **e, sim**, lista reações hipotéticas às quais os pesquisadores deveriam ficar atentos (grifos próprios). [10] Especificamente sobre esse relatório e as interpretações enganosas desse texto, a Pfizer informou que, “por política global, não comenta documentos que circulam ou viralizam em redes sociais”.

No segmento 1, L1/E1 imputa o PDV à mensagem que circulava no aplicativo WhatsApp (l2/e2), empregando o advérbio modalizador “supostamente” para marcar seu afastamento. As aspas em “1.291 efeitos colaterais graves”, no interior do discurso indireto, criam uma ilha textual que denota o intencional distanciamento que o locutor toma das palavras imputadas ao conteúdo em circulação no WhatsApp, por não aderir a esse PDV. As ilhas textuais configuram

um discurso híbrido, por tratar-se do emprego de aspas ou itálico dentro da estrutura lexical do discurso indireto ou mediativo. Esta forma de citar o discurso alheio, segundo Maingueneau (2004), restitui as palavras da fonte enunciativa, porém, ainda mantém a distância do locutor-enunciador do conteúdo citado.

Observemos o segmento 2, examinando a marca de desresponsabilização própria do discurso mediativo “segundo”. Essa escolha linguística é coerente com o PDV com que L1/E1 se engaja ao longo do texto. Ao contrário da aparente neutralidade em 2, no segmento posterior (3), o afastamento de L1/E1 em relação ao PDV é mais evidente, por meio do uso em parte do discurso relatado indireto<sup>16</sup>, mas com citação de dados apresentados por l2/e2 como em “bilhões de seres humanos”. Isso porque, ao eleger o verbo “sugere”, o locutor atribui ao conteúdo do aplicativo de mensagens um baixo grau de assertividade. Nota-se, nesse segmento, a maneira como o verbo introdutor *dicendi* dá direcionamento ao discurso relatado e condiciona sua interpretação, conforme Maingueneau (2004) e Rabatel (2003)<sup>17</sup>.

Pela manipulação que L1/E1 faz do discurso alheio, no mesmo segmento, o caráter hipotético da asserção é reforçado pelo uso do futuro do pretérito em “teria sido”. Conforme Koch (2011), esse tempo verbal exprime uma metáfora temporal de validade limitada, de probabilidade a ser confirmada. Outra marca do não engajamento do locutor no segmento 3 é a ilha textual “bilhões de seres humanos” que, assim como no segmento 1 do mesmo excerto, aparece para marcar seu desacordo de L1/E1 diante do PDV apresentado por l2/e2.

Apresentando um contraponto ao conteúdo expresso no excerto 1, L1/E1 assume o PDV com o qual se engaja, no segmento 4. Ao examinarmos os enunciados subsequentes, percebemos que L1/E1 visa sustentar o PDV com o qual demonstra concordância, trazendo a indicação de e3. No primeiro segmento, a negação de que a Pfizer (e3) teria divulgado um documento

16. Usado pelo L1/E1 para relatar algo dito ou pensado por um l2/e2 sem repetir de forma exata suas palavras, mas transmitindo uma “essência” do que foi dito. Esse tipo de uso pode levar ao que Rabatel (2003) define nos termos de discurso representando e de apagamento enunciativo. Poderíamos dizer que o discurso relatado indireto levaria a um certo grau de apagamento, já que o enunciador original é indiretamente citado, estando sua voz menos perceptível no relato. Não trataremos especificamente desse assunto por uma questão de recorte do estudo, além de acreditamos que o tratamento da questão necessitaria de um apanhado teórico específico.

17. Weinrich (1989 apud Rabatel, 2003, p.66) “observa que as OR funcionam com os verbos *dicendi*, verbos *putandi*, verbos *sentiendi* e os verbos de estruturação. Weinrich especifica que assim como no discurso indireto integrado, o discurso indireto livre não significa necessariamente falar em voz alta” [tradução nossa] – Weinrich “[...] signale que les OR fonctionnent avec les verba *dicendi*, verba *putandi*, verba *sentiendi*, et les verbes de structuration. Weinrich précise que pas plus qu’au discours indirect intégré, le discours

indirect libre ne signifie qu'on parle à voix haute”.

listando 1.291 efeitos colaterais da vacina contra a Covid-19 é reforçada pelo operador argumentativo “nenhum”. Na sequência, em 5, o L1/E1 exime-se da RE, amparando-se na bula da vacina da Pfizer como prova evidencial da verdade. Emprega marcador de exclusão “apenas” (Koch, 2011) para orientar argumentativamente o leitor de que aquelas são as reações realmente advertidas na bula, assim descartando os 1.291 efeitos colaterais supostamente confirmados pelo laboratório, conforme a mensagem que circulou no WhatsApp.

Com o intuito de legitimar o PDV aderido por L1/E1 no segmento precedente, esse PDV é imputado à Pfizer no segmento 6 (l3/e3). A concordância do locutor é assinalada pela escolha do verbo introdutor do discurso indireto “informou” e denota que a asserção do laboratório tem peso informacional. Na atribuição de fala desse segmento, a instância produtora da reportagem emprega duas ilhas textuais separadas por um trecho entre vírgulas, buscando manter-se o mais fiel possível às exatas palavras do laboratório, em nota enviada à imprensa. O cotexto imediato permite identificar a representação de concordância dada pelas aspas nas ilhas textuais, diferente daquela verificada no excerto 1, uma vez que o PDV deste discurso relatado (em 6) é o mesmo já assumido por L1/E1 nos segmentos anteriores.

No segmento 7, L1/E1 assume o PDV de que o autor da mensagem que circulou no aplicativo (l2/e2) de mensagens interpretou de forma “equivocada” o relatório divulgado pela Pfizer. Exime-se da RE, no segmento seguinte (8), imputando a asserção ao laboratório produtor da vacina. Pelo cotexto, inferimos que as aspas são empregadas, neste caso, com a intenção de garantir a autenticidade da asserção, uma vez que L1/E1 deseja expressar que aqueles efeitos adversos são, de fato, hipotéticos, e não confirmados, tal qual disseminado pela mensagem do WhatsApp. De acordo com Maingueneau (2004), é somente ao observarmos o cotexto imediato que se depreende a intenção do locutor. É função das aspas, portanto, delegar ao co-enunciador o preenchimento de uma lacuna interpretativa.

L1/E1 segue engajando-se ao mesmo PDV (em 8) ao fazer citação ao dizer de l3/e3 a respeito dos “efeitos adversos de interesse especial”, inclusive com a citação das falas. Ao usar “ou seja”, o locutor teve a intenção de introduzir uma asserção derivada que esclarece ou retifica a enunciação que a precede (Koch, 2011).

No segmento 9, o PDV assumido por L1/E1 nos segmentos anteriores é reiterado, desta vez, não se eximindo da RE. O marcador de oposição “e sim” introduz ideia oposta àquela apresentada pelo PDV expresso no excerto 1. Por fim, o segmento 10 apresenta novamente uma citação direta da fala de l3/e/3 em que reforça o efeito de inveracidade dos fatos apresentados por l2/e2, inclusive realizando uma menção a conteúdos viralizados em redes sociais - “por política global, não comenta documentos que circulam ou viralizam em redes sociais”.

Como provas de verdade, a reportagem da Agência Lupa disponibiliza por meio de ligações hipertextuais a bula da vacina, o relatório divulgado pela Pfizer no site da FDA (Agência de Medicamentos e Alimentos dos Estados Unidos), bem como o comunicado enviado pelo laboratório à imprensa contendo o esclarecimento da informação falsa, reforço dos PDVs em uma relação intertextual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No desdobramento da análise, observamos que, para cumprir seu propósito comunicativo, próprio do contexto de comunicação em que está inserido, L1/E1 imputa os PDV a fontes especializadas que têm condições de fornecer informações técnicas sobre o tema da checagem: a saber, a própria Pfizer e o Centro Regional de Farmacovigilância (CRPV), órgão responsável pela segurança da vacina produzida pelo laboratório norte-americano.

Esses dados se apresentam, nos enunciados analisados, como um contraponto ao PDV expresso pelos conteúdos checados, de modo a refutar a tese que questiona a segurança da vacina da Pfizer. L1/E1 evidencia seu engajamento com esse PDV defendido pelas fontes selecionadas por ele, por meio de marcas linguísticas que semantizam as palavras alheias.

Além dos dados apresentados no próprio corpo das reportagens, os documentos ou as imagens anexos às ligações hipertextuais permitem ao leitor também “checar o checador”, ou seja, reconstruir o caminho percorrido pelo jornalista, garantindo, assim, a transparência da informação. A disponibilização de hiperligações como forma de evidência da verdade e a escolha das fontes de informação têm a função de orientar argumentativamente os enunciados. Esses usos se mostram uma ferramenta analítica que contribui à compreensão das marcas enunciativas presentes nesse gênero jornalístico.

Verificamos ainda que o engajamento com as fontes selecionadas pelo jornalista para sustentar o PDV com o qual ele se alinha se destaca pelo uso de marcas linguísticas, como verbos de atribuição de fala que conferem fiabilidade ao discurso citado (como “informa” e “explicaram”), além de operadores argumentativos que indicam a adesão de L1/E1 aos discursos relatados.

Já os PDV imputados aos conteúdos checados são representados como algo distante da verdade – ou cuja certeza está fora de questão –, o que é assinalado pela presença de marcadores discursivos que evidenciam o desacordo de L1/E1 com tais PDV. Como exemplo do distanciamento da enunciação por L1/E1, temos os verbos de atribuição de fala que conferem baixo grau de assertividade às palavras alheias (como “sugere”), as ilhas textuais no interior no discurso relatado e o uso do tempo verbal futuro do pretérito, que confere à asserção efeito de sentido de validade limitada.

Diante do breve histórico da checagem de fatos no Brasil, é possível aprofundar a investigação do funcionamento da RE nessa modalidade jornalística, a fim de verificar o papel dos mecanismos de desresponsabilização na produção de sentidos e na manutenção da credibilidade dos veículos de comunicação dedicados a essa atividade profissional. Almeja-se, com os resultados apresentados, também gerar uma reflexão em torno da responsabilidade social da checagem de fatos no que concerne ao combate à desinformação, assim como despertar um olhar mais vigilante para a veracidade das notícias, sobretudo aquelas compartilhadas no ambiente *online*.

ARTIGO RECEBIDO A  
22/03/2024  
ARTIGO APROVADO A  
05/06/2023

#### REFERÊNCIAS

- Adam, J. M. (2011). *A linguística textual: Introdução à análise textual dos discursos*. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues et. all., Cortez.
- \_\_\_\_\_. (2020). *La linguistique textuelle: Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Armand Colin.
- Amossy, R. (2018). *A argumentação no discurso*. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira (coord.). Contexto.
- Cavalcante, M. M. et all.. (2022). *Linguística textual: conceitos e aplicações*. Editora Pontes.
- Charaudeau, P. (2013). *Discurso das mídias* (2ª edição). Tradução: Angela M. S. Corrêa, Contexto.
- Federação Europeia de Jornalistas (2021). *Código Deontológico dos Jornalistas*. Jornalistas.eu, [S.l.]. <https://jornalistas.eu/deontologico/codigo-deontologico/>.
- Federação Nacional de Jornalistas - FENAJ (2007). *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. FENAJ. [http://www.fenaj.org.br/wp-content/uploads/2015/09/codigo\\_de\\_etica.pdf](http://www.fenaj.org.br/wp-content/uploads/2015/09/codigo_de_etica.pdf).
- Koch, I. G. V. (2011). *Argumentação e linguagem* (13ª edição). Cortez.
- Macários, C. (2022). *É falso que Pfizer divulgou lista com 1.291 efeitos colaterais da vacina contra a Covid-19*. <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/05/24/pfizer-lista-efeitos-colaterais-vacina/>.
- Maingueneau, D. (2004). *Análise de textos de comunicação* (3ª edição). Tradução: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha, Cortez.
- Marcuschi, L. A., & Xavier, A. C. (Orgs.). (2010). *Hipertexto e gêneros digitais: Novas formas de construção de sentido* (3ª edição). Cortez.
- Monte, M. (2023). Entre auteur et locuteurs, l'énonciateur textuel: Concept inutile ou figure-clé? *Argumentation et Analyse du Discours*, 31, 1-19. <http://journals.openedition.org/aad/7800>.
- Orsini, A. (2022). *Não, este relatório não lista centenas de efeitos adversos da vacina da Pfizer contra a covid-19*. <https://checamos.afp.com/doc.afp.com.32639XT>.
- Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (2005). *Tratado da argumentação: a nova retórica* (2ª edição). Martins Fontes.
- Rabatel, A. (2003). Les verbes de perception en contexte d'effacement énonciatif : du point de vue représenté aux discours representes. *Travaux de linguistique* 46-1, 49-88. <https://www.cairn.info/revue-travaux-de-linguistique-2003-1-page-9.htm&wt.src=pdf>.

Rabatel, A. (2013). O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In W. Emediato (Org.), *A construção da opinião na mídia* (p. 19-66). FALE/UFMG, Núcleo de análise do discurso.

\_\_\_\_\_(2017). *Pour une lecture linguistique et critique des médias: empathie, éthique, point(s) de vue*. Lambert-Lucas.

\_\_\_\_\_(2009). Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée. *Langue Française*, 162, 71-87. <https://doi.org/10.3917/lf.162.0071>.

Rabatel, A., & Chauvin-Vileno, A. (2006). La “question” de la responsabilité dans l’écriture de presse. *Semen - Revue de sémio-linguistique des textes et discours*. Presses Universitaires de l’Université de Franche Comté, 22, 5-24. <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00366905/document>.



## Movimento antivacina em (dis)curso no espaço digital: regionalizações porosas do/no dizer<sup>1</sup>

### Anti-vaccination movement in (dis)course in digital space: porous regionalizations of/in saying

**ARRUDA, PEDRO  
HENRIQUE CARVALHO  
DE**  
pedrocarvalho1007@gmail.  
com

Mestrando em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (Brasil)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7514-0161>

**GALLI, FERNANDA  
CORREA SILVEIRA**  
fernanda.galli@ufpe.br

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil (2008)  
Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco (Brasil)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4499-2908>

**PALAVRAS-CHAVE:**  
Análise de Discurso;  
Movimento Antivacina;  
Twitter.

**RESUMO:** Ancorado no arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa e à luz das condições de produção da pandemia causada pela Covid-19, este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a discursivização da vacinação obrigatória pelo movimento antivacina no espaço digital. Metodologicamente, circunscrevemos o nosso campo discursivo de referência ao Twitter, mais precisamente em torno da hashtag #Dia22VaiSerGigante, que à época fez circular a agenda de diversas manifestações ao redor do país contra a vacinação obrigatória e que aponta para um desejo comum de enlaçamento social dos sujeitos-usuários, para uma tomada comum de posição em face do movimento antivacina. Nessa empreitada, buscamos especificamente compreender: (i) o modo como os “discursos sobre” (Mariani, 2018) intervêm nos processos de identificação dos sujeitos-usuários do Twitter; (ii) o modo como os sentidos que circulam no interior do movimento antivacina (re)produzem efeitos de censura (Orlandi, 2007); (iii) o funcionamento do cinismo (Saffelle, 2008) na solicitação do Outro a movimentos de identificação. Por fim, buscamos apontar, em nosso gesto analítico, o papel do Twitter enquanto um espaço discursivo de legitimação do saber institucional que não opera senão pelo ideológico.

**KEY-WORDS:**  
Discourse Analysis;  
Anti-Vaccine Movement;  
Twitter.

**ABSTRACT:** Anchored in the theoretical-methodological framework of French Discourse Analysis and in light of the production conditions of the Covid-19 pandemic, this work aims to reflect on the discursivization of mandatory vaccination by the anti-vaccine movement in the digital space.

Methodologically, we circumscribe our discursive field of reference to Twitter, specifically around the hashtag #Dia22VaiSerGigante, which at the time circulated the agenda of various demonstrations across the country against mandatory vaccination and pointed to a common desire for social bonding among user-subjects, for a common stance regarding the anti-vaccine movement. In this endeavor, we seek to specifically understand: (i) how the "discourses about" (Mariani, 2018) intervene in the identification processes of Twitter user-subjects; (ii) how the meanings circulating within the anti-vaccine movement (re)produce censorship effects (Orlandi, 2007); (iii) the functioning of cynicism (Safatle, 2008) in soliciting the Other to identification movements. Finally, we aim to highlight, in our analytical gesture, the role of Twitter as a discursive space for legitimizing institutional knowledge that operates ideologically.

1. Este artigo é resultado da pesquisa "Movimento antivacina em (dis)curso no espaço virtual: as regionalizações porosas do dizer", desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco (DL/UFPE), no período de setembro 2021 a março de 2022, sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli, com financiamento do CNPq.

“a FD [Formação Discursiva]  
é dotada de fronteiras bastante porosas  
que permitem a entrada de saberes  
que lhe eram alheios em um determinado momento.”  
(Indursky, 2005, p. 9)

### UM PONTO DE PARTIDA...

A quarta-feira do dia 11 de março de 2020 oficializou, através do pronunciamento do diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), Tedros Adhanom, em Genebra, na Suíça, que a Covid-19, infecção que tem como agente causador o coronavírus, designado de Sars-Cov-2, seria então caracterizada como uma pandemia. Registravam-se mais de 118 mil casos da doença em 114 países e mais de 4,2 mil mortes ao redor do mundo, constituindo uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o maior nível de alerta da OMS, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional. Embora, à época, não se soubesse precisamente a origem do Sars-Cov-2, os primeiros casos de contaminação humana pelo vírus foram registrados na cidade de Wuhan, na China, fato que emergiu como o acontecimento responsável por desencadear uma série de teorias acerca do que até então era uma das grandes incógnitas relacionadas à pandemia: a origem do coronavírus. Dentre as hipóteses em favor das quais o meio científico, de modo geral, encontrou mais adeptos circulavam aquelas que apontavam para a possibilidade de que o vírus possuía como hospedeiras determinadas espécies de morcego ou ainda animais como os pangolins, largamente consumidos em algumas regiões da China. Havia ainda, no meio científico, os adeptos à hipótese de que o vírus teria sido transmitido para os humanos por meio de alimentos congelados, comumente encontrados no Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Huanan, em Wuhan.

2. Compreendemos o espaço digital como um espaço que determina materialmente a constituição, a formulação e a circulação dos discursos, tal como propõe Dias (2018). Essa determinação, de acordo com Grigoletto (2021), implica a sobreposição entre aspectos tecnológicos e ideológicos.

3. A noção de sequência discursiva é definida por Orlandi (1984, p. 14) como “fragmento de uma situação discursiva” em circulação numa determinada condição de produção. Ou seja, trabalhar com essa noção implica trabalhar com o recorte das discursividades que compõem o arquivo.

Naquele momento, a despeito da ausência de investigações científicas que pudessem apontar de maneira inequívoca para conclusões a respeito da origem do vírus e, para além disto, a despeito de dados oficiais apresentados em relatório pela OMS, segundo os quais era “extremamente improvável” que o coronavírus tivesse sido produzido em laboratórios de pesquisa e acidentalmente se disseminado, uma hipótese em especial surgiu com inesperada força, chamando atenção sobretudo pela velocidade com que se estabeleceu, se difundiu e produziu identificações entre sujeitos-usuários dos/nos espaços digitais<sup>2</sup>, no Brasil e no mundo todo. A hipótese de que o Sars-Cov-2 teria sido fabricado em laboratórios de pesquisa como o Instituto de Virologia de Wuhan, na China, a partir de inoculações de animais ou amostras clínicas foi pela primeira vez enunciada em abril de 2020, quando o ex-presidente Donald Trump afirmara, em coletiva de imprensa na Casa Branca, ter provas de que a China seria o berço do coronavírus. Embora não tenha chegado a apresentar evidências para as acusações, Trump chegou a dizer que a China “deveria ter vergonha de si mesma” por ter encoberto este “projeto”, defendendo que o governo chinês assumisse a responsabilidade por aquilo que, na época, eram quase 233 mil mortes por coronavírus.

Desse momento em diante, o espaço digital passou a ser o território no seio do qual eram cada vez mais recorrentemente engendradas teias discursivas que se opunham, em função de um alinhamento determinado com saberes e dizeres determinados, à necessidade da vacina(-ção). É com base nesse cenário que procuramos refletir, através de gestos de descrição-interpretação de algumas sequências discursivas<sup>3</sup> (SD) coletadas no espaço digital, sobre o papel do Twitter (nomeado atualmente como X) como um espaço discursivo de legitimação do saber institucional que opera senão pela via do ideológico. Como desdobramento de nosso objetivo geral – refletir, no interior do *Twitter*, sobre a discursivização da vacinação obrigatória a partir do movimento antivacina –, propomos como objetivos específicos compreender: (i) o modo

como os discursos sobre (Mariani, 2018) intervêm nos processos de identificação dos sujeitos-usuários do Twitter; (ii) o modo como os sentidos que circulam no interior do movimento antivacina (re)produzem efeitos de censura (Orlandi, 2007); (iii) o funcionamento do cinismo (Safatle, 2008) na solicitação do Outro ao movimento de identificação<sup>4</sup>.

### UMA PERSPECTIVA TEÓRICA: A ANÁLISE DO DISCURSO PECHEUXTIANA

A análise do discurso que tem como fundador Michel Pêcheux (1983, 1997, 2014) finca os pilares sobre os quais se sustenta o baluarte do seu estatuto teórico-metodológico: no (entre) lugar que emerge da trindade Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise, reclama para si noções que, até meados da década de 1960, quando os estudos de língua não se dispunham a ultrapassar o viés sistêmico do formalismo, da linguística textual ou ainda da pragmática, tinham seu espaço relegado às ciências sociais. Pouco tempo antes da publicação do *Análise Automática do Discurso* (1969), considerado o texto fundador da teoria, Michel Pêcheux, sob o pseudônimo de Tomas Hebert, dá à luz o texto que viria a constituir os primeiros passos do trabalho conceitual em que hoje se apoia a análise do discurso francesa de matriz pecheuxtiana. Intitulado “Observações para uma teoria geral das ideologias”, este trabalho se ocupa sobretudo do deslocamento, da (re)territorialização dos estudos de (língua)gem, procurando instituir seu próprio objeto de estudo: o discurso, entendido como o espaço ou a materialidade onde o real da história atravessa o real da língua pondo em funcionamento o vínculo indissociável existente entre inconsciente e ideologia.

A língua, nessa medida, é compreendida em sua opacidade e incompletude, como “condição de possibilidade de um discurso, materialidade ao mesmo tempo linguística e histórica, produto social que resulta de um trabalho com a linguagem no qual coincidem o histórico e o social.” (Radde, 2020, p. 181). Pêcheux articula noções que resultam da desconstrução do sis-

4. Este artigo é resultado da pesquisa “Movimento antivacina em (dis)curso no espaço virtual: as regionalizações porosas do dizer”, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PI-BIC), no Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco (DL/UFPE), no período de setembro de 2021 a março de 2022, sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli, com financiamento do CNPq.

tema linguístico de Saussure (especificamente, a dicotomia língua/fala), da releitura de Lacan sobre a teoria freudiana e de Althusser sobre a teoria marxista, a fim de delinear aquilo que, mais tarde, definiu como um efeito de sentido entre interlocutores (Pêcheux, 1997), o discurso. A partir dessa movimentação teórica, o estudo das práticas discursivas se propunha, portanto, a encerrar em si um aparato teórico no qual pudessem se fazer presentes a falha, o deslize, a contradição e o equívoco constitutivos da língua enquanto uma arena fundamentalmente política na qual e a partir da qual se desdobram relações necessariamente ideológicas de sentido e de força.

Nesse entrelugar, a AD assume a herança do materialismo histórico no intento de propor uma outra visada sobre as relações do sujeito com a ideologia, pensando os mecanismos de significação da língua no constante devir entre os movimentos do mesmo e do diferente no trabalho da memória e do esquecimento. A memória é pensada como o saber discursivo, o interdiscurso, espaço no qual se encontram todos os dizeres e saberes estabilizados historicamente, isto é, historicizados, a partir de onde se faz possível a movimentação dos sentidos na trama da história. É o saber discursivo, o já-dito que torna possível todo e qualquer dizer (Orlandi, 2005). Quando pensado em sua relação indissociável com a memória na movência dos sentidos, o esquecimento de que falamos é, ao mesmo tempo, causa e consequência essenciais do processo de significação, condição para a elaboração dos sentidos (e dos sujeitos) que costuram a malha opaca da história e produto do modo através do qual a ideologia atua na memória, fazendo com que o indivíduo imagine ser direta e transparente a relação que estabelece com o mundo, com a linguagem e com a história.

Inescapavelmente imbricado à memória, é o esquecimento, enquanto fim e meio do significar, que, sob o trabalho não só da ideologia, mas também do inconsciente, produz as chamadas

evidências subjetivas, as projeções imaginárias responsáveis pela impressão da univocidade (in)existente entre o objeto simbólico e o seu sentido, responsáveis pelo sentido-lá, no objeto, no mundo, responsáveis por dissolver a opacidade do real da história, apagando a espessura da ideologia. É na relação indissociável entre o velho e o novo, entre a paráfrase e a polissemia que, na memória, o esquecimento se faz presente, emergindo como função necessária de duas ilusões: a ilusão de que sujeito não somente é origem, mas também dono do próprio dizer e a ilusão de que aquilo que se diz só poderia ser dito da forma com que se disse.

Disso resulta a acepção de que, a despeito das intencionalidades dos sujeitos, por meio deles, fala uma voz sem nome (Courtine, 1984), à qual pertencem os dizeres e os sentidos: a voz da história, da ideologia. Assim, a ideologia atua de maneira a produzir as evidências, as impressões que sublimam o fato de que o sentido pode ser outro, mas não qualquer, e de que o sujeito não é sempre já sujeito, mas se constitui nos movimentos de interpelação. São, no entanto, ilusões necessárias, posto que é justamente o trabalho da ideologia na memória que, produzindo o esquecimento, promove não somente a movência e a inscrição dos sentidos na história, mas também a movência e a inscrição dos sujeitos entre uma e outra posição do discurso, entre uma e outra formação discursiva, para que os dizeres sejam produzidos.

A noção de formação discursiva foi pela primeira vez delineada a partir do trabalho de Foucault (2004), a quem Pêcheux (2009), mais tarde, retorna. Segundo Foucault (2004, p. 43), entre objetos simbólicos e tipos de enunciação distintos, se “se puder definir uma regularidade (uma ordem, uma correlação, posições, funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva”. Partindo dessa definição, sobretudo no que diz respeito à ideia de “regularidade”, adotamos a noção de FD enquanto uma região do interdiscurso onde se reúnem saberes e dizeres que, atravessados pelas formações ideológicas a que se filiam,

determinam o que pode e o que deve ser dito (Pêcheux, 2007). Desse modo, as FD demarcam o território em que os sentidos se produzem, dentro de condições sócio-históricas específicas e a partir de posições do discurso específicas. Daí resulta o fato de que as palavras não detêm em si os seus sentidos: eles lhes são produzidos como um efeito da inscrição do sujeito em determinada FD, um efeito da ordem do ideológico que se dá pela via do esquecimento, das ilusões necessárias de consciência, de escolha, de autonomia absoluta sob as quais se dissimula a determinação do inconsciente e se apaga a interpelação da ideologia.

Assim, além de determinar as condições em que o sujeito é atravessado pelas formações ideológicas e, com efeito, as condições em que o sujeito se inscreve, a FD determina também as condições de significação através das quais o sentido é produzido de uma forma e não de outra, de modo que estabelece em relação a si mesma, mas também em relação à exterioridade, os seus limites. Por essa razão, ao contrário daquilo que propunham os estatutos teóricos primeiros da FD, os seus limites não são bem delineados. Isso porque, uma vez que constituídos pela falha, pela contradição e pelo equívoco, as fronteiras que figuram e individualizam uma FD em relação a outras são marcadas pela porosidade e pela heterogeneidade relativa, marcas que lhe conferem o caráter fluido de fechamento e de abertura capazes de garantir a movência dos sentidos e dos sujeitos que, dispersos e divididos entre diferentes posições, podem se inscrever em mais de uma FD a cada vez que enunciam. É o que nos lembra Foucault (1972, p. 117): “um único e mesmo indivíduo pode ocupar alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições, e assumir o papel de diferentes sujeitos”.

À medida que delineamos a natureza regular, mas também fluida, porosa, contraditória e dispersa das FD e, portanto, à medida que pensamos os mecanismos e as condições que garantem a elaboração dos sentidos e dos sujeitos na história, trilhamos o caminho que, por

fim, nos leva ao encontro da noção de silêncio, sem a qual, parece-nos, torna-se difícil falar do deslocamento, da movência dos sentidos, posto que a linguagem e o silêncio andam sempre juntos. De acordo com Orlandi (2005), o silêncio se apresenta como condição necessária do dizer, como uma matéria constitutiva do processo de significação: o silêncio, assim, não é tomado como um espaço vazio, mas é saturado de sentidos sobre os quais, dispersos na natureza do próprio silêncio, a linguagem se propõe a trabalhar numa tentativa de organizá-lo. Ele é, o silêncio, matéria significativa por excelência e, por sua vez, possui mecanismos de significação próprios, independentes da linguagem. Ao mesmo tempo em que, para dizer, é preciso já ter dito, uma vez que o dizer remonta ao já-dito para fazer sentido, para dizer também é preciso não dizer, uma vez que o silêncio se manifesta como o espaço de recuo fundante da linguagem.

Na esteira teórica da AD, o silêncio emerge como a possibilidade para o significar, ao que Orlandi (2005) designa silêncio fundante, o silêncio do recuo, do respiro de que a linguagem fundamentalmente se constitui e de que precisa para dar espaço ao sentido. Pensando esse movimento, o silêncio fundante pode se apresentar sob duas formas: o lapso e a política do silêncio. O lapso é uma forma não-organizada, intrínseca ao processo de elaboração dos sentidos, inerente a este jogo em cuja natureza se veem refletidas a intercambialidade e o imbricamento de que consiste a relação entre o dizer e o silenciar. Este precisa daquele tanto quanto o inverso, uma vez que tudo que se diz, à medida que é dito, necessariamente silencia tudo que não se diz e, ainda, porque quanto mais se diz, mais se produz silêncio e, em contrapartida, mais faz-se necessário dizer. A política do silêncio, por sua vez, se manifesta por via de mecanismos organizados de interdição do dizer, através dos quais se instaura um gesto de censura, não de mero recorte. A censura é entendida aqui como um efeito autoritário, impositivo, que produz um gesto de silenciamento. A censura não correspondente àquele silêncio de que a linguagem precisa para fazer sentido, não diz respeito ao silêncio que naturalmente recorta o dizer, mas

sim ao silêncio que produz uma interdição, um cerceamento dos sentidos através da história, o que se dá por meio de um processo que é regulado não somente pela via do poder legal, como no caso de uma ditadura, por exemplo, mas também pela via de movimentos de surrupiamen- to de sentidos e de dizeres entre FD distintas.

Nos ancoramos, ainda, no que diz Mariani (1998), ao debruçar-se sobre a questão das mí- dias institucionalizadas: segundo a autora, os discursos sobre “representam lugares de autori- dade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o falar sobre transita na co-relação (sic) entre o narrar/descrever um acontecimento singular [...]”. O *Twitter*, dessa forma, é considerado de maneira análoga àquela com que Kramer (2020) toma a internet ao pensar o seu funcionamento a partir dos mecanismos ideológicos de dominação. Sob a égide da noção de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), definida por Althusser (1980, p.43) como “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de ins- tituições distintas e especializadas”, partimos do pressuposto de que o papel do *Twitter* no jogo da inscrição e do apagamento histórico dos sentidos, no jogo da memória e do esquecimento, é da ordem do controle e da dominação. Isso porque os discursos que, dentro de condições de produção específicas, emergem nas e das mídias sociais lhes conferem o estatuto de AIE da informação (Kramer, 2020), fazendo do *Twitter* um espaço discursivo onde são engendradas teias discursivas que, não só elas, como também os mecanismos através dos quais elas são ar- quitetadas, servem à formação ideológica da (extrema)direita fundamentalmente religiosa, o que buscamos apontar no próximo tópico.

## UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA: O MOVIMENTO ANTIVACINA EM (DIS)CURSO NO ESPAÇO DIGITAL

Retomamos Galli (2008) para pensar a maneira como as “novas” tecnologias de informação e comunicação têm produzido deslocamentos no que diz respeito aos movimentos de inscrição e identificação dos sujeitos-usuários pela via do repetível e do deferível, o que implicaria “um imbricamento entre o ‘velho’ e o ‘novo’, o ‘mesmo’ e o ‘diferente’, numa relação intra e interdiscursiva que provoca efeitos de verdade” (Galli, 2008, p. 13), pondo em relevo, dessa forma, fios discursivos que, no jogo da memória e do esquecimento, do dizer e do silenciamento, se entrelaçam e se misturam sob o efeito da sua porosidade constitutiva. Partindo do princípio de que o *Twitter* se estabelece na contemporaneidade como um dispositivo midiático em cujo terreno se desenrolam processos de agenciamento e inscrição dos sujeitos a partir dos quais, sobretudo por intermédio da adesão às *hashtags*, os sujeitos-usuários são levados a ocupar determinadas posições do discurso, mobilizamos, conforme acenamos, a noção de *discursos sobre* para pensar o *Twitter* enquanto um espaço discursivo de legitimação do saber institucional.

Sem perder de vista o contexto sócio-histórico e as condições de produção a partir das quais são (re)produzidos os dizeres de onde falam e por meio do qual se agenciam e se contra/des/identificam os indivíduos em diferentes posições-sujeito, buscamos refletir, no interior do *Twitter*, sobre a discursivização da vacinação obrigatória a partir do movimento antivacina. Metodologicamente, optamos por circunscrever a coleta do nosso material de análise a uma única rede social, o *Twitter*, haja vista sobretudo o fato de se tratar, mais recentemente, da rede social mais acessada por usuários que desejam acompanhar todos os lados de uma mesma história ou acontecimento em tempo real<sup>5</sup>. Isso nos leva a considerar o *Twitter* como um *espaço intervalar*, “um espaço que abriga, no interior de suas fronteiras instáveis, múltiplas vozes, diferentes saberes e diferentes posições-sujeito” (Grigoletto, 2005, p. 177) e, por isso mesmo, um

5. O levantamento foi realizado em 2018 pela equipe de marketing da plataforma, com o objetivo de entender os motivos pelos quais os usuários do *Twitter* optam por esta e não outra rede social para se manterem informados. No Brasil, os dados foram coletados entre 1.502 usuários de internet, os quais indicaram que preferem o *Twitter* porque através dela é possível “acompanhar acontecimentos em tempo real” e “ver todos os lados de uma mesma história” (Twitter, 2018).

espaço discursivo esburacado e instável, onde se constituem redes discursivas essencialmente complexas em sua heterogeneidade e possibilidades de afetamento pela ideologia.

Nessa empreitada, utilizamos como método de leitura de arquivo a *hashtag*, recurso por meio do qual o sujeito-usuário é levado a discursivizar no espaço digital, inscrevendo-se nesta ou naquela formação discursiva. Segundo Grigoletto e Galli (2019, p. 1), “ela [a *hashtag*] funciona tanto do ponto de vista da técnica, como de uma ‘espécie’ de marca linguística, própria das discursividades online, que nos guia a investigar determinadas regularidades nos discursos”. Nesse sentido, a demarcação de um escopo de coleta através das *hashtags* surge como um passo metodológico importante, uma vez que delimita o nosso campo discursivo de referência em face do universal de discurso disponível no digital. Nas palavras de Courtine (2014, p. 54), em retorno a Dubois (1969a), a delimitação de um campo discursivo de referência remete ao procedimento de seleção, no interior de um “conjunto potencial dos discursos que poderiam ser objeto de um tratamento”, de um “tipo de discurso” específico, produzido em determinada conjuntura histórica, sob condições de produção determinadas.

Selecionamos, no percurso de leitura do conjunto do material, a *hashtag* #Dia22VaiSerGigante. Essa seleção se justifica tanto em função do grau de popularidade que a *hashtag* alcançou à época, quanto por conta da literalidade de sua formulação, que aponta sobretudo para um desejo comum de enlaçamento social dos sujeitos-usuários, para uma tomada comum de posição em face do movimento antivacina. Na época, a *hashtag* surgiu com o intuito de mobilizar diversas manifestações ao redor do país contra a vacinação obrigatória. A agenda de manifestações fez circular, através da *hashtag*, o local e o horário das passeatas em mais de dez estados, dentre eles São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Bahia.

A partir dessa *hashtag*, recortamos três sequências discursivas (SD), as quais são descritas e analisadas sem perder de vista os nossos objetivos específicos, buscando compreender – (i) o modo como os *discursos sobre* (Mariani, 2018) intervêm nos processos de identificação dos sujeitos-usuários do Twitter; (ii) o modo como os sentidos que circulam no interior do movimento antivacina (re)produzem efeitos de censura (Orlandi, 2007); (iii) o funcionamento do cinismo (Safattle, 2008) na solicitação do Outro ao movimento de identificação.

A SD1 abaixo, vinculada à *hashtag* #Dia22VaiSerGigante<sup>6</sup>, foi formulada pelo presidente Jair Bolsonaro, em evento em Porto Seguro, na Bahia, momento em que questionara a obrigatoriedade da imunização:

SD1 – “A vacina, uma vez certificada pela Anvisa, vai ser estendida a todos que queiram tomá-la. Eu não vou tomar. [...] Tá bem claro lá, no contrato [da Pfizer]: ‘Nós não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um chimp... virar um jacaré, é problema de vocês. Não vou falar outro bicho, porque vão pensar que vou falar besteira aqui, né? Se você virar um Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher aí, ou algum homem começar a falar fino, eles não têm nada a ver com isso.’”<sup>7</sup>

À época em que este discurso circulou no espaço digital, a taxa de eficácia da vacina da farmacêutica Pfizer, parceira da BioNtech, era de 90% – taxa que, hoje, chega a 95%. Além disso, os testes realizados no período anterior à aprovação da vacina não identificaram efeitos colaterais significativos, uma constatação importante para a aprovação em larga escala da Pfizer no Brasil e ao redor de todo o mundo. A despeito desses indicativos, a SD1 faz vir à tona o sentido de “efeito colateral” para produzir suspeitas em relação à eficácia da vacina. Na formulação, isso ocorre a partir de um deslocamento do significante “efeito colateral” do campo semântico onde ele circulava, isto é, o meio científico, de modo a ressentificá-lo. Assim, ele passa a circular no que compreendemos como um entrelugar situado entre o meio científico e o imaginário popular, um terreno fértil para um engajamento subjetivo de ordem cínica que dissimula, no discurso, efeitos fóbicos de sentido, solicitando *do Outro* um movimento de

6. Neste caso, o discursivizado no Twitter nos leva a uma outra rede social, o YouTube, uma vez que a publicação indexada pelo usuário à *hashtag* #Dia22VaiSerGigante acompanha o vídeo em questão nessa outra plataforma, mas tivemos acesso e recortamos a SD por meio do Twitter.

7. Disponível em: <https://x.com/karin-delrio2904/status/1340014808180158464>. Acesso em: 20 jun. 2024.

identificação, uma injunção à “abertura ao reconhecimento intersubjetivo” (Safatlle, 2008, p. 32) disposto no jogo do cinismo.

Ancorados em Safatlle (2008), assumimos que não é preciso que a ideologia seja levada a sério para que a formulação discursiva cínica funcione, já que o seu modo de funcionamento “funda e fornece as coordenadas do espaço comum destes que partilham olhares que dizem tudo que as palavras não afirmam” (Safatlle, 2008, p. 32). Nessa perspectiva, pensamos que o modo de funcionamento desse discurso ocorre, portanto, na e pela imbricação inescapável entre o absurdo e a evidência, entre a memória e o esquecimento, remontando, inclusive, ao acontecimento da Revolta da Vacina, em 1904, quando, no Rio de Janeiro, monarquistas, militares e operários coligaram-se contra a lei da vacinação. Os revoltosos, que ficaram conhecidos como Liga Contra a Vacinação Obrigatória, eram estranhos à ideia de serem inoculados com uma vacina proveniente da pústula de vacas doentes por medo de que, uma vez vacinados, pudessem adquirir feições bovinas (AFN, 2005).

Na SD1, no entanto, a relação constante com o a-científico não ocorre pela interpelação do sentido do amedrontamento, como na Revolta da Vacina, em 1904, mas sim pelo atravessamento de conteúdos previamente ironizados no imaginário popular. Desse modo, a SD1 dissimula, pela via do cinismo, a interpelação pela ideologia que permite a identificação com a ordem fundamentalmente racista, homofóbica e transfóbica, uma vez que (re)toma efeitos fóbicos de sentido, estereótipos que significam de modo a ridicularizar e, em última instância, censurar determinados sentidos e sujeitos por intermédio do alinhamento de suas características num eixo de significações patológicas. A censura, conforme aponta Moreira (2018, p. 847), pode ser compreendida como “um mecanismo político e ideológico que intervém na ordem do discurso, visando o controle de sentidos, seja pelo silenciamento, seja pelo evidenciamento”.

Nessa SD, entendemos que o gesto censório se estabelece pelo evidenciamento: a formação ideológica cínica opera relembrando um “acordo” prévio de significações ironizadas que, na discursivização, apresentam-se sob as evidências do ridículo, do infame, do patológico, garantindo que (pré)determinados sentidos sejam (re)produzidos para determinados significantes; assegurando que outros sentidos e, portanto, outras identidades possíveis para os sujeitos sejam interditadas, impedidas de circular, censuradas. Dito isso, pensamos que, através dessa formulação, à medida que a posição-sujeito chefe de Estado realiza e, sendo esse o lugar de onde enuncia, leva a realizar, entre os seus eleitores, um movimento de desidentificação contra a não-obrigatoriedade da vacinação. Essa posição constrói, ainda, a partir dessa SD, um espaço de legitimação do racismo, da homofobia e da transfobia, posto que remonta, para dizer o que diz, a dizeres que, num movimento censório, dispõem os sentidos da homossexualidade, da transsexualidade e da negritude numa rede de sentidos patológicos.

A partir do fragmento do contrato em que a farmacêutica declara não se responsabilizar pelos efeitos colaterais da vacina, é possível refletir ainda que o significante “efeito colateral” passa a significar pelo atravessamento de outros sentidos. Isso acontece mediante a interpelação dos ecos do individualismo neoliberal<sup>8</sup>, base de onde irrompe, pela via do ideológico, um efeito-sujeito autônomo, um corpo-empresa responsável por administrar os efeitos colaterais do seu negócio fechado, as (in)consequências da sua liberdade frente às escolhas que fez para a sua carteira de vacinação – um efeito-sujeito, portanto, a quem cabe o dever de gerir a si mesmo como um indivíduo S.A. (Ehrenberg, 2010).

A posição-sujeito que (re)produz o excerto supracitado do contrato da Pfizer, no interior das condições em que o faz, constrói, ainda, outros dois efeitos-sujeito, os quais se manifestam no interior de duas relações de tensão ideológica distintas: entre a posição-sujeito chefe de Estado e quaisquer outras posições que com esse discurso se identificam, é gerado um efeito-su-

8. Da perspectiva da AD francesa pecheuxiana, o neoliberalismo é tomado como um lugar discursivo em que orbitam sentidos determinados com relação a um conjunto determinado de práticas econômicas e políticas, relacionadas à redução do papel do Estado na economia, à privatização de empresas públicas, à precarização do trabalho, à redução do bem-estar social, à concentração de renda, à erosão dos direitos individuais, à desregulamentação dos setores econômicos, à redução dos gastos públicos e à individualização do mérito. Nesse espaço, o significante é absorvido pela teoria não pelo viés empírico que remete às suas práticas, mas sim pelos efeitos que elas (re)produzem no tecido do histórico, do ideológico e do inconsciente, ganhando no discursivo sua sustentação.

jeito autônomo, porém amparado, posto que devidamente aconselhado, orientado por este que se lhes apresenta como líder da nação; por outro lado, entre a posição-sujeito chefe de estado e quaisquer outras posições que não se identificam com esse discurso, emerge um efeito-sujeito autônomo, porém desamparado, posto que não pode contar com a assistência do Estado frente aos efeitos colaterais decorrentes da vacinação, já que teria escolhido, à luz da sua autonomia, assumir esses riscos. Nesse ponto, destacamos que ainda que seja dada, para ambas as partes, a improbabilidade de que esses efeitos colaterais de fato se manifestem, haja vista ter sido o sentido de “efeitos colaterais”, na SD1, deslocado para um espaço de significação da ordem do a-científico, isso não parece impedir a elaboração dos efeitos de autonomia e (des)amparo.

Na SD2, por sua vez, também vinculada à *hashtag* #Dia22VaiSerGigante, outro funcionamento pode ser observado:

SD2 – “Meu corpo, minhas regras. Penetração forçada sem consentimento é estupro.”<sup>9</sup>

Sob a condição de produção de uma crescente tensão social e política, intrínseca a um momento em que se veem postos em relevo lugares de extremos, de onde emergem as lutas travadas na arena do ideológico, entendemos que esse dizer, à medida que passa a circular e significar sob a indexação da *hashtag* #Dia22VaiSerGigante, adere a um lugar a-científico de dizer acerca da vacinação para censurar os sentidos mobilizados no e pelo discurso feminista, impedindo-os de circular e, por extensão, censurando os sujeitos situados neste lugar discursivo, impedindo também as suas identidades de circular. Isso se dá pela via do ideológico que, na SD2, intervém de modo a fazer com que os sentidos signifiquem deste modo e não de outro. Isso significa dizer que o que se (re)produz, portanto, a partir do surrupiamento dos dizeres e dos sentidos vinculados ao discurso feminista, é um efeito que adjetivamos como autoritário e impositivo; efeito este que, ao contrário da SD1 analisada anteriormente, não se estabelece pelo evidenciamento, mas sim pelo silenciamento, por um gesto organizado de obstrução no trajeto dos sentidos e dos sujeitos.

9. Disponível em: <https://x.com/As-sumpcaD/status/1340378243950645248>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Sob a égide do que diz Orlandi (2007), o silêncio instaurado nessa SD não corresponde àquele de que a linguagem precisa para fazer sentido, o silêncio fundante. Do mesmo modo, também não corresponde ao silêncio que, no gesto de enunciar, naturalmente recorta o dizer, o lapso. Corresponde, isto sim, àquele que Orlandi (2007) designa “política do silêncio”, ao que compreendemos como censura. É, desse modo, um silêncio a partir do qual se vê lesionado o movimento dos sentidos através da história. Isso se dá, na SD2, por meio de um processo que é regulado pela via de movimentos de surrupiamento de sentidos e de dizeres de uma formação discursiva outra.

De nosso ponto de vista, esse processo de surrupiar, de roubar um dizer vinculado ao movimento feminista para que ele passe a circular no interior do movimento antivacina produz um efeito de censura por meio do qual o discurso antivacina não somente se opõe à necessidade e obrigatoriedade da vacina(ção), mas também, à medida que o faz, lesiona os sentidos que remetem às ideias de liberdade e consentimento, os distorcendo e deslegitimando. Dessa forma, uma vez que são mobilizados os sentidos e os saberes da formação discursiva antivacina em torno dos dizeres “Meu corpo minhas regras” e “Penetração forçada sem consentimento é estupro”, os sentidos e os saberes que aprioristicamente estão mobilizados nesses dizeres são lesionados, censurados, intervindo diretamente na elaboração histórica dos sentidos de liberdade e consentimento (re)produzidos no e pelo discurso feminista. Ao mesmo tempo, sinaliza o modo por meio do qual o discurso antivacina, vinculando-se às noções de autonomia e individualismo radicais, tão próprias do discurso neoliberal, opera sob duros gestos de censura e de opressão.

Vejamos a terceira SD3, indexada também à *hashtag* #Dia22VaiSerGigante:

**SD3** – “Graças às mentiras e manipulações do Partido Comunista Chinês, e à irresponsabilidade de cientistas americanos e chineses, esse vírus, provavelmente criado em laboratório, estará conosco para sempre. É apenas mais uma doença, entre aquelas que podem nos matar.”<sup>10</sup>

10. No ano de 2022, constatou-se a indexação desta sequência discursiva à hashtag #Dia22VaiSerGigante. Atualmente, a publicação não está mais disponível para acesso porque foi excluída pelo usuário: <https://twitter.com/leandroruschel/status/1504802276065615887>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Nessa SD, os significantes “mentira” e “manipulação”, vinculados ao chamado Partido Comunista Chinês (doravante, PCC), reproduzem a ordem parafrástica de um outro dizer. A hipótese de que o Sars-Cov-2 teria sido fabricado em laboratórios de pesquisa como o Instituto de Virologia de Wuhan, na China, a partir de inoculações de animais ou amostras clínicas, foi pela primeira vez enunciada em abril de 2020, quando o ex-presidente Donald Trump afirmou, em coletiva de imprensa na Casa Branca, ter provas de que a China seria o berço do coronavírus. Embora não tenha chegado a apresentar evidências científicas para as acusações, Trump chegou a dizer que a China deveria se envergonhar por ter encoberto este “projeto”, defendendo que o governo chinês assumisse a responsabilidade por aquilo que, à época, eram quase 233 mil mortes por coronavírus.

Entendemos que o sentido de “projeto”, outrora enunciado pela posição-sujeito chefe de Estado, (re)emerge, nessa SD3, sob a forma dos significantes “mentira” e “manipulação”, apontando para um movimento de cristalização pela repetição. Orientado por esse processo, é possível dizer que o discurso antivacina opera também pela repetição, isto é, por aquilo que Orlandi (2005, p. 15) designa como “o retorno constante ao mesmo espaço do dizível”, produzindo, na e pela filiação dos sentidos que circulam a partir desta SD3, um efeito-sujeito amedrontado e conspiracionista através do qual os sentidos, ainda que em sua movência, enferrujam, estacionam.

Desse modo, a despeito da ausência de investigações científicas que pudessem apontar de maneira inequívoca para conclusões sobre a origem do novo coronavírus e, para além disto, a despeito de dados oficiais apresentados em relatório pela OMS, segundo os quais é “extremamente improvável” que o coronavírus tenha sido produzido em laboratórios de pesquisa e acidentalmente se disseminado, os sentidos da conspiração contra o chamado PCC emergem na SD3 como efeito de amedrontamento e de injunção à conspiração frente à ameaça comunista.

### UM EFEITO DE CONCLUSÃO...

Na esteira teórico-metodológica da Análise do Discurso de fundação pecheuxtiana, buscamos compreender como os discursos intervêm nos processos de identificação dos sujeitos-usuários do *Twitter*, a partir da (re)produção de determinados sentidos e do silenciamento de outros no interior do espaço digital. Silenciamento este que se dá sob a forma de autoritários, gestos de interdição a partir dos quais o percurso histórico de significação é lesado. O silêncio, nessa medida, surge como efeito das relações de força pelas quais, mediante processos sucessivos de surrupiamento e de interdição dos dizeres e dos sentidos, (sobre)determinam aquilo que, da história, pode e deve ser dito. Relações de força pelas quais, no entremeio, tanto se limitam como se (entre)cruzam e se (con)fundem em regiões distintas do dizer, de modo que determinadas vozes e sentidos são impedidos de circular, são censurados, atravancando a elaboração dos sentidos e dos sujeitos no decurso da história.

Mediante os gestos de interpretação, entendemos que o papel desempenhado pelas “novas” tecnologias de informação e comunicação no jogo da inscrição (e do silenciamento) histórico dos sentidos, no jogo da memória e do esquecimento, é da ordem do controle e da dominação. Isso porque o *Twitter*, compreendido como um espaço discursivo de legitimação do saber institucional, como um Aparelho Ideológico de Estado (Althusser, 1980) da informação (Kramer, 2020), ocupa, para os sujeitos-usuários, um papel central no processo de agenciamento por meio do qual estes mesmos sujeitos, sob o efeito ideológico da ilusão de controle e autonomia são levados a: (i) se inscrever numa determinada FD; (ii) (re)produzir determinados sentidos, e não outros, processo que se dá, como discutimos, pela via dos efeitos de verdade intrínsecos ao funcionamento dos *discursos sobre* (Mariani, 1998) e por meio de uma formulação discursiva de ordem cínica (Safatalle, 2008) que convida o Outro a se identificar com aquilo que se diz.

Reconhecidas as regularidades no funcionamento das sequências discursivas analisadas e pensando, sobretudo, a correlação dos sentidos que se veem mobilizados por meio dos dizeres que circulam no interior do movimento antivacina, as análises apontam para uma possibilidade de circunscrição das discursivizações que denominamos FD antivacina, no interior da qual é (sobre)determinado o que pode e deve ser dito. Fazendo intervir, no espaço digital, funcionamentos e sentidos que se alinham a interesses ideológicos de ordem neoliberal, entendemos que os dizeres relacionados ao movimento antivacina tensionam constantemente os limites porosos, contraditórios e heterogêneos da FD antivacina, à medida que a enlaçam a outras FDs, dentre elas: a FD científica, cujos sentidos são negados pela FD antivacina; a FD feminista, cujos sentidos são surrupiados e censurados pela FD antivacina; e a FD política, cujos sentidos são repetidos e saturados pela FD antivacina. No jogo da inscrição e do apagamento histórico, no jogo da memória e do esquecimento, os sentidos dos *discursos sobre* o movimento antivacina são difusos, na dispersão e no controle do espaço digital.

#### REFERÊNCIAS

Althusser, L. (1980). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. 3 ed. Editorial Presença/Martins Fontes.

Courtine, J.-J. (1984) Définition d'Orientations Théoriques et Méthodologiques en Analyse de Discours. In: *Philosophiques*, v. 4, n.2, Paris.

\_\_\_\_\_(2014). *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar – Editora da Universidade Federal de São Carlos.

Dias, C. (2018). *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas, SP: Pontes Editores.

Ehrenberg, A. (2010). *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Tradução de Pedro F. Bendassolli, São Paulo: Ideias & Letras.

Foucault, M. (1972). *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 1 ed. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_(2004). Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: Fernandes, C; Santos, J.B.C. (Org.). *Análise do discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, p. 19-42.

Galli, F. C. S. (2008). (Ciber)espaço e leitura: o mesmo e o diferente no discurso sobre as “novas” práticas contemporâneas (Tese de Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Grigoletto, E; Galli, F. C. S. (2019). Discursividades online: o processo de (des)identificação pelas hashtags. In: IX SEAD. *Anais*. Recife: UFPE. Disponível em: [https://www.discoursead.com.br/\\_files/ugd/27fcd2\\_7504c36a0bd644fc80e6cb867289236d.pdf](https://www.discoursead.com.br/_files/ugd/27fcd2_7504c36a0bd644fc80e6cb867289236d.pdf). Acesso em: 20 de junho de 2024.

Grigoletto, E. (2005). *O discurso de divulgação científica: um espaço constitutivo intervalar* (Tese de doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_(2011) O discurso nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: Grigoletto, E.; DE Nardi, F. S.; Schons, C. R. (Orgs.) *Discursos em rede: práticas de (re) produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço*. Recife: Editora da UFPE.

Indursky, F. (2005) Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso: mapeando conceitos, confrontando limites, 2. *Anais* [...]. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIM-POSIOS/FredaIndursky.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

ARTIGO RECEBIDO A

20/03/2024

ARTIGO APROVADO A

05/06/2024

Grigoletto, E. (2021). Sou mulher de verdade, empoderada, feminina: a identificação de gênero entre os engodos ideológico e tecnológico. *Leitura*, n. 69, p. 187-205. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/11264/8613>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

Mariani, B. (1998). *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Campinas, SP: UNICAMP.

Mariani, B. (2018). *Discursividades prêt-à-porter: funcionamento de fake news e processos de identificação*. Entremeios. *Revista de estudos do discurso Entremeios*, v. 17, p. 3-18.

Moreira, C. B. (2018). Bloqueado, suspenso, fora do ar: a atualidade da censura no espaço digital. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 60, n. 3, p. 847-868. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8651532>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

OMS. (2020). *A OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia*. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812). Acesso em: 20 de junho de 2024.

Orlandi, E. P. (2005). Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. *Estudos da Língua(gem)*. Estudos da Língua(gem). Vitória da Conquista n. 1, p. 9-13.

Orlandi, E. P. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp.

Pêcheux, M. (1983). *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes.

Pêcheux, M. (1997). Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp.

Pêcheux, M. (2007). Papel da memória. In: ACHARD, P. (Org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes.

Pêcheux, M. (2014). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas: UNICAMP.

Radde, A. (2020). 31. LÍNGUA. In: Leandro-Ferreira, M. C. (org.). In: *Glossário de termos do discurso - edição ampliada*. 1 ed., Campinas, SP: Pontes Editores, p. 181-184.

ARRUDA, PEDRO HENRIQUE CARVALHO DE & GALLI, FERNANDA CORREA SILVEIRA; *Movimento antivacina em (dis)curso no espaço digital: regionalizações porosas do/no dizer / Anti-vaccination movement in (dis)course in digital space: porous regionalizations of/in saying*  
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 40-63

Safatle, V. (2018). *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.

Twitter. (2018). *A influente audiência do Twitter*. Disponível em: <https://marketing.x.com/pt/insights/a-influente-audiencia-do-twitter#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20experi%C3%A2ncia%20do,que%20o%20torna%20altamente%20valioso>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

Kramer, R. K. (2020). *Da inspiração à interpelação: o discurso fitness no Instagram* (Tese de Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.



## Quem ficou em casa e quem não pôde ficar: narrativas sobre o trabalho de mulheres na pandemia

### Who stayed home and who couldn't: narratives about women's work during the pandemic

**BIAR, LIANA DE ANDRADE**  
lianabiar@puc-rio.br

Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil (2012)  
Professor Adjunto I da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Brasil)  
Bolsista de Produtividade em Pesquisa - Nível 2 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Brasil)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8673-8668>

**SANTOS, DOUGLAS FIRMINO DOS**  
douglasfirmino.santos@gmail.com

Doutorando em Estudo da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Brasil)  
Bolsista pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ, Brasil)  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4956-8758>

**PALAVRAS-CHAVE:**  
Análise de narrativa;  
Pandemia;  
Gênero;  
Neoliberalismo.

**RESUMO:** No presente artigo, informado pela Análise de Narrativa enquanto lente de análise discursiva, esboçamos uma pequena parte da paisagem discursiva da pandemia da Covid-19. Especificamente, analisamos histórias cotidianas contadas por mulheres trabalhadoras, nos perguntando sobre como elas puderam (ou não) responder ao chamado do isolamento social, e sobre os sentidos gerados por elas sobre as suas experiências nesse contexto. Os dados analisados foram gerados em entrevistas qualitativas abertas realizadas com três mulheres, atravessadas por diferentes intersecções e discursos. Os resultados mostram os diferentes sentidos e ordens de indexicalidade mobilizadas e a emergência de um sistema de coerência informado pelo discurso neoliberal.

**KEY-WORDS:**  
Narrative Analyses;  
Pandemic;  
Gender;  
Neoliberalism.

**ABSTRACT:** In this article, informed by Narrative Analysis as a lens for discursive analysis, we outline a small part of the discursive landscape of the Covid-19 pandemic. Specifically, we analyze everyday stories told by working women, questioning how they were able (or not) to respond to the call for social isolation, and the meanings they generated about their experiences in this context. The data analyzed were generated from open qualitative interviews conducted with three women, intersected by different discourses and intersections. The results show the different meanings and orders of indexicality mobilized and the emergence of a coherence system informed by neoliberal discourse.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa com paisagens linguísticas (Gorter, 2006, p. 01) se ocupa de retratar a diversidade de elementos semióticos cotidianos que nos cercam, conforme expostos em muros, placas, cartazes, grafites, rótulos etc. No presente artigo, de forma análoga, nos dedicamos a esboçar uma pequena parte da paisagem *discursiva* da pandemia da Covid-19 que assolou o mundo entre os anos de 2020 e 2023. Mais especificamente, a partir das lentes da Análise de Narrativa que temos praticado (De Fina, 2021; *Biar et. al.*, 2020), nos perguntamos como diferentes mulheres trabalhadoras, no Brasil, puderam responder ao apelo “fique em casa”, nos debruçando para isso sobre as histórias a partir das quais elas organizam e conferem sentido sobre suas experiências no contexto. Inspirando-nos em Blommaert (2013), foi nosso objetivo observar como se dá a construção discursiva de atitudes, crenças, percepções e engajamento nas atividades de trabalho dessas sujeitas em uma esfera pública em que raramente pessoas ordinárias são convocadas a narrar suas rotinas.

A partir da análise de dados gerados em entrevistas qualitativas abertas, fomos levados mais centralmente a refletir sobre como os sentidos construídos por essas mulheres navegam por ordens de indexicalidade sempre marcadas por imperativos neoliberais. Como veremos ao longo do texto, no lugar de nos fazer “parar em casa”, a emergência sanitária que matou cerca de quinze milhões de pessoas ao redor do globo nos projetou em um universo laboral de tendências *individualizantes* — patente esvaziamento das dimensões coletivas e da preocupação com o outro —, e *totalizantes* — em que se somou ao ímpeto de trabalhar por todas as horas possíveis o desafio de enfrentar a insalubridade ou a sobreposição de vários tipos de trabalho em diferentes espaços condensados pela tecnologia.

O artigo se inicia com uma breve caracterização do que nomeamos aqui o “cronotopo pandêmico” e dos discursos que o constituíram. Em seguida, procuramos apresentar uma proposta para análise das narrativas da pandemia e o modo como estas se entrelaçam a um sistema de coerência neoliberal. Tais reflexões, seguidas das orientações teórico-metodológicas do estudo, embasarão a análise e discussão dos dados.

### **1. CRONOTOPO PANDÊMICO E AS ORDENS DE INDEXICALIDADE DO ISOLAMENTO SOCIAL**

A pandemia provocada pelo Coronavírus, que se estendeu entre 2020 e 2023, deixou um rastro de devastação que ainda levaremos tempo para superar. Só no Brasil, mais de setecentas mil vidas foram perdidas para a doença, número que nos alçou ao topo das estatísticas de morte. Em escala global, somos o segundo país com o maior registro de óbitos por Covid-19 em todo o mundo<sup>1</sup>. Como se sabe, normas sanitárias foram mundialmente adotadas nos anos de 2020 e 2021 com o propósito de evitar o máximo possível o contágio, dentre elas o isolamento social.

Por conta do colapso provocado pela Covid-19 no sistema de saúde de vários países, as medidas de isolamento social foram estendidas para além de uma curta quarentena, incorporando-se em nossas vidas como parte do que foi nomeado “novo normal”. Naturalmente, as medidas de isolamento reverberaram de forma desigual na população, e não há como desconsiderar as múltiplas intersecções que modularam a experiência da pandemia em diferentes grupos sociais. As condições de moradia e saneamento para viabilizar a quarentena apresentaram diferenças significativas quando se consideravam os marcadores de raça e posição socioeconômica – no Brasil, tais marcadores inegavelmente se sobrepõem. Da mesma forma, classes inteiras de trabalhadores/as sequer tiveram a possibilidade de exercer remotamente suas funções – destacam-se por exemplo trabalhadores/as de aplicativo; porteiros e porteiras;

1. Cf.: <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/coronavirus/casos-no-mundo/>>. Acessado em 21 jun. 2023.

trabalhadores/as do comércio, limpeza e alimentação, como regra geral, oriundos das camadas mais pobres da sociedade. Muitos/as também acabaram sem trabalho. Dentre os/as que puderam migrar para o trabalho remoto, as condições nem sempre foram confortáveis, veja-se o caso dos professores e professoras, aos quais frequentemente se impôs condições espaciais e tecnológicas incompatíveis com sua renda e rotinas familiares – nesse caso, mulheres estiveram em franca desvantagem.

Em todo caso, o imperativo do isolamento marcou os modos de sociabilidade humana, contornando o que estamos chamando, baseados em Bakhtin (2013), de o “cronotopo pandêmico”. Cronotopo pode ser definido como a íntima conexão entre tempo e espaço que se articula nas narrativas<sup>2</sup>. O cronotopo pandêmico, lembrado pelas perdas de pessoas queridas, pelo risco de adoecimento, controle do movimento humano e instabilidade econômica, estará inevitavelmente evocado quando contamos nossas histórias desse período crítico.

No Brasil, em 20 de março de 2020, durante uma reunião via videoconferência, o então presidente Jair Bolsonaro declarou sobre a pandemia: “a economia não pode parar. Temos que produzir muita coisa”. Enquanto a situação de saúde pública se agravava em meio a poucos entendimentos sobre como controlar o contágio da Covid-19 e muitas certezas sobre sua letalidade, o ex-presidente não deixou de estimular, mesmo no pico da crise sanitária, um compromisso moral com o trabalho. O problema de saúde se tornou um problema econômico.

A posição do então presidente, contrária às recomendações das organizações internacionais de saúde, explicitou o embate entre diferentes ordens de indexicalidade (Blommaert, 2007) em torno dos lemas do isolamento. Em teorias discursivas, indexicalidade (Blommaert, 2007) diz respeito à propriedade de uma unidade discursiva apontar para discursos, posições ideológicas, valores, crenças, etc. Essas relações, naturalmente, não são fixas e estáveis: “as possi-

2. Uma alternativa à difusa noção de contexto, a noção de cronotopo tem sido usada na Linguística Aplicada e nas análises discursivas para se referir a contornos específicos e concretos de tempo-espaço a partir do qual a ação social se organiza, se distribui em papéis, e comportamentos e identidades são forjados (Blommaert, 2018).

bilidades indexicais de um dado texto estão disponíveis sempre ao mesmo tempo, deslizando dos contextos normativos mais vigiados aos contextos imprevistos menos regrados” (Pinto; Amaral, 2016, p. 160). O conceito de ordens de indexicalidade, derivado da noção foucaultiana de ordens do discurso<sup>3</sup>, diz respeito então às diferentes convenções de indexicalidade que estão estratificadas e em disputa na sociedade.

No contexto desta pesquisa, isso quer dizer que a produção de sentido ou a relação indexical que o “fique em casa” estabeleceu com seu entorno esteve marcada por orientações ideológicas contrastantes. Podemos supor, preliminarmente, a concorrência de pelo menos duas ordens de indexicalidade polares. Na primeira delas, “ficar em casa” evocou sentidos de responsabilidade, empatia, cuidado, coletividade e saúde, projetando seus adeptos como “pessoas do bem”. Nessa mesma “ordem”, quem não “ficava em casa”, por outro lado, foi construído como irresponsável, egoísta ou negacionista das fontes formais de produção de conhecimento. Já em uma segunda ordem de indexicalidade, ou seja, a partir de outros parâmetros organizadores da produção de sentido, o “fique em casa” foi avaliado como bobagem ou inutilidade, seus adeptos foram caracterizados como pessoas medrosas, preguiçosas ou frágeis, dependentes de políticas de assistências pública (como o Auxílio Emergencial<sup>4</sup>, por exemplo), que colocam em risco não uma saúde biológica, mas uma saúde econômica. Em contrapartida, os “não adeptos”, nesta outra posição, foram vistos como destemidos, resistentes a um discurso alarmante ou manipulador da pandemia, engajados em seus compromissos individuais e sociais, preocupados em manter girando a roda da economia.

Nesse cenário, diferentes discursos sobre a pandemia estão polarizados e hierarquizados, embora, ao que nos parece, reajam, em comum, à perplexidade diante da necessidade de parar.

3. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

4. Programa de transferência de renda instituído em 2020 pelo governo com a finalidade de auxiliar na renda de brasileiros e brasileiras que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica no período da pandemia de Covid-19.

## 2. NARRATIVAS DA PANDEMIA E O SISTEMA DE COERÊNCIA NEOLIBERAL

Neste estudo, tomamos como objeto de análise as práticas narrativas que, de modo rotineiro, ou em situação de entrevista de pesquisa, conferem forma e organização às experiências pessoais e vicárias do/no dia a dia, articulando-as com complexas redes discursivas em circulação (De Fina, 2021). No lugar de entender as histórias que contamos em interações cotidianas e institucionais como mero exercício de recapitulação com função informacional, apostamos em seu potencial discursivo – ou seja, tomamos as narrativas como um lugar privilegiado de co-produção de sentido e co-construção da realidade social. Podemos, nesse sentido, olhar para a narrativa como um dispositivo de organização da experiência humana, segundo matrizes de inteligibilidade próprias do encontro social e das esferas sócio-históricas em que ela emerge (Biar *et.al.*, 2020).

Do ponto de vista formal, a definição mais conhecida de narrativa é a de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972). Para os autores, fundadores do campo da Análise de Narrativa, um enunciado pode ser categorizado como narrativo toda vez que concatene duas ou mais orações que expressem ações passadas em uma sequência temporal — ou seja, uma narrativa é um conjunto de ações complicadoras, composto de no mínimo duas delas temporalmente ordenadas de modo coordenado. Além das ações complicadoras, as narrativas também são compostas, obrigatoriamente, de avaliações: posicionamentos mais ou menos explícitos dos/as narradores/as sobre o que relatam. Frequentemente, essa estrutura é complexificada com a adição de outros elementos: uma narrativa canônica, além de apresentar ações complicadoras e avaliações, pode ser introduzida por um prefácio (um resumo da história), orientações (informações que situam espaço-temporalmente a narrativa), resolução (o desfecho da história) e coda, (uma síntese avaliativa do relato). Mais tarde, na literatura da área, variações menos canônicas

foram acrescentadas a esse esquema geral, e o interesse pelas narrativas migrou da descrição estrutural para a sua emergência interacional e força performativa (cf. Georgakopoulou, 2006).

Contemporaneamente, a ênfase dos estudos narrativos está no processo interacional de narrar, o que nos leva a um tipo de estudo mais sensível ao contexto de emergência de narrativas em leque amplo de práticas sociais e gêneros discursivos (De Fina, 2021). Sem perder de vista essa dimensão, estamos, na Análise de Narrativa que praticamos, considerando que as histórias que contamos são interacionalmente produzidas e performadas em contextos situados específicos e, também, em contextos históricos, institucionais e discursivos. Tomadas como objeto da pesquisa social, narrativas funcionam como peças de análise que nos informam tanto sobre uma pessoa ou grupo quanto sobre uma sociedade e cultura. Nessa direção, estamos comprometidos com análises que mostrem a ancoragem das narrativas em dimensões “macro”, ou seja, histórica e política. Privilegiamos, assim, histórias que envolvem poder e desigualdade e apresentamos o campo como uma das vertentes que compõem o cardápio de abordagens para uma análise de discurso – sublinhando os modos como esses fragmentos de linguagem em uso (re)criam ou sustentam, naturalizam ou desafiam crenças, valores, ordens econômicas e embates discursivos (Biar *et. al.*, 2020). Em tais análises interessa observar os modos como as diversas experiências individuais se conformam – ou não – às matrizes translocais reguladoras da vida social.

Nas narrativas analisadas neste artigo, em torno das rotinas de trabalho de mulheres durante o isolamento social, o já mencionado cronotopo pandêmico foi parte central da construção do ponto (a razão de ser da narrativa) e da estrutura das histórias. As participantes trouxeram à tona esse momento histórico, tecendo compreensões, avaliações e conseqüentemente se posicionando em relação a ele. Como já dissemos, ao observar as narrativas produzidas por essas

mulheres, estaremos atentos às formas pelas quais seus modos de narrar apontam para diferentes ordens de indexicalidade (Blommaert, 2007) já mencionadas na seção 1.

Outro conceito especialmente útil para a análise que se segue é o de “sistema de coerência”, conforme elaborado por C. Linde (1993). Segundo a autora, nossas histórias devem ser compatíveis com certas expectativas coletivas; é isso que as torna culturalmente “apropriadas”, isto é, alinhadas a demandas sociais sobre as histórias e as trocas de histórias em comunidade (Linde, 1993, p. 7). Os “sistemas de coerência” de Linde representam a mediação discursiva desse senso de “propriedade”, porque a partir deles ancoramos nossas narrativas em discursos estabilizados e compartilhados, sejam eles de senso comum ou sejam eles derivações ou simplificações de teorias especializadas. O conceito pode ser definido como

um dispositivo cultural mais global para a transformação da estrutura da experiência social em uma narrativa compartilhável. Um sistema de coerência é uma prática discursiva que representa um sistema de crenças e relações entre crenças; fornece o ambiente no qual uma declaração pode ou não pode ser tomada como causa de outra declaração (Linde, 1993, p. 163).

Um exemplo de sistema de coerência, frequentemente acionado nos dados deste estudo, é o que chamaremos de sistema de coerência neoliberal. Caracterizado como um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo [da vida humana]” (Dardot; Laval, 2016, p. 17), o sistema de coerência neoliberal posiciona o trabalho como uma necessidade humana básica para a existência social, dando origem a um tipo de sujeito econômico (Laval, 2018, p. 40) enredado na governamentalidade<sup>5</sup> de si. Mais que um sistema econômico, o neoliberalismo pode ser compreendido como uma racionalidade que opera como condição de interpretação da realidade social e de regulação da ação social.

Veremos como o neoliberalismo é um sistema de coerência que guia a produção de sentidos sobre a experiência do trabalho na pandemia, normalizando as rotinas insalubres de trabalho

5. De modo bastante simplificado, governamentalidade pode ser entendida como uma arte de governar, ou seja, um meio que permite, autoriza e legitima modos de governamentalização. Cf.: Foucault, M. Segurança, território, população. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

como um compromisso individual, mesmo em um tempo de exceções<sup>6</sup>. Nessa visada, estão enredados outros discursos como os de mecanização do corpo, invisibilização da saúde, autoempreendimento e anticientificismo, por exemplo.

Na análise, observaremos a costura do sistema de coerência neoliberal a partir da observação de dois aspectos: as relações de causa e efeito estabelecidas na explicação de eventos materiais ou mentais e a sequencialidade das ações narrativas. Ainda conforme Linde (1993), tanto a ordenação narrativa quanto a relação entre os fatos narrados resultam da articulação da história a um sistemas de coerência. Para fazer referência a tais elementos lançaremos mão da metalinguagem laboviana mencionada nesta seção.

### 3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS DO ESTUDO

Analisamos qualitativamente narrativas de três mulheres que falam de si a partir de um olhar retrovisor (Mishler, 2002) sobre a pandemia, se referindo especificamente aos anos de 2020 e 2021. Nosso objetivo, conforme alinhavado na introdução, foi o de observar os sentidos sobre o trabalho no cronotopo pandêmico conforme construídos por essas mulheres em suas narrativas, o que nos levou a observar os modos como suas experiências com o isolamento – ou a impossibilidade dele – navegaram por ordens de indexicalidade sempre marcadas por imperativos neoliberais. Os dados foram gerados no segundo semestre de 2022 por meio de entrevistas abertas.

As entrevistas tiveram como ponto de partida perguntas sobre como se deu a relação dessas mulheres com o seu trabalho no período em que medidas de distanciamento social foram recomendadas por órgãos internacionais. Foram entrevistadas mulheres profissionais de diferentes categorias: trabalhadoras de aplicativo, professoras do ensino básico, professoras de

6. Acreditamos que os sistemas de coerência sustentados e reproduzidos nas narrativas podem também ser desafiados ou subvertidos em práticas que colocam em xeque as suas bases.

7. Cf.: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/mulheres-e-pandemia-covid-acentuou-desigualdade-no-trabalho-domestico>. Acessado em 17 jun. 2023.

academia, porteiras, empregadas domésticas e médicas. O recorte de gênero foi considerado tendo-se em vista as demandas do cenário da pandemia, as queixas e os números<sup>7</sup> que apontam para um aumento na carga de trabalho doméstico das mulheres. Ao longo das entrevistas, as participantes se dispuseram a reconstruir suas próprias experiências no período. Na análise, prestamos especial atenção ao discurso das narradoras, observando índices linguístico-discursivos que entrelaçam os fragmentos biográficos compartilhados por elas com os discursos circulantes sobre a pandemia. Dentre esses elementos narrativos estão as relações de temporalidade e causalidade estabelecidas, os personagens e eventos verbais convocados para as histórias e os modos de se posicionar em relação a esses elementos, por meio principalmente da transitividade e das escolhas lexicais.

As participantes seguem descritas com pseudônimos na tabela abaixo.

Tabela 1 - Participantes da pesquisa

Fonte - Autores

Sílvia	Mulher negra, cerca de 40 anos, professora de pré-escolar de uma instituição particular do Rio de Janeiro, mãe de um filho de dois anos na época da pandemia. Sílvia trabalhou remotamente no início da pandemia e no segundo ano de forma híbrida.
Neiva	Mulher branca, cerca de 50 anos, com uma filha adulta que reside em outro estado. Neiva é porteira de um prédio da Zona Sul do Rio de Janeiro e trabalhou presencialmente fazendo uso de transporte público durante todo o período da pandemia.
Célia	Mulher branca, motorista de aplicativo, cerca de 60 anos, mãe de filhos já adultos. Célia trabalhou na rua durante a pandemia fazendo transporte.

As interações geradas na pesquisa foram transcritas conforme enunciadas, mas de modo simplificado, isto é, sem apoio das convenções de transcrição propostas para os estudos da fala-em-interação. A decisão foi tomada para facilitar a legibilidade dos dados, uma vez que pistas paralinguísticas das narrativas não foram tornadas relevantes na análise.

#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Nesta seção, procedemos à apresentação, análise e discussão dos dados das três participantes de pesquisa, buscando identificar, a partir de suas narrativas individuais, pontos de interseção e conflito na construção de significados sobre saúde e trabalho no auge da crise da Covid-19.

##### **4.1. SÍLVIA**

Sílvia inicia a narrativa reproduzida a seguir após ser perguntada sobre como ficou sua vida depois que a escola em que trabalhava como professora auxiliar interrompeu as atividades presenciais no início da pandemia, em março de 2020. No excerto 1, Sílvia descreve sua inserção e rotina no trabalho remoto, e logo somos situados em um universo novo, imediatista e exigente, caracterizado por um tipo de trabalho excessivo e continuado, que demandava interação com uma plataforma tecnológica para o qual a narradora, segundo ela mesma, não havia sido preparada.

Excerto 1: Sílvia

01 Sílvia Uma semana depois [do decreto de isolamento] a escola começou  
02 a se organizar pra gente dar aula e a gente começou a ter que  
03 entender daquela plataforma Google. Como eu era professora do  
04 horário estendido, mas mesmo assim esses pais pagavam o  
05 horário estendido, eu tinha que dar aula [...]. E aí vieram  
06 as filmagens, a gente tava se apresentando ali, entender que  
07 roupa bota na frente daquilo, que ângulo da sua casa vai  
08 aparecer, aí passa obra [...]. O filho tava em casa e  
09 solicitando, e ele também tinha aula online, e tava  
10 desfraldando, foi desesperador. Ele chamava, solicitava muito.  
11 Meu marido tava em casa também, e a gente, ainda bem, tínhamos  
12 dois computadores e internet boa, porque senão, não ia  
13 funcionar [...], porque você não tem um escritório em casa;  
14 exigiam de você um computador incrível, com uma internet  
15 incrível, que eu tinha por acaso, né, ainda bem que eu tinha,  
16 porque eu acho que várias colegas não tinham. Algumas que não  
17 tinham realmente o colégio emprestou, eu acho, mas isso não  
18 era assim "ó vou te emprestar". A escola contava que você  
19 tivesse esse tipo de aparelho. Então às vezes, até as coisas  
20 se organizarem, o colégio solicitava reuniões quase toda hora,  
21 então às vezes eu trabalhava treze horas por dia [...]. E  
22 assim foi, foi desesperador, assim, eu me sentia acelerada o  
23 tempo inteiro, era uma aceleração, uma dor nas costas, porque  
24 eu ficava muito tempo sentada, eh::, eu não dormia direito,  
25 eu fechava a câmera para comer, eh::, assim, eu me sentia

26           muito aprisionada, e atenção pra criança e comida [...]. Eram  
27           pequenas pausas pra fazer essas limpezas da casa e limpar  
28           alimento, fazer comida, e o resto às vezes todo sentado na  
29           frente do computador e fazendo reunião de pais também, pros  
30           pais entenderem o que estava acontecendo, explicar pra eles o  
31           que seria essa metodologia... foi tudo muito complexo. A  
32           lembrança que eu tenho é de uma pessoa que ficou acelerada e  
33           isso me deu muita dor na coluna, que me levou até a decisão  
34           de uma cirurgia [...]. Às vezes eu tava na sala, às vezes eu  
35           tava filmando, às vezes eu tava planejando o que eu ia fazer,  
36           ora eu tava filmando, ora eu tava ajudando outras professoras  
37           também, ora eu tava em reunião. A sensação que eu tinha era  
38           que eu tava trabalhando vinte e quatro horas por dia, fora  
39           todo serviço doméstico e fora tentar ser um pouco mãe, um  
40           pouco esposa. Como eu não era regente específica, estava meio  
41           que girando, professora auxiliando todo mundo, eu era uma  
42           professora que estava ajudando. Eu ouvia muito "você tem que  
43           procurar o que fazer mesmo", ainda tinha essa tensão. E algumas  
44           pessoas foram demitidas, então ainda tinha isso. Então não  
45           tinha essa questão do elogio "que bom que você conseguiu se  
46           entender com a aparelhagem inteira e você não fez curso" [...].  
47           Mesmo quando a internet caía eu entrava pelo celular, pelo  
48           três gê, porque eu não estava mais fazendo print das telas que  
49           tinha que fazer, que precisavam daquilo pra poder documentar,  
50           enfim, eu tava muito professora e secretária, fazendo tudo ao  
51           mesmo tempo.

Desde as primeiras linhas, notamos que a estrutura retórica da narrativa de Sílvia não marca fronteiras claras entre momentos de contextualização e ações complicadoras — o sequenciamento das ações não é claro. Trata-se de uma narrativa com ações recorrentes, não prototípicas (Georgakopoulou, 2006). Ao longo da sua performance narrativa, sem pausas e episódios bem delimitados, temos a impressão de que tudo acontecia de uma vez, sendo difícil apontar o que antecedeu o quê.

São os seguintes os personagens tornados relevantes na história de Sílvia. Em primeiro lugar, está a escola, categorizada por institucionalização, e apresentada como antagônica, ameaçadora, isto é, uma entidade que não retribui o esforço aumentado com elogio, mas, pelo contrário, trata as condições apropriadas de trabalho como obrigação da professora; também vemos recrutados os pais dos alunos, aqui generalizados como entidade a quem se presta contas de um trabalho para o qual está sendo pago; outra figura importante é a tecnologia, construída como obstáculo, bem como o marido, o filho e suas respectivas demandas – mais problemas e entraves a serem superados; enfim, temos a própria Sílvia, construída a partir de um eixo de diferenciação em relação a outros professores. Eixos de diferenciação são categorias discursivas opostas que designam identidades por diferença (Irvine; Gal, 2000, p. 38). Nesse sentido, eixos de diferenciação estabelecem cisões que demarcam sujeitos/as e grupos sociais a partir de características que os diferenciam, como, por exemplo, bom e mau, sendo tal caracterização ideológica e discursivamente postulada.

Em virtude das demandas da pandemia, Sílvia caracteriza a sua casa (linhas 06-10) como uma espécie de instituição total (Goffman, 1961). Seu comportamento está influenciado pelas lentes de uma câmera, um dispositivo regulador de seu trabalho. O espaço doméstico é interpretado de modo diferente ao postulado pelo lema "fique em casa": no lugar de um espaço de

proteção e cuidado, temos um ambiente vigiado e de exposição. Filmagens, obra, maternagem, afazeres domésticos apontam para uma precarização real ou possível de seu novo ambiente de trabalho. A partir da linha 10, Sílvia desloca a ênfase para solicitações e exigências que partiam tanto do papel de professora quanto de mãe: "ele ((o filho)) chamava, solicitava muito" (linha 10); "o colégio solicitava reuniões quase toda hora, então às vezes eu trabalhava treze horas por dia" (linhas 20 e 21). Ambas as declarações são avaliadas com uma coda, que é sintaticamente estruturada da mesma forma em dois momentos diferentes da história: "foi desesperador" (linha 10 e linha 23). Assim, parece ser construída uma disputa entre o imperativo do produtivismo e da autonomia, confrontado com a falha do corpo – provocada não pela pandemia, mas pela aceleração e excesso de trabalho.

A intensificação do trabalho pedagógico e doméstico é avaliada como complexa (linha 31) em virtude da sobreposição dessas duas categorias de atuação, e é apontada como causa de em um estado de saúde debilitado: "isso me deu muita dor na coluna, que me levou até a decisão de uma cirurgia (...)" (linhas 33-34). O trabalho, mais que o vírus, leva ao adoecimento. Apesar das avaliações negativas, a exaustão de Sílvia, e o conseqüente problema na coluna, é um índice da sua entrega, parte de uma performance virtuosa de quem estava cumprindo o seu papel.

Nos momentos finais da narrativa (linhas 37-51), comparecem alguns outros sintomas da precarização do trabalho além da condição de saúde de Sílvia, entre eles a dificuldade para exercer suas funções de mãe e esposa, situadas em um entrelugar no meio de sua plena função de professora e doméstica. A sensação de trabalhar 24h por dia é descrita com locuções verbais que indicam um ciclo de recorrências: "ora eu tava filmando, ora eu tava ajudando outras professoras também, ora eu tava em reunião. A sensação que eu tinha era que eu tava trabalhando vinte e quatro horas por dia, fora todo serviço doméstico e fora tentar ser um pouco mãe, um

pouco esposa" (linhas 37-40). Nesse trecho, o sujeito das ações é bem marcado — o "eu" indexa Sílvia como uma mulher em constante atividade de trabalho. O sujeito (eu) também aparece de forma mais delimitada nos verbos que representam processos mentais: "eu me sentia acelerada o tempo inteiro" (linhas 22 e 32); "eu me sentia muito aprisionada" (linha 26); "como eu não era regente específica, estava meio que girando" (linha 41); "eu ouvia muito" (linha 42). Em resumo, Sílvia se vê arrolada na transitividade de muitas ações, que descrevem tanto (i) coisas as quais ela se vê obrigada a fazer como única responsável, quanto (ii) demandas apresentadas a ela por outrem, nas quais se nota certa vagueza na definição do demandante.

Notamos nessa análise que a narrativa de Sílvia é organizada imediatamente após o isolamento — não há a contextualização de um passado diferente; a Covid-19 aparece apenas como pano de fundo, e não é mencionada em momento algum da história. Rapidamente, a pandemia transforma a rotina de trabalho, aumentando a carga em todos os seus aspectos. Em uma outra dimensão, vemos que a pandemia coloca sob ameaça também os seus vínculos formais de trabalho, que podem ser cortados a qualquer momento por uma falta de adaptação ao novo regime pedagógico que articula as rotinas profissionais com as domésticas e as familiares. O que sobressai é o papel da narradora como professora que, apesar de atravessado de uma série de entraves e consequências, é ministrado de modo adequado à situação, ou seja, é colocado como prioridade, mesmo que isso tome a totalidade do seu dia. A estrutura narrativa realiza um trabalho de perspectivização em que o embate ideológico sobre o distanciamento social desaparece, porque todo o espaço da vida é ocupado pelo trabalho. Assim, a doença fica suplantada, a subjetividade desaparece, a casa deixa de ser espaço de descanso e a dimensão econômica passa a ocupar toda a vida, tornando-se a base de todas as interações por ela estabelecidas. No lugar das duas ordens de indexicalidade previstas na seção 2, somos confrontados com uma terceira, em que o que se destaca é a exaustão agravada pelo trabalho remoto.

Excerto 2: Neiva

01 Neiva Eu vim todos os dias, mas foi meio complicado, né, complicado  
02 assim, porque a gente ficou com medo, medo assim de você pegar  
03 a Covid, não medo assim, você já entrava no metrô, no trem,  
04 no ônibus, você já entrava assustada, porque tipo assim, você  
05 tinha que usar a máscara, diariamente, você tinha que trocar  
06 ela, mudar, né? E fora que mesmo dentro da cabine a gente teve  
07 que usar, né, as máscaras por um bom tempo, até cessar, tomar  
08 vacina e tudo[...]. Aí, quer dizer, foi um pouco de medo que  
09 eu fiquei na pandemia só que não tinha como eles deixarem a  
10 gente em casa, eu tive que enfrentar esse medo com a cara e a  
11 coragem[...]. Os porteiros, ninguém teve prioridade não, a  
12 gente teve que enfrentar a pandemia ali a fogo e ferro, rezando  
13 pra não ficar doente, só com o medo constante, porque como que  
14 a gente ia fazer? A gente não podia perder o trabalho, precisa  
15 se manter, como que a gente vai fazer se não podia perder o  
16 trabalho?

Ao ser indagada sobre o seu trabalho na pandemia, Neiva escolhe narrar a rotina de deslocamento até a portaria do prédio que a emprega, sublinhando sua impossibilidade de aderir ao "fique em casa". Os seguintes temas são salientes no relato da narradora: a ameaça do desemprego, o uso do transporte público, o medo de ficar doente e os cuidados sanitários (uso de máscara). Esses temas estão organizados em relação a uma ordem de indexicalidade segundo a qual a ida ao trabalho, em tempos de pandemia, é indesejável, avaliada como amedrontadora, já que representa uma ameaça à vida: "porque a gente ficou com medo, medo assim de você pegar a Covid" (linhas 02 e 03).

Vale ressaltar as escolhas pronominais de Neiva. A partir do uso do "a gente" no lugar do "eu", a narradora produz um sentido de coletivização, unificando um certo grupo de trabalhadores/as enquanto entidade social. Também o "você", apesar de impessoal, aponta para qualquer um que faça uso de transporte público, categorizado como um ambiente mais perigoso que o próprio ambiente de trabalho. Das linhas 11 a 16, um outro dêitico é mobilizado, o "eles": "só que não tinha como eles deixarem a gente em casa, eu tive que enfrentar esse medo com a cara e a coragem". Nessa polarização, enquanto o "a gente" citado na linha 02 indexa uma classe espoliada, o "eles" aponta para uma classe social abastada, que parece usufruir do direito ao distanciamento. Assim, um eixo de diferenciação estabelece o reconhecimento de um "nós" e um "eles" afetados de forma diferente e assimétrica pela pandemia. Apesar disso, as avaliações presentes no trecho resguardam, em uma parte, a coletividade; na outra, a individualidade — Neiva teve que enfrentar o medo, e esse enfrentamento se deu por conta própria, ou seja, ela fez isso sozinha. Na mesma direção, Neiva contrasta o medo do contágio com uma apresentação de si como mulher corajosa (linhas 10-12): "eu tive que enfrentar esse medo com a cara e a coragem".

A narrativa de Neiva, assim como a de Sílvia, é composta de muitas orientações, que oferecem contexto às ações narradas. Ir para o trabalho correndo o risco de adoecer severamente, ou levar o corpo e a mente a um desgaste intenso, poderiam ser vistos enquanto atos extremos. No entanto, o trabalho, na pandemia, é uma prática que normaliza o adoecimento (do corpo ou da mente), uma consequência já esperada. Nas linhas 15 e 16, Neiva questiona: "como que a gente vai fazer se não podia perder o trabalho?". Perder a vida é parte da lógica neoliberal, no entanto, perder o trabalho, não. Nas entrevistas como um todo, vimos exemplos disso tanto em Neiva quanto em Sílvia, que conformam suas experiências narradas em uma trajetória individual de superação do momento pandêmico. O que se supera, ou o que se tem de dar

conta, varia de história para história, às vezes apontando com mais ou menos força discursos individualizantes de autonomia e superação. De qualquer forma, cabe destacar que essas narrativas terminam com uma volta à normalidade. A pandemia é tratada como parênteses em um mundo que segue a sua marcha, e ambas as entrevistadas constroem essa experiência como solitária, individualizada — um senso de *self* resiliente em relação ao excesso de trabalho ou ao medo de adoecer.

O desemprego também é um tema comum dessas duas entrevistas, mas, apesar disso, dificilmente a questão é abordada a partir de mecanismos discursivos de coletivização da experiência. Na maioria das vezes, os empregadores e não, por exemplo, o sistema, são objetos de avaliação. Há também muita agentividade: mulheres que ficaram em casa descrevem uma rotina exaustiva de muito trabalho; mulheres que saíram para o trabalho narram uma rotina de enfrentamento corajoso da doença.

### 4.3. CÉLIA

Nesta última seção, veremos uma narrativa que segue caminhos divergentes para dar sentido à experiência da pandemia. Até aqui, as narradoras investigadas tomaram como ponto das suas narrativas a afetação pelo contexto. No caso da próxima participante, veremos que o contexto da pandemia é compreendido como algo que praticamente não a afeta.

### Excerto 3: Célia

- 01 Autora E deixa eu te perguntar uma coisa, como foi na pandemia, hein?  
02 Célia Pra mim não me afetou em nada, nada. Afetou o camelôzinho,  
03 coitadinho, que vendia verdura ali, e esse maldito desse  
04 prefeito ia pro sambódromo, pra Portela, sambar e cheirar a  
05 cocaína dele, enquanto o coitadinho que tinha que vender pra  
06 levar o sustento pros filhos não podia vender porque o guarda  
07 municipal vinha e tomava, tinha aquela vigilância que também  
08 vinha... Assim, a mim, não me afetou em nada.  
09 Autora Mas você não se sentia insegura, assim, em relação à saúde?  
10 Célia Eu? Eu nada. ts-ts-ts-ts ((negando com a cabeça)). Eu entreguei  
11 o Coren ((registro no Conselho Regional de Enfermagem)), gata.  
12 Eu sou enfermeira. Quando eles disseram "você vai pra  
13 vacinação", eu falei "eu não". Faz esse veneno aí em quem vocês  
14 quiserem, eu tô saindo. Tá aqui meu Coren, fui lá, dei baixa  
15 no Coren e tchau e beijo.  
16 Autora Ah, tá. Aí você não se vacinou?  
17 Célia Vamos pular essa parte?

Célia, na ocasião da pandemia, atuava como motorista de aplicativo. Ao ser perguntada sobre como passou pela pandemia, a narradora produz um sumário avaliativo: "pra mim não me afetou em nada, nada" (linha 02). Apesar de falar de si, Célia utiliza uma narrativa vicária para explicar por que não foi afetada pelo contexto do distanciamento, descrevendo em narrativa breve a história de um camelô que foi impossibilitado de trabalhar por conta de normas sanitárias adotadas pela Prefeitura à época (linhas 02-08). O uso do diminutivo na micronarrativa, "camelôzinho", para se referir ao trabalhador citado, evoca compaixão – "afetou o camelôzinho, coitadinho, que vendia verdura ali" (linhas 02 e 03) –, enquanto que, em um outro eixo

de diferenciação, Célia posiciona o prefeito (linhas 03-05), que supostamente ordena, mas não cumpre as medidas de distanciamento. É curioso notar que Célia não se posiciona em nenhum desses dois lugares: nem o do camelô prejudicado, nem o do prefeito descompromissado com o povo. Ao camelô, Célia atribui uma necessidade de sustento e a impossibilidade de ficar sem trabalho; ao prefeito, ela atribui um antagonismo, que impede o trabalho de certos indivíduos. Célia avalia o camelô, ao contrário dela própria, como uma pessoa que não tem agência e autonomia frente ao autoritarismo de figuras públicas que são, por sua vez, avaliadas negativamente. Dentre as ordens de indexicalidade apresentadas na seção 1, poderíamos dizer que Célia se posiciona confortavelmente na segunda, em que transgredir as medidas sanitárias são avaliadas positivamente como ato de força, insubordinação e comprometimento com o mundo do trabalho. Vale notar também que essa é a primeira vez que alguma dimensão do Estado aparece nas narrativas aqui apresentadas. Ao que nos parece, o ponto da micronarrativa envolvendo o camelô e o prefeito é o de negar a afetação de Célia pela pandemia e produzir discursivamente um *self* autônomo para ela.

Em termos comparativos, há dois pontos interessantes na narrativa de Célia. Um é o modo como ela estrutura e organiza o tempo narrativo de modo mais linear, dando vista a ações complicadoras melhor situadas. O segundo, é a ausência, em Célia, da narrativa de eventos mentais. Vimos anteriormente como Sílvia e Neiva descrevem modos de sentir (“acelerada”, no caso de Sílvia; “com medo”, no caso de Neiva, por exemplo). Célia, entretanto, mesmo quando diretamente indagada sobre um sentimento de insegurança provocado pela pandemia (linhas 09), diz categoricamente que não: “eu? eu nada. ts-ts-ts-ts” (linha 10). A pandemia em nada teria alterado sua rotina de vida física, mental e emocional.

Em um outro momento, Célia introduz mais uma breve narrativa (linhas 10-15) bastante agentiva, sobre um episódio de rebeldia em relação ao conselho de enfermagem de que ela costumava fazer parte: "eu entreguei o Coren ((registro no Conselho Regional de Enfermagem)), gata. Eu sou enfermeira. Quando eles disseram “você vai pra vacinação”, eu falei “eu não”. Faz esse veneno aí em quem vocês quiserem, eu tô saindo. Tá aqui meu Coren, fui lá, dei baixa no Coren e tchau e beijo". Pela primeira vez, há a emergência de um relato de um episódio mais especificamente delimitado e individual. Essa não é uma narrativa de conformação, mas sim uma narrativa de subversão de regras. Neste momento, Célia se apresenta como exemplo de coragem e insubordinação em meio a um apagamento da dimensão sanitária da pandemia pela evocação de discursos sobre liberdade individual. Nesse sentido, para Célia, o enfrentamento da pandemia não se dá pela chave da superação, mas da negação. Todos os personagens que Célia traz para sua história são “outros” — e ela se diferencia de todos eles (do camelô, do prefeito, do conselho).

### **À GUIA DE CONCLUSÃO**

Neste estudo, buscamos desenhar um pouco das paisagens narrativas que caracterizaram a vida de mulheres trabalhadoras no período da pandemia da Covid-19. A partir da lente de observação da Análise de Narrativa, entramos em contato com histórias de quem pôde e de quem não pôde atender ao chamado do imperativo “fique em casa”, em todos os casos tendo que lidar com novas demandas desse cronotopo. Nossa pequena amostra de dados parece apontar para três ordens de indexicalidade, isto é, três modos de fazer sentido da pandemia: a primeira delas, patente na narrativa de Sílvia, evoca signos do multiatarefamento contemporâneo. Entre a extraordinariedade do contexto pandêmico e a necessidade de conformação a ele, vimos emer-

gir o cansaço, a exaustão do corpo, e um adoecimento colateral, provocado não pelo vírus, mas por demanda da adaptação para o trabalho remoto. Com Neiva, ainda no mesmo eixo extraordinariedade-conformação, vimos sendo tornados relevantes elementos como a insalubridade das condições de trabalho e o risco de um adoecimento – dessa vez mais literal –, o contraste de classes, a necessidade de manter com coragem a marcha diária em um tipo de trabalho que, ao contrário do caso de Sílvia, não pôde ser adaptado para outras condições. Finalmente, Célia nos mostra uma forma de compreensão que nega a extraordinariedade e impõe uma certa forma de subversão – que se manifesta não em relação ao sistema que a impele ao trabalho, mas em negação à própria gravidade da doença, trazendo à tona discursos anticientificistas e antirregulamentadores do distanciamento.

Essas diferentes ordens, entretanto, guardam algumas semelhanças entre si, com destaque para o domínio da (re)ação individual de normalização da pandemia e das rotinas de trabalho em detrimento da proteção do Estado – mesmo que por sua negação. A esse respeito, é importante não perder de vista que as histórias individuais de Sílvia, Neiva e Célia materializam tempos e espaços momentâneos que se articulam a cronotopos sócio-históricos, configurando-se como pedaços de história encenados localmente. Em tais fragmentos de história, vemos entextualizados os imperativos neoliberais “trabalhe!”, “interaja!”, “circule!”, prontamente recuperados e naturalizados – em alguns casos até intensificados –, mesmo em face a uma das maiores crises sanitárias do planeta, que exterminou cerca de 15 milhões de pessoas. Conforme argumentamos anteriormente, parece que o neoliberalismo atua, nos dados, como um sistema de coerência comum às três narrativas, alinhando a forma com as entrevistadas atribuem ordem aos eventos narrados sobre suas rotinas de trabalho e distribuem as relações semânticas entre eles.

Por fim, esperamos ter demonstrado as vantagens do trabalho com narrativas geradas a partir de experiências ordinárias de pessoas de diferentes grupos sociais. Acreditamos que, ao observar como pessoas e grupos sociais estão atuando como agentes das explicações sobre si e os fenômenos que protagonizam, ainda que nos deparemos com elementos impertinentes, incompatíveis com as nossas visões de mundo — e aqui a narrativa de Célia é exemplar dessa possibilidade —, estamos realizando uma inflexão epistemológica que nos aproxima de outras ordens de indexicalidade que compõem nosso universo discursivo, criando brechas para compreensão também das diferenças políticas estarrecedoras como as que nos acompanharam nos últimos dramáticos anos.

#### REFERÊNCIAS

Bakhtin, M. (2013). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Biar, L.; et al. (2021) A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”. *Linguagem em (Dis)curso*, 21 (2), p. 231-251.

Blommaert, J. (2007). Sociolinguistics and discourse analysis: Orders of indexicality and polycentricity. *Journal of Multilingual Discourses*, 2 (2), 115-130.

\_\_\_\_\_(2013). *Chronicles of Complexity*. Bristol: Multilingual Matters.

\_\_\_\_\_(2018). *Are Chronotopes helpful?* Disponível em: In: <https://alternative-democracy-research.org/2018/06/22/are-chronotopes-helpful/>. Acesso em 20 de fev de 2024.

Dardot, P.; Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echlar. São Paulo: Boitempo.

De Fina, A. (2021). Doing narrative analysis from a narratives-as-practices perspective. *Narrative Inquiry*, 31(1), 49-71.

Georgakopoulou, A. (2006). Thinking big with small stories in narrative and identity analysis. *Narrative-State of the Art*, 16 (1), 122-130.

Goffman, E. (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Gorter, D. (2006). *Linguistic Landscape: a new approach to multilingualism*. Clevedon: Multilingual Matters.

Irvine, J.; Gal, S. (2000). Language Ideology and Linguistic Differentiation. In P.V. Krosnritry (Org.), *Regimes of Language*. Santa Fe: School of American Research Press (p. 35-83).

Labov, W.; Waletzky, J. (1967). Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In J. Helm (Org.), *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press.

Labov, W. (1972). *Language in the inner city: studies in the black English vernacular*. Philadelphia: University of Philadelphia Press.

Laval, C. (2020). *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. Tradução de Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante.

Linde, C. (1993). *Life stories: the creation of coherence*. Oxford: Oxford University Press.

ARTIGO RECEBIDO A

19/02/2024

ARTIGO APROVADO A

16/05/2024

Mishler, E. (2002). Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In L.P. Moita Lopes; L.C. Bastos (Orgs.), *Identities: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras.

Pinto, J.; Amaral, D. (2016). Corpos em trânsito e trajetórias textuais. *Revista da Anpoll*, 40, 151-164.



## *Ethos* e mídia: estratégias discursivas para a constituição da imagem de si do profissional do jornalismo

### *Ethos* and Media: Discursive strategies for constructing the self-image of journalism professionals

**CARDOSO TEIXEIRA,  
GISELA**  
gisela.cardoso-teixeira@  
univ-amu.fr

Doutoranda em Ciências da Informação e da Comunicação pela Aix-Marseille Université (França).

Bolseira com contrato doutoral com a Aix-Marseille Université.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8508-5100>

#### **PALAVRAS-CHAVE:**

*Ethos*;  
*Ethos* jornalístico;  
Mídia impressa;  
Discurso midiático.

**RESUMO:** Este trabalho visa analisar algumas estratégias utilizadas pela instância midiática na produção de seu discurso que podem contribuir na constituição de um *ethos* discursivo do profissional do jornalismo, principalmente na mídia impressa. Para isso, busca-se relacionar os diálogos teóricos acerca da Análise do Discurso, especialmente no que se refere à Teoria Semiolinguística, com alguns conceitos já postulados a respeito do *ethos* jornalístico no campo da comunicação. A fim de proporcionar uma melhor compreensão das noções teóricas expostas, é proposto analisá-las e exemplificá-las por meio de excertos de textos jornalísticos de jornais impressos brasileiros, produzidos por enviados especiais no exterior. Desse modo, espera-se mostrar que o *ethos* jornalístico pode estar relacionado a uma busca por um *efeito de verdade* que se baseia no ideal da verossimilhança com o real, o qual, por sua vez, permeia o imaginário da prática jornalística. Além disso, espera-se que o *ethos* possa ser associado aos ideais da ética jornalística, que consistem no seu compromisso com a verdade.

#### **KEY-WORDS:**

Ethos;  
Journalistic ethos;  
Print media;  
Media discourse.

**ABSTRACT:** This study aims to analyze some strategies used by the media in producing its discourse that can contribute to the constitution of a discursive ethos for journalism professionals, particularly in print media. To this end, it seeks to relate theoretical dialogues on Discourse Analysis, especially with regard to Semiolinguistic Theory, with some established concepts concerning journalistic ethos in the field of communication. To provide a better understanding of the theoretical notions presented, it proposes to analyze and exemplify them through excerpts from journalistic texts in Brazilian print newspapers, produced by special correspondents abroad. Thus, it is expected to show that journalistic ethos can be related to a pursuit of a truth effect based on the ideal of verisimilitude with reality, which in turn permeates the imagination of journalistic practice. Additionally, it is hoped that ethos can be associated with the ideals of journalistic ethics, which consist of its commitment to the truth.

## INTRODUÇÃO

Muitas vezes, a imagem do jornalista foi associada aos valores, ética e hábitos que regem o imaginário profissional entre informação e público. A Teoria Democrática, por exemplo, reserva ao jornalismo o papel de *mercado de ideias*, em que seu dever consiste em equipar os cidadãos de ferramentas vitais aos exercícios de seus direitos e voz na expressão de suas preocupações (Traquina, 1997) – esse fato se refere, então, a uma liberdade positiva do jornalismo. No entanto, essa ideia faz referências às noções da Teoria do Espelho (Traquina, 2005), que afirmava que o jornalista é um *comunicador desinteressado*, sendo a notícia puramente um reflexo da realidade.

Embora a ideia de um jornalismo neutro tenha sido refutada pelas teorias posteriores – como a Teoria do Gatekeeper<sup>1</sup> (White, 1950) e da Ação Política<sup>2</sup> (Herman & Chomsky, 1988), por exemplo – o profissional tenta ainda manter a sua imagem como o *guardião da verdade* por meio de seu discurso, conforme afirmam alguns autores. Berger (1996), por exemplo, diz que a fidelidade entre relato e fato é o aspecto fundamental do imaginário social sobre o que deve ser jornalismo – sendo essa fidelidade o que sustenta a credibilidade que, por sua vez, fundamenta seu *ethos* enquanto profissional da instância midiática.

Entretanto, com relação aos estudos acadêmicos a respeito do *ethos* jornalístico, Corrêa (2002) afirma que os currículos obrigatórios das faculdades de Comunicação não oferecem regularmente uma disciplina direcionada aos estudos linguísticos acerca do discurso jornalístico de maneira profunda, enquanto a grade curricular se concentra no desenvolvimento das Teorias da Comunicação e práticas laboratoriais globalizadas, adequando-se às exigências do mercado. Quanto a essa preocupação, o autor afirma que,

1. Também conhecida como Teoria da Ação Pessoal, trata-se da seleção de notícias feita pelos jornalistas e editores, pressupondo que as notícias são como são porque os jornalistas assim as determinam.

2. A Teoria da Ação Política propõe a influência da ideologia política na produção e transmissão da notícia pela imprensa. Assim, esse conceito afirma que as notícias podem ser distorcidas a favor de interesses políticos, na maioria das vezes em busca do lucro.

em virtude da grande diversidade de áreas de estudo em comunicação social, nem sempre os conteúdos de linguística são suficientemente aprofundados. Essa ausência da linguística deve-se ora a uma opção curricular [...] ora a uma mal justificada preferência por algo menos cientificista, racionalista ou até conservador, modos pelos quais profissionais menos informados se referem à linguística (Corrêa, 2002, p. 74).

Com isso, o supracitado pesquisador destaca a importância dos estudos direcionados à linguística para uma melhor compreensão da prática e discurso jornalísticos, especialmente no ambiente das faculdades de Comunicação, assim como pode servir de contribuição para os estudos do domínio das ciências da linguagem.

Sendo assim, este trabalho visa analisar algumas estratégias utilizadas pela instância midiática na produção de seu discurso, que podem contribuir na constituição de um *ethos* discursivo do profissional do jornalismo, mais precisamente na mídia impressa. Nesse caso, consideram-se as estratégias utilizadas para a apuração e produção da notícia como estratégias também discursivas. Para isso, busca-se relacionar os diálogos teóricos acerca da Análise do Discurso – especialmente no que se refere à Teoria Semiolinguística e à Argumentação – com alguns conceitos já postulados a respeito do *ethos* jornalístico no campo da Comunicação.

A fim de proporcionar uma melhor compreensão das noções teóricas expostas, é proposto analisá-las e exemplificá-las por meio de excertos de textos jornalísticos provenientes de jornais impressos brasileiros, produzidos por enviados especiais no exterior. Assim, são analisadas cinco grandes reportagens de diferentes jornalistas brasileiros: Leão Serva, Sérgio Dávilla, José Meirelles Passos e Samy Adghirni. Leão Serva foi um enviado especial do jornal Folha de S.Paulo à Guerra da Bósnia (1992-1995) em que, além de reportar os acontecimentos factuais, produziu uma espécie de “diário da guerra”, inserindo-se em sua narrativa para contar ao leitor a respeito do cotidiano em uma zona de conflito. Já Sérgio Dávilla foi o único repórter brasileiro em Bagdá durante a Guerra do Iraque (2003-2011), junto com o fotógrafo Juca Varella. A

experiência lhe rendeu o “Prêmio Esso de Reportagem 2003”, e publicou também o seu “diário de guerra”. José Meirelles Passos engajou-se na cobertura da Guerra do Golfo (1990-1991), no Iraque e no Kuwait, para o jornal O Globo. Samy Adghirni, por sua vez, também é um jornalista experiente em conflitos armados, sendo o correspondente do jornal Folha de S.Paulo em Teerã, no Irã. A sua reportagem selecionada para este estudo é parte de sua cobertura da Guerra Civil Líbia (2011), em que relata o cotidiano dos refugiados na Tunísia. A partir dessa descrição, é possível observar que se trata de quatro profissionais experientes e reconhecidos no cenário midiático brasileiro, o que justifica a sua escolha para a análise do *ethos* jornalístico.

Dessa maneira, espera-se mostrar que o *ethos* jornalístico pode estar relacionado a uma busca pelo *efeito de verdade* que se baseia no ideal da verossimilhança com o real, o qual, por sua vez, permeia o imaginário da prática jornalística. No entanto, vale ressaltar que não se deve considerar a recepção – neste caso, o público-leitor – como uma audiência passiva, uma vez que ele é capaz de interpretar os textos de acordo com seus conhecimentos prévios, com a sua cultura, crenças e ideologias. Logo, serão ponderados os conceitos pontuados pelos pesquisadores acerca dos elementos que constituem o imaginário do *ethos* jornalístico.

Neste artigo, primeiramente, serão discutidas algumas noções teóricas acerca do *ethos* segundo a perspectiva da Análise da Discurso, principalmente da Teoria Semiológica, segundo o autor Patrick Charaudeau (2006). Em seguida, alguns dos conceitos já elaborados sobre o *ethos* jornalísticos serão explicados, tais como as noções propostas por Berger (1996) e Benetti & Hagen (2010).

Uma vez compreendidos as noções acerca do *ethos* discursivo e do *ethos* jornalístico, o presente trabalho propõe traçar os diálogos teóricos entre as práticas jornalísticas para a produção da notícia com os conceitos da Semiologia, especialmente os que se referem à *Análise do*

*Discurso da Informação Midiática.* A partir desse diálogo, espera-se apresentar como as estratégias discursivas presentes nos discursos midiáticos podem colaborar com a constituição da imagem de si do jornalista.

### 1. O ETHOS EM SUA DIMENSÃO DISCURSIVA/ARGUMENTATIVA

A comunicação argumentativa supõe um orador, um auditório e um discurso. Com relação à dimensão do orador, está o *ethos* – ou seja, o caráter do enunciador que pode ser constituído em seu discurso pelo público. Lembrando os componentes da antiga retórica, Roland Barthes define o *ethos* como “os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: é o seu jeito [...]. O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo” (Barthes, 1970, p. 122). O autor retoma assim as ideias de Aristóteles, o qual afirmava em sua retórica: “é [...] ao caráter moral que o discurso deve, eu diria, quase todo seu poder de persuasão” (Aristóteles, 1967 *apud* Maingueneau, 2008, p. 105). Mais especificamente,

persuade-se pelo caráter [=ethos] quando o discurso tem uma natureza que confere ao orador a condição digna de fé; pois as pessoas honestas nos inspiram uma grande e pronta confiança sobre as questões em geral, e inteira confiança sobre as que não comportam de nenhum modo certeza, deixando lugar à dúvida. Mas é preciso que essa confiança seja efeito do discurso, não uma previsão sobre o caráter do autor (Aristóteles, 1967 *apud* Maingueneau, 2008, p. 105).

Também baseada nos estudos de Aristóteles, Amossy (2005, p. 82) assevera que “o lugar que engendra o *ethos* é, portanto, o discurso, o *logos* do orador, e esse lugar se mostra apenas mediante às escolhas feitas por ele”. Assim sendo, para que o enunciador consiga persuadir seu auditório, ele deverá recorrer às três provas retóricas para a constituição de seu discurso: o *logos*, *ethos* e *pathos*<sup>3</sup>.

3. Segundo as ideias aristotélicas, esses são os três aspectos fundamentais na persuasão.

No caso do jornalismo, o *logos* (argumento) seria o próprio discurso, as estratégias discursivas e de apuração que sustentam os fatos enquanto notícia. Já o *ethos* seria a autoimagem que o jornalista projeta perante o seu público-alvo; e o *pathos* (paixão), voltado aos sentimentos, em que o jornalista tenta atingir os valores e emoções do público para convencê-lo a respeito da informação transmitida.

Porém, sob o ponto de vista de Maingueneau (2008), a noção de *ethos* não se limita a uma questão de persuasão que suscita a adesão do outro. Para o autor, é possível também associar esse conceito à noção de competência na qual se figura o fiador que confere uma identidade de acordo com o contexto em que pretende se legitimar. Então, é necessária uma adequação do conteúdo ao seu contexto.

Maingueneau (2008) considera também importante estabelecer uma distinção entre o *ethos* discursivo e o *ethos* pré-discursivo. O *ethos* pré-discursivo corresponde à imagem que o público constrói do enunciador antes mesmo que ele fale – o que Amossy (2005) denomina de *ethos prévio*. Já o *ethos discursivo* refere-se à imagem que se constrói do orador a partir de seu discurso. No caso de um texto escrito, é possível delimitar o que emerge do discurso já que, na maioria das vezes, o leitor não tem contato com os elementos extralinguísticos. Ou seja, o *ethos* do texto escrito é identificado através das manifestações diversas dos tons, que são a representação dos enunciados do interlocutor.

Supõe-se que podemos delimitar o que decorre do discurso; mas isso é muito mais evidente para um texto escrito do que para uma situação de interação oral. Há sempre elementos contingentes em um ato de comunicação, em relação aos quais é difícil dizer se fazem ou não parte do discurso, mas que influenciam a construção do *ethos* pelo destinatário (Maingueneau, 2008, p. 16).

Ainda para Maingueneau (2002), a fala do enunciador é incorporada e a maneira de dizer atesta a legitimidade do que é dito, conferindo-lhe autoridade. Além de se tratar de uma circunstância dimensional da voz, o *ethos* pode ser considerado determinações físicas e psíquicas que são essenciais para a construção ética da imagem do enunciador.

Em linhas gerais, o *ethos* é tido como objeto secundário no discurso: ele deve ser apontado pelo público. Assim, o *ethos discursivo* se diferencia dos atributos “reais” do locutor. No entanto, Charaudeau (2006) lembra que é possível existir um sujeito que se constrói por meio de uma identidade discursiva, a qual pode estar relacionada à sua identidade social.

Desse modo, Charaudeau (2006) distingue dois tipos de identidade do sujeito: a social e a discursiva. A identidade social é pré-construída e está relacionada às práticas sociais. Em parte, ela é determinada pela situação de comunicação, mas pode ser reconstruída, mascarada ou deslocada no e pelo discurso.

## 2. O *ETHOS* JORNALÍSTICO

A respeito da constituição da representação de si, é interessante levar em consideração as condições de credibilidade e de captação às que se refere Charaudeau (2006). Para construir uma imagem de sinceridade, as afirmações do sujeito precisam ter valor de verdade, pois é necessário que ele defenda uma imagem de si (um *ethos*) que aparenta ser sincera.

Essa ideia pode ser relacionada aos conceitos defendidos por Benetti & Hagen (2010), que traçam algumas características do *ethos* jornalístico. Segundo os autores, a credibilidade e a legitimidade sustentam o imaginário profissional que configura o *ethos* do jornalista. Já de acordo com Berger (1996), a fidelidade entre relato e fato é o aspecto fundamental do imaginário social sobre o que deve ser jornalismo – sendo esta fidelidade o que sustenta a credibilidade.

Em torno desta crença nuclear, movimentam-se as crenças de que o jornalismo: orienta-se pelo interesse público, e não pelo interesse privado dos veículos; é capaz de identificar a relevância e a irrelevância dos fatos; narra o que importa saber sobre o presente social; faz uso das fontes mais aptas e confiáveis; conhece as necessidades e os interesses do leitor. São basicamente essas crenças que permitem ao jornalismo estabelecer, no contrato de comunicação, suas finalidades. É também no horizonte dessas crenças que se pode compreender “quem diz” (Benetti & Hagen, 2010, p. 125).

Correia (2009), por sua vez, concorda que, muitas vezes, a imagem de si pode ser atrelada aos valores éticos da profissão. Além disso, vale lembrar a respeito do ideal da objetividade e da imparcialidade que também rege o caráter imaginário em torno da figura do jornalista. Ainda de acordo com Benetti & Hagen (2010), é importante lembrar a relação entre jornalista e leitor, pois

como a distribuição do poder de dizer entre jornalistas e leitores é assimétrica, o jornalista tem espaço e oportunidade para afirmar, reiteradamente, o papel que julga desempenhar ou quer que o outro acredite que ele desempenha. Essas representações, ditas e reditas como verdades ao longo do tempo, constroem o *ethos* jornalístico (Benetti & Hagen; 2010, p. 125).

Além disso, os supracitados autores ressaltam que, no caso do jornalismo, a identidade se constrói institucionalmente. Logo, “a voz jornalística é, antes de qualquer coisa, uma voz institucional”. Sendo assim, institucionalmente, o jornalismo se apresenta como “um lugar de independência, profissionalismo, compromisso com o leitor e defesa da democracia” (Benetti & Hagen, 2010, p. 125). Conseqüentemente, a identidade do jornalista, como profissional, está assentada sobre essa representação institucional – a qual se apresenta como uma “realidade objetiva”.

O *ethos* jornalístico, então, é muitas vezes associado aos ideais éticos da profissão. Sobre isso, o pesquisador Nelson Traquina (2002) diz que o *ethos* jornalístico contemporâneo se refere ao fato que o jornalismo é o próprio veículo de comunicação para equipar os cidadãos com

instrumentos vitais para o exercício dos seus direitos e para a expressão de suas preocupações. Logo, a instância midiática vale-se de determinadas estratégias para transmitir uma imagem de compromisso com a cidadania.

Em contrapartida, Oliveira (2005, p. 4) ressalta que o discurso jornalístico se apoia em valores questionáveis, pois “desde que a atividade de imprensa passou a ser uma prática capitalista, os veículos de comunicação pertencem aos grupos economicamente ativos que detêm o poder”. Com isso, supõe-se que a instância midiática utilize determinados artifícios discursivos para mascarar sua subjetividade – voltada aos seus princípios econômicos e políticos –, a fim de mostrar um caráter objetivo, o que pode ser esperado pela sua audiência.

O autor Clóvis de Barros Filho, em sua obra *Ética na Comunicação* (2003), lembra que a teoria do *ethos* geralmente aplicada ao jornalismo foi desenvolvida pelo espanhol López Pan, que afirma que “o *ethos* é o entre, o ponto de confluência e contato, o mundo comum de valores, ideias e atitudes diante da vida, a interação dos universos pessoais do jornalista e do leitor” (López Pan, *apud* Filho, 2003, p. 104). A partir dessa definição, o autor conclui que

o jornalista, ao pautar um tema, ao escrever uma matéria, ao fazer uma entrevista, age, antes de tudo, para cumprir uma rotina profissional cuja especificidade é, sem dúvida, a celeridade dos prazos. Mas age também em função da lógica das relações sociais do universo em que interage, ou seja, em função do conhecimento e do reconhecimento de si próprio, de seu nome. (Filho, 2003, p. 105).

Ao definir um *ethos*, o jornalista não apenas estabelece a sua audiência, mas também a constrói de acordo com os efeitos de sentido visados por meio de seu discurso. Vale então questionar quais as estratégias utilizadas pela instância midiática para projetar determinado *ethos* idealizado, considerando a audiência que visa a atingir.

### 3. DESCRIÇÃO, EMOÇÃO E O ETHOS JORNALÍSTICO

A partir da presente análise, é possível observar que o *ethos* jornalístico está relacionado ao intuito de provocar um *efeito de verdade* em seu leitor. Uma das estratégias utilizadas para alcançar esse objetivo é o uso de descrições detalhadas a respeito do acontecimento vivenciado pelo enviado especial, conforme pode ser observado nos exemplos a seguir.

RIAD (Do enviado especial) – Caía uma chuva fina e ventava muito quando chegou a ordem para o avanço. O céu estava coberto por uma espessa fumaça negra que brotava dos poços de petróleo incendiados pelos iraquianos. Além de contar com os veículos blindados, bombas atiradas por aviões e artilharia, as forças terrestres tinham o terreno à sua frente sacudido por projéteis de 900 quilos disparados do Golfo Pérsico pelos encouraçados “Missouri” e “Wisconsin”. Os fuzileiros navais começaram a caminhar. Os que iam na frente arrastavam no chão uma vara de plástico de oito metros (...). Os marines pareciam extraterrestres, por causa de suas máscaras e trajes especiais contra armas químicas (Passos, 1991)<sup>4</sup>.

A vida na pacata Dehiba, cidadezinha cravada nos confins do Saara tunisiano, foi desfigurada pelo tumulto pela vizinha Líbia. (...) A situação no país vizinho ecoa em todos os cantos da cidade. Blindados do Exército tunisiano passaram a circular diariamente pelas ruas. Militares são os principais clientes dos únicos três restaurantes. (...) O único centro de lazer da cidade, a Casa da Juventude, foi transformado em abrigo para os trabalhadores braçais estrangeiros que fugiram da Líbia e esperam ser repatriados a seus países de origem a partir da Tunísia (Adghirni, 2011)<sup>5</sup>.

Tratando-se de um veículo comunicacional impresso, é evidente que os textos possuem muitas descrições, a fim de que o leitor visualize o cenário, os personagens e outros elementos que compõem a narrativa do acontecimento relatado. No entanto, as descrições podem também ter outra função: criar um *efeito de verdade*. Isto é, as descrições minuciosamente detalhadas podem fazer com que o leitor acredite que o jornalista experimentou determinada realidade e, logo, possui autoridade para relatá-la. Em outras palavras, as descrições desempenhariam a função de argumento.

4. Publicado no jornal O Globo, na edição do dia 25 de fevereiro de 2001, Ano LXVI, Nº 20.914, na editoria “O Mundo/Guerra do Golfo”, p. 15.

5. Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 5 de março de 2001, Ano 91, Nº 29.921, na editoria “Mundo”, p. A10.

A respeito das descrições – mais especificamente como modo de organização de discurso – Charaudeau (2008, p. 125) ressalta que “o universo assim construído é relativo ao imaginário pessoal do sujeito”, isto é, o sujeito constrói subjetivamente o mundo ao descrever os seres e suas ações de acordo com sua própria visão. Seguindo essa ideia, outro exemplo interessante pode ser observado a seguir.

Isto é Sarajevo, uma cidade com a população de Campinas (SP), com uma planta fina e comprida – pressionada ao Sul e ao norte por duas filas de montes altos como o Pico do Jaraguá. A cidade separa os morros, formando um vale com cerca de 3 km. Os sérvios dominam os morros ao sul, o que faz dos moradores reféns de seus artilheiros. Em toda a volta da cidade, uma faixa de 20 km a 30 km é dominada pelas milícias separatistas sérvias. No caso, o papel clássico se inverte: a noção de separatismo normalmente se aplica a alguém que domina uma parte menor e quer romper a união. Aqui, uma porção minoritária da população (são 30%) controla após quatro meses de guerra civil 70% do território (Leão Serva, 1992)<sup>6</sup>.

6. Publicado no jornal Folha de S.Paulo, na edição do dia 29 de agosto de 1992, Ano 72, Nº 23.159, na editoria “Mundo”, pp. 2-12.

No trecho acima, o jornalista toma um cuidado para detalhar precisamente a cidade que foi palco da Guerra da Bósnia (1992-1995), fazendo até mesmo comparações com a geografia brasileira, a fim de proporcionar um melhor entendimento ao leitor. Além disso, o jornalista explica a questão do separatismo (o principalmente motivo da tensão local) por meio de elementos que também facilitam a compreensão de seu público – aliás, Charaudeau (2008) afirma que a descrição consiste em fazer com que os seres existam a partir de determinadas classificações em função das semelhanças e diferenças em comparação com outros seres.

É possível dizer que, ao relatar descrições precisas e detalhadas, o leitor pode dar legitimidade e credibilidade ao discurso do repórter, relacionado ao fator de verossimilhança com o real. Conforme já mencionado, acredita-se que o autor realmente esteve no local, tendo contato direto com a notícia. É criado, então, um *ethos* discursivo de autoridade; ou seja, um *ethos* de quem vivenciou na experiência para ter domínio do assunto.

No entanto, uma vez que a descrição possa dotar certa subjetividade do autor, os ideais da objetividade e imparcialidade que configuram o imaginário do *ethos* jornalístico não são propriamente seguidos. Utilizando a primeira pessoa, Leão Serva (1992), por exemplo, descreve os acontecimentos baseado em suas próprias impressões que, por sua vez, estão ancoradas em seus valores com relação àquela realidade vivida em campo, conforme pode ser observado em:

Isso é a Bósnia. Uma espécie de obra de ficção política. Um país exilado dentro de sua própria capital (e de outra pequena cidade ao norte, Bihac, que a Folha visitou uma semana antes; é tudo). Uma nação que mal controla 10% do território que reivindica. É ficção do mais puro horror (Leão Serva, 1992)<sup>7</sup>.

Nesse caso específico, o relato do jornalista convertido em notícia pode dotar um caráter de testemunho, em que tais descrições podem provocar também um *efeito patêmico*<sup>8</sup> – ou seja, podem apelar aos sentimentos e valores do leitor – por meio de uma dramatização na narrativa do acontecimento. Segundo Charaudeau (2006) essa dramatização, no discurso jornalístico, geralmente aparece nos relatos relacionados a tragédias, medos, grandes e pequenas histórias do cotidiano, por exemplo.

Os soldados nos levaram ao comando local. Também eles estavam convencidos de que aquele não era um bom dia para jornalistas cruzarem a área. Seguimos seu carro. O guarda estacionou. Parei à sua frente. Nem cheguei a desligar e ouvi aquele barulho estranho de assobio sem música. Três tiros cruzaram o ar perto do carro; um deles bateu nas folhas da árvore logo acima da capota. Pé na tábua até esconder o carro. Foi a segunda prova de que os bósnios avançavam. Seus atiradores já podiam ver as janelas do comando sérvio em Ilidza (Leão Serva, 1992)<sup>9</sup>.

No trecho acima, o autor utiliza a primeira pessoa para noticiar o ocorrido, o que evidencia ainda mais sua subjetividade. Porém, ainda é interessante observar o estilo narrativo: os fatos ocorridos são colocados em uma ordem cronológica em períodos curtos, o que impacta na leitura da narrativa, fazendo com que o leitor crie uma visualização da cena, até mesmo sentir que está inserido nela, pois está a acompanhar a visão do jornalista diante do fato relatado. Neste

7. Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 29 de agosto de 1992, Ano 72, Nº 23.159, na editoria “Mundo”, pp. 2-12.

8. Apesar de este trabalho enfatizar a questão do *ethos* no jornalismo, aqui, também é citado o *pathos*. Porém, vale lembrar novamente que o *ethos* e *pathos* são ambos fundamentais para a adesão do público a um determinado discurso. Além disso, como pode também ser observado, sugere-se que o *pathos* possua uma relativa importância na constituição do *ethos* do profissional do jornalismo.

9. Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 29 de agosto de 1992, Ano 72, Nº 23.159, na editoria “Mundo”, pp. 2-12.

caso, o jornalista constrói uma imagem de si baseada na ideia de que realmente vivenciou aquele acontecimento narrado, colocando a sua vida em risco em nome de sua profissão para levar a verdade da guerra à instância pública – o que confere também legitimidade ao seu *ethos*.

Em alguns casos, então, pode-se dizer que a constituição do *ethos* jornalístico possui uma relação com um possível *efeito patêmico* provocado no leitor. Aliás, principalmente quando os jornalistas relatam sobre a violação dos direitos humanos, isso ser associado à ética que gira em torno do *ethos* jornalístico – ou seja, do imaginário de *guardião da cidadania*, que tem como dever denunciar quando os direitos e a vida dos cidadãos são violados.

Entretanto, um problema que pode surgir com a dramatização em excesso nas notícias está associado ao sensacionalismo – ou seja, ao enfatizar apelos em alguns tipos de acontecimento (como em assuntos voltados ao medo, ao bizarro, à tragédia, etc), visando principalmente a um *efeito de captação*, o jornalista pode projetar uma imagem *sensacionalista* de si – o que pode ser considerado algo negativo de acordo com os valores e preferências de determinado público. Assim, com esse fato em evidência, o profissional pode perder a sua credibilidade com o leitor, já que o jornalista aparentemente se preocupa com a atenção que recebe, e não com o seu compromisso com a verdade e com os cidadãos. Desse modo, é preciso se atentar em que tipo de audiência – o *público-médio* – o jornalista visa a projetar esse *ethos* específico.

#### **4. O USO DA VOZ DO OUTRO COMO LEGITIMAÇÃO AO ETHOS JORNALÍSTICO**

Para conferir autoridade e legitimidade ao seu discurso – e, logo, ao seu *ethos* profissional –, o jornalista geralmente utiliza o *discurso do outro* para autenticar o seu relato. Logo, isso se refere ao uso das declarações emitidas por fontes de informações, consultadas durante a apuração da notícia.

Segundo Charaudeau (2006), o uso do discurso relatado nas mídias possui determinadas funções e efeitos, sendo que ele pode funcionar especialmente como um “discurso de prova” *em relação ao outro* quanto a *si mesmo*. *Em relação ao outro*, o autor diz que o discurso relatado visa a produzir diferentes tipos de prova: 1) de autenticidade; 2) de responsabilidade daquele que disse; 3) de verdade do que foi dito, que vem sustentar, justificar ou fundamentar os propósitos do locutor-relator. Já *em relação a si*, que se apoia na operação de demarcação, o discurso relatado tem como objetivo produzir a prova de um determinado posicionamento do locutor-relator – esses posicionamentos podem ser de poder e de engajamento.

Os migrantes dormem em barracas montadas no pátio pelo Exército e se alimentam graças a doações. “Estou aqui há três dias. Não vejo a hora de ir embora”, diz Rusfalla Abolshkri, de Bangladesh, observando com ar de curiosidade por adolescentes locais (...). É comum ouvir em Dehiba elogios ao ditador líbio, Muammar Gaddafi. “Ele deu tudo aos líbios. Não sei por que estão irritados contra ele”, diz Anuar Belkahia, 27 (Adghirni, 2011)<sup>10</sup>.

No trecho acima, por exemplo, o autor utiliza o relato de suas fontes como um testemunho a respeito daquilo que vivenciou, observou e, em seguida, descreveu em seu texto – o que de certa maneira procura autenticar o seu próprio dito, a fim de provocar um *efeito de verdade* e, logo, legitimar o seu *ethos* profissional.

Além das fontes que *testemunharam* o acontecimento que será noticiado, os autores da notícia buscam também a voz de especialistas e de outras autoridades no assunto, a fim de sustentar – ou melhor, *validar* – o que é dito propriamente pelo jornalista, podendo transmitir certo engajamento. Assim, os profissionais buscam, por meio dessas fontes, demais informações para “enriquecer” o argumento de seu discurso, o que conseqüentemente pode impactar na projeção de seu *ethos*.

10. Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 5 de março de 2001, Ano 91, Nº 29.921, na editoria “Mundo”, p. A10.

Para emitir uma imagem de engajamento, os agentes da instância midiática podem recorrer a um *efeito de saber* que, por sua vez, ocorre “quando a declaração emana de um locutor que tem uma posição de autoridade pelo saber” (Charaudeau, 2012, p. 169). Um exemplo desse fato, conforme já mencionado, é quando a mídia recorre a especialistas para explicar determinado acontecimento, como, por exemplo: “Especialistas militares israelenses explicaram que o ataque norte-americano deveria levar em conta dois fatores essenciais: um militar e outro político” (Passos, 1991)<sup>11</sup>. Além disso, o *efeito de saber* pode também ser endossado pela instância midiática, com maior ou menor distanciamento, de acordo com o caso.

Além do mais, é importante que o profissional saiba recorrer às fontes que possuem também autoridade no assunto – esse fato, aliás, pode ser relacionado ao que Charaudeau (2006) diz a respeito da identificação do dito de origem: segundo o autor, quanto mais o locutor que relata identifica, mais ele produz uma garantia de autenticidade do que foi dito.

O uso das fontes jornalísticas para a apuração e produção da notícia pode também se aproximar do ideal da objetividade e imparcialidade, do comprometimento com a verdade dos fatos, o qual sustenta a configuração do imaginário acerca do *ethos* profissional do jornalista – uma vez que se espera que o jornalista exponha *todos os lados de uma mesma história*. No entanto, o problema é que ainda é possível observar certa subjetividade do sujeito enunciador (ou seja, o jornalista) em sua seleção das fontes e de seus ditos, e especialmente à ênfase e à forma como seus relatos são colocados no discurso informativo.

De acordo com Charaudeau (2006), a seleção do dito de origem pode ser total ou parcial: total, quando o enunciador produz o dito *in extenso*, produzindo então um efeito de objetivação e de apagamento do locutor-relator. Já a parcial acontece quando o dito relatado é apresentado em trechos, o que produz um efeito de subjetivação na medida em que é imposta apenas uma

11. Publicado no jornal *O Globo*, na edição do dia 17 de fevereiro de 2001, Ano LXVI, Nº 20.965, na editoria “O Mundo/Guerra do Golfo”, p. 28.

parte do dito de origem. Dessa forma, o locutor-relator opera, de maneira consciente ou não, transformações no dito de origem, o que pode revelar um determinado posicionamento do locutor-relator, revelando então seu próprio ponto de vista sobre a declaração de origem – e isso possivelmente impacta em sua projeção de si.

Esse fato pode também ser associado aos argumentos de Lessa (2002), que afirma que as imagens de si transmitidas por um *eu-enunciador* podem ser observadas como uma marca linguística representando a voz de quem narra, descreve e argumenta, podendo assumir estratégias de engajamento explícito (atos elocutivos<sup>12</sup>) ou de apagamento (atos delocutivos<sup>13</sup>). A partir dessa ideia, pode-se verificar o posicionamento do jornalista diante ao fato que visa a noticiar – e isso pode afetar em sua projeção de si pelo olhar da recepção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *ethos* jornalístico se baseia em uma credibilidade proveniente de seu público. Muitas vezes, isso está associado ao critério de verossimilhança com o real. Desse modo, são utilizadas estratégias de apuração para que o seu discurso – a notícia – seja dotado de um caráter verossímil, para que conquiste também certa legitimidade. Assim, para adquirir essa credibilidade, é preciso que o jornalismo corresponda aos valores e imaginários desse público específico.

Conforme pôde ser analisado, o *ethos* do jornalista, muitas vezes, está relacionado à busca por um *efeito de verdade* em seu discurso, a fim de legitimá-lo e, conseqüentemente, projetar também uma imagem de autoridade a respeito daquilo que procura transmitir pela instância midiática.

12. O locutor expressa seu ponto de vista em relação ao mundo, sem que o interlocutor seja implicado na tomada de decisão – isso pode ser apresentado por meio de determinadas categorias modais, tais como a constatação, opinião, apreciação, querer, promessa, aceitação/recusa, saber/ignorância, por exemplo (Charaudeau, 2006).

13. O locutor retoma a fala de um terceiro e se apaga de seu ato de enunciação ao mesmo tempo em que não implica o interlocutor. Nesse caso, o locutor apenas transmitiria discursos que pertencem a outro sujeito falante. Os enunciados delocutivos se apresentam pelas categorias modais da asserção e o discurso relatado (Charaudeau, 2006, 2008).

Aliás, Charaudeau (2006, p. 157) afirma que “a posição do jornalista é a da testemunha esclarecida, o que aumenta sua responsabilidade em relatar fielmente o acontecimento e, ao mesmo tempo, o compromete, pois, a narrativa que constrói não pode prescindir da visada de captação”. De acordo com esse conceito, pode-se mencionar então a *visada de informação*, de um *fazer saber*, mas também de um *fazer crer ser verdadeiro*, a partir do *efeito de verdade* almejado por meio de determinadas estratégias discursivas, as quais podem ser associadas às estratégias de apuração e de produção da notícia.

É importante mencionar que *ethos* pode ser também associado aos ideais da ética jornalística, que consistem no seu *compromisso com a verdade*. Assim, é possível dizer que a objetividade e assuntos de importância pública são esperados. A respeito disso, a pesquisadora Cremilda Medina (1982) ressalta a *responsabilidade social* que também permeia o imaginário do *ethos* da profissão.

A busca por um *efeito de verdade* e um *efeito de saber* podem ser relacionados ao *ethos* que o profissional pode e pretende projetar, por meio de seu discurso, nos olhos de sua audiência. Vale então ressaltar a importância de estudos mais aprofundados, tanto no campo da Linguística quanto no da Comunicação, para refletir acerca do *ethos* jornalístico em relação ao seu público, especialmente no que se refere aos seus papéis sociais.

#### REFERÊNCIAS

- Amossy, R. (2005). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto.
- Barthes, R. (1970). L'ancienne rhétorique. Aide-mémoire. *Communications*, (16), pp. 172-229.
- Benetti, M.; Hagen, S. (2010). Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. *Estudos em jornalismo e mídia*, 7(1), pp. 123-135.
- Berger, C. (1996). Em torno do discurso jornalístico. In: Fausto Neto, A.; Pinto, M. J. (Org.). *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim.
- Charaudeau, P. (2006). *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_(2008). *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto.
- Corrêa, M. L. G. (2002). *Linguagem e Comunicação Social. Visões da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola.
- Correia, J. C. (2009). O ethos jornalístico: da técnica à reflexão crítica. *Verso e Reverso: Revista da Comunicação*, 23(54).
- Filho, C. B. (2003). *Ética na comunicação*. São Paulo: Summus.
- Herman, E.; Chomsky, N. (1988). *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. Nova York: Pantheon Books.
- Lessa, C. H. (2002). Metaenunciação e atribuição de ethos a atores sociais. In: *Simpósio Internacional de Análise do discurso*, Belo Horizonte.
- Mangueneau, D. (2008), A propósito do ethos. In: Motta, A. R.; Salgado, L. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Editora Contexto.
- \_\_\_\_\_(2002). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Unicamp & Pontes.
- Medina, C. (1982). *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Oliveira, M. F. C. (2005). O discurso e a construção do ethos jornalístico. In: *Cadernos de Resumos do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom – 2005*. Disponível em < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0536-1.pdf>>.
- Traquina, N. (1997). *Jornalismo: Questões, teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega. Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

ARTIGO RECEBIDO A  
26/01/2024  
ARTIGO APROVADO A  
21/05/2024

Traquina, N. (2002). *O que é jornalismo*. Lisboa: Quimera.

\_\_\_\_\_(2005). *Teorias do Jornalismo – porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.

White, D. M. (1950). *The Gatekeeper: A Case Study in the Selection of News*. *Journalism Quarterly*, 27, pp. 383-391.

#### CORPUS

Adghirni, S. (2011, 5 de março). Conflito acaba com tranquilidade de cidade na Tunísia. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Mundo, p. A10.

Dávilla, S. (21 de março, 2003). Bagdá, afinal, acorda para a guerra. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Mundo, p. A15.

Passos, J. M. (1991, 17 de fevereiro). Estava escrito: guerra começou no escuro. *O Globo*, Rio de Janeiro, Mundo/Guerra do Golfo, p. 18.

Passos, J. M. (1991, 25 de fevereiro). “Missouri” dá a senha para ataque. *O Globo*, Rio de Janeiro, Mundo/Guerra do Golfo, p. 15.

Serva, L. (1991, 29 de agosto). Diário de guerra revela horrores de Sarajevo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Mundo, pp. 2-12.



## TED Talks: análise da estrutura retórica do género sob a perspectiva da teoria de movimentos

### TED Talks: Analyzing the rhetorical structure of the genre from the perspective of move theory

**ISRIGOVA, VICTORIA**  
up202204676@edu.lettras.  
up.pt

Doutoranda em Estudos em Ciências da Linguagem pela Universidade do Porto (Portugal).  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3300-7036>

**PALAVRAS-CHAVE:**  
ED Talks;  
Análise de género;  
Teoria de análise de movimentos;  
Discurso online;  
Géneros orais.

**RESUMO:** Este artigo explora a estrutura retórica das TED Talks, uma forma popular de discurso online, através de um quadro teórico baseado na análise de movimentos de Swales. Recorrendo a estudos anteriores e utilizando uma abordagem de estudo de corpus, o artigo investiga os principais movimentos e passos retóricos dentro das TED Talks, com um foco direcionado aos seus propósitos comunicativos. Os resultados revelam uma organização não linear dos elementos retóricos, refletindo a natureza oral e adaptabilidade do género. Deve ser salientado que elementos como a orientação do público e a apresentação do orador demonstram flexibilidade na sua disposição, enfatizando a autoridade e envolvimento do orador. O uso recorrente de exemplificação surge como uma estratégia retórica significativa, facilitando a compreensão por parte do público de conceitos complexos. O estudo levanta também questões sobre a independência do género, a consistência retórica entre domínios científicos e os objetivos comunicativos, sugerindo caminhos para investigação adicional.

**KEY-WORDS:**  
TED talks;  
Genre Analysis;  
Move Analysis Theory;  
Online Discourse;  
Oral Genres.

**ABSTRACT:** This article explores the rhetorical structure of TED Talks, a popular form of online discourse, through a theoretical framework based on Swales' move analysis. Drawing on previous studies and employing a corpus study approach, the article investigates the main moves and rhetorical steps within TED Talks, focusing on their communicative purposes. The results reveal a non-linear organization of rhetorical elements, reflecting the oral nature and adaptability of the genre. It is noteworthy that elements such as audience orientation and speaker presentation show flexibility in their arrangement, emphasizing the speaker's authority and engagement. The recurrent use of exemplification emerges as a significant rhetorical strategy, facilitating the audience's understanding of complex concepts. The study also raises questions about the genre's independence, rhetorical consistency across scientific domains, and communicative goals, suggesting avenues for further research.

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo de género não é apenas um tema interessante do ponto de vista teórico, mas também tem implicações práticas, tendo em conta o facto de que os géneros estão presentes em todas as atividades humanas. De acordo com Meurer (2002), é através do género que os seres humanos produzem e desafiam a realidade social.

Com a criação de novos meios de comunicação nas últimas décadas, surgiram novas formas de disseminação de informação, e, como consequência, novos géneros discursivos (Miranda, 2018). Um exemplo são as palestras TED (*Technology, Entertainment, Design*), produzidas pela organização epónima sem fins lucrativos, cujo propósito, de acordo com o *website* oficial da organização, consiste em “divulgar ideias, promover comunidade e criar impacto”.<sup>1</sup> Através de conferências *online* e *on-site*, TED tem como objetivo “despertar a imaginação” e “promover a partilha de conhecimento entre diversas disciplinas e culturas”.

Apesar da sua popularidade, devido à falta de consenso em relação ao género de TED Talks, o mesmo ainda está por caracterizar de forma sistemática e detalhada. Ludewig (2017) sublinha o espírito de otimismo e inspiração das TED Talks, comparando-as com o discurso de vendas (“*sales pitch*”), quando o vendedor associa um produto a algum tipo de melhoria para uma pessoa particular ou para a sociedade. Por outro lado, segundo a autora, as TED Talks têm carácter educativo, onde os oradores partilham ideias em forma de monólogos para o grande público. Finalmente, as palestras TED são comparadas ao género de memórias, devido ao facto de os apresentadores partilharem a sua experiência profissional e pessoal destacando os momentos que tiveram uma influência marcante na sua personalidade. Caliendo (2014) salienta que as TED Talks englobam características de um conjunto de géneros discursivos, nomeadamente, palestras académicas, artigos de imprensa, comunicações de conferências e progra-

1. TED / <https://www.ted.com/about/our-organization> Data de acesso: 28.03.2024

mas televisivos de divulgação científica. O autor também afirma que as TED Talks apresentam uma combinação de vários modos semióticos (falado, escrito, vídeo e áudio) e exemplificam a emergência de um género novo através do espaço de popularização mediado pela Web. Dado o potencial do género para difundir informação de qualidade para um público vasto, devem ser realizados mais estudos sobre as TED Talks.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo investigar as características de TED Talks como género, abordando as seguintes questões de investigação: (1) O modelo CARS (“*creating a research space*”) de Swales (2004) é adequado para caracterizar a estrutura retórica de exemplares de TED Talks? (2) Que movimentos são mais usados nas TED talks? Que passos são mais frequentemente concretizados nas TED talks?

O trabalho está estruturado nas seguintes secções: (1) introdução; (2) enquadramento teórico; (3) descrição do *corpus* e metodologia; (4) análise do *corpus* e resultados; (5) discussão e considerações finais; (6) bibliografia.

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A análise de movimentos como uma ferramenta de estudo das características retóricas de um género foi introduzida por Swales (1990). Segundo o autor, o estudo do género consiste na investigação da estrutura retórica de um género (movimentos e passos retóricos que caracterizam os textos dentro de um género específico) num contexto determinado. O modelo CARS, tal como proposto por Swales (1990), incide apenas na secção de introdução do género artigo científico. Outros autores, de que se destacam Bunton (1998, 2002), adotaram e adaptaram este modelo para a análise e descrição da introdução de outros géneros académicos, como a tese de

doutoramento e a dissertação de mestrado. Neste estudo, o modelo CARS é usado para analisar e descrever a totalidade dos textos do género TED Talks, e não apenas a sua introdução.

Na sua primeira versão, o modelo CARS foi destinado à análise de introduções de artigos científicos na área de ciências naturais e não abrangia as comunicações orais. Na versão mais recente, Swales (2004) reconsidera o âmbito de aplicação da teoria, tendo em conta o facto que certas áreas de investigação não exigem uma estrutura fixa e rígida dos artigos científicos, por exemplo, alguns estudos podem não ter uma parte experimental. Porém, foi sugerida a aplicação mais flexível da teoria de movimentos, incluindo a análise dos géneros orais. De acordo com esta proposta, que se enquadra no âmbito do Ensino de Línguas para Fins Específicos, nomeadamente do Inglês para Fins Específicos (English for Specific Purposes ou ESP), a análise de movimentos descreve movimentos que realizam os objetivos comunicativos do autor e contribuem para os objetivos gerais do género (Connor et al., 2007). Além disso, inclui passos que são elementos textuais opcionais dentro dos movimentos e têm a função de apoiar o objetivo comunicativo de cada movimento, proporcionando uma organização mais detalhada e uma progressão lógica no desenvolvimento do texto (Chang & Huang, 2015). A análise de movimentos, portanto, visa identificar como uma série de movimentos e passos é organizada para construir um texto escrito ou falado (Tardy, 2014). Dessa forma, enquanto os movimentos delineiam as grandes seções ou etapas de um texto, os passos fornecem uma subdivisão mais detalhada dentro de cada movimento para facilitar a compreensão e a coesão do texto.

Swales (1990) propõe os seguintes movimentos para a análise de introduções do género artigo científico, que compõem o modelo CARS: (1) estabelecer um território; (2) estabelecer um nicho; (3) ocupar o nicho (apresentar o trabalho atual). Os três movimentos contribuem para o objetivo comunicativo da secção de introdução, que, no caso do artigo científico, consiste em

fornecer uma justificação persuasiva para a investigação (Chang & Huang, 2015). O quadro 1 apresenta a versão mais completa do modelo CARS, com a identificação de todos os diferentes passos contidos dentro dos movimentos (Swales, 2004:230-232). Alguns passos na análise do autor são indicados como obrigatórios. No entanto, nos estudos que apresentaremos nesta secção, obrigatoriedade é atribuída apenas aos movimentos, sendo os passos um elemento opcional, utilizados nas situações em que são considerados necessários pelo autor para cumprir o propósito comunicativo do movimento.

Quadro 1 - Modelo CARS

Fonte - Swales (2004)

Move 1	Establishing a territory (citation required) via Topic generalizations of increasing specificity
Move 2	Establishing a niche (citation possible) via Step 1A Indicating a gap or Step 1B Adding to what is known Step 2 (optional) Presenting possible justification
Move 3	Presenting the present work (citations possible) via Step 1 (obligatory) Announcing present research descriptively and/or purposively Step 2* (optional) Presenting Research Questions (RQ) or hypotheses Step 3 (optional) Definitional clarifications Step 4 (optional) Summarizing methods Step 5 (PISF**) Announcing principal outcomes Step 6 (PISF) Stating the value of the present research Step 7 (PISF) Outlining the structure of the paper *Steps 2-4 are not only optional but less fixed in the order of occurrence than the others. **PISF: Probable in some fields, but unlikely in others.

Antes da proposta de Swales (2004), a análise de movimentos no discurso oral já tinha sido realizada por Thompson (1994), que investiga a parte introdutória de 18 palestras acadêmicas de várias disciplinas e identificou dois tipos essenciais de movimentos: (1) estabelecer o enquadramento teórico (com 5 passos possíveis) e (2) colocar o tema em contexto (com 2 passos possíveis).

A análise apresentada neste trabalho mostra variações na sequência de movimentos e passos e a ligação enredada entre passos. Destaca-se que o uso inconsistente de movimentos e passos entre gêneros torna difícil a tarefa de distinguir a função de cada tipo de movimento.

Subsequentemente, a teoria de movimentos foi aplicada às introduções das comunicações nos congressos científicos por Rowley-Jolivet e Carter-Thomas (2005) e três movimentos foram detetados: (1) estabelecer o quadro teórico; (2) contextualizar o tema; (3) fundamentar a investigação. Os autores sublinham a flexibilidade inerente dos gêneros orais e apontam para a ocorrência de movimentos e passos não linear e não obrigatória. No que diz respeito às características mais específicas do gênero de comunicações, o público alvo das mesmas é representado por investigadores pares, sendo o objetivo comunicativo propor alegações potencialmente controversas.

Em 2015 realiza-se o primeiro estudo sobre TED Talks à luz da teoria de movimentos com um *corpus* de 58 palestras (Chang e Huang, 2015) e verificam-se sete movimentos: (1) orientação do ouvinte; (2) introdução do tópico; (3) apresentação do orador; (4) desenvolvimento do tópico; (5) encerramento; (6) mensagens de conclusão; (7) agradecimentos. Esses movimentos podem incluir vários passos opcionais. Segundo os autores, ambos os tipos de elementos estruturais ocorrem no texto de forma não linear e não obrigatória pois permite-se um elevado grau de flexibilidade, sendo este um gênero oral. A estrutura retórica das palestras serve o objetivo

comunicativo de TED Talks, declarado explicitamente no website da organização, nomeadamente, a divulgação de ideias inovadoras pelos “especialistas de várias comunidades, culturas e áreas de conhecimento” e destinadas ao público de “todas as disciplinas e culturas”. Tendo em conta essa definição do público alvo, podemos concluir que a audiência dos TED Talks não é o público em geral, mas os profissionais de correspondentes áreas de conhecimento.

Partindo do trabalho de Chang e Huang (2015), Li & Li (2021) analisam 12 TED Talks na área de educação e, sem fazer a distinção entre os movimentos e os passos, dividem todos os movimentos em *essenciais* (na introdução: apresentação do tópico, apresentação do orador; no corpo de apresentação: apresentação do tópico, desenvolvimento do tópico; na conclusão: considerações finais; agradecimentos) e *não essenciais* (na introdução: orientação do ouvinte, agradecimentos; no corpo de apresentação: introdução do tópico, considerações finais, agradecimentos; na conclusão: apresentação do orador, desenvolvimento do tópico, encerramento). Os autores salientam a flexibilidade do uso de movimentos nas TED Talks, que se baseia nos objetivos comunicativos dos apresentadores, especialmente nas secções de introdução e do corpo de apresentação.

Para definir a obrigatoriedade dos movimentos e dos passos, Miranda e Moritz (2021) utilizam o critério de 60% de frequência do elemento alvo no *corpus*, proposto por Kanoksilapatham (2007). O estudo do *corpus* de 10 TED Talks na área de ciências exatas revelou uma estrutura retórica que consiste em 5 movimentos obrigatórios, acompanhados dos passos, indicados entre parêntesis com uma percentagem de frequência dos mesmos: introdução do tópico (contextualizar o tema 90%, anunciar o tópico 80%); apresentação do orador (estabelecer autoridade 70%, mostrar posição 90%); desenvolvimento do tópico (apresentar um argumento 90%; oferecer uma explicação 100%; descrever um processo/uma serie de eventos 90%); con-

siderações finais (apelo à ação 100%; generalização/especulação 90%); agradecimentos 100%. Como se pode observar, todos os movimentos e passos indicados superam o critério de 60%, e são, portanto, considerados obrigatórios.

### **3. DESCRIÇÃO DO CORPUS E METODOLOGIA**

O *corpus* utilizado no presente estudo foi criado através das transcrições de TED Talks recolhidas do website oficial da organização TED. Foram escolhidas as palestras em inglês com uma duração de 6 a 12 minutos, na área de línguas, tendo uma audiência superior de 2 milhões de visualizações. Os oradores, cujo discurso analisamos, são especialistas de alto perfil em linguística e áreas relacionadas, por exemplo, linguística cognitiva, linguística computacional, literatura, didática e ensino de línguas, lexicografia. Os critérios aplicados à recolha dos dados do *corpus* permitiram um certo nível de representatividade, enquanto o número elevado de visualizações serviu para realçar o sucesso das palestras junto ao público alvo, e, como consequência, a realização do objetivo comunicativo. Como resultado, obtemos um corpus de 10 TED Talks (cf. Quadro 2) com um total de 14.058 palavras.

Quadro 2 - TED Talks no *corpus*

	<b>Orador</b>	<b>Título</b>
TED 1	John McWhorter	4 reasons to learn a new language
TED 2	Celeste Headlee	10 ways to have a better conversation
TED 3	Grady Booch	Don't fear superintelligent AI
TED 4	Patricia Ryan	Don't insist on English!
TED 5	Erin McKean	Go ahead, make up new words!
TED 6	Daniel Bögre Udell	How to save a language from extinction
TED 7	ShaoLan	Learn to read Chinese ... with ease!
TED 8	Chris Anderson	TED's secret to great public speaking
TED 9	Patricia Kuhl	The linguistic genius of babies
TED 10	Lýdia Machová	The secrets of learning a new language

2. A abreviatura deriva dos apelidos dos autores, que criaram o método (Biber, D., Connor, U., Upton, T.).

Na etapa imediatamente antes de processamento do *corpus*, adotamos e adaptamos a abordagem *BCU*<sup>2</sup> (Biber et al., 2007), também referida como a abordagem à análise de movimentos com base em *corpus*. O método *BCU* permite descrever a distribuição dos movimentos no texto e identificar as características linguísticas típicas de cada tipo de movimento. A abordagem foi anteriormente aplicada à análise de diversos gêneros: dos artigos científicos na área de bioquímica (Kanoksilapatham, 2005); de cartas de angariação de fundos (Upton, 2002), de cartas dos casais adotivos (Upton & Cohen, 2009); de TED Talks (Chang e Huang, 2015; Li & Li, 2021; Miranda e Moritz, 2021).

O método descreve sete etapas analíticas principais. Sendo essa abordagem descendente (“*top-down approach*”) (Upton & Cohen, 2009), o *primeiro passo* da análise consiste no desenvolvimento do quadro analítico, determinando o conjunto de possíveis tipos de unidades discursivas com base nas suas funções comunicativas. Na *segunda etapa*, o quadro analítico

aplica-se à análise de todos os textos do *corpus* com a finalidade de realizar a segmentação (*etapa três*) de cada texto e a classificação das unidades discursivas obtidas. Desta forma, asseguramo-nos de que cada segmento do texto realiza um determinado objetivo comunicativo. Uma vez identificadas as unidades discursivas, são então analisadas e descritas pelas suas características léxico-gramaticais (*etapas quatro e cinco*). Finalmente, os textos completos (*etapa seis*) e o *corpus* completo (*etapa sete*) são analisados e descritos por padrões estruturais.

Recorrendo ao método *BCU*, escolhemos três TED Talks de forma aleatória e aplicamos as classificações de movimentos existentes, obtidas no estudo de Chang e Huang (2015) com a finalidade de criar um protocolo de anotação do *corpus*. Os movimentos aplicados foram adaptados e novos tipos de movimentos foram adicionados. O protocolo obtido foi aplicado ao *corpus* inteiro através de anotação manual no Microsoft Excel.

#### 4. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

A análise do *corpus* permitiu identificar os movimentos obrigatórios e correspondentes passos, conforme o Quadro 3: (1) orientação do ouvinte; (2) introdução do tópico; (3) apresentação do orador; (4) desenvolvimento do tópico; (5) considerações finais; (6) agradecimentos. Todos os movimentos, para serem considerados obrigatórios, cumpriram o critério de 60% de frequência (cf. Kanoksilapatham, 2007). Da mesma forma, todos os 6 movimentos foram encontrados no estudo de Chang e Huang (2015), dedicado à estrutura retórica em TED Talks. A ordem da sequência indicada apresenta apenas uma tendência geral, dado que os movimentos e os passos têm uma natureza cíclica e podem ocorrer várias vezes no mesmo texto e nem sempre numa ordem estabelecida. Não sendo obrigatórios os passos, indicamos os mais frequentes em cada tipo de movimento.

Quadro 3 - Frequência de movimentos e de passos no *corpus*

<b>Movimentos</b>	<b>Frequência</b>	<b>Passos</b>	<b>Frequência</b>
<b>Orientação do ouvinte</b>	60%	Cativar o público	60%
		Iniciar uma discussão metalinguística	50%
<b>Introdução do tópico</b>	100%	Contextualizar o tema	100%
		Anunciar o tópico	75%
<b>Apresentação do orador</b>	90%	Estabelecer a autoridade	85%
		Mostrar posição	64%
<b>Desenvolvimento do tópico</b>	100%	Apresentar um argumento / contra-argumento	93%
		Oferecer uma exemplificação / contra-exemplificação	70%
		Oferecer uma explicação	67%
<b>Considerações finais</b>	100%	Apelar à ação	63%
		Encerrar o tópico	33%
<b>Agradecimentos</b>		80%	

A análise do *corpus* permitiu identificar os movimentos obrigatórios e correspondentes passos, conforme o Quadro 3: (1) orientação do ouvinte; (2) introdução do tópico; (3) apresentação do orador; (4) desenvolvimento do tópico; (5) considerações finais; (6) agradecimentos. Todos os movimentos, para serem considerados obrigatórios, cumpriram o critério de 60% de frequência (cf. Kanoksilapatham, 2007). Da mesma forma, todos os 6 movimentos foram encontrados no estudo de Chang e Huang (2015), dedicado à estrutura retórica em TED Talks. A

ordem da sequência indicada apresenta apenas uma tendência geral, dado que os movimentos e os passos têm uma natureza cíclica e podem ocorrer várias vezes no mesmo texto e nem sempre numa ordem estabelecida. Não sendo obrigatórios os passos, indicamos os mais frequentes em cada tipo de movimento.

*Orientação do ouvinte* é um passo encontrado em 60% das TED Talks analisadas, localizado tipicamente na secção introdutória. Este tipo de movimento não é relacionado diretamente com o tópico do discurso e, estando localizado nas secções introdutórias da palestra, serve para estabelecer um *rapport* com o público, e prepará-lo para a apreensão mais ativa do discurso subsequente. A *orientação do ouvinte* inclui frequentemente *uma discussão meta-linguística*, que supõe uma referência às próprias TED Talks (1a), à organização TED (1b), ao orador (autorreferência) ou ao público presente (1c). No passo *cativar o público*, os oradores recorrem ao sentido de humor (2a) ou à interação direta com a audiência através de perguntas ao público (2b) ou observações cómicas direcionadas às pessoas em particular (2c). As pistas linguísticas que ajudam a identificar os referidos passos dentro do movimento incluem o uso da primeira e da segunda pessoa, orações interrogativas, generalizações “*some people*”, “*a lot of people*”, os verbos de relato *I think, you think, a lot of people ... have said, I know what you are thinking, I want to see a show of hands*.

(1) a. **Some people think** that there's a TED Talk formula: "Give a talk on a round, red rug." "Share a childhood story." "Divulge a personal secret." "End with an inspiring call to action." [TED 8]

b. A lot of **people on this stage today** have said, "In the future, you can do this, you can help with this, you can help us explore, you can help us invent." You can make a new word right now. English has no age limit. [TED 5]

c. **I know what you're thinking. You think** I've lost my way, and somebody's going to come on the stage in a minute and guide me gently back to my seat. (Applause) [TED 4]

- (2) a. I get that all the time in Dubai. "**Here on holiday are you, dear?**" (Laughter) "Come to visit the children? How long are you staying?" [TED 4]
- b. All right, **I want to see a show of hands**: how many of you have unfriended someone on Facebook because they said something offensive about politics or religion, childcare, food? And how many of you know at least one person that you avoid because you just don't want to talk to them? And how many of you know at least one person that you avoid because you just don't want to talk to them? [TED 2]
- c. When I was a kid, I was the quintessential nerd. **I think** some of you were, too. **And you, sir, who laughed the loudest, you probably still are.** [TED 3]

O movimento *introdução do tópico* foi verificado em 100% dos casos, o que confirma o seu estatuto de uma parte integral de palestras tipo TED. A função da *introdução do tópico*, como é evidente, consiste na apresentação das questões principais abordadas na TED Talk, e a familiarização do público com a temática. O passo *contextualizar o tema* serve precisamente esse objetivo e oferece uma informação sobre as verdades gerais e os factos científicos (3a), os eventos globais (3b) e os acontecimentos particulares (3c), relacionados com o tópico. A linguagem característica deste passo abrange as generalizações *humans, modern tools of neuroscience, all around the world*.

- (3) a. Now, **in space flights to the Moon**, we can rely upon mission control in Houston to watch over all aspects of a flight. However, **Mars is 200 times further away**, and as a result **it takes on average 13 minutes for a signal to travel from the Earth to Mars**. If there's trouble, there's not enough time. And so a reasonable engineering solution calls for us to put mission control inside the walls of the Orion spacecraft. Another fascinating idea in the mission profile places humanoid robots on the surface of Mars **before the humans themselves arrive**, first to build facilities and later to serve as collaborative members of the science team. [TED 3]
- b. **The modern tools of neuroscience are demonstrating** to us that what's going on up there is nothing short of rocket science. And what we're learning is going to shed some light on what the romantic writers and poets described as the "celestial openness" of the child's mind. [TED 9]

c. The best place to meet a lot of polyglots is an event where **hundreds of language lovers meet in one place to practice their languages**. There are several such polyglot events organized all around the world, and so I decided to go there and ask polyglots about the methods that they use. [TED 10]

Este movimento pode ainda incluir o passo *anunciar o tópico*, em que o orador faz uma referência direta ao tema da palestra (4), expressando a sua intenção comunicativa com as estruturas como *I would like to share with you, I am going to tell you, I am going to talk to you*.

(4) a. But there is one thing that all great TED Talks have in common, and **I would like to share that thing with you**. [TED 8]

b. And **I'm going to tell you** six ways that you can use to make new words in English. [TED 5]

c. But today **I'm going to talk to you** about something you can't see. What's going on up in that little brain of hers. [TED 9]

O movimento *apresentação do orador* tem como objetivo realçar a experiência prévia do orador e mostrar a relação entre o orador e o tópico. A referida experiência pode implicar a formação, a competência profissional na área, os conhecimentos e as realizações, que se salientam frequentemente no passo *estabelecer a autoridade* (5). Para demonstrar que estão em posição de expressar uma opinião competente sobre o assunto, os oradores recorrem à linguagem relacionada com o percurso profissional (*career, make my living, teaching, engineer*), mencionam a sua ligação com os projetos e organismos de prestígio (*Air Force Academy; NASA; missions to Mars; talking to Nobel Prize winners, billionaires, heads of state*), ou utilizam as estruturas quase-imperativas *I will teach you, you are going to learn*.

(5) a. Well actually, I hope for a while longer yet. **I have been living and teaching in the Gulf for over 30 years**. (Applause) And in that time, I have seen a lot of changes. Now that statistic is quite shocking. [TED 4].

b. After a **career that led me from the Air Force Academy to Space Command** to now, I became a systems engineer, and recently I was drawn into an engineering problem associated with NASA's mission to Mars. [TED 3]

c. Now, I **make my living** talking to people: **Nobel Prize winners**, truck drivers, **billionaires**, kindergarten teachers, **heads of state**, plumbers. I talk to people that I like. I talk to people that I don't like. I talk to some people that I disagree with deeply on a personal level. But I **still have a great conversation with them**. So I'd like to spend the next 10 minutes or so **teaching you** how to talk and how to listen. ... So, I'm **going to teach you** how to interview people, and **that's actually going to help you learn** how to be better conversationalists. [TED 2]

Neste movimento, os oradores podem ainda *mostrar a sua posição* em relação às questões levantadas (6), utilizando os adjetivos avaliativos (*not normal, unfounded, stupid, great*) e os verbos de relato na primeira pessoa de singular, que expressam uma opinião pessoal (*I believe, I think, makes no sense to me*). Esta característica constitui um contraste entre o estilo mais informal adotado nas TED talks e o estilo mais formal adotado em gêneros acadêmicos escritos (como o artigo científico) mas também orais (como a comunicação em evento científico, a conferência e a palestra). O estilo mais informal representa uma diferença estilística, específica deste gênero, mas não de outros da mesma área socioprofissional (o discurso acadêmico-científico).

(6) a. It's **not normal**. [TED 2]

b. I **believe** that such fears are **unfounded**. [TED 3]

c. And I **think** that is, well, **stupid**. [TED 5]

d. But that **makes no sense to me**. Words are **great**. [TED 5]

O *desenvolvimento do tópico* – é um movimento central da estrutura retórica de TED Talks, em que o orador pode argumentar a sua posição, oferecer explicação e exemplificação através dos passos correspondentes (*apresentar um argumento, oferecer uma explicação, oferecer uma exemplificação*). Um argumento pode ser apresentado através de uma generalização (7a); um contra-argumento que é refutado tipicamente na frase/no parágrafo seguinte (7b); uma pergunta retórica (7c); ou uma referência explícita à posição do argumento na sequência através

de numeração ordinal (*I first want to address; first, second, third, number one, number two, etc.*) (7d). Uma série de marcadores discursivos que introduzem argumentos foram detetados (e.g., *but, now, so, I think, you know, and more to the point, because, okay, indeed, another way, also*), sendo *now, so* e *but* os mais frequentes. Este predomínio de marcadores poderia ser justificado pelo facto de orador produzir uma sequência de tipo argumentativo.

(7) a. But things are changing. **Around the world, people are** reviving ancestral languages and rebuilding their cultures. [TED 6]

b. **Now, sometimes people use this kind of rules-based grammar to discourage people from making up words.** And I think that is, well, **stupid.** [TED 5]

c. **So** the question is: **What's happening during this critical two-month period?** This is the critical period for sound development, but **what's going on up there?** So there are two things going on. The first is that the babies are listening intently to us, and they're taking statistics as they listen to us talk -- they're taking statistics.

d. I think there are a lot of reasons, **but I first want to address** the one that you're probably most likely to have heard of, because actually it's more dangerous than you might think. [TED 1]

Normalmente, o argumento é sustentado através da exemplificação (8) e/ou explicação (9), sendo que a primeira tem a tarefa de ilustrar as ideias do orador com exemplos do mundo real, enquanto a segunda serve para tornar o que o orador diz mais acessível para o público que possa não ter os conhecimentos necessários na área. Em estudos anteriores sobre TED Talks estes dois passos foram agrupados sob a designação *offer an explanation* (Chang & Huang, 2015; Miranda & Moritz, 2021), contudo, decidimos distingui-los, pois ambos têm uma natureza diferente. Verificam-se os seguintes marcadores de exemplificação: *for example, case in point, such as, consider this, I want to tell you about, so you can think of*, etc). Existem ainda casos em que os marcadores de exemplificação têm carácter implícito e são inferidos a partir do contexto (8c).

(8) a. So **for example**, "The Cat in the Hat Comes Back," a book that I'm sure we all often

return to, like "Moby Dick." One phrase in it is, "Do you know where I found him? Do you know where he was? He was eating cake in the tub, Yes he was!" Fine. Now, if you learn that in Mandarin Chinese, then you have to master, "You can know, I did where him find? He was tub inside gorging cake, No mistake gorging chewing!" That just feels good. Imagine being able to do that for years and years at a time. [TED 1]

b. **Case in point**, Einstein. He, by the way, was considered remedial at school because he was, in fact, dyslexic. But fortunately for the world, he did not have to pass an English test. [TED 4]

c. In 1892, the US Army general Richard Henry Pratt argued that killing indigenous cultures was the only alternative to killing indigenous people. "Kill the Indian," he said, "but save the man." And until 1978, the government did just that, removing indigenous children from their families and forcing them into boarding schools where they were given English names and punished for speaking their languages. Assimilation was a complement to genocide.

No que diz respeito à explicação, está presente nos enunciados que visam responder às perguntas *porquê?* – por isso, ocorrem os marcadores como *because* (9a), *due to* (9b) e a pergunta retórica *why not?* (9c); e o *quê significa?* – com a resposta explícita *that means* (9d).

(9) a. **Because** then they might have to stop for a moment and think about it, and you're going to get a much more interesting response. [TED 2]

b. Now, part of that is **due to** technology. The smartphones that you all either have in your hands or close enough that you could grab them really quickly. [TED 2]

c. And **why not?** After all, the best education -- according to the latest World University Rankings -- is to be found in the universities of the U.K. and the U.S. [TED 4]

d. That means thoughts will come into your mind and you need to let them go out of your mind. [TED 2]

Os três passos (*apresentar um argumento, oferecer uma exemplificação, oferecer uma explicação*) tendo uma alta percentagem de frequência dentro do movimento *desenvolvimento do tópico*, são os elementos essenciais que ocorrem no mesmo texto de forma cíclica, e contribuem para comunicar as ideias principais da palestra.

O movimento *considerações finais* inicia a secção conclusiva de TED Talk e tem o objetivo de resumir o tópico abordado, salientando as implicações para o comportamento esperado do público (passo *apelar à ação*), recorrendo às generalizações ou respondendo às perguntas levantadas no início (passo *encerrar o tópico*). O *apelar à ação* é facilmente reconhecido no texto, sendo marcado pelas estruturas em modo imperativo (*check out, give it another try, go ahead, let us, etc.*) (10a) em modo condicional (10b), no tempo verbal *Future Simple* (10c), através de verbos modais *can, must, should, could, need* (10b, c), explicando as consequências positivas da implementação das estratégias recomendadas pelo orador e oferecendo as alternativas ao método sugerido.

(10)a. **Go ahead, start making** words today, **send** them to me, and I will put them in my online dictionary, Wordnik. [TED 5]

b. **If you don't like writing** words down on paper, **you can** always **type them** in an app. **If you don't like listening** to boring textbook material, **find** interesting content on YouTube or in podcasts for any language. **If you're a more introverted person** and you can't imagine speaking to native speakers right away, **you can apply** the method of self-talk. You **can** talk to yourself in the comfort of your room, describing your plans for the weekend, how your day has been, or even take a random picture from your phone and describe the picture to your imaginary friend. [TED 10]

c. **If you create a system** in your learning, **you don't need to find** that extra time, because **it will become a part of your everyday life**. [TED 10]

O passo *encerrar o tópico* pode ser indistinguível do passo anterior, sendo que emprega estruturas semelhantes para oferecer generalizações ou as especulações sobre o futuro (e.g. 10b, 10c). Outras formas de encerrar TED Talks são, por exemplo, o resumo das ideias principais apresentadas nas secções anteriores (11a) ou o recurso ao sentido de humor (11b).

(11)a. Reclaiming your language and embracing your culture is a powerful way to be yourself in the age of globalization, because as I recently learned to say in Hebrew, "nhnw dyyn k'n" -- we're still here. [TED 6]

b. This is a slide to remind me that I should stop talking and get off of the stage. [TED 7]

Por último, a maioria das TED Talks analisadas terminam com o movimento *agradecimentos*, que tem como objetivo expressar respeito pelo ouvinte e mostrar gratidão pela oportunidade de fazer o discurso (12).

- (12) a. Thank you. [TED 6]
- b. Thank you so much. [TED 5]
- c. Thank you very much. [TED 4]

## 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise efetuada demonstra que o modelo CARS é adequado para descrever a estrutura retórica das TED Talks, respondendo afirmativamente a primeira questão de investigação. O resultado principal do presente trabalho é o protótipo da estrutura retórica de TED Talks na área de línguas e linguística que foi estabelecido (cf. o Quadro 3), que responde à segunda e terceira questões de investigação. Contudo, a sequência dos elementos estruturais, descrita na secção 4, é apenas uma aproximação do que podemos observar no texto integral. A ordem de movimentos e de passos em TED Talk mostra ser não linear, dado que várias vezes os elementos que esperamos ver, por exemplo, na parte introdutória da palestra podem ocorrer nas secções posteriores e vice-versa. A ausência de uma ordem mais fixa das unidades funcionais (movimentos e passos) nas TED Talks não pode ser atribuída exclusivamente à sua natureza oral. Embora a flexibilidade estrutural seja uma característica comum em gêneros orais, é importante reconhecer que mesmo em textos escritos, como artigos científicos, teses de doutoramento e dissertações de mestrado, observa-se uma elevada dose de flexibilidade na aplicação dos movimentos e passos do modelo CARS de Swales. Como destaca Connor et al. (2007, p. 32), a fluidez e a ordem menos rígida das unidades estruturais ocorrem principalmente nos gêneros

menos constrangidos e naqueles que permitem mais variação. Essa flexibilidade é intrínseca ao próprio modelo e reflete a diversidade de estratégias retóricas e comunicativas adotadas pelos autores para atender aos objetivos específicos e contextuais de cada gênero. No caso das TED Talks, essa diversidade é ainda mais pronunciada devido à variedade de temas, estilos dos palestrantes e à necessidade de engajamento direto com o público.

Os movimentos *orientação do ouvinte e apresentação do orador*, neste aspeto, têm uma maior flexibilidade podendo ser encontrados em qualquer secção da TED Talk, o que corrobora os resultados dos estudos anteriores (Chang & Huang, 2015; Miranda & Moritz, 2021; Li & Li, 2021) e assegura uma forte presença do orador no discurso. De facto, o objetivo comunicativo das TED Talks baseia-se na autoridade do orador numa determinada área de conhecimento e é precisamente por isso que encontramos exemplos de histórias e anedotas pessoais e diversas referências à experiência profissional ao longo da apresentação (Tardy, 2014).

Outra unidade funcional que se destacou na análise foi o passo *oferecer uma exemplificação* que ocorre de forma cíclica dentro de vários movimentos e, por alguma razão, é ignorado nos estudos anteriores como um elemento independente. A presença frequente deste passo no *corpus* evidencia um papel significativo da exemplificação na realização da função comunicativa do gênero. Por um lado, destaca o papel da competência do orador. Por outro, serve para elucidar o ouvinte, que pode ou não estar familiarizado com a área de competência do orador. A função de exemplificação, neste sentido, consiste em proporcionar uma ilustração quase visual de conceitos teóricos complexos durante o tempo limitado de uma TED Talk, a fim de permitir tanto ao ouvinte experiente como à pessoa comum compreender a importância do tópico e do impacto que suas ações podem ter em suas próprias vidas ou no mundo. Concluimos que esta relação entre a presença do orientador no discurso e o impacto na vida das pessoas resume o objetivo comunicativo do gênero de TED Talks.

Embora os resultados da análise sejam parcialmente coerentes com as previsões teóricas, o estudo levanta várias questões adicionais como, por exemplo:

- podem as TED Talks ser consideradas um género independente?
- com que outros géneros de apresentação oral se relacionam?
- a estrutura retórica das TED Talks varia de acordo com a área científica em que se insere o tema abordado?
- o objetivo comunicativo das TED Talks altera-se consoante a área de conhecimento?
- como se explica que haja a ocorrência repetida de diversos passos em vários movimentos?

Os resultados do presente estudo contribuem para a caracterização da estrutura retórica do género das apresentações orais tipo TED Talks, contudo, não podem ser extrapolados tendo em conta o carácter exploratório do estudo e a extensão reduzida do *corpus*. Numa investigação futura, as questões levantadas no presente trabalho poderiam ser exploradas com um *corpus* mais vasto e à luz de outras propostas teóricas.

#### REFERÊNCIAS

Biber, D., Connor, U., & Upton, T. A. (2007). *Discourse on the move: Using corpus analysis to describe discourse structure*. John Benjamins.

Bunton, D. R. (1998). Linguistic and Textual Problems in Ph. D and M. Phil Theses: an analysis of genre moves and metatext. *HKU Theses Online* (HKUTO).

Bunton, D. (2002). Generic moves in Ph.D. thesis introductions. In J. Flowerdew (Ed.), *Academic discourse* (pp. 57-75). London: Longman

Caliendo, G. (2014). The Popularization of Science in Web-Based Genres. In G. Bongo, & G. Caliendo (Eds.), *The Language of Popularization: Theoretical and Descriptive Models* (pp. 101–132). Peter Lang. <https://www.researchgate.net/publication/323797232>

Chang, Y. J., & Huang, H. T. (2015). Exploring TED talks as a pedagogical resource for oral presentations: A corpus-based move analysis. *English Teaching and Learning*, 39(4), 29–62. <https://doi.org/10.6330/ETL.2015.39.4.02>

Connor, U., Upton, T. A., & Kanoksilapatham, B. (2007). Introduction to Move Analysis. In D. Biber, U. Connor, & T. A. Upton (Eds.), *Discourse on the move: Using corpus analysis to describe discourse structure* (pp. 23–41). John Benjamins.

Kanoksilapatham, B. (2005). Rhetorical structure of biochemistry research articles. *English for Specific Purposes*, 24(3), 269–292. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.esp.2004.08.003>

\_\_\_\_\_(2007). Rhetorical moves in biochemistry research articles. In D. Biber, U. Connor, & T. A. Upton (Eds.), *Discourse on the move: Using corpus analysis to describe discourse structure* (pp. 73–119). John Benjamins.

Li, X., & Li, F. (2021). Corpus-Based Move Analysis of TED Talks about Education. *Creative Education*, 12(01), 166–175. <https://doi.org/10.4236/ce.2021.121012>

Ludewig, J. (2017). TED talks as an emergent genre. *CLCWeb - Comparative Literature and Culture*, 19(1). <https://doi.org/10.7771/1481-4374.2946>

Miranda, J. A., (2018). *TED Talks: a genre analysis*. [Master's Thesis, University of Santa Catarina]. Repositório Institucional UFCS. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191173?show=full>

Miranda, J. A., & Moritz, M. E. W. (2021). TED Talks: A Genre Analysis. *Revista X*, 16(6), 1552–1573. <https://orcid.org/0000-0002-0057-1685>

**ARTIGO RECEBIDO A**

28/03/2024

**ARTIGO APROVADO A**

16/05/2024

Meurer, J-L. (2002). Genre as diversity, and rhetorical mode as unity in language use. *Ilha do Deserto*, (43), 61-82.

Swales, J. M. (1990). *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings*. Cambridge University Press. [https://books.google.pt/books?id=shX\\_EV1r3-0C](https://books.google.pt/books?id=shX_EV1r3-0C)

\_\_\_\_\_(2004). *Research Genres: Explorations and Applications*. Cambridge University Press. [https://doi.org/DOI: 10.1017/CBO9781139524827](https://doi.org/DOI:10.1017/CBO9781139524827)

Tardy, C. M., & Swales, J. M. (2014). 6. Genre analysis. In K. P. Schneider, & A. Barron (Eds.), *Pragmatics of Discourse* (pp. 165–188). De Gruyter Mouton. <https://doi.org/doi:10.1515/9783110214406-007>

Thompson, S. (1994). Frameworks and Contexts: A Genre-Based Approach to Analysing Lecture Introductions. In *English for Specific Purposes*, 13(2) .

Rowley-Jolivet, E., & Carter-Thomas, S. (2005). The rhetoric of conference presentation introductions: context, argument and interaction. *International Journal of Applied Linguistics*, 15(1), 45–70. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1473-4192.2005.00080.x>

Upton, T. A. (2002). Understanding Direct Mail Letters as a genre. *International Journal of Corpus Linguistics*, 7, 65–85.

Upton, T. A., & Cohen, M. A. (2009). An approach to corpus-based discourse analysis: The move analysis as example. *Discourse Studies*, 11(5), 585–605. <https://doi.org/10.1177/1461445609341006>



## A pandemia de Covid-19 nas capas da *Veja*: o modo narrativo sob a perspectiva da Semiologia

### The Covid-19 pandemic on *Veja* covers: the narrative mode from a Semiological Perspective

**REBELLO, ILANA DA SILVA**  
ilanarebello@id.uff.br

Doutora em Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense, Brasil (2009).  
Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (Brasil).  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3032-604X>

**PALAVRAS-CHAVE:**  
Semiologia;  
Modo narrativo;  
Capas da *Veja*;  
Covid-19.

**RESUMO:** No início de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara, oficialmente, a instauração de uma pandemia, provocada pelo vírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). Diante desse cenário, as grandes mídias, como a revista *Veja* do Grupo Abril, mobilizaram-se para levar as informações à instância cidadã e, ao mesmo tempo, sobreviver no mercado. O contexto da pandemia fomentou, assim, a criação de várias capas que este trabalho se propõe a analisar, a fim de reconstruir a história contada, dos anos de 2020 e 2021, sobre a pandemia do coronavírus. Por meio da verbo-visualidade, é possível identificar uma sucessão de acontecimentos situados que dão conta de, em meio a efeitos discursivos de realidade e de ficção, narrar o dia a dia da crise sanitária que assolou o mundo. Assim, com o aporte teórico metodológico da Semiologia de Análise do Discurso, criada pelo Professor Patrick Charaudeau, da Universidade Paris XIII, objetiva-se um estudo sobre o modo de organização narrativo, identificado na sequência das capas da *Veja* selecionadas para o estudo em tela.

**KEY-WORDS:**  
Semiology;  
Narrative mode;  
*Veja* covers;  
Covid-19.

**ABSTRACT:** In early 2020, the World Health Organization (WHO) officially declared the outbreak of a pandemic caused by the severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2). Faced with this scenario, major media outlets, such as *Veja* magazine from Grupo Abril, mobilized to deliver information to the public while also striving to survive in the market. The pandemic context thus fostered the creation of several covers, which this study aims to analyze to reconstruct the narrative told in 2020 and 2021 about the coronavirus pandemic. Through verbo-visual elements, it is possible to identify a succession of situated events that, amid discursive effects of reality and fiction, narrate the day-to-day of the global health crisis. Therefore, with the theoretical and methodological support of Semiological Discourse Analysis, created by Professor Patrick Charaudeau of Paris XIII University, this study aims to examine the narrative organization mode identified in the sequence of selected *Veja* covers for this study.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo, sob a perspectiva da Semiologia, tem por objetivo examinar como se constrói o modo de organização narrativo em capas da revista *Veja* que tematizaram a crise sanitária desencadeada nos anos de 2020 e 2021 pelo SARS-CoV-2. Contribui-se com as pesquisas no campo da Análise do Discurso ao mostrar o funcionamento narrativo em textos que, à primeira instância, parecem breves descrições, breves relatos, *flashes* de determinados assuntos do dia a dia. No entanto, em uma perspectiva mais longitudinal, mostra-se a gestão dos sentidos construída ao longo do tempo, sob o viés de uma revista que foi se deparando com as diferentes escalas e mutações dos atores imersos na pandemia de Covid-19. Ademais, embora o relato analítico possa dar a entender uma visão essencialista e referencial das coisas e dos seres, este trabalho parte de uma visão mais sociointeracionista, que entende a realidade como fabricada discursivamente.

Após essas considerações iniciais, a partir da próxima seção, a fundamentação teórica será apresentada, articulada ao material empírico sob análise.

## O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO E OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Todo ato de comunicação social pressupõe uma interação entre parceiros. Nesse cenário, constrói-se o *contrato de comunicação* (Charaudeau, 2005) que, segundo a Semiologia de Análise do Discurso, representa um acordo entre os sujeitos sobre as representações linguageiras das práticas sociais. Isso significa dizer que, ao se comunicarem, os sujeitos precisam observar as características da situação de comunicação - quem são os parceiros, qual o canal de comunicação, quais os rituais de abordagem, quais conhecimentos são partilhados, que imaginários culturais influenciam as práticas sociais, dentre outros.

De forma mais específica, Charaudeau (2004), em seu texto: “Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual”, defende a ideia de que para classificar textos é necessário considerar seus pontos comuns que podem ser encontrados em três níveis: nos componentes do *contrato situacional*, nas *restrições discursivas* e nos *diferentes aspectos da organização formal do texto*.

O primeiro nível, o *contrato situacional*, diz respeito à identidade dos sujeitos comunicantes e ao lugar que eles ocupam na troca, à finalidade que os liga em termos de objetivos, ao propósito e às circunstâncias materiais nas quais a troca se realiza. Segundo Charaudeau (2004), dentre os componentes do contrato situacional, a finalidade determina a orientação discursiva, pois o sujeito pode ter objetivos diferentes, a depender do que pretende com o seu ato de comunicação.

O segundo nível, a *restrição discursiva*, diz respeito ao lugar onde se instituem, sob efeito das restrições da situação, as diferentes “maneiras de dizer” mais ou menos codificadas. O terceiro e último nível, *os diferentes aspectos da organização formal do texto*, diz respeito às recorrências formais nos seguintes domínios: na mise en scène textual (disposição do paratexto), na composição textual interna, na fraseologia e na construção gramatical.

O contrato de comunicação é responsável, dessa forma, pela organização da matéria linguística, nos *vários modos de organização discursiva*, definidos por Charaudeau (2008), como o conjunto de procedimentos que utiliza determinadas categorias de língua para ordená-las de acordo com as finalidades discursivas do ato de comunicação. Dependendo, então, da finalidade comunicativa do sujeito falante, um texto pode ser predominantemente narrativo, descritivo ou argumentativo, todos esses três modos comandados pelo enunciativo.

Os modos de organização do discurso narrativo, descritivo e argumentativo são os que, normalmente, são estudados nos livros didáticos. No entanto, a fim de dar conta da posição do sujeito locutor em relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros, Charaudeau (1992, 2008) institui o enunciativo. Segundo o analista do discurso, esse modo intervém na encenação dos outros três, comandando-os. Se o locutor implica o interlocutor, estabelecendo uma relação de influência, o comportamento enunciativo é o alocutivo. Por outro lado, se enuncia o seu ponto de vista sobre o mundo, sem que o interlocutor esteja diretamente implicado nessa tomada de posição, o comportamento enunciativo é o elocutivo. Por último, se o sujeito locutor procura se apagar de seu ato de enunciação e não implica o interlocutor, o comportamento enunciativo é o delocutivo. Nesse último tipo de comportamento, tem-se um texto aparentemente objetivo, sem marcas explícitas de subjetividade. Pode-se concluir, assim, utilizando as palavras do próprio Charaudeau (2008, p. 81), que o modo enunciativo “é uma *categoria de discurso* que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação”, sendo, portanto, o “carro-chefe” dos outros três modos.

Feitas essas considerações iniciais a respeito dos quatro modos de organização da matéria discursiva elencados por Charaudeau (1992, 2008), na próxima seção, será estudado o modo narrativo, a partir da teoria Semiológica de Análise do Discurso, para identificar e explicar a sequência narrativa que se pode reconstruir por meio da leitura das capas da *Veja* sobre a pandemia de Covid-19. A capa de revista é considerada um gênero textual, já que é um texto materializado que circula no dia a dia e que apresenta características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. (Marcuschi, 2008). Cada vez mais, a fim de sobreviverem no mercado midiático, as revistas elaboram as capas com imagens que, normalmente, são fruto de edições, interferências como saturação de cores, efeitos gráficos, etc.

## O MODO NARRATIVO SOB A PERSPECTIVA SEMIOLINGUÍSTICA

A tradição escolar, normalmente, considera como sinônimos os termos – narrativa, narração, história, narrar e contar. “Conte como foram as suas férias.”, “Faça uma redação sobre o seu fim de semana.”, “Escreva uma história de que você goste.” - são apenas alguns exemplos de como os termos são empregados nas salas de aula. No entanto, narrar é o mesmo que contar uma história?

Segundo Charaudeau (2008, p. 153), “para que uma sequência de acontecimentos contados se transforme em narrativa, é preciso inventar-lhe um contexto”. Assim, uma simples descrição de ações, descontextualizada, não configurará uma narrativa, a menos que um contexto seja explicitado. Por exemplo, o resumo de um capítulo de novela descontextualizado, a despeito da predominância de verbos, é só uma descrição.

Pensando no *corpus* desta pesquisa, capas da revista *Veja* referentes ao contexto da pandemia do coronavírus<sup>1</sup> no Brasil e no mundo, é possível, por meio da verbo-visualidade, identificar uma narrativa, uma sucessão de acontecimentos situados que dão conta de, em meio a *efeitos discursivos de realidade e de ficção*, narrar o dia a dia da crise sanitária iniciada em 2020. A cada semana, o leitor da revista, já pela capa, a embalagem da notícia, tomava ciência, pelo viés da mídia, de mais alguns fatos da história que estava sendo semiotizada. Era a interpretação do acontecimento bruto que chegava ao leitor por meio da capa da revista. Nesse contexto, como narrar para fazer crer que o que é dito é verdadeiro?

Segundo Charaudeau (2008, p. 154), “na narrativa não se sente a necessidade de reivindicar a *invenção*; o que se procura reivindicar é o *verdadeiro*”, e isso porque, na base da ação de narrar, há a ideia de algo inventado, fictício. Mesmo em relatos de experiência, a partir do momento em que se conta, não é mais o fato bruto, mas uma criação, uma reconstrução e, portan-

1. A pandemia de COVID-19, conhecida também como a do coronavírus, que teve início no ano de 2020, é uma doença respiratória causada pelo vírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2).

to, uma outra interpretação/visão do ocorrido. A mídia vive a todo momento essa tensão entre informar e dramatizar, pois só “fazer saber”, a visada da informação, não garante sobrevivência no mercado editorial. Além de informar, é preciso captar a atenção do sujeito destinatário, a fim de torná-lo um leitor assíduo. No entanto, administrar essas duas finalidades não é uma tarefa fácil, já que,

na tensão entre os pólos de credibilidade e de captação, quanto mais as mídias tendem para o primeiro, cujas exigências são as da austeridade racionalizante, menos tocam o grande público; quanto mais tendem para a captação, cujas exigências são as da imaginação dramatizante, menos credíveis serão (Charaudeau, 2006a, p. 93).

O modo de organização do discurso narrativo é definido, por Charaudeau (2008, p. 157), como sendo o modo que leva o sujeito “a descobrir um mundo que é construído no desenrolar de uma sucessão de ações que se influenciam umas às outras e se transformam num encadeamento progressivo.” Então, quando se fala em narrativa, está se nomeando a totalidade da ação de contar, que é realizada não apenas pelo modo narrativo, mas também pelo descritivo, já que, além das ações, são empregadas nomeações e qualificações. Em linhas gerais, tem-se o diagrama representado na figura 1.



Figura 1 - Narrativa

Fonte - Criação da autora

Segundo Charaudeau (2008, p. 157), o modo de organização narrativo tem a função de organizar o mundo de forma sucessiva e contínua, “numa lógica cuja coerência é marcada pelo seu próprio *fechamento* (princípio/fim)”. Nesse sentido, enquanto no modo *descritivo* um mundo precisa apenas ser reconhecido e mostrado, pois a finalidade é organizar os seres de forma (i) descontínua - sem a obrigatoriedade de ligação nem entre os seres entre si e nem das propriedades entre elas, (ii) aberta - não há necessidade de começo e fim, e (iii) taxionômica - com a classificação dos seres do universo; o narrativo mostra um mundo em movimento, com ações contextualizadas que se influenciam. Além disso, o Eu-comunicante que descreve é aquele que identifica, nomeia e classifica os elementos e suas propriedades e que sabe mostrar e evocar. Charaudeau (2008, p. 157) o chama de *observador*, de *sábio* e de *alguém* que descreve. Já o Eu-comunicante que narra é testemunha direta de uma história, seja ela real ou fictícia.

O modo narrativo, ainda segundo Charaudeau (2008), apresenta uma dupla articulação - a organização da lógica narrativa e a própria encenação narrativa. A primeira constitui a trama de uma história, realizada por meio de alguns componentes - actantes, processos e sequências, que serão detalhados mais à frente. A segunda articulação constrói a *mise en scène* narrativa, com, no mínimo, quatro sujeitos ligados por um contrato de comunicação, como exposto na figura 2 a seguir.

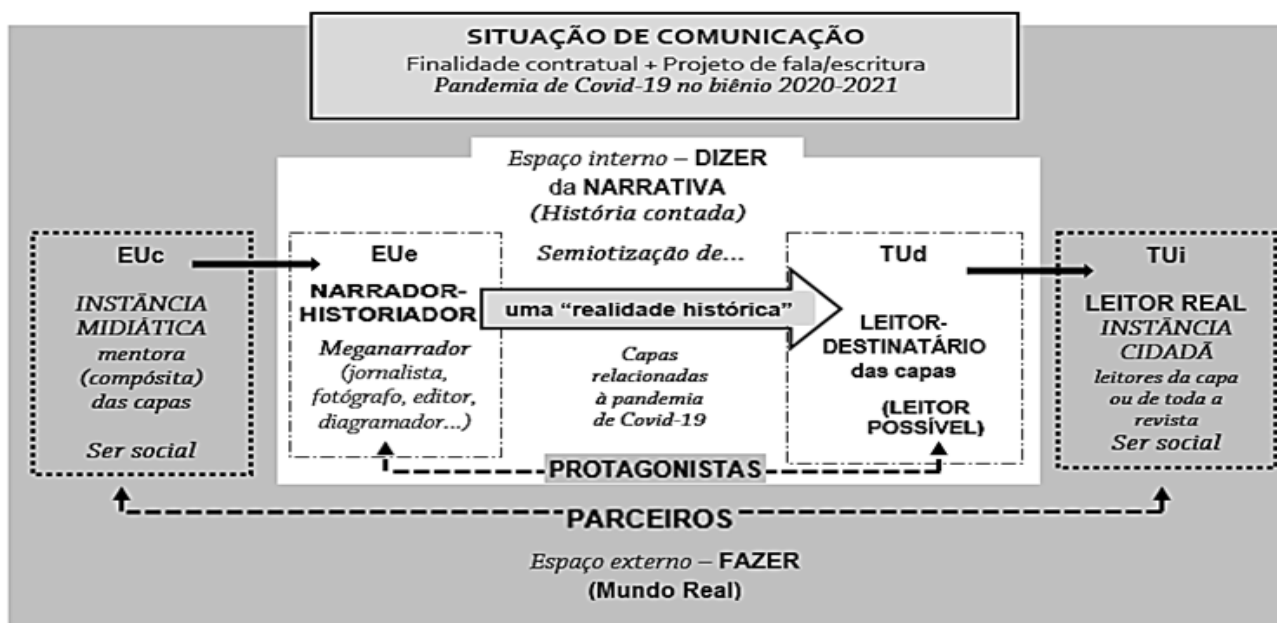


Figura 2 - Sujeitos do contrato capa de revista

Fonte - Criação da autora, a partir de Charaudeau (2006a)

A *mise en scène* da narrativa depende de dois espaços de significação: um espaço externo ao texto (extratextual), do FAZER, em que se encontram os parceiros da troca linguageira, seres sociais, de identidade social - o eu-comunicante (a instância midiática, no caso da capa de revista) e o tu-interpretante (leitor); e um espaço interno ao texto (intratextual), do DIZER, no qual atuam os protagonistas, seres de papel, de identidade discursiva - o eu-enunciador (o “meganarrador” - Charaudeau, 2006a, p. 157) e o tu-destinatário (leitor projetado, ideal) (Charaudeau, 2001).

Nas capas de revista, gênero do domínio jornalístico, normalmente, há a presença de um meganarrador (eu-enunciador), aqueles que falam pelo veículo de comunicação. Assim, por exemplo, na capa de 23 de junho de 2021 (Figura 3, a seguir), o EUc é um sujeito compósito

que representa a *Veja*, uma revista do Grupo Abril. Isso porque participam da elaboração da capa de uma revista vários sujeitos - o jornalista, o editor, o diagramador etc. Da mesma forma, a voz que enuncia, o EUE, é a da fonte da informação, do jornalista, dos editores..., que falam pela revista. Nesse sentido, o dizer do meganarrador - “O Brasil está prestes a atingir a trágica marca de 500 000 mortes em decorrência da Covid-19, um número que poderia ser muito menor se o presidente Jair Bolsonaro tivesse defendido a vacinação desde o início” (Subtítulo da edição) é chancelado pela *Veja*.

Figura 3 - Capa da *Veja*, de 23/06/2021

Fonte - <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2743/>



No caso das revistas impressas, as narrativas são reconstituídas pelo meganarrador que, liberto das restrições da simultaneidade, pode empreender um “trabalho de montagem, de roteirização, numa posição semelhante à do narrador de uma narrativa de ficção.” (Charaudeau, 2006a, p. 159), sem, no entanto, deixar de atender ao princípio de credibilidade. Como diz Charaudeau (2006a, p. 159), o meganarrador precisa “colar’ no acontecimento bruto”.

Continuando a explicação da figura 2 (Sujeitos do contrato capa de revista), é possível não haver coincidência entre leitor real e leitor possível, o projetado, o *tu-destinatário*. Quando não há essa identificação, podem ocorrer algumas falhas na comunicação. Nesse sentido, a *Veja* pode idealizar um *tu-destinatário* (leitor possível) que não coincida com o *tu-interpretante* (leitor real). Por exemplo, na figura 3<sup>2</sup>, a revista idealiza um leitor que compactue com a ideia de que o ex-presidente Jair Bolsonaro foi um dos responsáveis pela trágica marca de 500 000 mortes em decorrência da Covid-19. Caso o leitor não coincida, considerará a revista tendenciosa e não “comprará” a legitimação construída pelo veículo de comunicação.

Nas capas de revista, o Eu meganarrador que se apresenta é um *narrador-historiador*, que “implica o leitor enquanto *destinatário de uma história contada* que este deve receber (e eventualmente *verificar*) como *representação fiel de uma história real*. (...)” (Charaudeau, 2008, p. 187). Apesar de se saber que o mundo a ser significado passa a mundo significado e interpretado (Charaudeau, 2005) a partir da ótica do veículo de comunicação, as instâncias midiáticas se autolegitimam como empresas que têm compromisso com a verdade e a objetividade e, para isso, se valem de atitudes de neutralidade e de distanciamento em relação aos fatos narrados.

Ainda sobre os componentes da trama narrativa, os actantes são os sujeitos que desempenham os papéis. Charaudeau (2008, p. 161) chama a atenção para a diferença entre actantes linguísticos (categoria de língua) e actantes discursivos (categoria de discurso). Se um actante desempenha uma ação que não influencia e não tem relação direta sobre a trama narrativa, ele

2. Uma análise mais completa dessa capa encontra-se em Marchon; Rebello; Gouvêa; Pauliukonis (2022).

é apenas um actante linguístico, pois para ter o estatuto de actante discursivo precisa desempenhar um ou vários papéis narrativos.

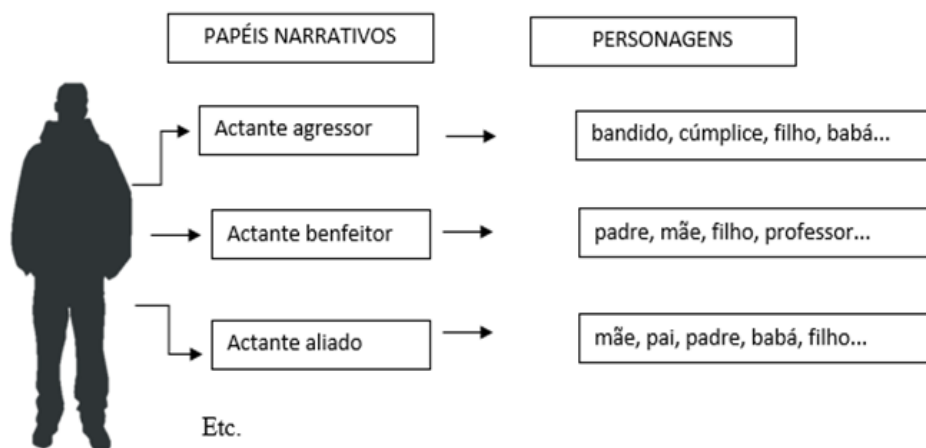
Os actantes discursivos são interligados por hierarquias. Do ponto de vista de sua natureza, há aquele que age, o que sofre a ação e, em torno deles, desenvolvem-se as circunstâncias. Do ponto de vista de sua importância, há os actantes principais (heróis e anti-heróis) e os actantes secundários (também chamados de satélites).

Além dessa distinção, Charaudeau (2008, p. 162) distingue *actante* de *personagem*. O primeiro é a forma não qualificada. Por exemplo, um actante com o papel narrativo de agente agressor pode desempenhar esse papel sob a roupagem de diferentes personagens – bandido, cúmplice, traidor etc. Assim, o *personagem* é a forma qualificada. Isso significa que um mesmo personagem pode desempenhar vários papéis narrativos. Essa distinção é explicitada na figura 4, a seguir.

Figura 4 - Actantes e personagens

Fonte - Criação da autora

Crédito da silhueta da pessoa: <https://www.pngwing.com/pt/free-png-zsw-jg>



Pela figura 4, fica claro que um mesmo personagem pode desempenhar vários papéis narrativos. Por exemplo, em uma trama, um filho pode atuar como agressor da mãe e, ao mesmo tempo, como aliado da namorada, em uma narrativa em que a mãe é contra o relacionamento do filho.

Charaudeau (2008, p. 162) propõe, assim, um questionário sobre os actantes narrativos que é reproduzido a seguir em forma de esquema. Vale ressaltar que o questionário proposto foi elaborado com base em arquétipos de actantes narrativos – o que se espera de um actante que age por agressão, ou por benefício, ou que é vítima e reage por fuga e assim por diante.

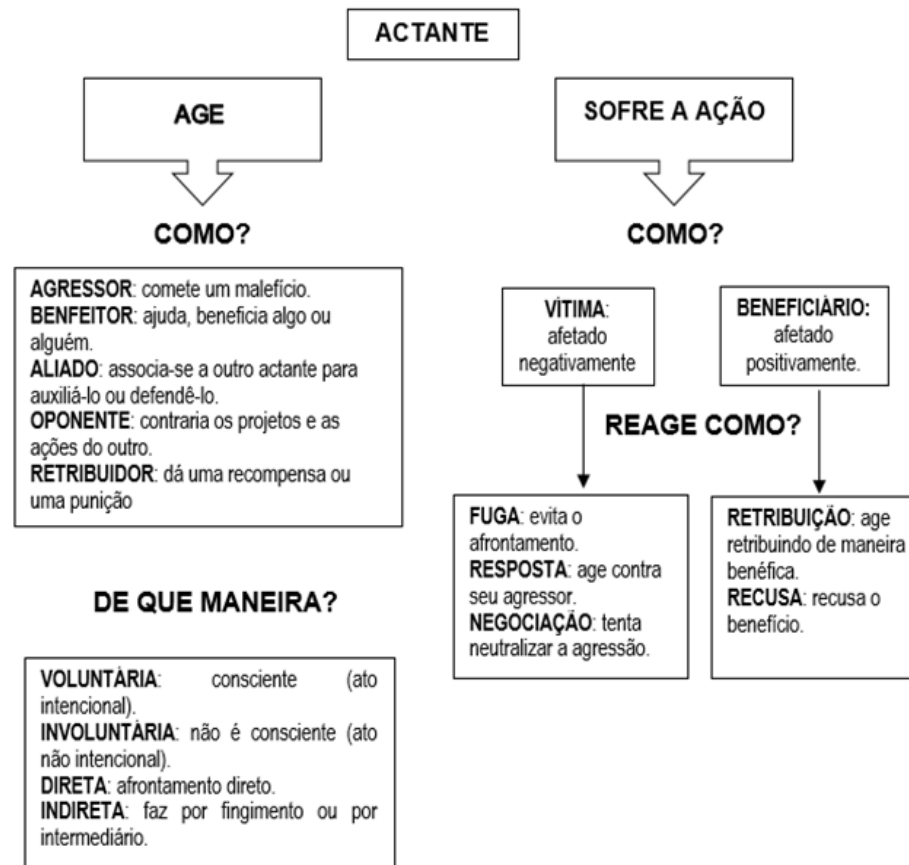
Em linhas gerais, arquétipo, conceito desenvolvido por Carl G. Jung, psiquiatra suíço e fundador da psicologia analítica, representa padrões de comportamento associados a um personagem ou a um papel social. Alguns “personagens” têm características percebidas de maneira semelhante pelos indivíduos de uma sociedade. Por exemplo, qual identidade social tem uma mãe, um juiz, um herói? O que se espera, socialmente, de indivíduos nessas posições? Para Jung (2014), os comportamentos esperados estão no inconsciente coletivo e, por isso, são percebidos de forma similar por todos. Jung dizia que os arquétipos são uma espécie de herança psicológica, ou seja, resultam das experiências dos seres humanos no enfrentamento das situações do dia a dia.

Trazendo esse conceito para a Semiologia, pode-se dizer que os arquétipos são construídos a partir de imaginários sociodiscursivos que, segundo Charaudeau (2006b, p. 207), “dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais”. Assim, com essa breve explanação teórica, pretende-se mostrar que uma narrativa produzida por um *eu-comunicante*, inserido em sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais, não é o acontecimento bruto, mas um evento enviesado por múltiplas subjetividades – no caso do corpus sob análise,

do fotógrafo, do jornalista, do editor e assim por diante. A legitimidade da *Veja* não está em apenas produzir e divulgar informações, mas também em atualizar a realidade. O pesquisador, então, que pretende analisar textos do domínio midiático precisa “observar a distância, para tentar compreender e explicar como funciona a máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar.” (Charaudeau, 2006a, p. 29).

Esquema 1 - Questionário sobre os actantes

Fonte - Criação da autora, a partir de Charaudeau (2008, p. 162-163)



Continuando, em relação aos tipos de qualificações, os actantes podem manifestar atributos positivos ou negativos. Charaudeau (2008, p. 163) cita como qualificações positivas o prestígio, a virtude, a força, a inteligência e a destreza e, como qualificações negativas, a desconsideração (má reputação), o vício (imoralidade, desonestidade), a pusilanimidade, a imbecilidade (estupidéz) e a inabilidade.

Ainda sobre os componentes da trama narrativa, o segundo componente são os processos que unem os actantes entre si, orientando funcionalmente suas ações. Dessa forma, “um processo narrativo pode ser realizado por diferentes tipos de ações. Por exemplo, o processo de **agressão** pode ser realizado por uma *ação física* (um murro, por exemplo), um *insulto*, um *comportamento de recusa* etc.” (Charaudeau, 2008, p. 164 – Grifos do autor). Da mesma forma, uma ação pode estar relacionada a vários processos narrativos. Charaudeau (2008) cita como exemplo uma narrativa em que “*um homem X manda um embrulho a um homem Y*”. Nessa narrativa, a ação de entregar o embrulho pode corresponder a um processo de agressão (o embrulho contém uma bomba), de recompensa (o embrulho contém um presente), de mentira (o embrulho é uma caixa vazia) etc.

Sobre os processos, Charaudeau (2008) afirma que nem todas as funções narrativas, na organização geral de uma história, estão em um mesmo plano, existindo uma hierarquização. Assim, pode haver uma função narrativa principal e uma secundária. A secundária não é menos importante que a principal, pelo contrário, é importante para preencher os espaços entre as articulações da história principal. Além da hierarquização, assim como os actantes, os processos narrativos podem também ser qualificados.

O terceiro e último componente da trama narrativa são as sequências que fazem parte dos processos. As sequências organizam-se por meio de quatro princípios: de *coerência*, de *intencionalidade*, de *encadeamento* e de *localização*, que serão detalhados a seguir.

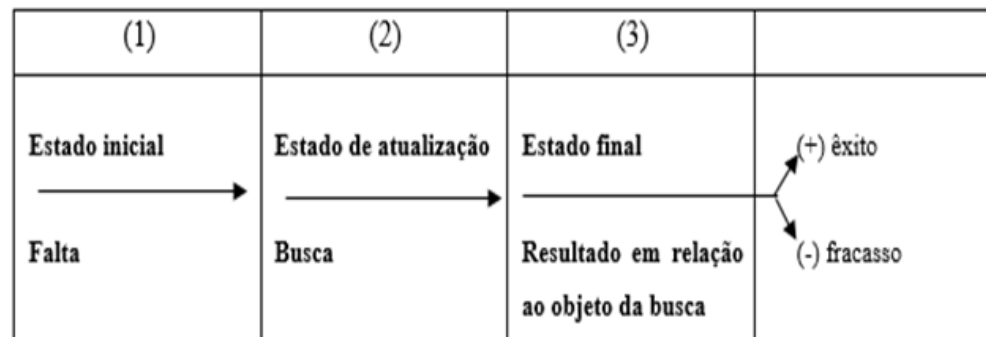
Pelo princípio da *coerência*, entende-se que algumas ações podem desempenhar um papel narrativo de *abertura*, ação sem antecedente, e outras de *fechamento*, ação sem consequência, que finaliza a conduta iniciada pela abertura. Assim, as ações não ocorrem de forma aleatória, mas seguem uma certa coerência, salvo quando a incoerência é o que dá sentido à própria história.

Já pelo princípio da *intencionalidade*, entende-se que todo fazer humano é intencional. Nesse sentido, além da coerência, as ações se inscrevem em um projeto humano, têm uma razão de ser, o que significa que são motivadas. Segundo Charaudeau (2008, p. 168), a intencionalidade é “a tomada de consciência mais ou menos clara, por um sujeito, de uma *situação de falta* na qual ele se acha, situação que vai desencadear o *desejo/projeto de preencher essa falta (a busca)*. No final da realização dessa busca, o sujeito-agente tem *êxito ou fracasso*.” [Grifos do autor]. Essa definição fica clara na tríade proposta por alguns semióticos, dentre eles, C. Brémont<sup>3</sup>, e reproduzida por Charaudeau (2008, p. 168), no quadro 1 a seguir:

3. In: Logique du récit. Paris: Le Seuil, 1973.

Quadro 1 - Princípio de Intencionalidade

Fonte - Charaudeau (2008, p. 168)



Em relação ao *corpus* desta pesquisa, em 5 de fevereiro de 2020<sup>4</sup>, a revista *Veja* publica a primeira capa sobre a Covid-19. Tudo ainda era muito desconhecido. Tão desconhecido que o meganarrador ousa dizer, no subtítulo, que “(...) o mundo está bem preparado para combater uma nova pandemia”, o que seria provado contrário nos meses subsequentes. Na capa seguinte sobre a pandemia, de 4 de março de 2020<sup>5</sup>, a *Veja*, na voz do meganarrador, volta a afirmar no subtítulo que “(...) o sistema de saúde do país está bem preparado para evitar um mal maior”.

Assim, seguindo a tríade de base do *princípio de intencionalidade*, a capa de fevereiro e a de março espelham um *estado inicial*, de total *falta* de informações a respeito do vírus que começava a assolar o mundo. Esse *estado inicial*, na narração, permite a *busca* de uma solução para o preenchimento da *falta*.

As capas produzidas nos meses seguintes, nos anos de 2020 e 2021, mostram a luta dos cientistas para descobrirem um antídoto contra o vírus causador da Covid-19, a disputa política em torno da pandemia, a corrida da mídia em busca de novas informações e o desespero da população ante uma situação jamais pensada.

Por exemplo, na capa de 1º de abril de 2020<sup>6</sup>, a revista dá destaque para a corrida dos laboratórios do mundo todo em busca da vacina e de tratamentos adequados para combater o coronavírus. A *Veja* diz que é uma corrida “bilionária” dos “melhores” laboratórios. Nessa edição, a revista também dá destaque às experiências consideradas bem-sucedidas de outros países para que as pessoas e a economia voltassem o mais rapidamente possível à normalidade.

Na capa seguinte, de 8 de abril de 2020<sup>7</sup>, a *Veja* destaca a ansiedade dos brasileiros que se indagavam em que momento poderiam voltar à normalidade. No subtítulo, a revista afirma que “as previsões mais otimistas indicam pelo menos mais um mês de quarentena – desde que todo mundo faça sua parte, agora, e fique em casa.” Tudo era tão novo que ninguém imaginava que a quarentena fosse se estender por tanto tempo.

4. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2672/>. Acesso em maio de 2022.

5. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2676/>. Acesso em maio de 2022.

6. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2680/>. Acesso em maio de 2022.

7. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2681/>. Acesso em maio de 2022.

8. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2686/>. Acesso em maio de 2022.

9. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2710/>. Acesso em maio de 2022.

10. Sobre a polêmica política em torno da compra da vacina CoronaVac, recomenda-se a leitura de: “Por que Doria e Bolsonaro brigam pela CORONAVAC”, na Época on-line (Disponível em < <https://epoca.globo.com/sociedade/por-que-doria-bolsonaro-brigam-pela-coronavac-24707493>>. Acesso em 10 de maio de 2020; “Como disputa entre Bolsonaro e Doria pode atrasar vacina contra covid-19”, na BBC NEWS on-line (Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54639750>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

11. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/como-a-vacina-contra-a-covid-19-entrou-na-queda-de-braco-da-politica/>. Acesso em maio de 2022.

12. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2728/>. Acesso em maio de 2022.

Na edição de 13 de maio de 2020<sup>8</sup>, a *Veja* afirma que “falta de consenso entre as autoridades, pressões econômicas e comportamentos de risco de parte da população transformam o isolamento social numa bagunça”. O título em destaque na capa chama a atenção para a “quarentena em descompasso”.

Na edição de 28 de outubro de 2020<sup>9</sup>, a *Veja* destaca as vacinas que estavam na fase 3 de teste, dentre elas, a CoronaVac, e a necessidade de se firmar acordos com os laboratórios para garantir a compra das doses assim que os testes fossem concluídos e as vacinas autorizadas. Como a primeira remessa da vacina CoronaVac produzida pelo laboratório chinês Sinovac seria entregue ao Instituto Butantan em São Paulo e depois produzida pelo próprio Instituto a partir de matéria-prima vinda da China, falou-se em Doria, governador do estado de São Paulo à época, usar a compra da vacina para ganhar votos em uma possível candidatura à presidência em 2022.<sup>10</sup>

Assim, na edição de outubro, o destaque é dado às constantes crises entre dois administradores à época - Presidente da República Jair Bolsonaro e o governador do Estado de São Paulo João Doria. Segundo a revista, o então “Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, comprometeu-se a investir 1,9 bilhão de reais na CoronaVac para distribuí-la pelo SUS. (...) Em menos de 24 horas, acabou desautorizado por Bolsonaro. ‘Não compraremos a vacina da China’, afirmou o presidente nas redes sociais.” (Veja, 28/10/2020, p. 29)<sup>11</sup>.

Já na edição de 10 de março de 2021<sup>12</sup>, a *Veja* diz que “ouviu especialistas e analisou as experiências bem-sucedidas de outros países. No cenário mais otimista, com a entrega das doses compradas e o aumento do ritmo da vacinação, os números de mortes e casos cairão ainda neste semestre.”

É importante salientar que a história da Covid-19 narrada nas capas da *Veja* apresenta um

*estado inicial (falta)*, um *estado de atualização (busca)* e um *estado final* que dará conta de fechar ou não todas as informações a respeito da pandemia. No entanto, como já visto, é possível que uma narrativa apresente uma sequência principal de fatos e uma ou outras sequências secundárias. Essas sequências secundárias, normalmente, também apresentam os três estágios do princípio da intencionalidade. Assim, dentro da macro-história da pandemia da Covid-19, há outras histórias secundárias, mas não menos importantes, por exemplo a busca pela descoberta de uma vacina contra o vírus, como se observa nas capas ao lado.



Figura 5 - A pandemia de Covid-19 nas capas da *Veja*

Fonte - Criação da autora

Além dessa história, as capas dos anos de 2020 e 2021 narraram outros embates, como a disputa política em torno da pandemia, a luta pelo início da imunização no Brasil, a grande dificuldade em fazer o isolamento social, a crise econômica decorrente da pandemia, a falta de leitos hospitalares para atender a demanda da Covid-19, o número cada vez crescente de mortes e assim por diante. Essas micronarrativas preenchem os espaços da macro-história - a busca pelo controle total da pandemia e quiçá da erradicação do vírus no Brasil e no mundo.

Assim, na macrossequência da história da pandemia do coronavírus, encontram-se encaixadas várias microssequências que correspondem, cada uma, a um projeto particular, a uma situação nova, mas todas incluídas no mesmo projeto da macro-história.

Dando continuidade aos princípios que organizam as sequências - de *coerência*, de *intencionalidade*, de *encadeamento* e de *localização*, o princípio de *encadeamento* combinado com o de *intencionalidade* pode determinar quatro tipos de encadeamento - de *sucessão*, de *paralelismo*, de *simetria* e de *encaixe*. Charaudeau (2008, p. 170-171) define esses tipos de encadeamento do seguinte modo:

*sucessão*: as sequências sucedem-se de maneira linear e consecutiva, cada uma constituindo o motivo que engendra a seguinte.

(...)

*paralelismo*: as sequências, cada uma delas regida por um actante-agente diferente, desenvolvem-se de maneira autônoma, sem que se liguem entre si por um elo de causa e efeito (o que lhes permite cruzarem-se num determinado momento, ou convergirem em seu ponto terminal). (...)

*simetria*: duas sequências, cada uma regida por um actante-agente diferente, desenvolvem-se de tal modo que a realização positiva de uma (*processo de melhoramento*) acarreta simultaneamente a realização negativa da outra (*processo de degradação*).

(...)

*encaixe*: micro-sequências podem estar incluídas no interior de uma sequência mais ampla para detalhar certos aspectos desta. [*sic*]

(...)

Nas capas da *Veja* do biênio 2020 - 2021 sobre a pandemia do coronavírus, as sequências *su-cedem-se* de maneira linear e consecutiva – primeiro, o aparecimento do coronavírus na Ásia; depois, os primeiros casos da Covid-19 no Brasil; logo em seguida, para frear a propagação do vírus, muitos governadores adotaram o isolamento social, indo contra o governo federal e provocando uma crise econômica. No entanto, na macro-história, há também microssequências *paralelas*, como a corrida de vários laboratórios em busca de uma vacina contra a Covid-19 ao mesmo tempo em que lideranças políticas anunciavam algumas medidas para conter a propagação do vírus; microssequências *simétricas*, como alguns governadores afrouxaram as medidas de isolamento social, a população se aglomerou e, por consequência, aumentaram os casos da Covid-19, de pessoas hospitalizadas e de mortes; e, por último, microssequências do tipo *encaixe*, como algumas capas que visaram a esclarecer sobre alguns fatos relacionados à pandemia - os estágios de desenvolvimento das vacinas, a volta às aulas presenciais nas escolas, por exemplo.

O quarto e último princípio de organização lógica das sequências narrativas é o de *localização*. Esse princípio fornece pontos de referência à organização da trama narrativa quanto à *localização* da sequência no espaço, à *situação* da sequência no tempo e à *caracterização* dos actantes. Charaudeau (2008) chama a atenção para o fato de que a caracterização, normalmente, é função do modo descritivo. No entanto, na narração, “é considerada em suas incidências diretas sobre o *princípio de intencionalidade*.” (p. 172) De forma mais detalhada,

A caracterização permite, com efeito, precisar a Falta e a Busca, definindo relações de força entre os actantes em confronto (forte/fraco), tipos de motivação (ato voluntário/involuntário) e tudo o que cerca a lógica da ação, o que se chama tradicionalmente de sentimentos, atmosfera, clima, etc. (Charaudeau, 2008, p. 172).

Por exemplo, na capa de 22 de abril de 2020 (figura 6, a seguir), cujo título é “Quem manda sou eu”, a *Veja* traz como assunto principal a demissão do Ministro da Saúde Luiz Henrique

13. Cf. <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/25/o-que-e-o-isolamento-vertical-que-bolsonaro-quer-e-por-que-especialistas-temem-que-cause-mais-mortes.ghtml>> Acesso em 15 de maio de 2021.

Figura 6 - Capa da *Veja*, de 22/04/2020

Fonte - <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2683/>

Mandetta pelo presidente Jair Bolsonaro. O Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta sempre foi a favor do isolamento social como uma forma de conter a propagação do coronavírus e, conseqüentemente, proteger as pessoas. No entanto, pensando mais na questão econômica, o presidente à época, Jair Bolsonaro, sempre foi contra o isolamento total da população e a favor do isolamento vertical, ou seja, isolar apenas as pessoas com mais idade.<sup>13</sup>



Assim, pensando no *princípio de localização*, na figura 6, o fato acontece no Brasil, durante o período da pandemia, no ano de 2020. Mesmo sem ver a data da publicação, se o leitor estiver informado a respeito dos fatos ligados diretamente à crise sanitária provocada pelo coronavírus relacionará a edição ao início da pandemia, época em que o Ministério da Saúde estava sob o comando do Luiz Henrique Mandetta.

Ainda pensando no *princípio de localização*, o título “Quem manda sou eu”, relacionado à imagem do presidente Jair Bolsonaro, que segura uma caneta Compactor<sup>14</sup>, considerada símbolo de austeridade e de simplicidade do governo, caracteriza o ser como alguém que tem poder para tomar decisões e o faz de forma voluntária. Nesse sentido, a demissão do ministro foi um ato voluntário do presidente, uma forma de mostrar força, o que acabou gerando descontentamento na população.<sup>15</sup>

Dando continuidade ao estudo, serão descritos agora os procedimentos de configuração da lógica narrativa. Segundo Charaudeau (2008, p. 175), “a *configuração narrativa*, (...), leva em conta especificidades semânticas que vêm preencher os arquétipos da trama narrativa para convertê-la em uma verdadeira *história contada*, a qual será sempre singular.” [Grifos do autor]. Nos procedimentos de configuração da lógica narrativa estão os procedimentos ligados à motivação intencional, à cronologia, ao ritmo e à localização espaço-temporal.

De acordo com Charaudeau (2008, p. 176), os procedimentos ligados à motivação intencional

incidem sobre os *princípios de coerência e de intencionalidade* (...). Consistem em atribuir ao agente de uma sequência narrativa uma intenção de agir (*agente voluntário*) ou, ao contrário, uma ausência de intenção (*agente não voluntário*), caso em que pode agir sob a influência (*manipulação*) de um outro agente que poderá ser humano (*manipulação humana*) ou não humano, quando este último é dotado de um poder tal que possa influenciar o actante em questão, sem que este o saiba (*manipulação sobrenatural*).

14. No início do governo, o presidente Jair Bolsonaro fazia questão de afirmar que usava a caneta da marca Bic, o que passou a ser visto como símbolo de austeridade e de simplicidade. No entanto, no dia 29 de agosto de 2019, o presidente Jair Bolsonaro disse que não usaria mais a caneta “Bic” para assinar atos de governo porque era uma marca francesa. Ele usaria a partir daquele dia a marca brasileira Compactor. Para ler mais, consultar <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-adota-caneta-brasileira-e-deixa-de-usar-bic-por-ser-francesa-30082019>, acesso em 14 de maio de 2021 e < <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-adota-caneta-compacto-para-atos-do-governo-bic-francesa-1-23916593>>, acesso em 14 de maio de 2021.

15. Cf. < <https://oglobo.globo.com/brasil/demissao-de-mandetta-reprovada-por-64-dos-brasileiros-apon-ta-datafolha-24379996>>; < <https://exame.com/brasil/mandetta-e-ministro-mais-popular-do-governo-76-rejeitam-sua-demissao/>>. Acesso em 15 de maio de 2021.

No *corpus* sob análise, em alguns momentos, houve vários agentes voluntários, como o Presidente da República, o Ministro da Saúde, os profissionais da saúde, a população. Por exemplo, na capa de 22 de abril de 2020 (Figura 6), o presidente da república Jair Bolsonaro foi representado, enquadrado como agente voluntário, responsável pela demissão do Ministro da Saúde. Da mesma forma, os governadores foram agentes voluntários quando impuseram decretos de isolamento social à população. No entanto, em outros momentos, o agente voluntário passou a não voluntário quando realizou uma ação de forma consciente, mas impelido pelo poder de um outro agente humano (manipulação humana). Um governador pode ser a favor do isolamento social, mas ser obrigado pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Presidente da República a afrouxar determinadas normas de isolamento social.

A manipulação também pode ser exercida por “um outro actante *não humano* que representa *forças naturais* que não se podem apreender nem localizar de modo preciso: *destino, fatalidade, acaso, pressão social, malignidade do diabo, punição divina*, etc.” (Charaudeau, 2008, p. 177), como na capa de 20 de maio de 2020<sup>16</sup>, cujo título é “Amarga realidade” e subtítulo: “Prestes a atingir 15 000 mortes, a Covid-19 começa a provocar cenas de terror nos hospitais públicos de todo o Brasil. Como chegamos até aqui e as soluções para mitigar os números da tragédia.”, em que o actante não é humano - o vírus da Covid-19 que provocava uma tragédia no mundo todo.

As ações realizadas pelos agentes podem desenrolar-se de forma contínua ou não. Nesse sentido, os procedimentos ligados à cronologia obedecem ao *princípio de encadeamento*. “Consistem em agir sobre a ordem e as relações de causalidade das sequências entre si.” (Charaudeau, 2008, p. 179). Se as sequências de ações se desenvolvem de forma contínua, tem-se a cronologia contínua em progressão; se desenvolvem-se de forma invertida, tem-se a *cronologia contínua em inversão*. Pode também ocorrer o contrário, com as ações desenvolvendo-se de

16. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2687/>. Acesso em maio de 2022.

maneira descontínua. Nesse caso, a sucessão das sequências pode ser interrompida por uma descrição (*cronologia descontínua em expectativa*) ou pelo desenvolvimento de uma outra série de sequências (*cronologia descontínua em alternância*).

Na narrativa da pandemia da Covid-19 contada nas capas da revista *Veja* nos anos de 2020 e 2021, em alguns momentos, a sequência narrativa é interrompida em seu desenrolar para permitir uma descrição, um detalhamento de algum episódio ou ser e, em outros momentos, a sequência é interrompida por uma outra sequência que se desenvolve paralelamente por meio de um outro agente. Assim, pode-se afirmar que o encadeamento é predominantemente descontínuo, já que uma capa não retrata necessariamente a causa da capa seguinte, como se as ações se desenvolvessem sob a dependência de um mesmo agente e de forma progressiva, sem interrupções.

Além dos procedimentos ligados à cronologia, os ligados ao *ritmo* também obedecem ao *princípio de encadeamento*, já que a sucessão das ações pode se desenrolar “ora rapidamente, ora lentamente, ora de forma condensada, ora de forma alongada”. (Charaudeau, 2008, p. 181), influenciando diretamente no encadeamento das ações. Como o próprio nome indica, o *ritmo condensado* é produzido quando a sucessão de acontecimentos é breve, ou seja, os fatos são relatados de forma resumida. O ritmo em que se verificam *saltos no tempo*, que Charaudeau (2008, p. 181) chama de *elipse*, é uma forma de condensação da narrativa. O oposto da *condensação* é a *expansão*, esta produzida

por meio de uma *interrupção narrativa*, quando um desenvolvimento sequencial se detém, immobilizando (provisoriamente) o ritmo narrativo e dando lugar a uma descrição, ou a uma sucessão encaixada de ações breves e rápidas, com o objetivo de produzir um efeito de *cena*, de *atmosfera*, de *detalhe*. (Charaudeau, 2008, p. 181).

17. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2719/>. Acesso em maio de 2022.

18. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2725/>. Acesso em maio de 2022.

No *corpus*, a capa de 30 de dezembro de 2020<sup>17</sup>, com o título: “2020 já vai tarde”, é a porta de entrada da edição que traz uma espécie de resumo da pandemia no ano de 2020. Nesse caso, pode-se dizer que, por trazer uma espécie de retrospectiva da pandemia, o ritmo da narrativa é *condensado*.

Pode-se exemplificar o *ritmo em expansão* com a capa de 17 de fevereiro de 2021<sup>18</sup>, em que a *Veja* dedica a reportagem principal da edição sobre a Covid-19 à vacinação em Israel. A narrativa da pandemia do Brasil é interrompida para dar lugar, nessa capa, à experiência da vacinação em outro país, como se lê no subtítulo da edição: “Com empenho do governo e planejamento, Israel avança rapidamente para a imunização de toda a sua população adulta, vira exemplo mundial no combate à pandemia e, aos poucos, inicia uma volta à normalidade.” Nesse sentido, ao se analisar todas as capas em conjunto, percebe-se um congelamento provisório da narrativa da pandemia no Brasil para detalhar uma ação bem sucedida em outro país e que poderia servir de exemplo aqui.

Por fim, os *procedimentos ligados à localização espaço-temporal* dependem do *princípio de localização*. Se as ações são situadas no passado, produzem *efeitos de ficção histórica*. Agora, se as ações são situadas no presente, produzem *efeitos de ficção autobiográfica* ou de *atualidade*. Em relação à localização, as ações podem se desenrolar em um espaço aberto ou em um espaço fechado. Além disso, podem acontecer deslocamentos ou não nos espaços.

Nas capas da *Veja*, predomina o tempo presente, o que produz efeito de atualidade. Os fatos já aconteceram, no entanto, o tempo verbal predominante no título e no subtítulo das capas é o presente do modo indicativo, pois

a noção de atualidade é de importância central no contrato midiático, tanto que se pode dizer que é ela que guia as escolhas temáticas. Isso explica duas características essenciais do discurso de informação midiático: sua *efemeridade* e a sua *a-historicidade*.

(...) Com efeito, a notícia só tem licença para aparecer nos organismos de informação enquanto estiver inscrita numa atualidade que se renova pelo acréscimo de pelo menos um elemento novo; além do mais, é preciso que esse elemento novo seja portador de uma forte carga de inesperado para evitar o que as mídias mais temem – e que depende da representação que têm a respeito -, a saber: a *saturação*. (...) (Charaudeau, 2006a, p. 133-134).

Assim, pelo exposto, informação antiga não capta o leitor. O(s) fato(s) semiotizado(s) na capa e dentro da revista precisam parecer atuais, a-históricos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como os títulos da capa da *Veja* são, normalmente, nominais e curtos, a narração, de forma prototípica, não é recorrente. No entanto, ao se considerar a sequência de capas que foram publicadas ao longo dos anos 2020 e 2021 sobre a Covid-19, consegue-se reconstruir uma história. Assim, quando coloca em cena um *eu-enunciador meganarrador* que tenta “vender” uma representação tida como “fiel” de uma história real, a *Veja* procura legitimar-se como uma revista séria, comprometida com a verdade dos fatos. Constrói, dessa forma, um *ethos* de uma revista a serviço do cidadão, na tentativa de conquistar leitores que desejam ler sobre os fatos da semana a partir de fontes confiáveis. A verbo-visualidade presente nas capas mostra as escolhas daquele que comanda o processo de semiotização de mundo.

Nos anos de 2020 e 2021, a *Veja* publicou 103 edições, das quais 45,3% (44 capas) trouxeram a pandemia como tema principal na capa, pois era o assunto do momento. Esse dado confirma a nossa hipótese de que as capas da *Veja* funcionam como uma espécie de “espelho social” e põem em evidência determinadas escolhas. De forma mais explícita, o eu-comunicante, ao mesmo tempo que coloca em cena um projeto de escrita que visa a uma demanda social, também atende aos objetivos do veículo de comunicação que precisa sobreviver no mercado midiático e, para isso, escolhe o que deve ganhar destaque e de que forma. Nesse sentido, a

escolha da imagem da capa, do título e do subtítulo, da tipografia, das cores, por exemplo, é feita pelo eu-comunicante compósito para produzir diferentes sentidos.

Percebe-se, assim, ao longo das análises que os sujeitos EUc e EUe podem adotar ou não uma postura mais “neutra”, apresentando uma identidade discursiva mais próxima de um historiador que apenas relata o fato. No entanto, tudo é uma questão de escolha, tendo em vista que os veículos de comunicação, de forma geral, estão atentos ao que seria melhor em termos de estratégia para captar a atenção do leitor. De forma mais específica, quando se considera que tudo é uma questão de escolha e que todo ato comunicativo tem o objetivo de “agir sobre o outro” e carrega em si uma intencionalidade, como aponta Charaudeau (2008), pode-se, então, concluir que todo texto também apresenta uma espécie de dimensão argumentativa (Amossy, 2018). Segundo a especialista em Análise do Discurso,

o uso da palavra está, necessariamente, ligado à questão da eficácia. Visando a uma multidão indistinta, a um grupo definido ou a um auditório privilegiado, o discurso procura sempre produzir um impacto sobre seu público. Esforça-se, frequentemente, para fazê-lo aderir a uma tese: ele possui, então, uma *visada* argumentativa. Mas o discurso também pode, mais modestamente, procurar modificar a orientação dos modos de ver e de sentir: nesse caso, ele possui uma *dimensão* argumentativa. (p. 7)

Assim, de acordo com Amossy (2018), há textos que visam explicitamente agir sobre o interlocutor, fazê-lo aderir a uma determinada ideia. No entanto, há outros também que não visam intencionalmente e diretamente influenciar o interlocutor, mas, de alguma maneira, orientam o olhar, direcionando a compreensão a respeito de fatos do mundo:

(...) Uma defesa no tribunal tem uma nítida visada argumentativa: seu objetivo principal é fazer admitir a inocência do acusado cujo advogado tem por tarefa defendê-lo, ou apresentar circunstâncias atenuantes que diminuirão sua pena. Uma descrição jornalística ou romanesca, entretanto, terá mais uma dimensão do que uma finalidade argumentativa. Ela aparece muitas vezes como uma simples tentativa de apresentar uma dimensão do real; não deseja provar, e às vezes se proíbe de fazê-lo. Confuso, não pode deixar de orientar o olhar e de conferir à paisagem ou ao personagem, que toma como tema, uma coloração e um sentido particulares. (...) (p. 44)

Nas capas da *Veja* apresentadas neste trabalho, apesar de a argumentação prototípica não ser predominante, percebe-se a dimensão argumentativa. A *Veja* procurou não apenas noticiar o fato, mas levar o interlocutor a crer que a situação pela qual passava o Brasil e o mundo era “amarga” (“Amarga realidade”, *Veja*, 20/05/2020), causava “medo” (“O vírus do medo”, *Veja*, 05/02/2020), envolvia disputa política (“Ele é um irresponsável”, *Veja*, 18/11/2020) e assim por diante.

Nesse sentido, fica claro que “a argumentação não participa somente dos textos que tentam fazer aceitar uma tese bem definida, mas também daqueles que levam a compartilhar um ponto de vista sobre o real, reforçando valores, orientando a reflexão.” (Amossy, 2018, p. 46). Em decorrência do limite deste artigo e do objetivo principal, a relação entre modos de organização do discurso e escolhas argumentativas será melhor desenvolvida em trabalhos futuros. Por ora, o que fica como conclusão é que a instância midiática, por meio da reprodução/interpretação de parcelas do real, não está apenas narrando um fato/um saber para quem se presume não ter, mas orientando a leitura do TU-interpretante para os sentidos que se quer enfatizar.

ARTIGO RECEBIDO A  
28/02/2024  
ARTIGO APROVADO A  
03/05/2024

#### REFERÊNCIAS

- Amossy, R. (2018). *A argumentação no discurso*. (Eduardo Lopes Piris, Moisés Olímpio-Ferreira et al. Trad.). Contexto.
- Charaudeau, P. (2008). *Linguagem e discurso: modos de organização*. (Ângela M. S. Corrêa; Ida Lúcia Machado, Coord. da equipe de trad.). Contexto.
- \_\_\_\_\_(2006a). *Discurso das mídias*. (Angela M. S. Corrêa Trad.) Contexto.
- \_\_\_\_\_(2006b). *Discurso político*. (Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz Trad.) Contexto.
- \_\_\_\_\_(2005). Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: Pauliukonis, Maria Aparecida Lino; Gavazzi, Sigrid. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. (Angela M. S. Corrêa Trad., p. 11-27). Lucerna.
- \_\_\_\_\_(2004). Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: Machado, Ida Lucia; Mello, Renato de. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. (p. 13-41) NAD / FALE / UFMG.
- \_\_\_\_\_(2001). Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: Mari, Hugo et alli. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. (Ida Lúcia Machado, Renato de Mello e Williane Viriato Rolim Trad., p. 23-37) Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG.
- \_\_\_\_\_(1992). *Grammaire du sens et de l'expression*. Hachette.
- Jung, C. G. (2014). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. (11. ed.) Vozes.
- Marchon, A. H.; Rebello, I. da S.; Gouvêa, L. H. M. & Pauliukonis, M. A. L. (2022) Do texto impresso ao digital: a patemização em capas da Veja sobre a pandemia de COVID-19. In: *Revista Investigações*, Recife, v. 35, n. especial - Linguística de Texto e Análise da Conversação: perspectivas para as Tecnologias digitais -, p. 1 – 32.
- Marcuschi, L. A. (2008). *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. Parábola Editorial.



## A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais

### The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media

**SANTANA, CREMILTON DE SOUZA**  
niltoncte@hotmail.com

Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Brasil)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8507-9958>

**CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA**  
gcortes@uesb.edu.br

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil (2015)  
Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Brasil)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6597-6192>

**PALAVRAS-CHAVE:**  
Discurso digital;  
Memória e acontecimento discursivo;  
Sujeito mulher policial;  
Discurso machista.

**RESUMO:** Neste estudo, objetivamos investigar a emergência do sujeito mulher nas carreiras policiais e da Marinha do Brasil como acontecimento discursivo e os efeitos dessa trama nas redes midiáticas digitais. Para tanto, ancoramo-nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD) de perspectiva pecheuxtiana. Para os movimentos analíticos, construímos o *corpus* discursivo, com três sequências discursivas (SD), a partir de um arquivo de materialidades digitais, sendo uma coletada da rede social *Facebook*, uma no *site* Defesa em Foco e a outra no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A coleta dos dados se deu pela captura de tela usando o aplicativo *Light-shot*. Os resultados mostram que, embora ainda funcione atravessamentos discursivos da ideologia machista, sob o jogo de forças da memória, a emergência do sujeito mulher policial, no Brasil, configura-se como um acontecimento discursivo, já que instaura a perturbação e a desregularização da memória do discurso machista e militar, posto que a mulher policial passa a ocupar um espaço antes reservado somente a homens. Além disso, ao ocupar o espaço das redes sociais e digitais, a mulher policial ganha visibilidade com uma posição-sujeito de resistência ao discurso machista.

**KEY-WORDS:**  
Digital Discourse;  
Memory and Discursive Event;  
Woman Police Subject;  
Sexist Discourse.

**ABSTRACT:** This study aims to investigate the emergence of women in police careers and the Brazilian Navy as a discursive event and the effects of this dynamic in digital media networks. For this, we are anchored in the theoretical assumptions of Discourse Analysis (DA) from a Pêcheux perspective. For the analytical movements, we constructed a discursive corpus with three discursive sequences (DS) from a digital materialities archive: one collected from the social network Face-

book, one from the website Defesa em Foco, and another from the São Paulo State Legislative Assembly website. Data collection was performed using the Lightshot screenshot application. The results show that although machismo ideological discourses still intersect, under the play of memory forces, the emergence of women in police roles in Brazil is configured as a discursive event. This is because it instigates disruption and deregulation of the machismo and military discourse memory, as women police officers begin to occupy a space previously reserved only for men. Furthermore, by occupying the space of social and digital networks, women police officers gain visibility with a subject-position of resistance to machismo discourse.

## INTRODUÇÃO

Historicamente, o sujeito mulher – como também o seu lugar social – foi afetado pelo imaginário feminino de “sexo frágil”, processo que produziu efeitos de (de)limitação do espaço da mulher, impondo também restrições às suas atividades profissionais. Assim, o discurso machista determina sentidos de que o homem sempre pôde e pode desfrutar de ampla liberdade em seu espaço, pelo efeito do imaginário da força e da suposta superioridade masculina. Nesse cenário, faz ecoar a imagem do feminino voltada para o cuidado e a afetividade, bem como ao “dever de maternidade, que completa sua feminilidade” conforme elucida Perrot (2019, p. 47).

Segundo Pêcheux (2014b [1969], p. 82), “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” No entanto, as mulheres, ao longo do tempo, resistiram e resistem a tais discursos em meio a embates históricos e movimentos contra a dominação masculina.

No que tange à emergência da mulher na polícia brasileira, Soares e Musumeci (2005) asseveram que, sua inserção aconteceu, primeiramente, no estado de São Paulo, em maio de 1955, com o corpo feminino de guardas civis. As autoras acrescentam que, nos demais estados do Brasil, o ingresso feminino nas carreiras militares aconteceu no final dos anos 1970, principalmente no início dos anos 1980. Para tanto, a missão do policiamento feminino era de caráter assistencialista, ou seja, para lidar com crianças abandonadas, menores infratores, idosos e com outras mulheres, pois a polícia masculina, alicerçada nos pilares da repressão, estava tendo dificuldades em atuar com esses públicos.

Convém ressaltar que a polícia brasileira é apresentada no art.º 144 da Constituição Federal do Brasil (CF), de 1988, em várias divisões, a exemplo, a militar, federal, rodoviária, entre

outras. É, dessa forma, descrita na CF como órgão responsável pela segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidades de todos para a manutenção da ordem pública. Aliado a isso, Costa (2014, p. 101) argumenta que “a história da instituição policial está ligada à história da formação das cidades”, remetendo, portanto, à noção de que a emergência da polícia na esfera social teve como objetivo principal a conservação da disciplina e da lei nas relações cotidianas da vida em sociedade.

Nessa conjuntura, surge, na atualidade, o contradiscurso com o dito “**lugar de mulher é onde ela quiser**”, com larga circulação nas mídias digitais e redes sociais. Assim, a mulher passou a ocupar espaços antes restritos a elas e considerados apenas masculinos, como as carreiras policiais e da Marinha do Brasil. Nesse cenário histórico, percebe-se que as mulheres precisaram lutar contra a suposta superioridade masculina, a fim de ocuparem espaços fora do ambiente doméstico e conquistarem lugares sociais antes restritamente exercidos pelos homens, como é o caso daqueles pertencentes às carreiras militares.

Desse modo, a movimentação do sujeito é determinada por práticas discursivas instauradas em uma conjuntura social dada, como endossam Grigoletto e De Nardi (2013), ao pontuarem que os lugares sociais assumidos pelos sujeitos, em uma sociedade, já são determinados por condições histórico-ideológicas específicas. Assim, o sujeito discursivo sofre determinações ideológicas do espaço social ocupado. Todavia, as autoras ressaltam que, esses lugares, mais fixos quando se manifestam de forma empírica, podem sofrer deslocamentos e atualizações ao serem incorporados no processo discursivo.

Tais premissas histórico-ideológicas, no que tange, em especial, ao lugar social destinado às mulheres, estão pautadas no modelo social do século XIX, advindas da formação discursiva (FD) patriarcal, conforme aponta Dombkowitz (2017), considerando que era negada às

mulheres a participação em cursos profissionalizantes, assim como técnicos e universitários. A autora demarca dois pontos históricos que delimitavam os lugares sociais que as mulheres podiam ocupar com e sem formação profissional no século XIX, como postos a seguir:

A formação profissional permitida às mulheres com acesso à formação era de: professora primária e enfermeira. As mulheres sem acesso à formação estavam destinadas a desempenhar funções de: operárias, domésticas, costureiras, lavadeiras, passadeiras, datilógrafas, telefonistas, dentre outras. As mulheres foram reservadas apenas as funções de assistência, nunca de direção e de chefia, cargos estes ocupados majoritariamente por homens, uma vez que a vocação primária das mulheres era a de ser mãe-esposa-dona-de-casa. Ainda na contemporaneidade, este modelo social permanece enraizado nos mais diversos campos sociais, regendo a vida das mulheres. (Dombkowitsch, 2017, p. 103).

Em consequência disso, os lugares ocupados pelas mulheres são tradicionalmente associados ao imaginário feminino, considerando-as aptas para as funções do cuidado, humanidade e delicadeza, entre outras. Tal imaginário sofre determinações ideológicas da formação discursiva machista. Contudo, sob o jogo de forças da memória, instauram-se a equivocidade e a resistência a esses sentidos, e a mulher busca conquistar seu espaço em lugares que antes lhes foram negados histórica e socialmente.

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nessa conjuntura da construção histórica do imaginário feminino, pretendemos neste artigo, especificamente, analisar discursivamente a emergência da mulher na polícia como acontecimento discursivo, considerando o conjunto de funções atribuídas à mulher enquanto sujeito simbólico e histórico-discursivo, em funcionamento nas mídias e redes digitais. Para tanto, respaldamo-nos, teoricamente, nos escopos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso (AD) de filiação pecheuxtiana. Especificamente, mobilizamos as noções conceituais de acontecimento discursivo, interdiscurso e memória discursiva, formações imaginárias<sup>1</sup>, formação discursiva e posição-sujeito.

1. Na introdução já mencionamos a noção de formações imaginárias a partir de Pêcheux. Todavia, o conceito sobredito será retomado com mais afinco na seção de análise.

A noção de acontecimento discursivo corresponde a um dos eixos centrais dos estudos desenvolvidos por Michel Pêcheux (2020), o qual afirma que sempre haverá um jogo de força da memória que busca manter a regularização de uma estrutura já pré-existente. Entretanto, o jogo de força também visa desregular e perturbar a rede dos pré-construídos sob o efeito do interdiscurso. Nossa hipótese é a de que a emergência do sujeito mulher policial, na polícia e na Marinha brasileira, produz uma desregulação nas redes de sentido da memória discursiva machista e militarista, instaurando a perturbação dos pré-construídos inscritos no interdiscurso. Conforme Pêcheux (2014a, p. 158), o pré-construído é da ordem do “que todo mundo sabe”.

Da mesma forma que o acontecimento discursivo, a concepção de posição-sujeito também funciona indissociavelmente dos pré-construídos e das formações discursivas (FD). Para Pêcheux (2014a, p. 160), a tomada de posição não pode ser considerada como um “ato originário” do sujeito-falante; em vez disso, deve considerá-la como o resultado da determinação do funcionamento do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da “exterioridade” do real ideológico-discursivo, na medida em que ela “se volta sobre si mesma” para se atravessar.

Courtine (2014) elucida que uma posição de sujeito é concebida como uma relação específica que é estabelecida em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma determinada FD. Ele acrescenta que essa relação é caracterizada como uma relação de identificação, com modalidades diversas e produzem distintos efeitos-sujeito no discurso inscrito no interior de uma conjuntura social dada. Ainda para o autor sobredito, descrever as várias posições de sujeito inscritas em uma FD está intrinsecamente relacionada com o domínio de descrição da forma-sujeito.

À luz dessa narrativa, uma posição-sujeito é entendida “como um constructo teórico, representando, no processo discursivo, os ‘lugares’ ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma

formação social”, conforme assevera Cazarin (2005, p. 4). Em outros termos, os sujeitos se constituem a partir da identificação com os saberes de uma dada FD, sob o jogo de relações com a memória e com a ideologia.

Considerando o exposto, as concepções conceituais apresentadas neste estudo estão intrinsecamente interligadas e serão mobilizadas nas dinâmicas que envolvem a análise entre descrição e interpretação. Desse modo, buscamos analisar as formações discursivas inscritas no *corpus*, as quais determinam “aquilo que, numa formação ideológica dada [...] determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*.” (Pêcheux, 2014a, p. 147, *grifos do autor*).

Em consequência disso, a memória, na AD, funciona sempre em movimento no jogo das relações de força, considerando que, conforme Pêcheux (2020, p. 53), a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...] um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

Nesse cenário, a memória é dinâmica e move-se constantemente de acordo com as determinações históricas e ideológicas, considerando as relações de força e os conflitos para a constituição dos sujeitos afetados pela ideologia.

Dito isso, o *corpus* discursivo deste estudo é composto de três sequências discursivas (SD), extraídas de um arquivo de materialidades digitais relacionadas à questão do sujeito mulher na polícia e na Marinha do Brasil. Para Pêcheux (2014c, p. 59), a noção de arquivo refere-se a um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Nessa direção, a construção do *corpus* discursivo não é algo estanque, pois não está fechada em si. Courtine (2014,

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

p. 115, grifos do autor) endossa que o *corpus* discursivo é “*um conjunto aberto de articulações* cuja construção não é efetuada de uma vez por todas no início do procedimento de análise”.

Desse modo, a construção do *corpus* perpassa por várias etapas, por exemplo, faz recortes, retoma conceitos e noções, em constantes batimentos entre teoria e os gestos de interpretação, conforme os objetivos propostos. Nessa perspectiva, Orlandi (1984, p. 14) assevera que “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”.

Nessa direção, a primeira SD foi retirada do site institucional da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; a segunda do site Defesa em Foco e a terceira, do perfil do *Facebook*<sup>2</sup>, da Senadora Zenaide<sup>3</sup> (PROS). Para tanto, a coleta dos dados se deu pela captura de tela realizada através do aplicativo *Lightshot*. Para Paveau (2021), as capturas de tela devem ser consideradas como fruto da subjetividade do analista e, portanto, devemos considerá-las como dados subjetivos.

Entendemos também, com base em Orlandi (2020) que a construção do *corpus* já se configura como gestos de interpretação. Desse modo, a constituição do arquivo e do *corpus* discursivo, no escopo teórico-metodológico da AD, está interligada aos gestos analíticos, que se dão em constantes idas e vindas, sob a tensão do batimento descrição/interpretação, conforme as perspectivas postuladas por Pêcheux (2015).

Diante disso, convém ressaltar que as condições de produção do digital também afetam os sentidos, sobretudo, pelo modo de circulação dos discursos. Conforme argumenta Orlandi (2001), há três momentos inseparáveis da produção discursiva: o da constituição, o da formulação e o da circulação, sendo que a construção dos sentidos se dá no interdiscurso, a formulação está relacionada com a escrita em si e a materialidade do discurso com a circulação.

2. O Facebook é um conglomerado estadunidense de tecnologia e mídia social com sede em Menlo Park, Califórnia. Foi fundado por Mark Zuckerberg, junto com seus colegas de quarto e alunos de Harvard, que eram Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, originalmente como TheFacebook.com - hoje *Facebook* é uma rede social global, sendo considerada como uma das cinco grandes empresas de tecnologia do mundo, juntamente com a Microsoft, Amazon, Apple e Google. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Meta\\_Platforms](https://pt.wikipedia.org/wiki/Meta_Platforms). Acessado em 7 de jun. 2023.

3. Zenaide Maia é uma senadora brasileira pertencente ao quadro político do estado do Rio Grande do Norte. Obtido em <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5783>.

Nesse enredamento discursivo, no espaço da mídia digital, o discurso se manifesta em sua produção, por meio da circulação, como endossa Dias (2018). A autora pontua ainda que o campo digital formula, constitui e comporta nele mesmo um programa (de compartilhamento, postagens, comentários), entre outros. Assim sendo, o campo digital desempenha uma importante função para a produção discursiva na contemporaneidade, pois é por intermédio da circulação que as práticas discursivas ganham forma, tendo o espaço digital como lugar favorável e com características próprias para a disseminação de discurso e embates ideológicos.

Esses aspectos da constituição, da formulação e da circulação funcionam imbricados com o interdiscurso, sendo este, como elucidada Pêcheux (2014a, p. 149), o “todo complexo com dominante das formações discursivas, [...] ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas.” Assim, as imagens projetadas dos e sobre os sujeitos dentro de uma conjuntura social dada funcionam sob a égide dos efeitos do imaginário interligados com os já-ditos da memória instaurados nas condições de produção do discurso.

Vejamos, a seguir, tais reflexões nas tramas dos gestos analíticos.

## **2. GESTOS ANALÍTICOS**

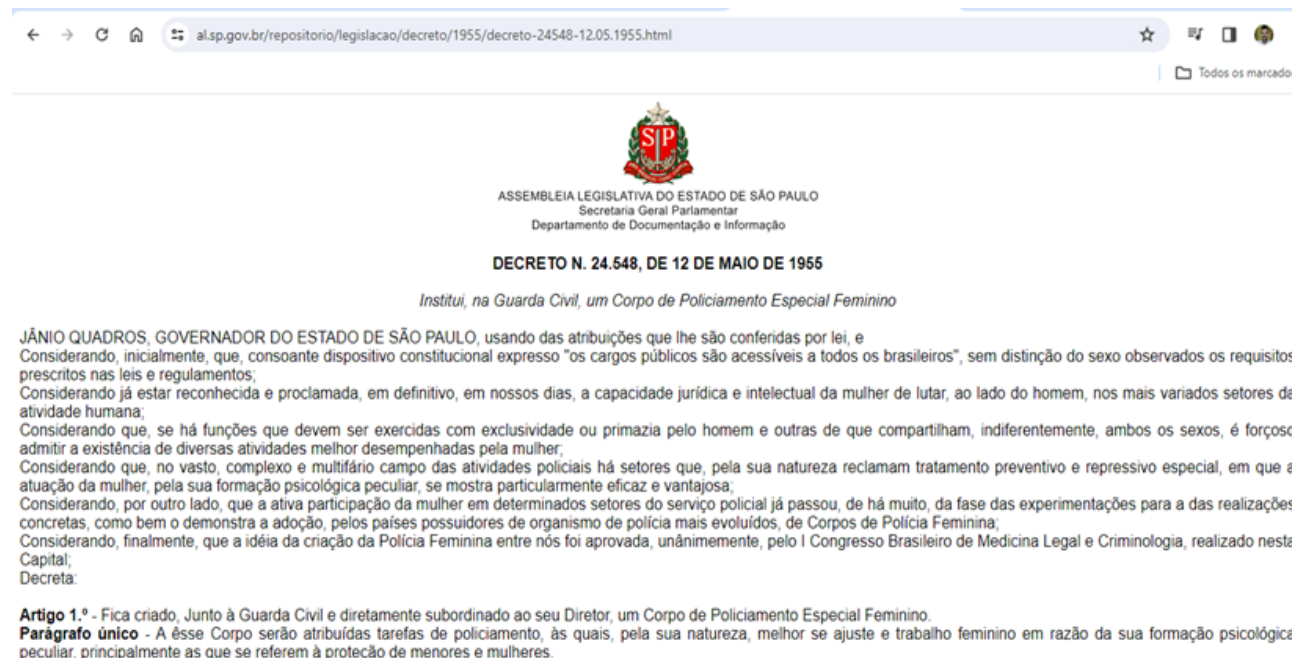
À luz dessa narrativa, nessa seção, serão apresentadas as análises sobre os discursos instaurados nas mídias digitais acerca da emergência da mulher na polícia e na Marinha do Brasil. Por meio dessa abordagem, buscamos compreender os discursos relacionados com a presença feminina nas carreiras policiais e na Marinha do Brasil, analisando as projeções imaginárias e os discursos machistas predominantes e as formas de resistência emergentes nesse espaço.

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

Nesse caminho, a título de ilustração, expomos a captura de tela que faz menção ao decreto que instituiu, na Guarda Civil, um Corpo de Policiamento Especial Feminino no Estado de São Paulo. Vale ressaltar que o trecho posto a seguir, o qual denominamos de sequência discursiva 1 (SD1), foi retirado diretamente do site da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Vejamos abaixo, a SD1:



The image is a screenshot of a web browser displaying the official website of the Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. The browser's address bar shows the URL: [al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-24548-12.05.1955.html](http://al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-24548-12.05.1955.html). The page features the state's coat of arms at the top center, followed by the text: "ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO", "Secretaria Geral Parlamentar", and "Departamento de Documentação e Informação". Below this, the title of the document is "DECRETO N. 24.548, DE 12 DE MAIO DE 1955", with the subtitle "Institui, na Guarda Civil, um Corpo de Policiamento Especial Feminino". The main body of the text begins with "JÂNIO QUADROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e Considerando, inicialmente, que, consoante dispositivo constitucional expresso 'os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros', sem distinção do sexo observados os requisitos prescritos nas leis e regulamentos; Considerando já estar reconhecida e proclamada, em definitivo, em nossos dias, a capacidade jurídica e intelectual da mulher de lutar, ao lado do homem, nos mais variados setores da atividade humana; Considerando que, se há funções que devem ser exercidas com exclusividade ou primazia pelo homem e outras de que compartilham, indiferentemente, ambos os sexos, é forçoso admitir a existência de diversas atividades melhor desempenhadas pela mulher; Considerando que, no vasto, complexo e multifário campo das atividades policiais há setores que, pela sua natureza reclamam tratamento preventivo e repressivo especial, em que a atuação da mulher, pela sua formação psicológica peculiar, se mostra particularmente eficaz e vantajosa; Considerando, por outro lado, que a ativa participação da mulher em determinados setores do serviço policial já passou, de há muito, da fase das experimentações para a das realizações concretas, como bem o demonstra a adoção, pelos países possuidores de organismo de polícia mais evoluídos, de Corpos de Polícia Feminina; Considerando, finalmente, que a idéia da criação da Polícia Feminina entre nós foi aprovada, unânimemente, pelo I Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia, realizado nesta Capital; Decreta: Artigo 1.º - Fica criado, Junto à Guarda Civil e diretamente subordinado ao seu Diretor, um Corpo de Policiamento Especial Feminino. Parágrafo único - A êsse Corpo serão atribuídas tarefas de policiamento, às quais, pela sua natureza, melhor se ajuste e trabalho feminino em razão da sua formação psicológica peculiar, principalmente as que se referem à proteção de menores e mulheres."

Figura 1 - Sequência discursiva 1 (SD1)

Fonte - Site da Assembleia Legislativa de São Paulo<sup>4</sup>

4. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-24548-12.05.1955.html>. Acessado em 13 de jan. de 2023.

A SD1 é composta pelo Decreto n.º 24.548, de 12 de maio de 1955, data de criação do Corpo de Policiamento Especial Feminino de São Paulo, assim como pelo artigo 1.º – parágrafo único – o qual destaca as principais atribuições para o policiamento feminino. Tal acontecimento – 12 de maio de 1955 – tornou-se histórico devido ao seu impacto na sociedade brasileira.

Conforme Le Goff (1996), um acontecimento histórico refere-se a um evento que, devido à sua importância como um acontecimento mundial, é lembrado e inserido na história, tornando-se parte da narrativa do passado de uma sociedade, assim como relatado pela ciência histórica.

Todavia, a data de inauguração de ingresso da mulher na polícia brasileira, além de ser considerado um acontecimento histórico, pode também ser um acontecimento discursivo, visto que o evento de **12 de maio de 1955** configura -se como o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2015, p. 16) e instaura novas discursividades. O acontecimento discursivo, segundo Pêcheux (2020), produz a desregulação dos sentidos pelo choque do acontecimento que perturba a memória; desse modo, esse funcionamento discursivo pode ser percebido quando se instaura o decreto supracitado (SD1), ou seja, houve perturbações na memória dos discursos machista e militarista, pois, antes disso, a polícia não era lugar de mulher, mas apenas de homens.

Para Zoppi-Fontana (1997), o acontecimento discursivo se materializa na ruptura das práticas discursivas ao ser transformado por um ritual enunciativo que instaura mudanças sociais, ao passo que novos discursos reconfiguram o processo de produção do real-histórico. Assim acontece com a entrada da mulher no policiamento feminino, tendo em vista que o choque da memória militar, que visa a proteção da sociedade contra o crime e o perigo, será abalado pela memória construída sobre a feminilidade - de fragilidade e delicadeza - visão essa que compreende que a mulher precisa de proteção, a qual, ao ocupar lugar social de protetora, rompe, afeta e desregula a memória do patriarcalismo.

Assim, observamos que o acontecimento discursivo tem relação direta com o entrecruzamento entre uma memória e a sua atualização, possibilitando a perturbação e o rompimento com os dizeres já estabilizados, ao tempo em que faz irromper novos dizeres e sentidos, já que

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

a memória passa a se reorganizar, tendo em vista a filiação dos sentidos aos saberes de outras formações discursivas, a exemplo da inserção da mulher em ambientes policiais e das Forças Armadas, antes considerados como lugares de força masculina.

Assim, o acontecimento discursivo consegue abalar uma série de sentidos machistas e instaurar outros sentidos na construção do sujeito mulher, cujo imaginário, antes constituído de sentidos como afetividade, sensibilidade, beleza e delicadeza, também passa a significar um ser dotado de inteligência, força, capacidade e competência profissional para atuar em qualquer esfera da sociedade, a exemplo da organização institucional da polícia.

Cabe destacar que, apesar da emergência da mulher no policiamento feminino configurar o acontecimento como desestabilizador do imaginário militar como lugar de força e virilidade, a qual é entendida não somente “como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência” como afirma Bourdieu (2020, p. 88). Contudo, as mulheres, no início, não assumiram as funções consideradas perigosas, sendo permitidas a atuarem apenas em atividades próximas às tarefas domésticas, mantendo o ideal de feminilidade (Ferreira e Alvarez, 2021). Similarmente, Muniz (1999) pontua a existência do discurso de suposta inadequação das mulheres para as tarefas de policiamento consideradas mais violentas, resultando, assim, no remanejamento delas para as atividades burocráticas, distanciando-as das funções executadas na rua.

Entretanto, Soares e Musumeci (2005) elucidam que a emergência da mulher na polícia brasileira não aconteceu somente por mobilização de movimentos sociais, mas que, possivelmente, a inclusão da mulher no contingente policial feminino teve origem em motivações internas às próprias polícias militares, associadas à intenção de “humanizar” a imagem da polícia, a qual era intensamente associada à ditadura.

Para ilustrarmos, apresentamos o excerto do Artigo 1.º, transcrito, a seguir, de forma integral:

Artigo 1.º - Fica criado, Junto à Guarda Civil e diretamente subordinado ao seu Diretor, um Corpo de Policiamento Especial Feminino.

Parágrafo único - A esse Corpo serão atribuídas tarefas de policiamento, às quais, pela sua natureza, melhor se ajuste ao trabalho feminino em razão da sua formação psicológica peculiar, principalmente as que se referem à proteção de menores e mulheres. (Grifos nossos).

Assim, o discurso inscrito no Artigo 1.º – parágrafo único – do Decreto n.º 24. 548, da SD1, filia-se à formação discursiva jurídica e sofre determinações ideológicas da FD machista e militarista, já que busca estabilizar o imaginário da mulher como um sujeito frágil, por isso as tarefas de policiamento feminino são descritas de acordo com uma suposta natureza e formação psicológica singular, a exemplo das atividades que envolvem o cuidado e a proteção de menores e outras mulheres. Sob determinações da FD machista, o discurso funciona com efeitos de justificativa da dominação do homem, que impõe a (de)limitação dos espaços que a mulher deve ocupar socialmente/profissionalmente, pelas determinações ideológicas das FD, cuja memória instaura as formações imaginárias. Orlandi esclarece que

não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso (Orlandi, 2020, p. 38).

No caso da emergência da mulher na polícia, o imaginário feminino de suposta fragilidade determina as posições-sujeito de limitação/restricção do que a mulher pode ou não fazer na atividade policial, uma vez inserida nesse espaço. Ou seja, embora haja a perturbação da memória do discurso machista, há um jogo de forças que busca impor as determinações ideológicas funcionando para limitar o espaço da mulher, ao entrar na instituição policial.

Ademais, como já salientado, no **Parágrafo único - Artigo 1.º, do Decreto n.º 24. 548 (SD1)**, temos o atravessamento do discurso jurídico que determina sentidos da missão do policiamento feminino, o qual passaria a atuar, também, como um cartão de visita, em que a instituição militar visaria a uma reforma cosmética, mas sem mudanças de padrões, que sinalizassem modernização, ou seja, visava apenas a “áreas particularmente sensíveis para a imagem social da PM”, conforme argumentam Soares e Musumeci (2005, p. 18).

Assim, na SD1 funciona uma trama discursiva com sentidos filiados às FDs machista, militarista e jurídica, portanto há uma aliança entre essas FD. Tais sentidos sofrem efeitos da formação imaginária acerca da mulher e da natureza feminina, um imaginário historicamente construído com sentidos de fragilidade e dependência da masculinidade. Isso pode ser percebido na atribuição de funções de policiamento que supostamente são inerentes à mulher, tendo em vista que a criação do **Corpo de Policiamento Especial Feminino**, desmembrado dos demais integrantes da Guarda Civil, propõe uma distinção de função na realização das tarefas de policiamento baseada no sexo.

Assim, o fato de o Corpo de Policiamento Especial Feminino ser subordinado diretamente ao Diretor da Guarda Civil, ou seja, a um homem, mostra o funcionamento de uma posição-sujeito de restrição às possibilidades de atuação profissional das mulheres, delimitando um lugar social de submissão para elas, enquanto os homens são designados para as posições de lideranças, como instaurado no Artigo 1.º, SD1, ao passo que reforça os sentidos de desigualdade de gênero.

Vejamos, a seguir, a sequência discursiva dois (SD2):

Figura 2 - Sequência discursiva 2 (SD2)

Fonte - Site Defesa em Foco<sup>5</sup>

5. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/mulher-na-marinha-conheca-os-40-anos-de-historia/>. Acessado em 13 de jan. de 2023.

defesaemfoco.com.br/mulher-na-marinha-conheca-os-40-anos-de-historia/

DEFESA EM FOCO

segurança pública

## Mulher na Marinha – Conheça os 40 anos de sua história

Por Marcelo Barros - 8 de março de 2020 12:00

Mulher na Marinha

A História do Brasil é marcada pelo patriotismo e a coragem de mulheres que sacrificaram a vida pelo País. Côncio desse trabalho silencioso, o então Ministro de Estado da Marinha, Almirante de Esquadra MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA, propôs a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) e, em 7 de julho de 1980, foi promulgada a Lei nº 6.807, tornando a Marinha pioneira na participação das mulheres nas fileiras das Forças Armadas. Nascia, assim, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, formado pelo Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais (QAFO) e pelo Quadro Auxiliar Feminino de Praças (QAFP). O ingresso da mulher na Marinha constituiu um marco de grande repercussão na sociedade brasileira.

eventos

assine nossa newsletter

PT

6. Primeiro parágrafo de uma reportagem.

A SD2 é composta pela imagem ilustrativa, seguida do *lead*<sup>6</sup> da reportagem acerca do ingresso da mulher na Marinha do Brasil. A escolha do primeiro parágrafo se deu, não somente, porque desempenha a função de apresentar o tema principal da reportagem, mas também

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

devido a inscrições do político, histórico e ideológico. Ademais, nosso objetivo não é discutir a pesquisa em exaustão, mas produzir reflexões sobre questões relevantes na sociedade brasileira atual, como a emergência feminina nas carreiras policiais e militares.

A matéria foi publicada no site Defesa em Foco, como transcrito, a seguir, na íntegra:

A História do Brasil é marcada pelo **patriotismo** e a **coragem** de mulheres que sacrificaram a vida pelo País. Côncio desse trabalho silencioso, o então Ministro de Estado da Marinha, Almirante de Esquadra MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA, propôs a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) e, em **7 de julho de 1980**, foi promulgada a Lei nº 6.807, tornando a Marinha pioneira na participação das mulheres nas fileiras das Forças Armadas. Nascia, assim, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, formado pelo Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais (QAFO) e pelo Quadro Auxiliar Feminino de Praças (QAFP). O ingresso da mulher na Marinha constituiu um marco de grande repercussão na sociedade brasileira. (**grifos nossos**)

No Brasil, como inscrito na SD2, o marco inicial da inserção das mulheres na Marinha foi em **7 de julho de 1980**. Diante disso, a formulação – **7 de julho de 1980** – data de ingresso da mulher na Marinha do Brasil, assim como na SD1, na SD2 funciona como ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, conforme Pêcheux (2015), sendo primeiramente um acontecimento histórico, mas se configurando como acontecimento discursivo por perturbar os sentidos já ditos, segundo os quais a Marinha, até então, era um ambiente exclusivo para os homens, ao passo que na data histórica, há a desregulação dos sentidos pelo choque do acontecimento e desestrutura da memória em que o acontecimento nunca cessa de produzir sentidos, como postula Pêcheux (2020).

Ademais, a postagem digital (no ano de 2020), em um site institucional, no caso, – Defesa em Foco, ao rememorar os 40 anos da inserção da mulher na Marinha, produz efeitos discursivos pelo acontecimento histórico e também instaura o acontecimento discursivo, com efeitos de memória de empoderamento da mulher, na rede midiática. A publicação produz a

movimentação dos sentidos e das posições-sujeito, instaura a desregularização da memória (Pêcheux, 2020), pois instaura novos sentidos sobre o lugar social da mulher.

Além disso, a data de publicação da postagem celebrando os quarenta anos de ingresso feminino na Marinha, na SD2, foi postada no dia 8 de março de 2020. Assim, esse marco significativo é rememorado em outra data simbólica: 8 de março, Dia internacional da Mulher. Desse modo, o acontecimento discursivo atualiza e rememora/comemora o fato de a mulher ter sido inserida na memória das Forças Armadas, ambiente antes exclusivamente masculino, em uma data também significativa. Assim, a inscrição discursiva, na SD2, “constrói o acontecimento de que fala. E o que fala é um efeito de presentificação (atualidade) produzido pelo jogo do interdiscurso”, como explana Orlandi (2017, p. 55).

De acordo com Courtine (2014), a rememoração e a comemoração são dois caminhos distintos, mas indissociáveis, e que devem ser seguidos para a compreensão da relação entre memória e discurso no interior de uma formação discursiva. Para ele, na rememoração, a memória discursiva toma forma na repetição intrincada com o interdiscurso, dando ênfase em conquistas históricas individuais. Por sua vez, a comemoração funciona associada ao intradiscurso e se instaura na celebração de conquistas coletivas.

Já Venturini (2008) assevera que a rememoração funciona como memória relacionada ao discurso de comemoração, sendo sustentada pelo interdiscurso, através de pré-construídos, e a comemoração é tomada no eixo da formulação, tendo a celebração simbólica de um nome ou de um evento passado. Desse modo, com a emergência da mulher na polícia e nas Forças Armadas houve perturbação na memória discursiva, instaurando a desregulação nos sentidos do discurso machista e militarista, que funcionam em regime de aliança.

Nesse aspecto, a data de **7 de julho de 1980** instaura não somente a inauguração da presença

da mulher na Marinha, mas desregula os sentidos antes cristalizados da instituição permitir apenas homens na sua corporação, instaurando, portanto, o acontecimento discursivo que se torna um ato político, “para além da ‘intenção’ declarada de seus participantes.” (Orlandi, 2017, p. 55).

No entanto, cabe ressaltar que o acontecimento funciona sob o jogo de forças da memória (Pêcheux, 2020), por isso, ainda percebemos a força da ideologia machista no atravessamento discursivo da SD2, visto que na reportagem, após destacar que “a História do Brasil é marcada pelo **patriotismo** e a **coragem** de mulheres que sacrificaram a vida pelo País”, dá um salto direto para a informação – grafada em caixa-alta – que foi um **homem**, o Almirante de Esquadra **MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA**, quem propôs a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM). Dado o exposto, o nome do Almirante apresentado em destaque (caixa-alta) faz funcionar o efeito de apagamento dos movimentos de luta das mulheres pelas conquistas de espaços e protagonismo sociais, assim como traz um efeito de dependência, antagonismo, ou que foi pela permissão de um homem que ocorreu, diminui a importância da celebração à mulher, temos, assim, determinações ideológicas da memória inscrita na formação discursiva machista.

Segundo Orlandi (2005), na perspectiva do sentido, o que determina as dimensões e a extensão do dizer não é a frase ou o texto em si, mas a relação com a memória. Assim, o significante em maiúsculas carrega uma memória de sentidos de hierarquização social nas relações humanas. Portanto, o nome do Almirante sobredito, grafado em caixa-alta, materializa sentidos de poder, e assim fornece elementos para a compreensão do político e do ideológico materializado na e pela língua. Todavia, convém ressaltar que a materialidade linguística não é “nem abstrata, nem concreta, nem empírica (Orlandi, 2020, p. 74), é matéria simbólica.

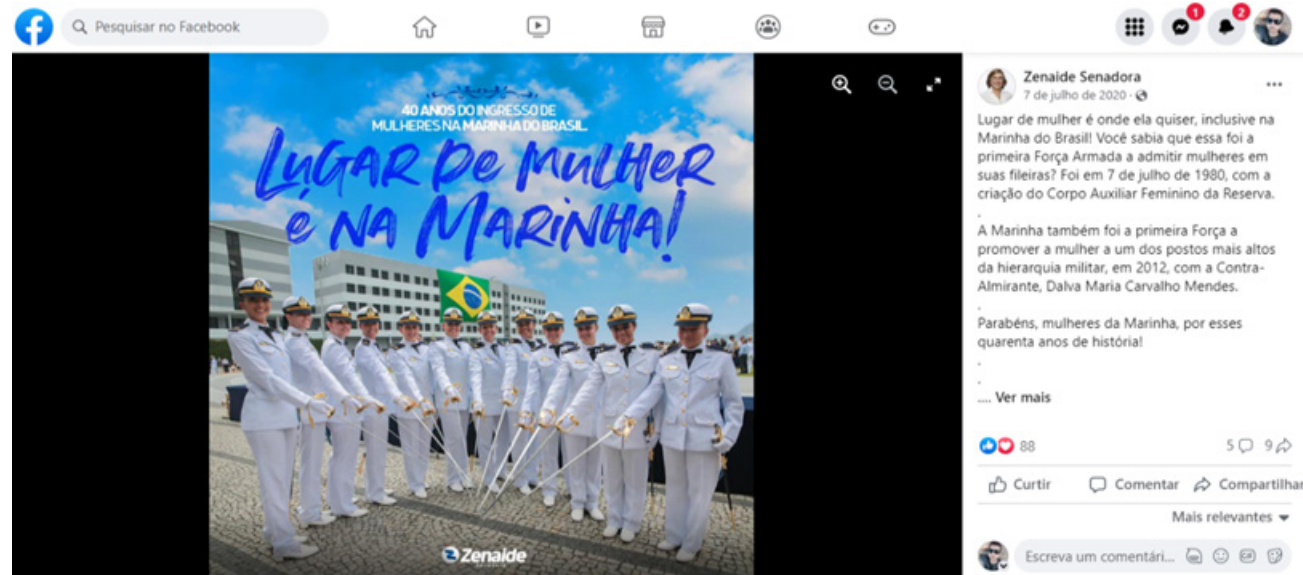
Associado ao mencionado acima, a grafia do nome do Almirante, em caixa-alta, faz funcionar a corpografia digital, conforme assevera Dias (2008, p. 20): “o que define particularmente a corpografia é que ela não representa nem imita uma emoção, mas ela cria essa emoção, nas condições de produção muito específicas do uso do computador”. Frente a isso, a corpografia determina uma maneira particular de produzir sentidos nas mídias digitais, dando destaque ao Almirante como no site institucional das Forças Armadas – Defesa em Foco.

Vejamos, a seguir, a SD3, que emergiu a partir de uma postagem, da senadora da república Zenaide, publicada na sua conta oficial no Facebook. Nela, a política aborda sobre a inclusão da mulher na Marinha do Brasil, colocando em evidência questões relacionadas com a atuação profissional feminina em espaços antes ocupados apenas por homens, a exemplo das carreiras policiais e militares.

Figura 3 - Sequência discursiva 3 (SD3)

Fonte - Perfil no Facebook da Zenaide Senadora<sup>7</sup>

7. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2621758951399710&set= lugar-de-mulher-%C3%A9-onde-ela-quiser-inclusive-na-marinha-do-brasil-voc%C3%AA-sabia-que->. Acessado em: 13 de jan. 2023.



Na SD3, a formulação linguística “**lugar de mulher é na Marinha**” vem desregular o implícito, por meio de um jogo metafórico com o dito “**lugar de mulher é na cozinha**”, amplamente repetido no interdiscurso machista, bem como o jogo de força dos embates ideológicos entre os dois ditos instaura o acontecimento discursivo, pois ele pressupõe “a relação entre dizeres que, ao se cruzarem, tendem a promover rupturas, ainda que um novo dizer, por princípio, seja formulado a partir das possibilidades que este dizer encerra” (Dela-Silva, 2009, p. 4).

Na legenda da publicação, da SD3, há a formulação verbal “**Lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na Marinha do Brasil!**”. Nela, funciona a posição-sujeito em defesa do protagonismo e autonomia das mulheres na escolha de suas ocupações profissionais em diversos espaços da sociedade. Associado a isso, o uso do sinal de pontuação exclamativo produz efeito de ênfase e de intensidade à declaração. Já a palavra “**inclusive**” exerce a função de inclusão e de adição para destacar uma das muitas possibilidades de atuação profissional feminina em instituições tradicionalmente masculinas, como a Marinha do Brasil. Para além disso, a materialidade linguística “**inclusive**” (SD3), também denuncia uma exclusão histórica da mulher na marinha, posto que somente após muitos anos de lutas, este espaço se tornou acessível à mulher. Ou seja, produz sentidos de uma transformação social para as mulheres que enfrentaram desafios de barreiras históricas profissionais.

Nesse sentido, o excerto “**Lugar de mulher é na Marinha e onde ela quiser**” produz efeito de sentido discursivo de empoderamento feminino e liberdade de escolha, buscando a igualdade e inclusão. Convém acrescentar que a ideologia patriarcal determina a ampla acessibilidade para os homens às atividades profissionais e de delimitação às mulheres, concentrando-se em atividades apenas domésticas. Desse modo, para Sousa e Guedes (2016), a distribuição das tarefas entre os sexos, por um lado, é resultado da atribuição do cuidado do lar para as mulheres que, muitas vezes, não eram valorizadas socialmente, e, por outro lado, da produção material

8. É na exterioridade discursiva e na sua relação com os pré-construídos que residem os implícitos “ausentes por sua presença”, conforme assevera Pêcheux (2020, p. 48). Nessa direção, Paul Henry (2014) argumenta que o pré-construído determina a constituição do discurso, a partir de uma construção histórica materializada no interdiscurso e nas relações com o “sempre-já-lá da linguagem”, no já-dito antes em outro lugar, pois o interdiscurso fornece a matéria-prima para a formação discursiva.

sempre atribuída aos homens, sendo uma função que lhes conferia poder dentro da esfera social de sua inserção. Tais sentidos são pré-construídos<sup>8</sup> do interdiscurso que buscam estabilizar as determinações ideológicas do discurso machista sobre o sujeito mulher e seu lugar na sociedade.

Mas, cabe ressaltar que “não há dominação sem resistência”, como postula Pêcheux (2014a, p. 281). Desse modo, na SD3 funciona o contradiscurso com o dito “**lugar de mulher é na Marinha**”, discursivizado no *Facebook*, com uma posição-sujeito de defesa à liberdade profissional da mulher, a exemplo das carreiras policiais e militares. Nessa direção, na SD3 pode-se observar a instauração do funcionamento da metáfora discursiva, pois de acordo com Pêcheux (2014a, p. 240), “o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos)”. Nesse sentido, na SD3 inscreve-se a metáfora com sentido de polissemia, visto que quando se diz que lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na Marinha, desregula e perturba o discurso machista, cujos sentidos impõem a delimitação do lugar de mulher, por exemplo, a cozinha, o ambiente doméstico ou qualquer espaço atribuído à mulher.

Nesse aspecto, na SD 3, vimos que as mídias digitais funcionam não somente como suporte para materialização e circulação de discursos, mas também como espaço de práticas discursivas que colocam em movimento os sentidos e os sujeitos, pois é “constituído de opacidade e incompletude.” (Cortes, 2015, p. 36). Assim, no dito “lugar de mulher é na Marinha”, funciona o contradiscurso, pois “o confronto discursivo prossegue através do acontecimento como um eco inesgotável” (Pêcheux (1983 [2015], p. 20) e, desse modo, a memória e os sentidos sobre o acontecimento da emergência da mulher nas Forças Armadas se movimentam na rede social *Facebook*.

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

Tanto na SD2 quanto na SD3 há a repetição da data de inserção da mulher na Marinha. Ambas destacam o pioneirismo da instituição sobre a emergência da mulher nas Forças Armadas do Brasil. Assim, tais repetições, dando ênfase à Marinha como pioneira ao admitir a mulher na instituição, desregula as estruturas das Forças Armadas que sempre tiveram e evidenciaram homens na sua corporação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das sequências discursivas analisadas mostraram que a emergência da mulher na polícia e na Marinha do Brasil instaura a perturbação e a desregulação da memória dos discursos machista e militarista, que funciona como um acontecimento discursivo, pois a mulher policial passa a ocupar nas instituições militares citadas as funções de Oficiais e Praças, assim como comanda Pelotões de Infantaria, entre outros, espaços antes reservados somente aos homens. Todavia, cabe ressaltar que ainda funcionam atravessamentos do discurso machista no que tange à entrada da mulher nas carreiras policiais e nas Forças Armadas. Isso é observado no discurso presente na SD1, assim como nas disposições do Artigo 1.º e parágrafo único, em que a instituição policial determina o lugar da mulher dentro do seu espaço. Esse discurso sofre efeitos do imaginário feminino de afetividade, delicadeza e docilidade e, desse modo, funciona a posição-sujeito de restrição das funções da mulher à proteção de menores e de outras mulheres.

Além disso, na SD2, por exemplo, o nome do Almirante, MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA, aparece em caixa-alta, destacando-o, reforçando essa visão ideológica de superioridade masculina. São sentidos filiados à formação discursiva machista que busca restringir e delimitar as funções do policiamento feminino.

No discurso da SD3 ao defender que “**lugar de mulher é na Marinha**” também questionam e refutam os sentidos já ditos para a carreira militar, a qual é construída discursivamente como uma profissão perigosa, que exige força e virilidade, sendo, portanto, um espaço social incabível ao sujeito mulher. Desse modo, o acontecimento discursivo funciona sob o choque da memória de um exterior determinado que incide sobre os imaginários feminino e militar. Além disso, no dito “lugar de mulher é na Marinha”, a polissemia se instaura pela substituição de cozinha por Marinha.

Nessa perspectiva, nas materialidades significantes apresentadas (SDs 1 a 3) instaura-se o acontecimento discursivo, considerando que as carreiras policiais e militares eram ocupadas, até então, somente por homens; com a inserção da mulher, novos sentidos são instaurados para o imaginário feminino, antes construído historicamente como “sexo frágil” e delicado.

Assim, a emergência da mulher na polícia e nas Forças Armadas afeta tanto o imaginário feminino quanto o militar, associado às projeções imaginárias de masculinidade, força e virilidade. Nesse sentido, a inserção da mulher no policiamento afetou os discursos cristalizados de força para o homem e de fraqueza para a mulher. Em outras palavras, há ruptura e choque das memórias machista e militarista com o ingresso da mulher na polícia e nas Forças Armadas, configurando-se, assim, como um acontecimento discursivo.

Ademais, ao ocupar o espaço das redes sociais e digitais, o sujeito mulher policial ganha visibilidade, pois essas redes também passam a funcionar como uma rede discursiva de resistência ao discurso machista e militarista. As mídias digitais são, portanto, espaços discursivos de confrontos ideológicos, que fazem circular tanto os sentidos já ditos com efeitos parafrásticos, quanto os sentidos polissêmicos, pelo jogo das diferenças, da equivocidade e da resistência, pela deriva de sentidos nos furos das redes.

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República. Obtido de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

Bourdieu, P. (2020). *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Tradução de Maria Helena Kuhner. 18ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Cazarin, A. E. (2005). A heterogeneidade discursiva de uma posição-sujeito. In *II Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Obtido de <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/ErciliaAnaCazarin.pdf>.

Cortes, G. R. O. (2015). *Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Pernambuco.

Costa, G. C. (2014). *Sentidos de milícia: entre a lei o crime*. Campinas: Unicamp.

Courtine, J. (2014). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar.

Dela-Silva, C. S. (2009). Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o discurso sobre a televisão na imprensa brasileira. *IV SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso*. Porto Alegre, RS.

Dias, C. (2008). *Da corpografia: ensaio sobre a língua/escrita na materialidade digital*. Santa Maria: UFSM/PPGL.

\_\_\_\_\_(2018). *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes Editores.

Dombkowitsch, L. A. (2017) *Corpos precários: discurso jurídico e a diferencial distribuição da precariedade na vida das mulheres trabalhadoras* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ferreira, G. & Alvarez, P. (2021). Mulheres que vestem farda: Corpos “modelados” pelas letras da Lei. *Redis: revista de estudos do discurso*, n. 10, p. 151-179. Obtido de <https://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/10939/10013>.

Grigoletto, E. & Nardi, F. S. D. (2013). Identificação, memória e figuras identitárias: a tensão entre a cristalização e o deslocamento de lugares sociais. *Gragoatá*, v. 18, n. 34, 6 jul. 2013. Obtido de <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/32967>.

ARTIGO RECEBIDO A

05/03/2024

ARTIGO APROVADO A

23/05/2024

Henry, P. (2014). Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In Gadet, F. & Hak, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (5a Ed.) (pp. 11-38). Campinas: Editora da Unicamp.

Le Goff, J. (1996). *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp.

Muniz, J. (1999). *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro* [Tese de Doutorado]. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Orlandi, E. P. (1984). Segmentar ou recortar? *Série Estudos*. Linguística: Questões e Controvérsias, n 10. Uberaba-MG: Fiube, p. 9-26.

\_\_\_\_\_(2001). Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In Guimarães, E. (Org.). *Produção e circulação do conhecimento*. Campinas: Pontes Editores.

\_\_\_\_\_(2005) Ponto final: interdiscurso, incompletude, textualização. In *Texto e Discurso, formulação e circulação dos sentidos* (pp. 109-126). Campinas, SP: Pontes Editores.

\_\_\_\_\_(2017). Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. In Orlandi, E. P. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia* (3a Ed.) (pp. 55-67). Campinas: Pontes Editores.

\_\_\_\_\_(2020). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos* (13a Ed.). Campinas: Pontes Editores.

Paveau, M. (2021). Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas. In Lourenço, J.; Baronas, R. L. (Orgs.) *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas* (pp. 29-37). Campinas: Pontes Editores.

Pêcheux, M. (2014a). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani (5a Ed.). Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_(2014b). Análise automática do discurso (AAD69). In Gadet, F. & Hak, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (5a Ed.). Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_(2014c). Ler o arquivo hoje. In Orlandi, E. P. (Org.) *Gestos de leitura* (pp. 57-67). Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_(2015). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi (7a Ed.). Campinas: Pontes Editores.

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

Pêcheux, M. (2020). Papel da memória. In Achard, P., Davallon, J., Durand, J., Pêcheux, M. & Orlandi, E. P. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes (5a Ed.) (pp. 45-53). Campinas: Pontes Editores.

Perrot, M. (2019). *Minha história das mulheres*. São Paulo, SP: Contexto.

Soares, B. M. & Musumeci, L. (2005). *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Sousa, L. P. & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*. Obtido de <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfW-gp/?format=pdf&lang=pt>.

Venturini, M. C. (2008). *Rememoração/comemoração: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Santa Maria.

Zoppi-Fontana, M. (1997). *Cidadãos modernos*. Campinas: Editora da Unicamp.



## O tempo e a memória n'*A Ignorância*, de Milan Kundera

### Time and Memory in Milan Kundera's *A Ignorância*

**SILVA, CLÁUDIA  
ALEXANDRA MOREIRA  
DA**  
claudiaalexandra.moreira-  
dasilva@uniroma1.it

Doutora em Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2012)  
Leitora na Sapienza Universidade de Roma - Cátedra Vieira (Itália)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7173-3178>

#### **PALAVRAS-CHAVE:**

Deixis;  
Tempo;  
Memória;  
Tempos verbais.

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo principal contribuir para uma análise do tempo na obra *A Ignorância* de Milan Kundera, tendo como base a conceção de romance como configurador do tempo, de acordo com as perspetivas teóricas de Benveniste (1978), Oliveira e Lopes (1995) e Fonseca (1992; 1996). Assim, foram analisados os elementos deícticos a fim de se evidenciar a sua contribuição para a criação de um mundo alternativo, cuja raiz se encontra na ficcionalidade do próprio ato de referência, através da transposição das coordenadas enunciativas de um “aqui/ agora” para um “lá/ então”. Com efeito, surge-nos narrada a forma como as personagens principais experienciam os acontecimentos com base num repositório de saberes e experiências – a memória. As personagens vão presentificando os momentos passados, tornando-os presentes. Contudo, como cada uma recorda apenas parcelas do vivido, a “memória comum” que levam para um ato de interação apresenta diferenças, provocando relevantes desencontros comunicativos.

#### **KEY-WORDS:**

Deixis;  
Time;  
Memory;  
Verb tenses.

**ABSTRACT:** This study aims to contribute to an analysis of time in Milan Kundera's novel "A Ignorância," based on the concept of the novel as a time configurator, according to the theoretical perspectives of Benveniste (1978), Oliveira and Lopes (1995), and Fonseca (1992; 1996). Thus, deictic elements were analyzed to highlight their contribution to creating an alternative world, rooted in the fictionality of the act of reference itself, through the transposition of enunciative coordinates from a "here/now" to a "there/then." The narrative illustrates how the main characters experience events based on a repository of knowledge and experiences—memory. The characters bring past moments into the present, making them current. However, as each one recalls only fragments of their lived experiences, the "common memory" they bring into an interaction act presents differences, leading to significant communicative misunderstandings.

## INTRODUÇÃO

*“o tempo, sendo o efeito semântico profundo que emerge da configuração narrativa, é uma ficção linguística, é a ficção linguística por excelência, resultado, dos mais claros, do esforço de libertação da contingência deíctica.”* (Fonseca, 1996, p. 326)

Este estudo tem como objetivo principal contribuir para uma análise do tempo na obra *A ignorância*, do escritor Milan Kundera, tendo como base a concepção de romance como configurador do tempo, seguindo as perspectivas teóricas de Benveniste (1978), Oliveira e Lopes (1995) e Fonseca (1992; 1996), entre outras.

Para atingir o objetivo fixado, apostou-se, após uma leitura geral da obra, numa análise pormenorizada de excertos que exemplificam os pontos seguintes: a configuração do tempo, a criação de mundos alternativos, a memória e o funcionamento dos deícticos. Todos estes contribuem para a significação global da obra e para a sua projeção como mundo.

Deve-se salientar que este estudo se baseia numa versão traduzida, realizada por Miguel Serras Pereira. Por conseguinte, vão ser analisadas as escolhas realizadas pelo tradutor, que talvez nem sempre espelhem a obra original de Kundera.

### 1. O ROMANCE COMO CONFIGURAÇÃO DO TEMPO

*“Se alguém pudesse reter na sua memória tudo o que viveu, se pudesse a qualquer momento evocar fosse que fragmento do seu passado fosse, nada teria a ver com os humanos.”* (Kundera, 2000, p. 108)

A obra *A ignorância*, de Milan Kundera, é um exemplo da possibilidade inerente ao romance de evidenciar a vivência humana do tempo. Este pretende instituir uma representação configurativa do tempo, produzindo uma experiência ficcional que permite suprir a sua impossibilidade de existência real.

De facto, a representação do tempo não é, nesta obra, linear (não se submetendo ao esquematismo cronológico da tripartição passado-presente-futuro), mas antes ramificada, existindo vários planos temporais. Surge-nos, com efeito, um tempo interiorizado, vivenciado pelos sujeitos, na medida em que as personagens com maior relevo no romance, Irena e Josef, que regressam ao “aqui” após vários anos de exílio, vão recordando o passado e antecipando o futuro:

(1) “Foi nesse momento que cometi um erro.” (Kundera, 2000, p. 141)

(2) “Na véspera da partida, pusera as chaves num envelope e enviara-as ao irmão.” (Kundera, 2000, p. 54)

(3) “Vou hoje almoçar com uma pessoa de lá.” (Kundera, 2000, p. 143)

(4) “... o escritório seria modesto, mas apesar disso dar-lhe-ia ocasião de lá estar de vez em quando.” (Kundera, 2000, p. 22)

Nos excertos (1) e (3), toma-se como ponto de partida o “eu” que se assume como falante, o “tu”, seu interlocutor, e as coordenadas espaciotemporais que estes criam na sua interação. No “aqui/agora” da enunciação, as personagens, por um lado, recordam o seu passado, recriando-o e até analisando-o, e, por outro, fazem planos para o seu futuro, quer próximo, quer mais longínquo.

No que diz respeito aos excertos (2) e (4), os tempos verbais neles presentes estão ancorados num ponto de referência baseado no não-agora, existindo, por conseguinte, uma transposição das coordenadas enunciativas, o que permite às personagens um desancorar da sua contingência deítica.

Na verdade, os deíticos “embraiam/desembraiam o discurso nas/das situações de comunicação-interacção” (Fonseca, 1992, p. 255).

Pressupõe-se que o tempo é uma categoria deítica, uma vez que é relativo ao momento em que um “eu” se assume como falante, instituindo-se a si próprio como sistema das coordenadas espaciotemporais geradoras da possibilidade de referência (o “eu/tu” – “aqui” – “agora” da enunciação). Segundo Benveniste (1978), a temporalidade tem como baliza referencial o tempo presente, o qual se constitui como um tempo eternamente presente, porque não se refere a uma cronologia objetiva, mas antes ao momento de enunciação, ou seja, ao momento em que o “eu” fala, constituindo-se como um “eu”. Na perspectiva de Mateus *et alii* (2003), o Tempo é considerado como categoria deítica na medida em que estabelece uma referência direta com elementos extralinguísticos.

Benveniste (1978) distingue tempos da narrativa e tempos do discurso. Os tempos do discurso, que constituem o eixo de orientação temporal primário, marcam uma relação temporal direta com o ponto de referência. Já a série dos tempos da narrativa (eixo de orientação temporal secundário) marca uma relação temporal direta com um ponto de referência interior ao próprio enunciado e só se reportam indiretamente à situação de comunicação.

Assim, os excertos (1) e (3), que consistem na reprodução, dentro de um texto narrativo, de um discurso direto, que toma como ponto de referência o tempo presente da enunciação, usam tempos do eixo primário (subsistema atual) para se referirem ao passado e ao futuro (Pretérito Perfeito: “cometi” e perífrase de futuro com “ir + Infinitivo”: “vou almoçar”), bem como outros deíticos relacionados com este eixo (“hoje”).

Os restantes exemplos têm como ponto de referência, não o “aqui/agora” da enunciação, mas um “lá/então”, adquirindo um valor de contrafactualidade por não estarem ancorados diretamente na situação de enunciação.

Com efeito, no segundo excerto, em que a localização temporal é marcada por outros deícticos (“Na véspera da partida”), é usado um tempo do subsistema inatual (o Pretérito-Mais-Que-Perfeito), que adquire um valor modal de irrealidade, na medida em que, apesar de colocar o acontecimento no passado, mostra que este está a ser evocado, ou seja, trazido para o presente pela voz, tendo como fonte a memória de uma personagem. Essa memória é, segundo o narrador na frase em epígrafe, lacunar, nunca sendo capaz de reter todos os factos passados.

Estamos, assim, perante uma recriação de um passado, de um trazer o ausente ao presente, o que é possibilitado por uma transposição fictiva, pelo facto de não haver uma ancoragem direta na situação de comunicação. De facto, o real passado, sendo obrigatoriamente um real reconstruído, recriado, tem afinidades com o irreal, como afirma Fonseca (1992, p. 208).

O quarto excerto, sendo a antecipação de um futuro a partir de um “então”, liga-se à irrealidade, o que é mostrado pelo uso do Futuro do Pretérito ou modo Condicional, por exprimir a irrealidade e a possibilidade e representando, para Cintra e Cunha (1996), a incerteza: probabilidade, dúvida, suposição. De acordo com Fleishmann (1982), o Futuro (do Presente ou do Pretérito) é visto como projecção subjetiva, na medida em que é nele que o sujeito falante projeta noções, com raízes no presente, que são modalizadas – vontade, obrigação, incerteza e possibilidade.

Apesar de os tempos do eixo temporal secundário veicularem um maior valor de contra-factualidade, isso não inibe que o uso do Pretérito Perfeito (tendo por base uma recriação do passado com raízes na memória) e do Futuro com a perífrase verbal de “ir+Infinitivo” (evidenciando um plano que poderá não se realizar) adquiram também, embora em menor grau, valores modais de irrealidade, possibilidade e incerteza. Na verdade, à medida que nos afastamos do presente, a garantia de factualidade vai sendo menor. Ao que foi referido acresce o facto de

todos os exemplos dados terem sido retirados de um texto narrativo, que realiza uma determinada configuração temporal.

Vamos, de seguida, centrar-nos sobre o uso de determinados tempos verbais na narração.

### 1.1. O USO DO PRESENTE DO INDICATIVO – A PRESENTIFICAÇÃO

*“Hipnotizada, nada pode fazer senão olhar esse pedaço da sua vida que se afasta, não pode senão olhá-lo e sofrer.”* (Kundera, 2000, p. 69)

O Presente é considerado como o tempo deítico por excelência, no sentido de expressar a coincidência entre tempo do evento e tempo da enunciação (Oliveira e Lopes, 1995, p. 105).<sup>1</sup> No entanto, esta conceção do tempo presente raramente corresponde à verdade, servindo este tempo verbal para se referir a situações que não coincidem com o momento de enunciação (Oliveira e Lopes, 1995, p. 105). Na verdade, o presente traduz a vivência do tempo como experiência indissociável da subjetividade do sujeito falante (Silva, 2003, p. 82).

Ligado ao uso do Presente na narrativa surge o termo “presentificar”, que não significa, apenas, “apresentar”. Significa “fazer com que se torne presente”, pressupondo, deste modo, uma ausência, um não-presente que se quer trazer ao presente, ligando-se este conceito ao de “evocação” (Fonseca, 1992, p. 284).

Mas, na verdade, o presente não se limita a deixar-se invadir pelo passado (não-presente) – é ele que o modaliza e incorpora. O presente confunde-se, de certo modo, com o passado, esbatendo-se as fronteiras temporais.

Estas ideias refletem-se, na obra que está a ser abordada, na forma como os acontecimentos do passado são revividos pela personagem Milada, uma mulher que outrora, enquanto adolescente, sofrera por causa de Josef, até ao ponto de se tentar suicidar, o que acabou por lhe deixar marcas físicas para toda a vida.

1. “The present allows the location of the described situation in an interval coextensive to the utterance, generating a relation of overlap between event-time and utterance-time.” (Oliveira e Lopes, 1995, p. 105).

(5) “O tempo aparece-lhe de um modo inteiramente diferente; já não é o presente vitorioso que se apodera do futuro; é o presente vencido, cativo, levado pelo passado. Vê um jovem que se **afasta** da vida dela e se **vai**, para sempre inacessível. (...)”

Um dia, com o seu novo amante (amante platónico, claro), **toma** um caminho na floresta perto da cidade; foi neste mesmo caminho que alguns meses antes passeou com o seu anterior amante (esse que, depois da ruptura de ambos, a faz experimentar a sua primeira nostalgia) e *esta* coincidência **comove-a**.

Um dia vê o seu novo amante correr para si e **recorda-se** de que também gostava de ver o seu primeiro amante de casaco azul (...). Um outro dia, olhando-a nos olhos, ele **elogia-lhe** a beleza (...)

Mais velha, **verá** nestas semelhanças uma lamentável uniformidade dos indivíduos (...); mas na sua adolescência, acolhe estas coincidências como um milagre (Kundera, 2000, p. 70).”<sup>2</sup>

Neste excerto, as expressões sublinhadas evidenciam uma sequência temporal, uma passagem do tempo, que deveria ser dada, a nível verbal, pelo Pretérito Perfeito (“Um dia viu; um outro dia, ele elogiou”) e Pretérito-Mais-Que-Perfeito (“passeara”) e, a nível dos pronomes demonstrativos, pelos que evidenciam distanciamento, situando-se no plano inatual (“foi nesse mesmo caminho; aquela coincidência”). No entanto, os acontecimentos são relatados como se estivessem a ser vividos no momento presente, havendo uma deslocação do ponto de enunciação para o passado através da deslocação do “eu” com as suas coordenadas espaciotemporais, tornando-se esse o momento presente. Verifica-se, de facto, um esbatimento das fronteiras temporais.

2. Negritos, itálicos e sublinhados  
nossos.

Este deslocamento do ponto de enunciação é também visível no uso do Futuro (“verá”), que toma como ponto de referência o presente da enunciação (transposto). Sente-se a omnisciência do narrador por contar algo que se situa num momento posterior ao ponto de enunciação, que se encontra deslocado relativamente ao presente da enunciação do resto do romance, em que a personagem já está a entrar na sua fase da velhice.

Assim, e conforme a primeira frase do excerto apresentado, passado, presente e futuro confundem-se, misturam-se, formando um tempo vivenciado pelos sujeitos – o presente não é somente o presente, é também o recordar o passado e o antecipar o futuro (a memória e a expectativa, para falar como Santo Agostinho), de tal forma que o que não está presente se torna presente, mostrando a importância que os acontecimentos tiveram para as personagens<sup>3</sup>.

## 1.2 A ARTICULAÇÃO ENTRE O PRETÉRITO PERFEITO E IMPERFEITO NA NARRAÇÃO

Para além de os acontecimentos passados poderem ser presentificados, também é usada, tradicionalmente, uma articulação entre o Pretérito Perfeito e Imperfeito para os descrever. Estes tempos verbais pertencem a eixos temporais distintos (primário e secundário, respetivamente).

Segundo Cunha e Cintra (1996, p. 450), se o Pretérito Perfeito indica uma ação que se produziu num certo momento do passado, já empregamos o Pretérito Imperfeito “quando, pelo pensamento, nos transportamos a uma época passada e descrevemos o que então era presente”.

Esta definição sugere que passa a existir um ponto de referência no passado, descrevendo-se os eventos ou estados coincidentes com esse ponto. Está aqui em germe a noção de “transposição” das coordenadas enunciativas, que é, frequentemente, possibilitada pelo uso do Pretérito Imperfeito. Vejamos o excerto (6), que ilustra o que foi dito:

3. É de salientar que os mesmos acontecimentos são recordados por Milada e Josef de forma diferente: é só ela, que ficou marcada pela rutura amorosa com Josef, que recorda o passado através do uso do tempo Presente.

(6) “...alguns anos, a seguir à morte de Martin. Eram os anos mais duros, estava sozinha com as minhas filhas, tinha de me arranjar. Era a miséria.” (Kundera, 2000, p. 141)

De facto, neste excerto, a personagem Irena desloca-se a um período do seu passado (relativamente ao momento em que fala) e descreve o que, nesse momento, aconteceu, “o que então era presente”.

No que se relaciona com a articulação entre estes dois tempos verbais, e segundo Fonseca (1996), o Pretérito Imperfeito, com o seu aspeto durativo, abre como que um cenário, um enquadramento para o surgimento do Pretérito Perfeito, o qual, por ser diretamente ancorado relativamente a T0 e por ser associado a um valor aspetual perfeito, é vocacionado para significar um passado factual. Comparando com as sequências textuais teorizadas por Adam (2011), pode-se afirmar que o cenário se associa a uma sequência textual descritiva, enquanto o avançar da ação com o Pretérito Perfeito se relaciona com a sequência textual narrativa, dado que permite apresentar ações e eventos geralmente ligados a um agente.

(7) “...[ela] estava diluída no azul radioso! Era imaterial, transmutada em claridade!

Depois, de repente, o céu ficou negro. E ela, de novo caída na terra, voltou a ser matéria pesada e escura. Mal compreendendo o que se passara, não podia arrancar os olhos lá do alto: o céu estava negro, negro, implacavelmente negro.” (Kundera, 2000, p. 103)

Este excerto é iniciado por duas formas verbais no Pretérito Imperfeito (“estava/era”, predicados [+ estativos]), retomando-se o momento da tentativa de suicídio de Milada, que tinha sido relatado uns capítulos antes. Neste momento, então, como que se abre um cenário (o qual já havia sido descrito, mas que se pretende reintroduzir na narrativa), um começo, um mundo que fica em suspenso até se concretizar algum evento.

Esta concretização do evento acontece a partir da segunda frase, o que é sugerido, a nível linguístico, pelo uso do Pretérito Perfeito (“ficou/voltou”), pelo advérbio de tempo “Depois” e pela expressão “de repente”.

Assim, o Pretérito Perfeito, considerado como o “esqueleto do texto” (Oliveira, 1991, p. 181), permite a sua progressão, ligando-se, geralmente, a predicados [+ eventivos]. O Pretérito Imperfeito, neste caso, possibilita a descrição de um cenário inicial (“estava diluída no azul”) e de um cenário posterior, que surge após determinados acontecimentos, veiculados pelo Pretérito Perfeito (“o céu estava negro” depois de “o céu ficou negro” e “ela (...) voltou a ser matéria”).

Apesar do uso do Presente do Indicativo em certos momentos, o uso de tempos passados predomina na narração, segundo Weinrich (1984). É o Pretérito Imperfeito que desempenha um papel de grande relevo na narração. De facto, permitindo a tranposição das coordenadas que prendem os sujeitos falantes a uma situação de enunciação, este é um conector entre ficção, memória e imaginação, abrindo a porta para mundos alternativos, para mundos possíveis.

## **2. O ROMANCE COMO CONFIGURAÇÃO DE MUNDOS POSSÍVEIS**

A obra detém a capacidade de construir mundos, pela possibilidade de desinserção fictiva, “que pode ser um futuro possível, um passado real ou um irreal imaginário” (Fonseca, 1994b, p. 99).

Convém definir bem esta noção de “mundo possível”, que se refere à descrição de situações não reais, mas que podem, em muitos casos, ser possíveis no mundo real. O mundo possível é uma forma alternativa de como as coisas podem ser, “a way in which things might be” (Bach, 1989, p. 17), que inclui a ideia do mesmo mundo em tempos diferentes (Fonseca, 1994a).

Assim, a ficção, ao alargar os limites do possível, alarga o nosso universo de existência real, e esta possibilidade está bem patente no uso de índices de ficcionalidade, tal como o emprego de tempos verbais (especialmente do subsistema inatual) e de verbos criadores de universo, como “sonhar, imaginar”. Senão, vejamos:

(8) “...o que via não era ela, era outra ou, quando se olhou mais longamente no seu vestido novo, era ela mas a viver uma outra vida, a vida que teria tido se tivesse ficado no país. (...) Como se, no começo da sua vida adulta, tivesse tido diante de si várias vidas possíveis, de entre as quais acabara por escolher a que levara para França.” (Kundera, 2000, p. 29)

(9) “Oh! Como se passara tudo ao contrário do que ela quisera! Sonhara morrer misteriosamente.(...) Previra tudo bem previsto excepto, talvez, o número de soníferos (...) Pensara que o gelo a ia mergulhar no sono e na morte, mas o sono era demasiado fraco; abria os olhos e vira o céu negro.” (Kundera, 2000, p. 104-105)

Ambos os excertos apontam para a criação de mundos alternativos, mundos possíveis, através de um desembraiar das coordenadas da enunciação.

De facto, no extrato (8), em que Irena reflete sobre si própria e sobre o que poderia ter acontecido, vemos surgir, através do uso do Pretérito Imperfeito, um outro “eu”, “uma outra vida”, selecionada entre um conjunto de “vidas possíveis”. Esta reflexão por parte da personagem é acionada por um objeto diferente – “um vestido novo”, comprado no momento em que regressa ao seu país natal, do qual tinha partido há 20 anos. Este “aqui/agora” faz-lhe recordar o mesmo local no momento anterior ao da sua partida e pensar na vida que teria tido se tivesse ficado aí. É o uso de tempos verbais do subsistema inatual e da conjunção subordinativa condicional que nos sugere a abertura de diferentes vidas, as quais são avaliadas pela personagem – uma vida no “aqui” (na Ítaca natal) ou uma vida no “lá” (local do exílio).

No excerto (9), as formas verbais “sonhara, previra, pensara” apontam para a criação, por parte da personagem, de um mundo, para o qual esta se tinha transposto e ao qual tinha dado uma existência mental e pensado dar uma existência real. A conjunção coordenativa adversativa remete para a diferença entre o que aconteceu factualmente (embora não seja totalmente real, na medida em que está a ser contado, recriado pela memória) e o que poderia ter acontecido: o mundo que foi antevisto, projetado para o futuro.

Poderemos, assim, concluir, com Kundera (2002, p. 58), que “ a existência não é o que se passou, a existência é o campo das possibilidades humanas”. É a vida construída, não só pelo que se viveu, mas também por tudo o que poderia ter sido vivido, por tudo o que se projetou ou imaginou viver. Um mundo de possibilidades, que, ao ser contado, vai ser recriado pela memória.

### 3. A EXPERIÊNCIA DA MEMÓRIA E A PROLIFERAÇÃO DE “EUS”

*“Sabia muito bem que a sua memória o detestava, que não fazia outra coisa que não fosse caluniá-lo”* (Kundera, 2000, p. 66)

A memória, aqui retratada quase como detendo vida e capacidade de escolha, permite-nos trazer os objetos e circunstâncias ausentes para o presente, mas sempre através da nossa vivência, da nossa emoção e até da nossa capacidade limitada de lembrar, que nos permite recordar tão somente “uma parcela perfeitamente ínfima da vida vivida” (Kundera, 2000, p. 108).

A situação presente das personagens Josef e Irena, ou seja, o seu regresso à terra natal e o seu reencontro, após uma história de amor que tinha ficado apenas no início antes do seu exílio, propicia uma abertura temporal para um passado que é incorporado no presente. Os

planos temporais do “aqui/agora” e do “lá/então”, bem como o do “aqui/então”, entrecruzam-se à medida que as personagens contam, avaliam, (re)criam e descobrem os factos passados. De facto, as recordações entrecruzam-se com a diegese primária, partindo dela e enriquecendo-a/explicando-a.

No referido reencontro das duas personagens, é de relevar a ausência de correspondência entre a parcela de passado que cada um recorda.

Sabe-se que quando dois falantes pactuam num contrato enunciativo, partilham entre si um determinado campo mostrativo, que, numa versão mais abrangente, inclui o espaço físico e sensorial que os rodeia, o espaço textual ou discursivo que é construído em conjunto, bem como um espaço imaginário, apoiado no espaço de memória que possuem em comum (Pinto, 2002, p. 386). Está aqui saliente a noção de “campo mostrativo imaginário” da deixis *am phantasma* de Bühler (1934), construído à imagem e semelhança do campo mostrativo concreto (deixis *ad oculos*). Neste último, a mostração, o apontar para um dado objeto, usando a linguagem (ou também o gesto), é realizada *in praesentia*, havendo um acesso visual ou auditivo ao objeto, enquanto no campo mostrativo imaginário a mostração é efetuada *in absentia*, partindo de evidências e imagens mentais que, a nível cerebral, possuem um estatuto idêntico ao das imagens sensoriais.

Com efeito, na *deixis am phantasma*, os deíticos indicam referentes ausentes, que não se encontram no campo de observação direto. Mostram objetos que podem estar associados a um dado tempo ou lugar, mas que não se encontram materializados nesse momento em particular. Consequentemente, depende-se da memória para associar o deítico ao seu referente.

Tendo em atenção que a maior ou menor partilha de segmentos duma “memória comum” é determinante do grau de sucesso de comunicação, facilmente nos apercebemos que a inte-

ração entre as referidas personagens não foi bem sucedida. Consideremos, então, os extratos seguintes:

(10) “Nunca esquecerá o seu encontro longínquo. Era em Praga, ela estava com um grupo de amigos num bar e ele, amigo dos seus amigos, só tinha olhos para ela. A sua história de amor fora interrompida antes de poder começar.

(...) Não ficaria um dia sequer em Praga? Sim, apesar de tudo, antes de voltar para a Dinamarca, um ou dois dias talvez. Ela não poderia vê-lo? Seria tão simpático voltarem a ver-se! Ele deu-lhe o nome do hotel onde se alojaria na província.” (Kundera, 2000, p. 42-43)

(11) “Também ele se sentia feliz com este encontro; ela era amistosa, galante e agradável, na casa dos quarenta, bonita, e ele não sabia de todo quem ela era. (...) Mas quando tinham prometido voltar a ver-se e ela quisera dar-lhe o seu número de telefone, sentira-se embaraçado: como poderia ligar para alguém cujo nome não sabia? Sem mais explicações, dissera-lhe que preferia que fosse ela a telefonar-lhe e pedira-lhe que tomasse nota do número do seu hotel na província.” (Kundera, 2000, p. 44)

Estamos perante duas vivências diferentes de um mesmo encontro, na medida em que os actantes, apesar de partilharem um mesmo campo mostrativo concreto, não partilham o mesmo conjunto de memórias, as mesmas imagens mentais, ou seja, não evocam da mesma forma os acontecimentos do passado, havendo, na verdade, um vazio na memória de Josef, no que se refere ao conhecimento do “tu” que com ele interage.

A diferente vivência de duas personagens distintas (cada uma com o seu repositório de saberes e experiências que é a memória) de um mesmo reencontro é intensificada pelo assumir da focalização por parte de Irena, no excerto (10), e de Josef, no (11), assim como pela existência do discurso indireto livre.

De facto, no primeiro passo, é a perspetiva de Irena que nos surge relatada. Na sua memória, o primeiro encontro com Josef parece ter permanecido intacto. É este que é narrado na segunda frase, iniciada pela forma verbal “era”. Todo o primeiro parágrafo deste excerto nos remete para a criação de um enquadramento narrativo, através do uso do Pretérito Imperfeito. No entanto, a narrativa fica em suspenso, não surgindo nenhuma forma verbal no Pretérito Perfeito a narrar nenhum evento, o que pode sugerir a não concretização de uma história de amor.

Assim, neste primeiro parágrafo do excerto (10), o locutor “desloca-se”, transpõe-se para “lá/então”, apoiando-se nos dados da memória, que utiliza para reproduzir um determinado quadro situacional distinto daquele em que está inserido.

No segundo parágrafo do excerto (10), está bem patente o uso do discurso indireto livre, que permite a proliferação da *origo* enunciativa, e, por conseguinte, a multiplicação de vozes no discurso. Na verdade, o “discurso indireto livre é talvez o mais conhecido exemplo [da] exploração criativa das virtualidades do sistema enunciativo das línguas e baseia-se justamente numa experimentação sobre o modo de estabelecer a “origem” das coordenadas enunciativas” (Fonseca, 1994b, p. 101). Este mecanismo permite, então, a mistura estreita de vozes (de personagens e do narrador).

Assim, cada “eu” transforma-se no centro a partir do qual se opera a construção das coordenadas enunciativas, formando um mundo próprio. Na frase: “Não ficaria um dia sequer em Praga?”, vemos surgir a voz e o mundo de Irena, com os seus desejos e inquietações. A frase seguinte constitui a reprodução da resposta de Josef, que surge livre e espontaneamente no discurso.

Já a frase “Ele deu-lhe o nome do hotel onde se alojaria na província” se encontra encoberta de maior ambiguidade. Surgindo neste excerto, em que está evidenciada a perspetiva de Irena,

aponta para um grande desejo, por parte de Josef, de que ela o contacte. No entanto, após conhecermos o espaço mental de Josef, apercebemo-nos de que existe, realmente, um certo desejo em que isso aconteça, mas mesclado de um desconhecimento do seu interlocutor e respetivo sentimento de embaraço.

Por conseguinte, apesar do reencontro destas duas personagens, o que acaba por acontecer é um “desencontro comunicativo”.

A proliferação de vozes no discurso, permitida, em certa medida, pelo uso do discurso indireto livre, vai também ser proporcionada pelo uso de deícticos, o que é visível num momento de autorrevelação de Josef, explorado a seguir.

#### **4. O “EU” DO “AGORA” DESCOBRE O “EU/ELE” DO “ENTÃO” – FUNCIONAMENTO DOS DEÍCTICOS**

Os deícticos evidenciados neste subtítulo (“eu, agora, ele, então”) remetem para o facto de as línguas possuírem uma dependência contextual, devido à “incorporação e utilização significativa, pela linguagem, das próprias circunstâncias criadas pela realização de um acto verbal. Daqui resulta, como característica definidora dos deícticos, a sui-referencialidade: são signos que adquirem significação mediante a referência à sua própria enunciação: “EU” significa “quem diz “eu”, no momento em que o diz” (Fonseca, 1996, p. 439).

Assim, ao dizer “eu”, o falante institui a sua própria existência, bem como a de um “tu” que com ele interage e que se torna o seu eco, dado que se torna “tu” posteriormente. De facto, a subjetividade da linguagem implica necessariamente a intersubjetividade.

A relação entre o “eu” e o “tu” é, segundo Benveniste (1978), única na linguagem humana: existe uma posição de transcendência entre ambos, mas eles são complementares, necessitando de coexistir. Ao mesmo tempo, são reversíveis, na medida em que o “eu” diz “tu” a alguém que é exterior a si, mas que também lhe diz “tu”.

Os deíticos “eu/tu”, sendo inseparáveis, representam a inscrição, na estrutura formal da língua, da sua estrutura dialógica (Fonseca, 1996, p. 440). Na verdade, qualquer ato discursivo é sempre coproduzido, porque, nas operações discursivas sequenciais, entra em linha de conta a imagem que o locutor faz do alocutário, o que desencadeia constantes reformulações dos atos do discurso. O locutor e o interlocutor formam o centro do sistema de coordenadas espacio-temporais geradoras da possibilidade de referência. Por seu turno, o “ele” é designado, por Benveniste (1978), como a não-pessoa, na medida em que detém um estatuto de não-participante num ato verbal.

Por outro lado, os elementos deíticos que remetem para a localização espacial tomam por base a proximidade ou afastamento relativamente ao sujeito da enunciação (“aqui”/ “ali”) ou ainda a proximidade com o interlocutor (“aí”). Do mesmo modo, “agora” e “então”, deíticos de tempo, não apontam para momentos absolutos, mas sempre relativos ao ato enunciativo.

Os deíticos, como alguns pronomes pessoais, os demonstrativos, os tempos verbais, os advérbios de lugar e de tempo, ilustram, então, a incorporação na linguagem das circunstâncias criadas pela realização de um ato verbal. Eles são, segundo Fonseca (1992), condições de significação e de referência *sui generis*: remetem direta ou indiretamente para segmentos de uma realidade específica que são o “eu/tu-aqui-agora”, criados na e pela enunciação. Por conseguinte, estes obtêm referência a partir da enunciação sempre única que os contém.

É de salientar que se, por um lado, a linguagem é dependente do contexto, podendo, através dos deíticos, mostrar algo que esteja presente (ou até ausente) num ato de interação verbal, por outro, ela cria o seu próprio contexto. Assim, o contexto também depende da linguagem que o cria. Este fenómeno pode ser denominado por “reprodutividade referencial”, definida como a possibilidade de o discurso criar o seu próprio contexto – um campo mostrativo textual e imaginário (Fonseca, 1992, p. 148).

Os deíticos permitem apontar não só para objetos presentes, mas também para os ausentes, que, ao serem invocados, podem ser integrados no espaço situacional presente. É a linguagem que nos permite esta capacidade de transposição fictiva, sendo o próprio ato de referência de carácter fictivo, na medida em que pode referir algo que não está presente ou até algo que não existe. Esta conceção permite ultrapassar a de referência como relação unívoca e unidirecional com um real externo experienciável. Então, nem tudo o que é referido tem de existir (“Axioma da Existência” de Searle (1979)), mas antes tudo o que é referido passa a ter uma existência, ainda que textual (Fonseca, 1994b, p. 91 e ss.).

Na obra que está a ser abordada, os deíticos revestem-se de grande importância.

De facto, e como foi anteriormente referido, há o regresso de Josef e Irena ao “aqui” da sua terra natal, um “aqui” em que todos construíram as suas vidas independentemente das deles. Já se sabe como estes advérbios de lugar se relacionam com o sujeito de enunciação, marcando um maior ou menor grau de proximidade relativamente a este. Sendo assim, o “aqui” da terra natal, onde se encontram no momento da enunciação, é sentido como um “lá”, na medida em que a distância efetiva que existiu durante os vinte anos de exílio deu lugar a uma distância afetiva. De facto, quando perguntam a Josef:

(12) “Então a tua terra já não é aqui?” (Kundera, 2000, p. 138)

ele responde:

(13) “Não. É lá.” (Kundera, 2000, p. 138)

O “aqui” em que Josef se encontra detém, por conseguinte, uma distância afetiva com o “eu” da enunciação. Esta distância encontra-se ainda mais patente no exemplo (14), em que o sujeito da enunciação se transpõe de um “aqui” para um “lá” através do emprego do advérbio de lugar “lá”:

(14) “Foste tu que me disseste que tinha de lá ir [lá – local onde se encontra agora]. Eu não queria. Não tinha a mais pequena vontade deste regresso.” (Kundera, 2000, p. 62)

É o regresso ao “aqui” que permite a Josef recuperar “o seu diário dos tempos de liceu” (Kundera, 2000, p. 63) e enveredar por um caminho de descoberta de si próprio, na medida em que, como foi referido anteriormente, a memória recorda apenas alguns aspetos do vivido. Neste caso, Josef “lê e não se lembra de nada” (Kundera, 2000, p. 64). Vê-se, então, assumir no discurso um outro “eu” (o Josef liceal), que se constitui como uma nova *origo* das coordenadas enunciativas, instituindo, por exemplo, a existência de um “tu”:

(15) “Disseste-me que, no amor, se trata apenas da carne.” (Kundera, 2000, p. 63)

Este “eu” é um desdobramento do “eu/agora” num “eu/então”, que poderá ser, simultaneamente, um “ele/então”, por revelar afastamento com o “eu/agora” que descobre e lê o diário:

(16) “Que veio então aqui dizer-lhe este desconhecido? Lembrar-lhe que outrora ele viveu aqui sob o seu nome?” (Kundera, 2000, p. 64)

Efetivamente, segundo o Josef de “agora”, o Josef de “então” parece nada ter em comum com ele para além do nome, o que também é evidenciado pelo uso das seguintes expressões – “este desconhecido” (do exemplo acima), “aquele virgem” e “aquele ranhoso” (Kundera, 2000, p. 73). Estas sugerem uma gradação, que marca, inicialmente, a distância temporal (“este/aquele”) e, num momento posterior, a distância afetiva, pela reprovação moral (“aquele ranhoso”), entre o Josef de “agora” e o do “então”.

Esta distância é realçada pela análise que faz (vd. excertos 17 e 18), que o leva a uma reação final de destruição do diário, motivada pelo choque da revelação evidenciado no extrato (19).

(17) “aparentemente, o coito enquanto prova de amor importava-lhe mais que o próprio acto físico” (Kundera, 2000, p. 72)

(18) “Será possível? “Extremamente atento a cada manifestação da sua dor”, contou os soluços dela? Que torcionário-contabilista!” (Kundera, 2000, p. 74-75)

(19) “Começa a rasgar as páginas do diário aos bocadinhos.” (Kundera, 2000, p. 76)

O passado invade, deste modo, um presente que não o quer assumir. Rasgar o diário é fazer com que o passado, já apagado na memória de Josef, deixe de existir de vez.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Só esperava uma coisa; que lhe dissessem enfim: Conta! E foi a única palavra que não lhe disseram.”* (Kundera, 2000, p. 32)

Surge-nos narrada, neste romance de Milan Kundera, a vivência de cada personagem, a forma como cada uma experiencia os acontecimentos e constrói a sua vida, com base num repositório de saberes e experiências – a memória.

É a memória que vai permitindo às personagens recriar o seu passado, que, por ser reconstruído através da emoção do momento presente da enunciação, é um passado irreal.

Pela memória e pela imaginação, é dada às personagens a possibilidade de desinserção fictiva, de libertação da contingência deítica em que estão inseridas: o “eu-aqui-agora” da enunciação. Transpõem-se, assim, para um passado mais ou menos real ou para um futuro.

As personagens vão presentificando os momentos passados, tornando-se estes, assim, parte do presente.

No entanto, como cada um recorda apenas parcelas do vivido, a “memória comum” que levam para um ato de comunicação/interação apresenta diferenças, podendo levar a desencontros comunicativos.

Sente-se, em toda a obra, a importância de contar o vivido, de partilhar experiências; enfim, de narrar. É pela narração que cada personagem (re)constrói a sua vida e se constrói a si próprio, a sua identidade. Cada um é o que *pode contar*. Mas “contar” implica “criar”, “imaginar” os momentos que a memória não consegue recuperar na sua totalidade, implica, afinal, fazer ficção, ao partir-se de um “então”.

Contar implica, então, evocar o passado, trazê-lo ao presente, nem que seja modificado, moldado pelo que se está a sentir, filtrado pela evolução psicológica das personagens. Se não se contar, o passado não é revivido, pode deixar de existir e a vida mergulha na *Ignorância*.

ARTIGO RECEBIDO A  
03/03/2024  
ARTIGO APROVADO A  
12/06/2024

#### REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. (2011). *A Linguística textual. Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez.
- Bühler, K. (1982) [1934]. The deictic field of language and deictic words. In: Jarvella, Robert; Klein, Wolfgang (eds.). *Speech, Place, and Action: Studies in Deixis and Related Topics*. Chichester: John Wiley & Sons, Ltd, 9–30.
- Bach, E. (1989). *Informal Lectures on Formal Semantics*. Albany: Suny Press.
- Benveniste, E. (1978). *O homem na Linguagem: ensaios sobre a instituição do sujeito através da fala e da escrita*. Lisboa: Vega Universidade.
- Cunha, C.; Cintra, L. (1996). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Fleischman, S. (1982). *The future in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fonseca, F. I. (1992). *Deixis, Tempo e Narração*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.
- \_\_\_\_\_(1993). Quand dire c'est feindre: théorie linguistique et fiction littéraire. *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*, II série, vol. X, Porto, 55-62.
- \_\_\_\_\_(1994a). O perfeito e o pretérito e a teoria dos níveis de enunciação. In: Fonseca, F.; Fonseca, J. *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino de Português*. Porto: Porto Editora.
- \_\_\_\_\_(1994b). Deixis, dependência contextual e transposição fictiva. In: Fonseca, F.; Fonseca, J. *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino de Português*. Porto: Porto Editora.
- \_\_\_\_\_(1996). Deixis e Pragmática linguística. In: Faria, I.; Pedro, E.; Duarte, I.; Gouveia, C. (org.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Fonseca, J. (1992). *Linguística e Texto/Discurso: teoria, descrição, aplicação*. Lisboa: ICALP.
- Kundera, M. (2002). *A arte do romance*. Lisboa: Dom Quixote.
- Mateus, M. H.; Brito, A. M.; Duarte, I.; Faria, I. H. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Oliveira, F. (1991). Funções discursivas de alguns tempos do passado. *Encontro de Homenagem a Óscar Lopes*. Lisboa, APL, 165-186.

SILVA, CLÁUDIA ALEXANDRA MOREIRA DA; *O tempo e a memória n' A Ignorância, de Milan Kundera / Time and Memory in Milan Kundera's A Ignorância*  
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 192-215

Oliveira, F.; Lopes, A. M. (1995). Tense and Aspect in Portuguese. In: Thieroff (org.). *Tense systems in European language*, vol. II, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 95-115.

Pinto, A. G. (2002). Contexto e significação – uma reflexão em torno de *A Insustentável Leveza do Ser* de Milan Kundera. *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*, II série, vol. XVIII, Porto, 379-373.

Searle, J. (1979). *Expression and Meaning. Studies in the theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.

Silva, F. (2003). A temporalidade em *O Homem de Sophia* de Mello Breyner Andresen. *Língua Portuguesa: Estruturas, Usos e Contrastes*. Porto, CLUP, pp. 79-95.

Weinrich, H. (1984). No princípio era a narração. *RUNA – Revista Portuguesa de estudos Germanísticos*, 2, Coimbra, 127-141.

#### OBRA ABORDADA

Kundera, M. (2000). *A Ignorância*, trad. de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Asa



## “Valorização dos professores”: cenografia e *ethos* de seis professores em vídeos do ministério da educação

### “Valorização dos professores”: Scenography and Ethos of six teachers in videos from the ministry of education

**WELTER, MÁRCIA ROHR**  
marcia\_r\_welter@hotmail.com

**PALAVRAS-CHAVE:**

*Ethos*;  
Cenografia;  
Professor;  
Depoimento;  
Ministério da Educação.

**KEY-WORDS:**

*Ethos*;  
Scenography;  
Teacher; Testimony;  
Ministry of Education.

Doutoranda em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale (Brasil)  
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROSUC/CAPES, Brasil)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0900-4828>

**RESUMO:** A educação é pauta de debates e matérias durante o ano inteiro em diferentes instâncias. No Brasil, no mês de outubro, o foco recai sobre a profissão docente em decorrência da data comemorativa do dia do professor. Nesse momento, são veiculadas, em diversas mídias, falas de professores sobre a sua atuação em sala de aula, os desafios da carreira, entre outros temas. A partir dessas enunciações, delimita-se o tema deste estudo, a construção do *ethos* discursivo em falas/depoimentos de docentes sobre a sua atuação profissional. O objetivo, portanto, é analisar o *ethos* discursivo de professores em propagandas sobre a valorização de docentes veiculadas pelo Ministério da Educação em outubro de 2021. Para isso, emprega-se o tipo de pesquisa que se caracteriza como exploratório e bibliográfico, com a revisão de pressupostos teóricos de *ethos* e cenografia da Análise de Discurso de Maingueneau (2018, 2015, 2008a, 2008b) e Amossy (2008), com abordagem qualitativa. No desenvolvimento desse percurso, os resultados demonstram que a cenografia tenta influenciar o público a esquecer-se dos desafios e adversidades da educação no Brasil e há a constituição de um *ethos* de professor engajado e inspirador.

**ABSTRACT:** Education is a topic of debate and discussion throughout the year at various levels. In Brazil, during the month of October, the focus shifts to the teaching profession due to the celebration of Teacher's Day. At this time, teachers' statements about their classroom activities, career challenges, and other topics are broadcast across various media. This study focuses on these statements, specifically the construction of discursive ethos in teachers' speeches/testimonies about their professional activities. The objective is to analyze the discursive ethos of teachers in advertisements about teacher appreciation broadcast by the Ministry of Education in October 2021. For this, the research is exploratory and bibliographic, reviewing theoretical assumptions of ethos and scenography from the Discourse Analysis of Maingueneau (2018, 2015, 2008a, 2008b) and Amossy (2008), using a qualitative approach. The results show that the scenography attempts to influence the audience to forget about the challenges and adversities of education in Brazil and establish an ethos of the teacher as engaged and inspiring.

## INTRODUÇÃO

Todos os anos, em outubro, a profissão docente recebe maior visibilidade nas mídias e meios de comunicação devido à data comemorativa do dia do professor. É comum, nessa época do ano, serem apresentadas reportagens abordando a precariedade de instituições públicas de ensino, os desafios da carreira e depoimentos de profissionais. Nesses relatos, geralmente, costuma predominar o discurso do profissional que vence as adversidades, físicas, financeiras e, até mesmo, emocionais, e desempenha um papel transformador na vida do estudante.

Tendo em vista narrativas de docentes sobre sua profissão, o foco, neste artigo, recai sobre a construção do *ethos* discursivo de professores em vídeos institucionais vinculados à plataforma AVAMEC (Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (MEC)) e divulgados no mês de outubro de 2021. Uma das justificativas para a escolha dos vídeos intitulados “Valorização dos professores” se encontra no fato de terem sido produzidos pelo MEC, que é a instância máxima no regimento da educação no Brasil, o que pode, portanto, oferecer indícios acerca da forma como o estado brasileiro concebe a profissão docente em um país de proporções continentais. A fim de propor uma convergência discursiva diante da heterogeneidade cultural do Brasil, as produções apresentam um grupo heterogêneo de educadores, profissionais de diferentes idades, regiões do Brasil e áreas de ensino, o que configura um segundo fator de interesse investigativo, devido à possibilidade de análise comparativa do *ethos* discursivo. Além disso, é relevante considerar a publicação dos vídeos em diferentes redes sociais, *Facebook*, *YouTube*, *Instagram*, buscando-se articular, por meio da ampliação do público alcançado bem como pela potencialização do número de interações, a popularização da campanha do MEC a um movimento social de valorização docente.

Nos vídeos, os professores discorrem sobre as suas práticas de ensino, sobre os motivos que os levaram a exercer a docência, sobre o que os motiva a continuarem atuando como educadores, entre outros temas. A partir desses relatos, o problema de pesquisa que instiga este estudo parte da seguinte interrogação: qual é o *ethos* discursivo construído por docentes em vídeos vinculados à plataforma AVAMEC do Ministério da Educação e divulgados no mês de outubro de 2021? Diante desta indagação, o principal objetivo deste trabalho é analisar o *ethos* discursivo de professores em vídeos para a valorização de docentes, veiculados pelo Ministério da Educação em outubro de 2021, a partir de um recorte de transcrição discursiva.

Para isso, adota-se o tipo de pesquisa que se caracteriza como exploratório e bibliográfico, com a revisão de conceitos de cenografia e *ethos*, com abordagem qualitativa (Prodanov; Freitas, 2013). O *corpus* de análise, devido à extensão do artigo, é composto pela seleção de um recorte de transcrição discursiva de cada um dos seis vídeos com depoimentos de professores divulgados pelo MEC em outubro de 2021. Foi selecionado o excerto considerado como mais representativo para o objetivo desta investigação. A relevância dos trechos selecionados está em seu conteúdo, uma vez que, nestes excertos, os profissionais explicitam as suas práticas; dissertam sobre os motivos pelos quais, em sua opinião, se consideram bons profissionais; e expõem como se sentem ao exercerem a profissão docente.

Para que o objetivo deste estudo fosse alcançado, foram utilizados os pressupostos teóricos de *ethos* e cenografia da Análise de Discurso, de Maingueneau (2008a, 2008b, 2015, 2018) com comentário de Amossy (2008). Na próxima seção, essa base teórica trata, inicialmente, das questões de gênero de discurso, cena genérica, cena englobante e cenografia, e progride para o conceito de *ethos* e de fiador, a fim de apresentar um breve traçado do *ethos* em textos publicitários. Na sequência do embasamento teórico, encontram-se as seções de metodologia, análise e considerações finais.

## 1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Nesta seção, é apresentada a base teórica que sustenta a análise do presente artigo. O embasamento teórico encontra-se ancorado na Análise de Discurso proposta por Dominique Maingueneau, e os conceitos explorados são de cena englobante, cena genérica, cenografia e ethos (Maingueneau, 2008a, 2008b, 2015, 2018; Amossy, 2008).

O ato de linguagem não é um processo estático no qual um emissor produz uma “mensagem” a um destinatário, que deve decodificar o conteúdo e colaborar com o contrato comunicativo proposto pelo locutor. Ao enunciar, o sujeito que toma a palavra constrói uma imagem de si (Amossy, 2008). Nessa perspectiva, o modo como o enunciador enuncia realiza uma apresentação de si por meio de suas competências linguísticas e enciclopédicas, seu estilo e suas crenças (Amossy, 2008).

Essa apresentação de si é tributária de papéis sociais e de dados situacionais, pois a troca verbal está submetida a uma regulamentação sociocultural (Amossy, 2008). Desse modo, o discurso pressupõe um determinado quadro, que é definido pelas restrições do gênero, e um processo, que diz respeito à sequência de ações verbais e não verbais que completam esse espaço (Maingueneau, 2015).

O gênero de discurso recobre um conjunto de atividades discursivas decorrentes de um regime instituído, ou seja, os participantes são mobilizados por meio de um papel determinado (Maingueneau, 2015). Entretanto, a cena de enunciação de um gênero não é um “bloco compacto” (Maingueneau, 2015). Nela, conforme o Maingueneau (2015), interagem três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. A cena englobante se refere ao “tipo de discurso”, que se configura como um recorte de um setor da atividade social caracterizada por uma rede de gêneros de discurso (Maingueneau, 2015).

A cena genérica funciona como uma espécie de norma que suscita expectativas (Maingueneau, 2015). Para cada cena genérica, consoante Maingueneau (2015), são estabelecidos papéis para os parceiros, uma ou mais finalidades, um lugar apropriado para o seu sucesso, uma inscrição temporal, um suporte e um uso específico de recursos linguísticos.

Já a noção de cenografia se ampara na ideia de que o enunciador, pela sua enunciação, organiza a situação a partir do que pretende enunciar (Maingueneau, 2015). Nessa perspectiva, “enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma cenografia” (Maingueneau, 2015, p. 122). A cenografia, seguindo essas colocações, se desenvolve de modo pleno quando o enunciador pode controlar seu desenvolvimento, ou seja, em situações monologais em que ele pode controlar a totalidade do processo (Maingueneau, 2015).

Articulada à noção de cena de enunciação, encontra-se a de *ethos*. Esta, na perspectiva dos antigos, remete a uma construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso da enunciação (Amossy, 2008). Conforme Maingueneau (2008b, p. 70) “em termos mais pragmáticos, dir-se-ia que o *ethos* se desdobra no registro do ‘mostrado’ e, eventualmente, no do ‘dito’. Sua eficácia decorre do fato de que envolve de alguma forma a enunciação sem ser explicitado no enunciado”.

O *ethos* se elabora, por conseguinte, a partir de uma percepção complexa “[...] mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente” (Maingueneau, 2008a, p. 16). Desse modo, o *ethos* é um comportamento que articula elementos verbais e não verbais, desencadeando efeitos multissensoriais no destinatário (Maingueneau, 2008a).

A noção tradicional de *ethos* recobre a dimensão vocal e as dimensões físicas e psíquicas atribuídas pelas representações coletivas ao enunciador (Maingueneau, 2008b). Dessas representações, surge a ideia de ‘fiador’, que é construída pelo leitor/interlocutor com base em indícios textuais de diferentes tipos (Maingueneau, 2008b). Consoante Maingueneau (2008b, p. 72), a partir desses indícios, o enunciador encontra-se investido de um caráter, que “[...] corresponde a um feixe de traços psicológicos”, e uma corporalidade, que é ligada a “[...] uma compleição corporal, mas também a uma forma de vestir-se e de mover-se no espaço social”.

Nessa perspectiva, o *ethos* implica um controle do corpo, pois o caráter e a corporalidade do fiador

apoiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar. Esses estereótipos culturais circulam nos registros mais diversos da produção semiótica de uma coletividade [...] (Maingueneau, 2008, p. 72).

Percebe-se, portanto, que a qualidade do *ethos* remete à figura do fiador que, por sua enunciação, outorga a si uma identidade compatível com o mundo em que se supõe que ele esteja inserido (Maingueneau, 2008b). Conforme Freitas, Antunes Júnior e Boaventura (2021), o destinatário procura em um modelo, estereótipo, presente no pano de fundo cultural compartilhado com seus semelhantes, a validação em pessoa (fiador) de certo mundo de ideias.

Desse modo, o *ethos* de um discurso, consoante Maingueneau (2008a, 2018), resulta da interação de diferentes fatores e engloba a interação entre *ethos* dito, o que o locutor diz sobre si, e *ethos* mostrado, o que mostra sua maneira de enunciar. Já o *ethos* efetivo, ao qual este trabalho se refere quando emprega a palavra *ethos*, é resultante da interação dessas instâncias (Maingueneau, 2008b).

Em suas reflexões sobre o *ethos*, Maingueneau (2008a, 2008b) também discorre sobre o espaço do *ethos* em discursos publicitários. Segundo o teórico, “O discurso publicitário mantém de qualquer maneira um laço privilegiado com o *ethos*. De fato, ele procura persuadir associando os produtos que promete a um corpo em movimento, a um estilo de vida, a uma maneira de estar no mundo” (Maingueneau, 2008b, p. 88).

Isso ocorre pelo movimento da publicidade de “encarnar” “[...] na sua própria enunciação aquilo que ela evoca, ela deve torná-lo sensível, apoiando-se em estereótipos carregados de valor” (Maingueneau, 2008b, p. 88). Desse modo, reafirma-se o posicionamento de Maingueneau (2008a) de que a interpretação do *ethos* não se reduz a uma simples decodificação, pois algo da “ordem do sensível” estabelece-se na comunicação verbal. Assim, o coenunciador faz mais do que “decifrar” conteúdos, ele participa do mundo configurado da enunciação (Maingueneau, 2008a).

No *corpus* selecionado para este trabalho, seis vídeos com depoimentos de professores veiculados pelo Ministério da Educação no mês de outubro de 2021, tem-se a configuração de um mundo, pela enunciação, em que é representado o estereótipo do professor que realiza, pelas suas práticas, a diferença na vida do aluno. Através da enunciação de experiências docentes desses profissionais, é possível perceber acontecimentos significativos desses sujeitos, seus valores, suas energias, seus dramas e alegrias (Maia, 2016).

Tais elementos mencionados por Maia (2016) são evidenciados através do modo de enunciação dos locutores e constituem a sua imagem, seu *ethos*, o que ocorre em uma cena de enunciação. A fim de compreender como os conceitos expostos nestes Pressupostos Teóricos – cena englobante, cena genérica, cenografia, *ethos* e fiador – são aplicados na análise, segue-se para a seção de metodologia, que explicita os procedimentos de investigação deste trabalho.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

Neste estudo, adota-se o tipo de pesquisa que se caracteriza como exploratório e bibliográfico, com a revisão de conceitos de cenografia e *ethos*, com abordagem qualitativa (Prodanov; Freitas, 2013). A partir dessa metodologia, tem-se por objetivo analisar o *ethos* discursivo de professores em vídeos para a valorização de docentes, veiculados pelo Ministério da Educação em outubro de 2021, a partir de um recorte de transcrição discursiva.

Diante desse interesse, elegeu-se como *corpus* deste trabalho seis vídeos veiculados pelo Ministério da Educação, órgão máximo do ensino no Brasil, em diferentes redes sociais (*Facebook*, *Instagram* e *YouTube*) no mês de outubro de 2021. A escolha desse recorte temporal sustenta-se no fato de 2021 ser um ano de emergência sanitária devido à pandemia de COVID-19, como declarado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) – Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) que apenas teve seu fim reconhecido pela OMS em maio de 2023 (OMS, 2023). Nesse ano, conforme relatório do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), houve 627 mil matrículas a menos na educação básica no Brasil em comparação ao ano de 2020 (INEP, 2022), o que reitera os impactos da pandemia na educação brasileira.

Ao mesmo tempo, para o ano de 2021, o governo federal contestou o reajuste no piso salarial do magistério nacional, mantendo o valor de 2.886,24 reais para a jornada de 40 horas semanais (Piso, s.d.), conforme estipulado em 2020. Tal iniciativa suscitou questionamentos quanto à valorização dos profissionais da educação. Assim, os vídeos divulgados pelo MEC dialogam com esse contexto e, particularmente, situam-se no recorte temporal simbólico do mês de outubro, em que a celebração do “dia do professor” confere destaque à profissão em diferentes meios de comunicação, que, geralmente, colocam em pauta os desafios da carreira, a educação no país, o papel transformador dos educadores na vida de seus alunos, entre outros temas.

As seis produções que compõem o corpus deste estudo foram escolhidas porque apresentam como título geral “Valorização dos professores” e estão relacionadas à subseção AVAMEC / Depoimentos, no *YouTube*. Outro motivo que endossa a preferência por esses vídeos é a diversidade dos profissionais que tomam o lugar de fala. O primeiro vídeo, disponibilizado em 20 de outubro, contém o depoimento de Leonardo Carrasco, 34 anos, de Recife – PE, professor de Biologia em cursinho preparatório para vestibular. No segundo vídeo, de 22 de outubro, quem fala é Elzimar dos Santos Ferreira, professora de Língua Portuguesa em Presidente Figueiredo – AM. No terceiro, quem assume o lugar de fala é João Paulo Milhorini Michaliszyn, de 29 anos, professor de Educação Física, em Piraquara – PR. Na quarta parte dos depoimentos, Débora Melo, professora de Ciências de Brasília – DF, fala sobre a sua trajetória. No quinto vídeo, tem-se o depoimento de Thais Gracia, professora de Teatro de São Paulo – SP. E, por fim, no sexto vídeo, é apresentada Neurivana Avis da Costa, de Manaus – AM, professora do Ensino Infantil e Fundamental I.

A partir do exposto, percebe-se que os vídeos veiculados pelo Ministério da Educação tentam representar a totalidade dos professores do país ao apresentar os depoimentos de profissionais de diferentes regiões e de diferentes áreas de ensino. Para a análise desses vídeos, seguiu-se a ordem de compartilhamento das produções nas redes sociais do MEC e, devido à extensão desta investigação, optou-se por selecionar um recorte discursivo de cada um dos seis vídeos, o qual foi considerado mais representativo para o objetivo de estudo. Nesse sentido, analisa-se a cena englobante, a cena genérica, a cenografia, o fiador e o ethos de um excerto de cada vídeo.

### 3. “PROFESSORES SÃO INSPIRADORES E MUDAM O FUTURO DOS ESTUDANTES”: A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* E CENOGRAFIA DE SEIS PROFESSORES

Antes de adentrar nas análises dos recortes dos vídeos, cabe tecer algumas considerações gerais sobre essas produções divulgadas pelo Ministério da Educação. Inicialmente, pode-se afirmar que as produções são caracterizadas como vídeos institucionais, pois foram produzidas e disponibilizadas em páginas oficiais do MEC, ainda que inseridas nas redes sociais *Facebook*, *YouTube* e *Instagram*. Os seis vídeos apresentam também títulos semelhantes que iniciam com “AVAMEC / Valorização dos Professores” e são finalizados com a mesma frase “Professores são inspiradores e mudam o futuro dos estudantes”. Assim, ao iniciar o título com AVAMEC, o Ministério da Educação também estabelece um diálogo direto com a sua plataforma de cursos de aperfeiçoamento, os quais podem ser realizados de modo *on-line*. Nesse sentido, permanece implícita uma relação entre o relato dos professores e a plataforma de cursos.

Sobre a composição das produções, os vídeos apresentam uma estrutura semelhante. Eles iniciam com uma música instrumental de fundo e focam nos detalhes de um cenário para, na sequência, exibir o professor que tomará o lugar da enunciação. Em três dos vídeos, une-se, ao relato do docente, a fala de um ex-aluno que atesta o papel transformador das práticas e das atitudes do professor em sua vida. Os depoimentos de ex-estudantes servem para corroborar o comprometimento e a dedicação dos profissionais da educação, que são manifestados nas falas dos educadores. Devido à extensão deste estudo, não se adentrará na investigação dos depoimentos dos ex-alunos.

A presente análise compreende que cada enunciação é constituída por uma nova encenação, mas, como os vídeos apresentam uma estrutura semelhante, nota-se que eles compartilham uma cena englobante e uma cena genérica semelhantes. A cena englobante, que estabelece

o tipo de discurso (Maingueneau, 2015), corresponde ao discurso publicitário. Esse cenário é caracterizado pela menção à plataforma de cursos de aperfeiçoamento AVAMEC no título das produções e ao final de cada vídeo. Nessa perspectiva, os vídeos procuram, como aponta Maingueneau (2008b), persuadir pela relação que estabelecem entre um corpo em movimento e um estilo de vida, o do professor, e um produto, a plataforma de cursos AVAMEC.

Já a cena genérica dessas produções, que funciona como uma espécie de norma que suscita expectativas (Maingueneau, 2015), pode ser classificada como híbrida, pois interagem diferentes nuances na constituição dos vídeos. Em um plano, tem-se o gênero publicitário, pois ocorre, mesmo que de forma sutil, a divulgação da plataforma AVAMEC. Nesse sentido, o relato dos professores, que evocam o estereótipo do educador comprometido, proativo e que busca constante atualização, tenta persuadir o receptor, como aponta a teoria de Maingueneau (2008b), para os produtos relacionados com os vídeos, os cursos de formação continuada disponibilizados pela plataforma AVAMEC. Em outro plano, tem-se o relato do professor, porque ocorre a narração de experiências dos docentes juntamente com a exposição de algumas de suas percepções e crenças.

Para o seguimento da análise, respeita-se a ordem de postagem dos vídeos. Ou seja, a sequência escolhida é da ordem de compartilhamento, pelo MEC, dos vídeos nas redes sociais. A primeira produção veiculada é a do professor Leonardo Carrasco, no dia 20 de outubro de 2021, Figura 1.

Figura 1 - Relato do professor  
Leonardo Carrasco

Fonte - AVAMEC (2021a)



Na produção, o professor realiza a seguinte enunciação: “Eu me especializei em tentar ser didático com fera, com os meninos do ensino médio. E hoje em dia eu me sinto não só realizado na minha profissão, como me sinto amado pelo público que eu dou aula e ensino. Se nós tivermos professores especializados, professores capazes, professores que, querendo ou não, são estimulados a crescer a cada dia mais, o aluno, ele vai conseguir o quê? A capacidade de entrar numa faculdade, se tornar um cara especializado naquilo que ele optou e mudar a sociedade em apenas 20 anos”.

Pelo recorte, é possível perceber alguns posicionamentos do professor. A concepção de sucesso de sua prática docente está atrelada ao ingresso de seus alunos no ensino superior. Tal percepção, provavelmente, está relacionada ao nível de ensino em que atua, cursos preparatórios para vestibulares. Entretanto, essa visão não pode ser associada, de modo geral, a todas as práticas docentes, pois o sucesso de estudantes não está exclusivamente relacionado ao ingresso em universidades.

Na fala, o docente também enfatiza a sua dedicação e o comprometimento com a profissão, conforme evidenciado pela expressão “Eu me especializei em tentar ser didático”. Nesse recorte, destacando-se as formas verbais, tem-se o termo “especializei”, que aponta para uma ação concluída e que remete ao domínio técnico, em outras palavras, reafirma-se a profissionalização docente. Já a expressão “tentar ser didático” demonstra uma busca permanente de aperfeiçoamento para entregar a melhor prática educacional, entretanto, o verbo “tentar” resguarda a imprecisão e a incerteza do êxito. Em conjunto, as formas verbais “especializei” e “tentar ser didático” colocam em contraste um debate pedagógico entre profissão e vocação, deixando-se entrever a educação como um campo em que continuamente emergem situações imprevistas e necessidades de aprendizagem específicas, as quais demandam de uma formação técnica, mas que, ainda assim, pode ser insuficiente ou ineficaz. A fala explícita do docente, todavia, nega essa ambiguidade, já que, no final do recorte, Leonardo Carrasco expõe a sua convicção de que professores capacitados e capazes farão com que os estudantes ingressem no ensino superior. Essa relação de causa e consequência, para ele, permitirá “mudar a sociedade em apenas 20 anos”.

A partir do exposto, percebe-se que a cenografia, que se ampara na ideia de que o enunciador organiza a situação a partir do que pretende enunciar (Maingueneau, 2015), é de engajamento e de comprometimento com a educação. Nesse sentido, projeta-se um *ethos* de professor que se sente realizado na sua prática docente, porque é capaz e especializado e, por isso, querido e amado pelos alunos. Essa interpretação é reforçada pelo sorriso do docente, na Figura 1, ao enunciar que se sente amado pelo “público” para o qual dá aula e ensina. Assim, é constituída a imagem de fiador, que, pela enunciação, outorga a si uma identidade compatível com o mundo em que se supõe inserido (Maingueneau, 2008b), de um contexto em que a especialização e a capacidade docente garantem o sucesso da prática do educador e, conseqüentemente, de seu aluno.

O segundo vídeo foi divulgado no dia 22 de outubro e apresenta o depoimento da professora Elzimar Ferreira, Figura 2.

Figura 2 - Relato da professora Elzimar Ferreira

Fonte - AVAMEC (2021b)



No vídeo, a professora faz o seguinte relato de sua prática docente: “O meu projeto biblioteca começou em 2021, quando eu pegava um transporte escolar, o único transporte do município para lugares bem distantes, da zona rural para a sede do município de Presidente Figueiredo. E aí coloquei a biblioteca para a comunidade”.

Na fala da professora, percebe-se que a prática docente ultrapassa os limites da sala de aula e adentra nas comunidades, impactando diretamente na vida prática dos cidadãos. Nota-se também uma breve menção às adversidades encontradas no ensino, por meio da referência ao deslocamento realizado pela professora para o interior do município em que lecionava.

Nesse depoimento, pode-se dizer que a cenografia elaborada é de engajamento com a comunidade escolar. Assim, cria-se um *ethos* de professora comprometida com a comunidade em que leciona, porque desenvolve projetos que também impactam a vida de pessoas que não

são seus alunos – como demonstra em seu relato ao mencionar que, durante o projeto, teve leitores adultos e idosos que não frequentavam a escola. A professora também se coloca como fiadora do sucesso de projetos educacionais que alcancem públicos e espaços extraescolares. Isso é corroborado, na sequência do vídeo, pelo relato de uma aluna impactada pelo projeto da docente e que afirma só ter ingressado na universidade graças aos esforços da professora Elzimar Ferreira.

O terceiro vídeo, disponibilizado em 25 de outubro, também apresenta a atuação de um professor para além da sala de aula. Neste caso, apresenta-se o docente de Educação Física, João Paulo Milhorini, Figura 3.



Figura 3 - Relato do professor João Paulo Milhorini

Fonte - AVAMEC (2021c)

Após o professor explicar o projeto que desenvolveu com seus alunos com o intuito de levar lazer e entretenimento a uma casa lar de idosos, tem-se a seguinte fala: “Esses alunos que farão a diferença, eles que vão estar lá na frente cuidando da gente, assim espero. Então, eu sou muito grato e peço para que todos, todos os dias, quando acordarem e ir trabalhar, que agradeçam a oportunidade de transformar vidas”.

Pelo depoimento, percebe-se que o docente tem consciência dos impactos de sua prática na vida de seus alunos. Contudo, ele não consegue afiançar, como é demonstrado no excerto “eles [alunos] que vão estar lá na frente cuidando da gente, *assim espero*”, de que as boas práticas garantirão o “sucesso” dos estudantes. O professor almeja que as atividades diferenciadas e o exercício comprometido de sua profissão inspirem os alunos a serem engajados com o outro.

A dúvida, expressa na enunciação, sobre o papel que os estudantes irão desempenhar na sociedade, também se encontra refletida na linguagem corporal do professor. Durante a fala, o docente permanece levemente curvado, com os ombros caídos e desvia, constantemente, os olhos, direcionando o olhar para os lados. Essa atitude, por um lado, pode ser interpretada como desconforto por estar perante câmeras. Por outro, ela pode caracterizar falta de convicção, como se o enunciador falasse sobre algo que ele não pode garantir a seus coenunciadores. Assim, percebe-se, consoante Maingueneau (2008a), que o *ethos* é constituído também por elementos não verbais que desencadeiam efeitos multissensoriais no coenunciador.

Ainda, no final do recorte da fala, o professor afirma ser grato por poder lecionar e “transformar vidas”, e que seus colegas de profissão também deveriam demonstrar gratidão pelo mesmo motivo. Com essas colocações, o docente correlaciona a atuação na área da educação muito mais com uma “dádiva”, pela qual deve-se constantemente demonstrar gratidão, do que com uma profissão.

A partir dessas considerações sobre o recorte da fala do professor, nota-se que sobressai uma cenografia de gratidão e de engajamento com a prática docente. Nesse sentido, tem-se a projeção de um *ethos* de professor grato por poder transformar as vidas de alunos.

O quarto vídeo apresenta o depoimento de Débora Melo e foi compartilhado no dia 27 de outubro pelo MEC em suas redes sociais, Figura 4.



Figura 4 - Relato da professora Débora Melo

Fonte - AVAMEC (2021d)

O recorte selecionado de fala da professora é o seguinte: “É um sentimento de felicidade completa ver que eles conseguiram, se transformaram. Que através de coisas simples que a gente pode fazer ali no dia a dia, eles passaram a ver a educação de outra forma. Ver as possibilidades que a educação traz, né”.

Nesse depoimento da docente, percebe-se que ela se sente feliz com as conquistas e realizações de seus estudantes. Na sequência, também afirma, implicitamente, que o papel transformador da educação não reside unicamente em projetos grandiosos de professores. Para a docente, estabelecer relações com coisas simples e cotidianas também faz a diferença na aprendizagem dos estudantes e favorece que eles percebam as possibilidades da educação.

Desse modo, a cenografia elaborada é de engajamento e de comprometimento com a educação. Já o *ethos* é o de uma professora satisfeita e feliz com os resultados de sua atuação e engajada com a sua prática docente. Assim, Débora Melo, pelo seu discurso, apresenta-se como fiadora de uma prática transformadora construída a partir de ações simples que estabelecem relações entre a educação e o cotidiano dos estudantes.

O quinto vídeo, com o depoimento da professora de teatro Thais Gracia, foi disponibilizado no dia 29 de outubro, Figura 5.

Figura 5 - Relato da professora Thais Gracia

Fonte - AVAMEC (2021e)



Como recorte de enunciação da professora, selecionou-se o seguinte trecho: “Teatro, ele é importante não só na questão do desenvolvimento, né, porque você desenvolve o seu corpo, seu intelecto, a fala. Ele traz esse lúdico, esse mágico. E o professor é aquela peça onde ele [aluno] se vê, e se espelha, e se inspira. Então, eu fui me dedicando cada vez mais no setor da educação porque eu acredito que ela transforma, e esse é meu papel: transformar os jovens”.

O depoimento da docente inicia afirmando a relevância das aulas de teatro para o desenvolvimento do corpo, do intelecto e da fala. Na sequência do vídeo, essa asserção é endossada quando a profissional recebe um telefone e assiste ao relato de uma ex-aluna que confirma a importância das aulas de teatro em seu desenvolvimento. Todavia, o receptor não tem acesso à imagem da estudante que ouve, possivelmente por ser menor de idade – fato que pode ser

inferido pela idade da jovem: em 2013, quando teve aulas com a professora, a jovem tinha sete anos. Assim, em 2021, quando grava o relato para a docente, ainda não tem 18 anos.

Nesse sentido, a professora defende a presença de sua disciplina no currículo de escolas de educação básica, estabelecendo uma relação entre o teatro e o desenvolvimento dos alunos e com a manifestação do lúdico e do mágico. Esses dois últimos itens são explicitados pela imagem da Figura 5, em que a professora toca uma nuvem, o que sugere o processo imaginativo estimulado pelo teatro.

Na sequência, Thais Gracia fala do papel inspirador do professor e também do caráter transformador da educação. Nessa perspectiva, a docente afirma que a sua função é transformar jovens. Essa afirmativa demonstra que a professora compreende que a sua principal ação é a transformação de alunos, e não o ensino, para o que é remunerada.

Nesse sentido, tem-se uma cenografia de engajamento educacional, com a defesa de uma disciplina das ciências humanas, e de identificação com a imagem do professor transformador. Assim, projeta-se um *ethos* de professora dedicada, inspiradora, engajada e que transforma a vida de seus alunos.

O último vídeo da sequência foi compartilhado no dia 31 de outubro e apresenta o depoimento de Ivana Avis, Figura 6.

Figura 6 - Relato da professora Ivana Avis

Fonte - AVAMEC (2021f)



No depoimento, a professora realiza a seguinte enunciação: “Me apeguei, me abracei a esse sonho de ser professora porque, desde criança, é o meu sonho, foi o meu sonho. Abraço a educação com todo meu coração porque sinto que só a educação é capaz de transformar o nosso mundo. E ver um aluno alcançando sucesso, alcançando conquistas, sabe, e, principalmente, valores é a realização de qualquer professor”.

Na sua fala, a professora relaciona a prática docente com a concretização de um sonho e demonstra afeto pela profissão ao afirmar que “abraço a educação com todo meu coração”. A docente, assim como foi feito pelos outros professores nos depoimentos anteriores, ressalta o caráter transformador da educação e também afirma que a realização de um docente é ver o aluno alcançando sucesso, conquistas e valores.

Conjugado ao discurso, a imagem da professora vestindo um jaleco e parada em frente a um quadro, Figura 6, tem-se a construção de uma cenografia que remete à prática docente. O *ethos* projetado nessa cena de enunciação é de uma professora também engajada com a educação,

afetiva e realizada em sua profissão. Assim, Ivana Avis torna-se fiadora de um mundo em que a educação realiza sonhos, pois, ela mesma, concretiza o seu sonho com a educação.

No desenvolvimento da análise desses recortes das propagandas do Ministério da Educação, percebe-se que certos posicionamentos, como o do caráter transformador da educação, são repetidos pelos profissionais enunciadorees. Nessa percepção, a atuação dos professores está mais relacionada a fazer a diferença na vida dos alunos do que a questões de ensino propriamente ditas. Além disso, nota-se que os professores são comprometidos e engajados como a prática docente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo apresentou como delimitação do tema a construção do *ethos* discursivo, em propagandas do Ministério da Educação. Para isso, empregou-se como pergunta norteadora da pesquisa a seguinte indagação: qual é o *ethos* discursivo construído por professores em propagandas do Ministério da Educação veiculadas no mês de outubro de 2021? Para responder a esse questionamento, o objetivo deste artigo foi analisar o *ethos* discursivo de professores em vídeos para a valorização de docentes, veiculados pelo Ministério da Educação em outubro de 2021, a partir de um recorte de transcrição discursiva. Para contemplar esse objetivo, foi empregado o tipo de pesquisa que se caracteriza como exploratório e bibliográfico, com a revisão de conceitos de cenografia e *ethos*, com abordagem qualitativa. Os principais conceitos explorados nesta investigação foram os de *ethos* e cenografia da Análise de Discurso, sustentados teoricamente por Maingueneau (2008a; 2008b, 2015, 2018) e Amossy (2008).

Com o desenvolvimento desse percurso, constata-se que os professores performam em um vídeo para servirem de fiadores de uma instituição, o Ministério da Educação. No discurso dos docentes, predomina a cenografia educacional, que visa a influenciar o público a esquecer-se dos desafios ou a relativizar as adversidades da educação no Brasil, enfatizando o protagonismo do professor no sucesso do estudante. Nessa perspectiva, é projetado um *ethos* de docente engajado e comprometido, que transforma a vida do aluno por meio de suas práticas docentes, e inspirador, porque se dedica ao exercício de sua profissão.

Esse *ethos* possivelmente é influenciado pelo produtor dos vídeos, o Ministério da Educação. Assim, a imagem elaborada pelos professores é a desejada pela instituição, profissionais engajados com seus alunos e comunidades escolares, que exercem atividades e realizam ações cujo impacto ultrapassa o espaço da instituição escolar. A busca por aperfeiçoamento contínuo está explicitada no relato do primeiro vídeo, enquanto os demais enfocam os movimentos de protagonismo e de proatividade dos docentes em criarem projetos e buscarem novas formas de impactar seus estudantes e comunidades.

Em uma análise diacrônica dos vídeos em relação a sua divulgação midiática, pode-se perceber que há a intensificação dos aspectos afetivos na composição do *ethos* docente, pois, se no primeiro relato, o indício de êxito docente é o número de estudantes no Ensino Superior; no último vídeo, predomina a abstração na descrição do que constitui evidência do êxito dos alunos (conquistas, valores) e no exercício docente (realização de um sonho). De uma forma geral, portanto, constrói-se um *ethos* docente afinado com a ideia corrente de vocação, cujo reconhecimento (valorização) relaciona-se com as repercussões sociais do trabalho.

Essa construção evidencia o perfil profissional desejado e reconhecido institucionalmente pelo MEC e que, por conseguinte, deve ser valorizado pela sociedade. Ao mesmo tempo, o

ethos edificado nos vídeos pode ter sido mobilizado como recurso persuasivo, não apenas para o engajamento de professores em cursos de formação continuada oferecidos pelo MEC, mas também como resposta aos discursos sociais que vinculam a valorização docente à questão salarial. Em outras palavras, o órgão de ensino acaba delegando à sociedade o movimento de valorização docente, tendo em vista que ela é a maior beneficiária desse exercício profissional, que, muitas vezes, engloba traços da vocação, do altruísmo, do voluntariado.

Em suma, esse estudo auxiliou na compreensão, de modo mais profundo, do *ethos* da cenografia de professores em vídeos veiculados pelo Ministério da Educação. Como complemento deste estudo, poder-se-ia realizar uma análise dos depoimentos de ex-alunos dos professores, os quais são apresentados em três dos seis vídeos. Por fim, estabelecendo uma relação entre os relatos dos profissionais e o título das propagandas, “Valorização dos Professores”, que anunciam a plataforma de cursos on-line de especialização AVAMEC, tem-se a percepção de que professores engajados com a prática docente e capacitados devem ser valorizados.

ARTIGO RECEBIDO A  
01/02/2024  
ARTIGO APROVADO A  
06/05/2024

#### REFERÊNCIAS

- Amossy, R. (2008). Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: R. Amossy (org.). *Imagens de si no discurso* (pp. 9-28). Contexto.
- Mistério da Educação. (2021, 20 de outubro). AVAMEC | Valorização dos Professores | Professor Leonardo Carrasco [vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=sSEisaujC20&list=PL9nJ11ynWg3eU5rhNZ87HjBQV9Q0nQWbF&index=7>.
- \_\_\_\_\_(2021, 22 de outubro). AVAMEC | Valorização dos Professores | Professora Elzimar Ferreira [vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=BEDknPx-VIE&list=PL9nJ11ynWg3eU5rhNZ87HjBQV9Q0nQWbF&index=5>.
- \_\_\_\_\_(2021, 25 de outubro). AVAMEC | Valorização dos Professores | Professor João Paulo [vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=f2LGn3g1PGI&list=PL9nJ11ynWg3eU5rhNZ87HjBQV9Q0n-QWbF&index=5>.
- \_\_\_\_\_(2021, 27 de outubro). AVAMEC | Valorização dos Professores | Professora Débora Melo [vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=e0r5LaqnotE&list=PL9nJ11ynWg3eU5rhNZ87HjBQV9Q0n-QWbF&index=4>.
- \_\_\_\_\_(2021, 29 de outubro). AVAMEC | Valorização dos Professores | Professora Thais Gracia [vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=OF58rGkCA-s&list=PL9nJ11ynWg3eU5rhNZ87HjBQV9Q0n-QWbF&index=2>.
- \_\_\_\_\_(2021, 31 de outubro). AVAMEC | Valorização dos Professores | Professora Ivana Avis [vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=WfhgPZBnYpk>.
- Freitas, E. C. de; Antunes Júnior, F. S.; Boaventura, L. H. (2021). Nat Natura: cenografia e ethos em perspectiva ergológica na comunicação organizacional. *Organicom*, 18 (36), 40-51. <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/185102>. Acesso em: 05 dez. 2021.
- INEP. (2021). *Censo Escolar: Divulgação de Resultados*. Diretoria de Estatísticas Educacionais: Brasília, 2022. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/resultados/2021/apresentacao\\_coletiva.pdf](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf). Acesso em: 12 maio 2024.
- Maia, J. V. (2016). *Ethos docente na narrativa tecnoautobiográfica: corporificação, ressignificação e autorreflexão da imagem de si em récits de vie de professores*. 314 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4033571](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4033571). Acesso em: 08 dez. 2021.

Maingueneau, D. (2019). Retorno crítico à noção de ethos. *Letras de Hoje*, 53 (3), 321- 330. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/32914/17642>.

\_\_\_\_\_(2015). Gênero de discurso e cena de enunciação. In: D. Maingueneau. *Discurso e análise do discurso*. (1ª ed., pp. 117-130). Parábola Editorial.

\_\_\_\_\_(2008a). A propósito do ethos. In: A. Motta, S. Raquel, L. Salgado (org.). *Ethos discursivo*. (pp. 11-20). Contexto.

\_\_\_\_\_(2008b). Ethos, cenografia, incorporação. In: R. Amossy (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. (1ª ed., pp. 69-92). Contexto.

OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. In: *Organização Pan-Americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde. Brasília*, 5 maio 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 12 maio 2024.

Piso do magistério não terá reajuste em 2021 e continuará sendo de R\$ 2.886,24. In: *Ciedepar – Consórcio Internacional de Educação e Ensino do Paraná. Curitiba*, s.d. Disponível em: <https://ciedepar.com.br/piso-do-magisterio-nao-tera-reajuste-em-2021-e-piso-nacional-por-aluno-ano-sera-de-r-3-34956/>. Acesso em: 12 maio 2024.

Prodavov, C. C.; Freitas, E. C. de. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 13 dez. 2021.

